

Florence Dravet e Dealessandro Melo
(Orgs.)

Reflexões sobre Método e Metodologias em Comunicação

UMA EXPERIÊNCIA COLABORATIVA DE FORMAÇÃO

Reflexões sobre Método e Metodologias em Comunicação

UMA EXPERIÊNCIA COLABORATIVA DE FORMAÇÃO

Florence Dravet e Dealessandro Melo
(Orgs.)

Reflexões sobre Método e Metodologias em Comunicação
uma experiência colaborativa de formação

1ª edição

Brasília
Universidade Católica de Brasília – UCB
2018

2018, Copyright © Universidade Católica de Brasília (UCB)
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) em Comunicação (PPGSSCOM/UCB)
SGAN 916 W5 Norte, Campus II - Asa Norte, sala A-241
Brasília – DF – Tel.: (61) 3448-7270

Edição

Universidade Católica de Brasília

Produção Editorial

Florence Dravet
Dealessandro Melo

Produção Executiva

Paulo Petitinga Junior

Projeto Gráfico

Livio Avelino

Capa

Jefferson Nascimento
Livio Avelino

Revisão

Dealessandro Melo

R332 Reflexões sobre método e metodologias em comunicação [recurso eletrônico] : uma experiência colaborativa de formação / Florence Dravet e Dealessandro Melo (orgs.). – 1. ed. – Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2018.

Disponível em: <www.biblioteca.ucb.br>.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-85-60485-79-6

1. Comunicação – Pesquisa. 2. Comunicação social – metodologia. I. Dravet, Florence. II. Melo, Dealessandro.

CDU 316.77:001.8

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
--------------------------	----------

1. QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS

A (im)possibilidade de subsistência da objetividade científica em contraponto à paixão do pesquisador.....	13
Susana Beatriz Alvis Etcheverry	

O Conhecimento e o pensamento científico.....	47
Natália Lázaro Roncador	

A questão epistemológica do pesquisador que pesquisa dentro da sua organização.....	59
Felipe Diemer de Lemos	

2. QUESTÕES DE MÉTODO

O grupo focal em uma dissertação de mestrado.....	75
Dealessandro David Lima de Melo	

Método científico: pílula azul, vermelha ou um prisma de cores?.....	97
Evandro Léo Koberstein	

Um olhar sobre o método científico no campo comunicacional.....	119
Carlos Roberto Gomes dos Santos	

A comunicação sob um olhar interdisciplinar.....	135
Guilherme Moreira de Carvalho	

Submissão de um projeto envolvendo humanos ao comitê de ética em pesquisa: relato de uma experiência.....	145
Marlene da Silva Bomfim	

Mas o que é mesmo a opinião pública? Como a teoria das representações sociais pode auxiliar os estudos em comunicação em um melhor entendimento sobre opinião pública..... 175
Paulo Petitinga Júnior

3. ENSAIOS METODOLÓGICOS

O método na análise sobre guerra midiática entre movimentos sociais e ruralistas no âmbito da pauta da reforma agrária - desenvolvimento de métodos e metodologia para analisar as estratégias, táticas e práticas dos grupos antagonicos em busca de influenciar a opinião pública..... 207
Reginaldo Marcos Félix de Aguiar

Tamboralidade na construção da identidade..... 237
Augusto Alfredo Lourenço

O processo de transferência de emoções
Do mundo imaginário da televisão para o indivíduo real..... 253
Roberto da Silveira Lemos

APRESENTAÇÃO

Costumo iniciar minhas aulas de Métodos de Pesquisa em Comunicação com a frase de Edgar Morin: “Meu método sou eu”. Falo de Feyerabend e de seu livro intitulado *Contra o método*. Propinho a leitura do livro do Juremir Machado da Silva *O que pesquisar quer dizer – como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da Capes*. Trabalho a noção de “Epistemologia do Sul” com textos de Boaventura Santos. Meu objetivo é neutralizar alguns monstros que ocupam espaço em demasia no imaginário dos estudantes e lhes tolhem a criatividade. Falamos da folha em branco, de algumas técnicas necessárias, inclusive das mais inusitadas que cada um de nós tem a liberdade de criar. Como aquele professor que conheci que criou um projeto de pesquisa a partir de um sonho e daquele outro que se inspirou em um provérbio africano. Falamos do escritor que só conseguia escrever em pé de madrugada e daquele outro que sentava de cócoras. A metáfora dos caminhos de campo e dos caminhos de floresta proposta por Heidegger, assim como a dos caminhos estreitos e das largas estradas proposta pelo poeta René Char também me permitem falar aos mestrandos sobre as perspectivas e as diversas motivações para a pesquisa que animam o coração e a razão de cada um de uma forma muito peculiar, pessoal e íntima na direção da pesquisa.

A verdade é que estou convencida de que pesquisar é antes de tudo uma forma de autoconhecimento e de consciência de uma relação entre si mesmo e o mundo, embora falemos em sujeito e objeto, repetindo quase sem perceber esquemas prontos. Sujeito pesquisador e objeto de pesquisa são termos que já não lançam nenhuma luz sobre a forma como se organiza o processo do pesquisar.

Muitas vezes os estudantes e, não raro, seus orientadores, imaginam que as aulas de método deveriam servir ao propósito de elaborar a metodologia da pesquisa a ser realizada durante os dois anos de mestrado. Ou a escrever o capítulo metodológico da futura dissertação a defender. Penso que se trate de outra coisa. Penso tratar-se de um momento na formação dos estudantes que adentram a senda da pesquisa acadêmica em que estes podem dedicar algumas horas de sua semana a se fazer perguntas fundamentais sobre a atividade do pesquisador, seu lugar no mundo e na sociedade, seu ponto de vista, sua perspectiva, seu horizonte e o interior de sua cabeça, de seu corpo e de seu imaginário.

A metodologia é, ao meu ver, um percurso que só pode ser construído ao longo do processo. Pode – e deve – haver planejamento, mas um planejamento flexível e aberto, com lugar para a descoberta de novas possibilidades ao longo da jornada. Com isso, é possível ter objetivos e tentar traçar formas de se chegar onde se quer. Mas, triste seria cumprir à risca aquilo que se planejou desde o princípio e não se dar a oportunidade de tomar caminhos transversais, caminhos não previstos, abertos por uma leitura, uma aula, um encontro, um dado de campo, uma entrevista ou uma nova ideia, inspiração, resolução. Geralmente, aconselho os estudantes a refletirem sobre seu percurso metodológico após terem realizado a pesquisa, quando então podem olhar para trás e perceber quais foram os caminhos percorridos, quais foram as grandes decisões, os encontros com autores importantes, os conceitos e suas implicações na forma de ver e investigar aquilo que se quer, de formular perguntas e pistas de respostas. Penso que há momentos no texto de uma dissertação ou de uma tese que se dedicam a descrever as opções metodológicas, mas que essa reflexão sobre a metodologia é constante e atravessa todo o texto, todos os capítulos, desde a introdução e até as conclusões. O método é sempre algo complexo que dialoga com a teoria em vários

níveis de realidade e não apenas como um conjunto de ferramentas e técnicas que irão permitir levar a cabo uma pesquisa empírica coerente com o que uma suposta teoria exige.

A esse respeito, o pragmatismo metodológico me parece ser uma das maiores fontes de mediocridade científica e humana. Por isso, convidei meus alunos a pensarem sobre questões fundamentais da reflexão metodológica e a deixar por um tempo suas preocupações com os próprios projetos de pesquisa. E como se trata de uma área do conhecimento dita social (a Comunicação, na classificação feita pela Capes, é considerada uma das ciências sociais aplicadas), sabemos que ao centro das preocupações está sempre a grande questão da objetividade e da subjetividade no processo de pesquisa; do ponto de vista; do aporte teórico que define a metodologia; do envolvimento do pesquisador com seu objeto de pesquisa; e de outros problemas mais epistemológicos do que propriamente metodológicos.

A consciência pós-colonial do Brasil contemporâneo também traz à tona algumas questões de base epistemológica que tornam extremamente complexas as problemáticas das ciências sociais: abismos metafísicos e ontológicos separam África e Europa. No Brasil, estes abismos se conectam de múltiplas formas, tornando mais difícil o enfrentamento metodológico que por vezes se assemelha mais a um não-enfrentamento; uma espécie de plasticidade dinâmica que não encontra instrumentos para se narrar, quanto mais instrumentos metodológicos para se fazer ciência.

Se a arte permite a expressão sintagmática das mais variadas formas do sentir e experimentar a vida social, a escrita dita acadêmica parece ser a forma paradigmática que a ciência tem para dar conta dos processos criativos do conhecimento da vida social. O domínio da escrita aparece como um dos maiores instrumentos metodológicos que é necessário desenvolver e incentivar nos estudantes de Comunicação para que consigam levar a cabo suas pesquisas.

Para escreverem os textos que se seguem, nem todos os estudantes conseguiram abrir mão de sua ansiedade por um pragmatismo metodológico, em favor da meditação. Chamamos de aplicadas suas reflexões porque se voltavam para objetivos específicos de seus projetos de pesquisa. Alguns, ao contrário, centraram suas reflexões em perguntas de ordem epistemológica que afetaram suas metodologias. E houve aqueles que ficaram no escopo do método mais adequado para desenvolver esse ou aquele tipo de pesquisa, mantendo a abertura necessária a aplicações para além dos seus próprios projetos.

O resultado é um conjunto de textos que pode alimentar e servir de apoio para os estudantes que vierem depois e quiserem preparar um projeto, se antecipar quanto às questões a serem levantadas para se pensar a pesquisa em Comunicação no nível do Mestrado. Que tipo de problema se pode encontrar? Como se pode pesquisar em Comunicação mesmo vindo de uma outra área de formação? Até que ponto o pesquisador pode estar emocional ou ideologicamente envolvido com seu tema de pesquisa? Que questões éticas podem atravessar o processo de pesquisa e como isso é avaliado?

Este livro pretende ser não só reflexo de um processo de formação, mas também um ponto de partida para a formação de futuros pesquisadores.

Florence Dravet
Professora e co-organizadora

1

QUESTÕES
EPISTEMOLÓGICAS

A (im)possibilidade de subsistência da objetividade científica em contraponto à paixão do pesquisador

Susana Beatriz Alvis Etcheverry¹

INTRODUÇÃO

Não apenas no âmbito da Comunicação, mas em todas as áreas do conhecimento, sempre tem existido -e continua existindo- a preocupação com a objetividade do trabalho do pesquisador, como uma (das) forma(s) de garantir a validade do conhecimento científico.

Essa preocupação é constatada ao longo da história, com posturas mais ou menos rígidas, sobretudo no que tange à inclusão ou exclusão do sujeito, dependendo da base paradigmática adotada.

Nesse sentido, mesmo quem possa não aderir ao pensamento complexo, deve admitir que o conhecimento existe porque há um sujeito que conhece. E esse sujeito não é isento de emoções, sentimentos, paixões e experiências que constituem sua subjetividade.

Analisaremos, então, ao longo deste trabalho, a paixão, a objetividade e a subjetividade à luz do paradigma positivista e do paradigma da complexidade, procurando entender como esses aspectos podem -ou não- influenciar o trabalho científico e contribuir (ou não) para o desenvolvimento da ciência.

1. PAIXÃO, EMOÇÃO E CIÊNCIA

Entre os múltiplos significados que há nos dicionários para o termo paixão consta “grande inclinação ou predileção”. O vocábulo

¹ Especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos e em Gestão Pública. Mestranda em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: susy.etccheverry@gmail.com

também é aplicado ao sentimento muito forte que alguém nutre em relação a uma pessoa, a um objeto ou a um tema, e que é capaz, em alguns casos, de ofuscar a razão. Considerada também como uma emoção intensa convincente, um entusiasmo ou um desejo sobre qualquer coisa, a palavra exprime um vívido interesse ou admiração por um ideal, uma causa ou uma atividade. Há, no entanto, outras acepções que aqui não serão mencionadas, por não guardar pertinência com o sentido com que se pretende usar, qual seja o entusiasmo e o desejo para desenvolver a atividade de pesquisa científica.

Inúmeras são as reflexões teóricas que, ao longo da história, foram feitas sobre a paixão e sua relação, por exemplo, com a razão. Alguns pensadores relacionaram a paixão com o desejo, a vontade e a pulsão – a força impulsora que essa emoção, esse sentimento, provoca, em direção a um fim. Nesse sentido, Santaella afirma: “[...] sem paixão não há ciência, ela não vinga, do mesmo modo que, sem esse mistério, o da paixão, que é sempre uma força estranha, não vingam muitas outras coisas na vida” (SANTAELLA, 2001, p. 126).

Na perspectiva de Chauí (2000), sentimentos passionais como amor, ódio, ambição e medo, transformam o sujeito em refém daquilo que deseja possuir ou destruir. A ética racionalista, segundo a autora, sugere o labor da educação moral e da conduta ética como um antídoto hegemônico da razão sobre as paixões desmedidas e incontroláveis.

Para isso, Chauí faz um alerta sobre a importância de distinguir os conceitos de necessidade, desejo e vontade, e explica que a primeira (necessidade) está ligada à subsistência e o atendimento dessa necessidade gera satisfação; a segunda, ou seja, o desejo, acrescenta o prazer à satisfação de uma dada necessidade, ao mesmo tempo que o objeto de desejo “dá sentido à nossa vida, determina nossos sentimentos e nossas ações”. E, a propósito do desejo e do prazer de conhecer, Aristóteles disse: “Todos os homens têm, por natureza, o de-

sejo de conhecer. O prazer causado pelas sensações é a prova disso, pois, mesmo fora de qualquer utilidade, as sensações nos agradam por si mesmas e, mais do que todas as outras, as sensações visuais” (CHAUI, 2000, p. 146).

Assim, desejo é paixão e vontade decisão. A vontade é um esforço destinado a superar obstáculos visando atingir um determinado fim, esforço que é empreendido com previa reflexão e discernimento e com vistas à consecução de algo aliado a consequências e a responsabilidades.

Segundo Maturana (2001), são as emoções, paixões, desejos e sentimentos que permitem o fluxo do viver e do conviver. São as emoções que determinam os espaços relacionais onde acontecem todas as nossas ações.

Chauí (2000, p.70) acrescenta que a Filosofia afirma que pelo fato de agir por motivos, “somos seres racionais e que nossa vontade é racional; por identificar razão e causa e por julgar que a realidade opera de acordo com relações causais, a Filosofia afirma que a realidade é racional”.

Em virtude disso, parece-nos oportuno esclarecer a ideia de razão apontada pela autora:

Nós a consideramos a consciência moral que observa as paixões, orienta a vontade e oferece finalidades éticas para a ação. Nós a vemos como atividade intelectual de conhecimento da realidade natural, social, psicológica, histórica. Nós a concebemos segundo o ideal da clareza, da ordenação e do rigor e precisão dos pensamentos e das palavras. (CHAUI, 2000, p.71)

Ademais, conforme a autora, distinguem-se dois tipos de razão: a) a **razão objetiva**, “a realidade é racional em si mesma” ou seja, o objeto de conhecimento ou a realidade são racionais e b) a **razão subjetiva**, entendida como capacidade intelectual e moral dos seres

humanos, isto é, o sujeito de conhecimento e o agente da ação é racional. Chauí pondera que para muitos filósofos, a Filosofia é o momento “do encontro, do acordo e da harmonia entre as duas razões ou racionalidades”.

Em contraponto à ética racionalista, Chauí menciona a existência de outra concepção ética que – em defesa da plena liberdade de manifestação – é contra a repressão e a hipocrisia e questiona tanto o direito quanto o poder que a razão teria para cercear a liberdade ao intervir nas paixões e no desejo. Em virtude disso, é contrária àquela ética que, consubstanciada em preconceitos, costumes e “na confiança na capacidade apaziguadora da razão, tornou-se a forma perfeita da violência” (CHAUI, 2000, p. 455). Para a autora: “(...) paixões, desejos e vontade referem-se à vida e à expansão de nossa força vital, portanto, não se referem, espontaneamente, ao bem e ao mal, pois estes são uma invenção da moral racionalista” (CHAUI, 2000, p. 453).

Para Lakatos e Marconi (2008), a mais completa definição de ciência seria aquela de Ander-Egg, em que “a ciência é todo um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente, sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza” (ANDER-EGG, 1978 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 22).

Na mesma esteira, Bocchi enuncia:

Genericamente, a ciência, como forma de conhecimento, é a tentativa de compreender racionalmente a realidade, formulando enunciados, debatendo-os e testando-os, na busca da verdade, das leis que potencializam a ação consciente do homem sobre o seu meio e sobre si mesmo. (BOCCHI, 2004, p. 17)

Já para Freire-Maia (1990, p. 24), “ciência é um conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis, modelos, etc, visando ao conhecimento de uma parcela da realidade, em contínua ampliação e re-

novação, que resulta da aplicação deliberada de uma metodologia especial (metodologia científica)”.

Por seu lado, Maturana (2006, p. 57) afirma que “a ciência é um domínio cognitivo válido para todos aqueles que aceitam o critério de validação das explicações científicas”. Ele entende que a ciência se define por uma forma particular de explicar a realidade. Segundo o autor, os cientistas sentem paixão e prazer ao explicar. E, precisamente, o modo de explicar e o critério de aceitação de explicações usados, determinam tanto o enquadramento de um indivíduo como cientista quanto seu agir científico (MATURANA, 2001, p. 30).

A emoção fundamental que especifica o domínio de ações no qual a ciência acontece como uma atividade humana é a curiosidade, sob a forma do desejo ou paixão pelo explicar. (MATURANA, 2001, p. 132)

Para Maturana, há uma conexão inegável entre ciência e vida cotidiana: “a ciência é uma glorificação da vida cotidiana, na qual os cientistas são pessoas que têm a paixão de explicar e que estão, cuidadosamente, sendo impecáveis em explicar somente de uma maneira, usando um só critério de validação de suas explicações ...” (MATURANA, 2006, p. 31), embora, essas explicações – segundo o autor – não se refiram à verdade e sim configurem um domínio de verdade. Nesse sentido, Maturana considera que a ciência “é um domínio cognitivo válido para todos aqueles que aceitam o critério de validação das explicações científicas” (2006, p. 57).

Ainda, sobre o ser cientista e sobre a paixão de explicar, Maturana diz:

(...) nós, cientistas, nos tornamos cientistas durante o operar sob a paixão do explicar, quando constituímos a ciência como um domínio particular de explicações, sendo rigorosos em nosso empenho de sermos sempre impecáveis na aplicação do critério de validação das explicações científicas, ao gerarmos explicações

que chamamos de explicações científicas. É esta forma de constituição da ciência e do cientista que dá ao uso da ciência sua peculiar efetividade operacional nos mundos em que nós seres humanos modernos vivemos. (MATURANA, 2001, p. 133)

Morin (2005, p. 86) considera interessante o fato de que a ciência seja uma atividade que não só verifique e corrobore, senão que também invente. Ele pensa que as mentes devem ser diferentes e opostas, mas entende que é necessário que haja uma paixão comum, pois, se essas paixões forem contrárias, se anulam e caem na monotonia.

Em sua análise, Morin aborda os dois lados da ciência: o bom e o mau. Ele afirma que a ciência é elucidativa (pois resolve enigmas, e desfaz mistérios), enriquecedora (posto que viabiliza a satisfação de necessidades sociais e o progresso da civilização); e nas próprias palavras do autor “é, de fato, e justamente, conquistadora, triunfante” (MORIN, 2005, p. 16). Apesar dessas características, Morin explica que – cada vez mais – a ciência apresenta sérios problemas, porque, ao mesmo tempo que liberta, possibilita a subjugação e exemplifica dizendo que “esse conhecimento vivo é o mesmo que produziu a ameaça do aniquilamento da humanidade” (MORIN, 2005, p. 16).

O autor sugere que, para entender esse problema, é necessário deixar de pensar na ciência “boa”, que somente traz benefícios, ou na ciência “má”, que apenas traz prejuízos e, – desde o início – orientar o pensamento de forma tal que seja possível conceber e compreender a ambivalência, ou seja, a complexidade intrínseca como essencial integrante da ciência (MORIN, 2005, p. 15-16).

Morin afirma que a ciência “não é somente uma acumulação de verdades verdadeiras”. E acrescenta que se trata de um campo que está sempre aberto, e que é palco de combate de teorias e princípios da explicação, ou seja, também estão incluídos as visões de mundo e os postulados metafísicos (MORIN, 2005, p. 20).

Ao ser indagado sobre: “o que é a ciência?”, Morin esclarece que não há resposta para tal pergunta e que não existe nenhum método objetivo para considerar a ciência como objeto da ciência, e o cientista, sujeito. Para ele, a ciência não controla sua própria estrutura de pensamento. O conhecimento científico é um conhecimento que não se conhece e a ciência não possui nenhum método para se conhecer e se pensar (MORIN, 2005, p. 20). Por essas razões, o autor afirma que essa pergunta é a única que ainda não tem nenhuma resposta científica. Em vista disso, considera imperiosa a necessidade do autoconhecimento do conhecimento científico, que deve integrar não só a política da ciência, senão também a disciplina mental do cientista. E, nesse contexto, cita o pensamento de Adorno e de Habermas: “a enorme massa do saber quantificável e tecnicamente utilizável não passa de veneno se for privado da força libertadora da reflexão” (MORIN, 2005, p. 21).

Continuando com sua reflexão sobre a necessidade de a ciência efetuar seu próprio estudo (ou seja, um auto estudo), o autor alerta que essa tarefa requer que os cientistas estejam dispostos a auto interrogar-se. Tudo isso implica passar pela crise de descobrir condições fundamentais que derivam das atividades científicas modernas e, particularmente, identificar as regras conflitantes às quais está sujeito um cientista ao confrontar sua ética do conhecimento com sua ética cívica e humana (MORIN, 2005, p. 35).

Dito isto, vale destacar que aqui, nosso foco está centrado na paixão como uma das forças que dão impulso ao pesquisador para empreender a tarefa da pesquisa e superar os inúmeros desafios que se apresentam. E, também, nos sentimentos, nas emoções, nas sensações que surgem no íntimo da pessoa do cientista constituindo seu mundo subjetivo e que dele são indissociáveis, embora essa subjetividade nem sempre tenha sido considerada como algo aceitável no campo científico.

Com efeito, em nome da objetividade e da neutralidade científicas, os aspectos subjetivos eram (e ainda são, em alguns casos) inadmissíveis, de modo que a objetividade é colocada em um âmbito que outorga validade científica e no qual a subjetividade não tem espaço, porquanto desmerece(ria) a qualidade da pesquisa e o rigor científico.

Mas, de que falamos exatamente ao referir-nos à objetividade e à subjetividade na ciência?

2. OBJETIVIDADE DA CIÊNCIA

Vejamos, então, o significado da palavra “objetividade”. Trata-se de um vocábulo de origem latina: *objectivus*, de *objectum*, “algo colocado à frente (dos olhos, da mente)”, relacionado ao verbo *obicere*, “apresentar, opor, colocar à frente de”, formado por *ob-*, “à frente”, + *jacere*, “jogar, atirar”. Em sentido restrito, segundo Vries (1969, p. 300), “objeto” seria um puro e desinteressado afã de conhecer. Objeto é, então, tudo aquilo externo ao sujeito e sobre o qual esse sujeito lança o olhar, o pensamento, a ação. Objetividade é a qualidade daquilo que é objetivo, externo à consciência, resultado de observação imparcial e independente das preferências individuais.

Segundo Cupani (1989, p. 28), há uma **concepção tradicional** de Ciência que é compartilhada por muitos cientistas – especialmente os naturais – “segundo a qual a Ciência constitui um saber ‘objetivo’ em sentido etimológico, isto é, um saber que corresponde ao que o objeto pesquisado efetivamente é”. Cupani explica que isso se alicerçaria na validade universal (produto de um procedimento metódico), bem como na crítica (e autocrítica) dos cientistas, na imparcialidade no que tange aos temas pesquisados considerando mormente seus aspectos quantificáveis, no uso de uma linguagem

clara e precisa e na sujeição a um interesse único, qual seja a busca da verdade.

Ainda nesse contexto, o autor esclarece que a objetividade de uma afirmação depende tanto do fato de ter atingido seu objeto, de sua validade ter caráter universal quanto de carecer de juízos de valor (pontos de vista e preferências pessoais). Assim, a objetividade será maior quanto menor for a subjetividade do pesquisador.

Por outro lado, Cupani esclarece que a objetividade possui três dimensões: ética, técnica e normativa. A dimensão ética, exige do pesquisador – dentre outros requisitos – escrúpulos, honestidade, independência, sinceridade, humildade diante dos erros e coragem na defesa de suas ideias. Tecnicamente, o descumprimento dessas exigências (além de atingir a dimensão normativa, que regula como deve ser a ciência eficaz) afeta a objetividade científica, lesionando-a ou maculando-a.

Vale ressaltar que a objetividade tem sido matéria de estudo da filosofia ao longo do tempo. No entanto, não faremos aqui um estudo cronológico nem exaustivo dessa evolução, posto que optamos por destacar – apenas – os fatos que entendemos como mais representativos e relevantes.

Nesse sentido, vale destacar que Cupani (1989, p. 19) lembra que tanto Platão quanto Aristóteles trabalharam para “estabelecer as condições de um saber seguro (“episteme”, ciência) que transcendesse as limitações de meras opiniões (“doxa”) e revelasse a verdadeira índole da realidade”, o que incluía a própria filosofia, já que ela mesma era concebida como ciência (e como a mais importante das ciências).

Posteriormente, o autor ressalta que na Idade Moderna, a objetividade ganhou ainda mais destaque, concentrando as reflexões na evolução da ciência baseada na matemática em contraponto à inércia da metafísica. Assim, a objetividade nesse período, foi tratada prin-

cialmente a partir de três perspectivas: a) a **crítica**, que denuncia a deformação do saber objetivo por fatores subjetivos (que nem sempre incluem fatores de cunho pessoal); b) a **preocupação com o método** e com o estabelecimento de regras objetivando garantir a fiel tradução da realidade” e c) a **noção de objeto**, a partir da distinção entre o objeto de conhecimento e “coisa-em-si”, efetuada por Kant.

No que tange à preocupação com o método, é mister mencionar Descartes. Responsável por inaugurar a filosofia moderna e o Racionalismo, Descartes, com o “cogito ergo sum”, coloca em evidência um sujeito como fundamento de todo o conhecimento, trata-se do sujeito cognoscente. Pan *et al* (2011, p. 3), explicam que diante da incerteza do mundo, encontra-se o sujeito, e esse sujeito duvida de todo julgamento: “A ação de duvidar requer um sujeito e essa ação garante a existência do sujeito que duvida. Assim, o sujeito do conhecimento é capaz de produzir um conhecimento objetivo do mundo.” Ao utilizar um método para investigar a verdade, baseado na evidência lógica e na rigorosa investigação, Descartes procura uma verdade primeira que não possa ser posta em dúvida, realça o caráter absoluto e universal da razão em detrimento de outras formas de conhecimento.

Segundo Pan *et al* (2011, p. 4), a persistente aflição por garantir o conhecimento científico, faz com que Bacon procure um método diferente. Surge, então o Empirismo, cuja forma de conhecer encontra-se no campo da experiência subjetiva sensorial, que se vale dos sentidos e da percepção. Dado que o homem (neste caso, o sujeito empírico) é passível de erros e ilusões, só o rigor do método permitiria fazer interpretar fielmente a realidade. A propósito do papel da objetividade e da subjetividade nesse contexto, Pan *et al* (2011, p. 4) explicam que:

O homem assume uma postura cautelosa para consigo próprio na medida em que são descartadas as ideias a priori, devendo

submeter-se a uma disciplina metodológica rigorosa para fazer uma leitura correta e objetiva da realidade entendendo a subjetividade como instância produtora do real, das coisas, do mundo; ora como esfera meramente produzida pelos objetos (naturais e/ou sociais); ora como resultado de uma suposta inter-relação entre subjetividade e objetividade, mundo interno e mundo externo, indivíduo e sociedade, etc. Em todos os casos, mantêm-se subjetividade e objetividade como esferas autônomas, universais e distintas.

A noção tradicional de objetividade se consolida, segundo Cupani (1989, p. 20), com o Positivismo, cujos representantes se empenharam em estabelecer as bases teóricas do que entendiam como conduta exitosa dos cientistas da natureza. Desse modo, atrelaram a objetividade – sobretudo – ao respeito aos fatos – isto é, “ocorrências devidamente certificadas pela observação sistemática” – o que exclui fantasias, ilusões e especulação. Ademais, a objetividade assim entendida, acentuou-se no início do século XX com o Neo-Positivismo, que adicionou a linguagem estritamente lógica como requisito na formulação do conhecimento científico.

Em virtude de sua relevância, consideraremos a seguir, o entendimento de Nietzsche, Popper e de Kuhn.

Nietzsche elaborou uma teoria à qual denominou Perspectivismo. Vejamos com as próprias palavras do autor o que ele entende por perspectivismo, e como ele aborda a objetividade na *Genealogia da Moral*:

Devemos afinal, como homens do conhecimento, ser gratos a tais resolutas inversões das perspectivas e valorações costumeiras, com que o espírito, de modo aparentemente sacrílego e inútil, enfureceu-se consigo mesmo por tanto tempo: ver assim diferente, querer ver assim diferente, é uma grande disciplina e preparação do intelecto para a sua futura “objetividade” – a qual

não é entendida como “observação desinteressada” (um absurdo sem sentido), mas como a faculdade de ter seu pró e seu contra sob controle e deles poder dispor: de modo a saber utilizar em prol do conhecimento a diversidade de perspectivas e interpretações afetivas. [...] “Existe apenas uma visão perspectiva, apenas um “conhecer” perspectivo; e quanto mais afetos permitirmos falar sobre uma coisa, quanto mais olhos, diferentes olhos, soubermos utilizar para essa coisa, tanto mais completo será nosso “conceito” dela, nossa “objetividade”. Mas eliminar a vontade inteiramente, suspender os afetos todos sem exceção, supondo que o conseguíssemos: como? – não seria castrar o intelecto?... (NIETZSCHE, 1998, p. 109)

Nietzsche, em sua obra, ressalta que não existe “um puro sujeito do conhecimento, isento de vontade, alheio à dor e ao tempo” (NIETZSCHE, 1998, p. 109). Desse modo, explica que não existe um sujeito desvinculado de afetos, dos sentimentos e do próprio corpo. Para ele, não existe “nada em si”: tudo o que conhecemos tem algo de nós (sentimentos e interesses) como tampouco existe apenas uma perspectiva, posto que as perspectivas são múltiplas, como também o são as interpretações a que o homem deve estar aberto. Em virtude disso, a ideia de múltiplas perspectivas, de inúmeros pontos de vista, poderia ser associada a uma objetividade alargada.

Por seu lado, Popper entende que as teorias científicas nunca são inteiramente justificáveis ou verificáveis, no entanto, podem ser postas a prova. A objetividade, por tanto, pode ser intersubjetivamente submetida a teste. Popper, em consonância com o pensamento de Kant, afirma não haver conhecimento científico definitivo, mas sim, provisório, passível de ser mudado: a prova de que uma teoria é científica está dada pela sua falibilidade e pela possibilidade de ser refutada. Assim, a objetividade não exclui – pelo contrário: sempre inclui – pressuposições tanto científicas quanto metafísicas.

Kuhn, fez um novo aporte à ciência e ao modo de avaliar a objetividade científica. Ele criou o termo “paradigma”, que inclui o conjunto de crenças, valores e técnicas que a comunidade científica partilha em determinada época, e que vai sendo modificado na medida em que novas descobertas, problemas insolúveis ou outros fatos assim o exijam.

Sobre este aspecto, vale esclarecer que – em determinados momentos – as modificações são tão grandes que provocam o que o autor denomina **crise de paradigmas**. Ela ocorre quando o antigo paradigma vai sendo substituído pelo novo e que constitui um ponto de mutação no caminho da ciência e do pensamento da comunidade científica.

Assim, torna-se difícil manter a concepção tradicional de objetividade, porque tudo – em última análise – depende do paradigma, além do que também é questionável a aproximação da realidade, que na concepção tradicional de ciência era algo fundamental.

Vale salientar a crítica ao Positivismo realizada principalmente pela Escola de Frankfurt que considera que a objetividade e a ética científicas derivam de uma subjetividade de domínio, subjetividade que garante a opressão social. Singularmente, Feyerabend (1977, p. 33-34) afirma que o progresso científico deve valer-se mais de transgredir a ética da objetividade do que de respeitá-la, exemplificando o caso de Galileu Galilei na defesa da teoria astrofísica de Copérnico. Por tudo isso, Feyerabend considera que a objetividade resultante do respeito sistemático dos procedimentos consagrados pela prática científica é, muitas vezes, ilusória.

Por seu lado, Bachelard (1994, p. 1) chama a atenção para o fato de que “basta falarmos de um objeto para nos acreditarmos objetivos” e esclarece que a evidência primeira é uma sedução que há de ser superada, porquanto é uma verdade fundamental, porque está repleta de convicções que têm a aparência de um saber. Bachelard, explica que uma atitude objetiva para ele exige manter uma constante vigilância epistemológica (*episteme*, em grego, quer dizer ciência).

Para Maturana (2001), as explicações do conhecer envolvem o conhecedor (o sujeito, o ser humano), que vive a experiência e na qual o sujeito não vê o que vê. Por essa razão, o autor estabelece uma diferença entre a experiência e a explicação, pois esta última é produto de uma ação: explicar. E, para ele, explicar implica uma reformulação da experiência que se explica – e que é aceita por um observador –, de modo que a explicação guarda relação com quem aceita a referida explicação. Segundo o autor, o explicar e o observar se dão na dimensão biológica e tanto os processos cognitivos quanto as experiências do explicar guardam correlação com os fenômenos do vivo e com mundo em que se vive. Observações, explicações e aceitações do explicar ocorrem como legítimas na corporeidade (que é a maneira pela qual o cérebro reconhece e utiliza o corpo como instrumento relacional com o mundo) e não de forma exclusiva na razão.

Maturana (2001, p. 32-33) entende que há duas formas de aceitar as reformulações da experiência, e que são, para ele, os “caminhos da objetividade”. Trata-se da “objetividade sem parênteses” e da “objetividade entre parênteses”. A partir delas (ou melhor, de uma ou outra) pode ser entendida a forma de viver, as emoções e as ações de uma pessoa. Em estreita síntese, as diferenças entre elas são as seguintes:

a) **Objetividade sem parênteses:** exige um observar dos fenômenos e das coisas tal como eles se apresentam – independentes do observador –; a realidade, o outro, os fenômenos, são compreendidos como estranhos e existentes em domínios de realidades diferentes do observador; admite-se a possibilidade de diferenciar ilusão e percepção em referência a algo que é independente de quem observa; o explicador não é responsável pela validade do que diz dado que a realidade é independente dele (enquanto a negação do outro é responsabilidade desse outro); não se questiona a origem biológica da cognição; toda verdade objetiva é universal e válida para qualquer

observador, porque independe do que ele faz. As realidades, os dados, as medições e a objetividade validam o dizer.

b) **Objetividade entre parênteses:** não se prende a uma verdade absoluta; são aceitas inúmeras verdades e diversas realidades conforme os diferentes domínios que envolvem o explicar e o observador (o mundo e a realidade não falam por si sós e há tantas realidades quantos domínios explicativos e quantos modos de reformular a experiência); há uma realidade diferente daquela do explicador, igualmente válida – embora não lhe agrade –, por isso, o outro pode ser negado não porque esteja equivocados, mas porque está em um domínio de realidade que não agrada ao primeiro (MATURANA, 2001, p. 36-38).

Neste ponto, é indispensável esclarecer que, segundo Maturana, a objetividade entre parênteses não significa subjetividade, significa, apenas: “assumo que não posso fazer referências a entidades independentes de mim para construir meu explicar” (MATURANA, 2006, p. 35).

Ao tratar do tema objetividade, Edgar Morin se pronuncia da seguinte maneira: “[...] a objetividade é o resultado de um processo crítico desenvolvido por uma comunidade/sociedade científica num jogo em que ela assume plenamente as regras. Ela é produzida por um consenso [...] Não é uma qualidade própria do espírito do sábio” (MORIN, 2002, p. 42-43).

Morin (1996, p. 331) explica que o “paradigma da simplificação” da ciência clássica (paradigma que está composto pelo conjunto de princípios que comandam e controlam a inteligibilidade, e que – na opinião do autor – sua interligação provoca uma visão simplificada do universo) tentou sempre eliminar do âmbito do conhecimento científico a problemática do sujeito. Desse modo, provocou uma separação total entre o objeto e o sujeito que o percebe: “A verifica-

ção por observadores/experimentadores diversos é suficiente não só para atingir a objetividade, mas também para excluir o sujeito cognoscente” (MORIN, 1996, p. 331).

Desse modo, segundo o autor, a objetividade é o resultado de um processo crítico desenvolvido por uma comunidade/sociedade científica em um jogo no qual ela assume plenamente as regras. Assim, a objetividade é fruto de um consenso de pesquisadores.

A propósito disso, Morin (2005, p. 42), faz referência a Popper, quem afirmou que a objetividade dos enunciados científicos reside no fato de eles poderem ser intersubjetivamente submetidos a testes. E esclarece que isso constitui um círculo, posto que uma vez que esses testes começam a ser feitos, eles fundamentam novamente a objetividade real do fenômeno estudado.

O autor alerta que, desse modo, é desvendada a existência de um elo entre a intersubjetividade e a objetividade. Explica que embora se acredite na possibilidade de eliminar o problema relativo aos assuntos humanos, isso é algo impossível (MORIN, 2005, p. 42).

Morin lembra que Popper insistiu muito dizendo que se a objetividade científica fosse fundamentada na imparcialidade ou na objetividade do sábio individualmente, então deveríamos desistir dela. E acrescenta que a objetividade não é uma qualidade própria das mentes científicas superiores, posto que quando estão fora dos laboratórios os cientistas se comportam como seres passionais, pulsionais, ao emitirem suas opiniões sobre política e sociedade, por exemplo. No âmbito laboratorial, o cientista deve respeitar regras que o direcionam tanto para o rigor quanto para a objetividade.

Outro aspecto que resulta importante destacar – e que Morin menciona – é o ponto de vista de Habermas sobre “os interesses”. Habermas relata a existência de diferentes tipos de conhecimento científico, diferença que está dada pelo fato de serem movidos por interesses distintos, como por exemplo, o interesse técnico (relativo

ao domínio da natureza e que se manifesta nas ciências empírico-formais); o interesse prático (que diz respeito ao controle e, mormente – ao controle da sociedade e que constitui a característica principal das ciências histórico-hermenêuticas); e o interesse reflexivo sobre: “Quem somos nós, o que fazemos?” (que dá impulso ao que Habermas denomina “ciência crítica”).

Habermas pensa que como a ciência precisa, primordialmente, conquistar a objetividade, “ela dissimula os interesses fundamentais aos quais ela deve não só os impulsos que a estimulam, mas também as condições de toda objetividade possível”. Segundo Morin (2005, p. 47), Habermas disse: “conscientizem-se dos interesses que os animam, dos quais vocês não têm consciência”.

Em apertadíssima síntese do que foi até aqui analisado, pode-se dizer que a objetividade é concebida – em linhas gerais – como antagônica, oposta e contrária à subjetividade, razão pela qual é gerada uma dicotomia que está dada pelo sujeito/objeto e pela objetividade/subjetividade.

Mas, será que essa situação continuará “*ad eternum*”?

3. SUBJETIVIDADE

De origem latina, o vocábulo subjetividade vem de *subjectivus*, de *subjectus*, participio passado de *subicere*, “colocar sob”, de *sub-*, “abaixo”, mais *jacere*, “atirar, jogar, lançar”. Subjetivo, do latim *subjectivu*, possui – dentre outros – os seguintes significados: 1) Pertencente ou relativo ao sujeito; 2) Que está somente no sujeito, no eu, que se passa ou existe no espírito; 3) Que exprime ou manifesta apenas as ideias ou preferências da própria pessoa, pessoal, individual; 4) Antônimo: objetivo.

O termo subjetividade, então, é um substantivo abstrato, que denota a qualidade ou característica do que é subjetivo, próprio de cada

pessoa, de seu pensamento e de seus sentimentos e que advém das próprias experiências de vida, das suas crenças e dos seus valores. Por essa razão, a subjetividade não é una: há tantas subjetividades quanto pessoas, e, por isso diferente, varia de acordo com os conceitos que cada indivíduo possui, o que permite ao sujeito ter opinião própria.

As restrições impostas pelo paradigma dominante da Ciência Moderna – que como critério de cientificidade e visando garantir a objetividade da ciência excluem o sujeito, expulsando qualquer processo de subjetivação – são perceptíveis no âmbito das Ciências da Natureza e, sobretudo, na esfera das Ciências Humanas e Sociais. Esse fato promove a necessidade de fazer uma reflexão sobre o papel da subjetividade na construção do conhecimento. A importância de pensar na subjetividade está estreitamente relacionada ao ato de conhecer, posto que é realizado por um sujeito – o sujeito cognoscente.

Em estreita relação com o que acabamos de analisar, vale mencionar o pensamento de Morin, que assim o expressa: “[...] o próprio progresso do conhecimento científico exige que o observador se inclua em sua observação, o que concebe em sua concepção; em suma, que o sujeito se reintroduza de forma autocrítica e auto reflexiva em seu conhecimento dos objetos” (MORIN, 2002, p. 29-30).

Por seu lado, Maturana explica que: “Subjetividade é uma das palavras que usamos para desvalorizar uma afirmação sob o ponto de vista da objetividade sem parênteses. Uma suposição que não se baseia em uma correspondência com a realidade externa é considerada meramente subjetiva” (MATURANA, 2002, p. 47; tradução da autora).

Segundo Maturana (2001, p. 145-146), os cientistas afirmam que suas emoções não participam das explicações nem das afirmações científicas. O autor esclarece que o critério de validação dessas explicações científicas especifica as operações que hão de ser execu-

tadas – como observadores padrão–, para produzir uma explicação científica. Para tal, os cientistas aprendem a ser cuidadosos e evitar que suas emoções, desejos e preferências provoquem distorções ou interferências, pois isso constituiria um erro grave o suficiente para invalidar o trabalho ou – pelo menos – o critério de validação das explicações científicas.

O autor explica, no entanto, que as emoções influenciam – por exemplo – as perguntas que são feitas. E continua sua argumentação afirmando que a poesia da ciência se baseia em nossos desejos e interesses; o caminho que a ciência segue (nos mundos que vivemos) não é guiado por nossa razão, senão por nossas emoções, na medida em que nossos desejos e emoções permeiam as perguntas que fazemos ao fazer ciência (ibid., p. 146).

Assim, o cientista não encontra fora de si – em um mundo independente – os problemas da ciência. Nas próprias palavras de Maturana: “Nós constituímos nossos problemas e questões ao fluirmos na nossa práxis de viver e fazemos as perguntas que nós, em nosso emocionar, desejamos fazer” (MATURANA, 2001, p. 146).

O autor aprofunda sua explicação ao dizer que se bem nossas emoções não entram na validação de nossas explicações científicas, aquilo que explicamos surge de nossas emoções na forma de um interesse que não queremos ignorar, “explicando o que queremos explicar, o explicamos cientificamente, porque gostamos de explicar dessa maneira” (MATURANA, 2001, p. 146).

Maturana (ibid., p. 147) continua sua argumentação dizendo que – como domínio cognitivo – a ciência existe e se desenvolve sempre expressando os desejos, ambições, interesses, aspirações e fantasias dos cientistas, apesar de suas alegações de objetividade e independência emocional).

Isso significa dizer que os cientistas praticam a ciência como uma forma de viver sob uma das numerosas emoções que os constituem

em seu viver como seres humanos emocionais normais, ou seja, sob a paixão ou desejo de explicar.

No entanto, ainda segundo Maturana (ibid., p. 148), a área de domínio de experiências que o cientista escolhe a cada momento para analisar, investigar ou explicar, ou – ainda – para decidir que usos dará aos resultados da atividade científica, dependem de outras emoções que aparecem ao longo da vida. Assim, o conhecimento científico pode ser usado para qualquer propósito que o cientista possa querer – como desejos, paixões, medos ou intenções.

Quando isso acontece, o autor considera que o cientista começa a agir como tecnólogo, empresário, artista, trapaceiro, político, pois diante do aparecimento de algum de seus outros interesses humanos, o cientista se envolve com ações técnicas, produtivas, estéticas, pessoalmente vantajosas, ou sociais. Maturana (ibid., p. 149) considera que neste contexto as noções de progresso, ética e responsabilidade social adquirem muita importância. Embora não pertençam à ciência como domínio cognitivo, essas noções se aplicam aos cientistas como seres humanos, pois tudo o que o cientista faz envolve o indivíduo, as comunidades humanas e não humanas de seres vivos a que o cientista pertence e que o sustentam em sua atividade.

O autor encerra o aspecto relativo ao sentimentos e emoções do cientista com uma aliança sobre a sabedoria:

Nós, cientistas, em nosso empenho de fazermos o que mais gostamos, isto é, a investigação científica, frequentemente somos vítimas de paixões, desejos e intenções da nossa cultura, e pensamos que a expansão da ciência justifica tudo, tornando-nos cegos para a sabedoria e para como ela é ensinada. A sabedoria desenvolve-se no respeito pelos outros, no reconhecimento de que o poder surge pela submissão e perda de dignidade, no reconhecimento de que o amor é a emoção que constitui a coexistência social, a honestidade e a confiança, e no reconhecimento

de que o mundo que vivemos é sempre, e inevitavelmente, um afazer nosso. Mas, se a ciência e o conhecimento científico não nos dão sabedoria, pelo menos não a negam, e a consciência disso abre a possibilidade de aprendê-la vivendo nela, para aqueles que escapam da ambição do sucesso e do desejo de controle e manipulação. (MATURANA, 2001, p. 158)

Em sua reflexão sobre o método científico clássico, Morin (2005, p. 20-21) relata que Husserl, quase cinquenta anos atrás, tinha diagnosticado uma tarefa cega (que se referia à eliminação por princípio do sujeito observador, experimentador e concebedor da observação), que eliminava o ator real, o cientista, enfim, o ser humano possuidor de uma história, uma cultura e uma sociedade, da experimentação e da concepção. Podemos dizer até – disse Morin – que o retorno reflexivo do sujeito científico sobre si mesmo é cientificamente impossível, porque o método científico se baseou na disjunção do sujeito e do objeto, e o sujeito foi remetido à filosofia e à moral.

Resulta importante destacar que Morin (2001, p. 311) não condena – ao contrário – adere plenamente ao afastamento – no sentido estratégico de um procedimento científico – do subjetivismo, se incluídos nele a idiosincrasia afetiva, o egocentrismo, o etnocentrismo, a opinião arbitrária. No entanto, considera importante fazer a distinção entre realidade e subjetividade e entre ilusão e subjetivismo. “É porque esta distinção não foi operada que a luta elucidativa contra o subjetivismo tornou a ciência cega para o sujeito. Aqui, quero mostrar que o desenvolvimento da luta contra o subjetivismo exige o reconhecimento do sujeito e a integração crítica da subjetividade na busca da objetividade” (MORIN, 2001, p. 311).

Morin reflete sobre o paradigma clássico e essa cisão entre sujeito e objeto em vários momentos de sua obra. Assim, ele afirma (2005, p. 137) que embora a ciência tenha se baseado na exclusão do sujeito,

esse sujeito existe, tem o cérebro inscrito em uma cultura, em uma sociedade determinada, razão pela qual até nas observações mais objetivas há sempre um componente subjetivo. Por isso, tratar o tema do sujeito é fundamental.

Morin (2005, p. 322) complementa dizendo que esse método obrigava a expulsar a noção de sujeito até dos observadores-concebedores. Não obstante isso, com o passar do tempo e com as mudanças ocorridas, os cientistas foram levados a ampliar e reconhecer as noções de sujeito e de subjetividade que, segundo Morin (*ibid.*, p. 30), é comum a toda criatura. O próprio progresso do conhecimento científico exige que o observador se inclua em sua observação, isto é: aquele que concebe em sua concepção. Em síntese, que o sujeito se reintroduza de forma autocrítica e auto reflexiva em seu conhecimento dos objetos.

O autor insiste nesse tema que o preocupa e faz uma crítica à separação sujeito/objeto, por ser um dos aspectos essenciais de um paradigma mais geral de separação e redução, pelo qual o pensamento científico toma um destes dois caminhos: ou distingue realidades inseparáveis sem poder encarar sua relação; ou as identifica por redução da realidade mais complexa para uma menos complexa. Morin explica que física, biologia e antropossociologia tornaram-se ciências totalmente distintas, e quando se quis ou quando se quer associá-las é por redução do biológico ao físico-químico, do antropológico ao biológico. Neste ponto, e para superar as limitações apontadas, Morin faz uma exortação exaltando a necessidade de um novo paradigma – o da complexidade – dizendo:

Precisamos, portanto, para promover uma nova transdisciplinaridade, de um paradigma que, decerto, permite distinguir, separar, opor, e, portanto, dividir relativamente esses domínios científicos, mas que possa fazê-los se comunicarem sem operar a redução. O paradigma que denomino simplificação (redução/separação) é insuficiente e mutilante. É preciso um paradigma

de complexidade, que, ao mesmo tempo, separe e associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais. (MORIN, 2005, p. 138)

4. A MUDANÇA DE PARADIGMA

Em sintonia com Morin, ao analisar o paradigma da Ciência Moderna, Capra (2001, p. 28) diz que esse modelo não só dominou quanto modelou nossa cultura durante longos anos. Destaca que se trata de um modelo que concebe: o método científico como a única abordagem válida do conhecimento; a especialização; o universo como sistema mecânico composto de unidades materiais elementares; a vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência; e a crença do progresso material ilimitado como algo que deve ser alcançado através do crescimento econômico e tecnológico.

O domínio desse paradigma está estreitamente ligado à tradição de utilizar o modelo matemático das ciências naturais e exatas – que podem ser avaliadas e quantificadas pelo método científico – como forma de garantir racionalidade e cientificidade a todos os fenômenos físicos e, também, aos fatos sociais e humanos. No entanto, restou demonstrado que, por estas ciências trabalharem com pessoas, ideias, discursos, etc., aquele método não se mostra como o mais adequado, de forma que são utilizados outros que – ao aplicar, por exemplo, pesquisas qualitativas ou quantitativas – não desprezam a quantificação, mas tratam a transformação de ideias em dados numéricos de forma diferente, muitas vezes, subjetiva. Na esfera da complexidade busca-se estabelecer a relação entre ciências naturais e ciências humanas, sem reduzir umas às outras.

No paradigma emergente, denominado paradigma da complexidade, acaba a separação entre observador e observado; o sujeito

(que é um ser racional, sensível e criativo), em conexão (e em comunicação) com o objeto, se integra ao ato de conhecer e, também, faz parte do conhecimento. Constitui uma aspiração o fato que esse conhecimento contribua para a reflexão, a discussão e que possa ser incorporado por cada um no seu saber, na sua experiência, na sua vida. Esse tipo de conhecimento se orienta à sabedoria, que – por sua vez – se apoia na racionalidade, porém incluindo aspectos desconsiderados no outro paradigma, tais como sensibilidade, espiritualidade, tradição e fé. Os princípios que norteiam os relacionamentos no âmbito deste paradigma são: harmonia, sinergia, sincronia, sinfonia, sintonia. E esses relacionamentos incluem os homens entre si e seu contato com a natureza, com o planeta, ao que deve respeitar, baseando seu desenvolvimento nos princípios da sustentabilidade e nas noções de que a consciência cria a realidade, que o todo é muito maior que a soma das partes e que esse novo olhar envolve tanto uma perspectiva holística quanto transdisciplinar.

Nesse contexto, Morin explica:

(...) a complexidade não é somente o fato de que tudo está ligado, de que não se podem separar os diferentes aspectos de um mesmo fenômeno, de que nós somos seres de desejo, seres econômicos, seres sociais, etc., de que tudo está ligado – aliás, a era planetária é aquela em que tudo está ligado –, mas é além do mais a ideia de que conceitos que se opõem não devem ser expulsos um pelo outro quando se chega a eles por meios racionais. Isso faz parte da minha concepção da complexidade. Do universo e do homem. (MORIN, 2002, p. 58)

A propósito disso, pelo impacto que causa e pelo alcance e a influência que exerce no mundo, há de se destacar que o Papa Francisco comunga com a Complexidade e age em comunhão com o

pensamento complexo, tal como se depreende da leitura da Carta Encíclica *Laudato Si* do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum – o planeta –, escrita pelo próprio Papa em 2015 (PAPA FRANCISCO, 2015, texto integral).

Evoluindo na sua linha de pensamento, Morin esclarece que o conhecimento não pode ser o reflexo do mundo: é um diálogo em devir entre nós e o universo. Na visão do autor, nosso mundo real é aquele cuja desordem nunca poderá ser eliminada e de onde ele não poderá jamais auto eliminar-se. E conclui dizendo:

Isso não quer dizer que estejamos fechados num solipsismo irremediável. Isso quer dizer que nosso conhecimento é subjetivo/objetivo, que pode assimilar os fenômenos ao combinar os princípios do tetragrama ordem/desordem/interação/organização, mas que continua sendo uma incerteza insondável quanto à natureza última desse mundo. (MORIN, 2005, p. 223)

5. DO TERCEIRO EXCLUÍDO AO TERCEIRO INCLUÍDO

Como vimos até aqui, o paradigma clássico está atrelado à lógica binária – que considera dois valores de verdade: verdadeiro ou falso –, assim, esse raciocínio se estende para outros pares como certo/errado, sim/não, causa/efeito, sujeito/objeto.

Esse tipo de lógica – alicerçada no pensamento aristotélico – é considerado como a lógica da realidade e está baseada no Princípio do Terceiro Excluído. Existem outros princípios básicos, como o da Identidade e da Não Contradição (CHAUI, 2000, p. 72). Vejamos:

O princípio da Identidade: **A é A** e pode ser entendido como “o que é, é”. Por exemplo: objetivo é objetivo.

O princípio da Não Contradição: **A não é não A**. Por exemplo: o conhecimento objetivo não é conhecimento não objetivo. Assim,

uma ideia que se nega a si mesma se autodestrói, desaparece. As coisas e as ideias contraditórias são impensáveis e impossíveis.

O Princípio do Terceiro Excluído, cujo enunciado é: “**ou A é A ou não é não A e não há uma terceira possibilidade T**” (ou, o que é o mesmo: “ou A é x ou é y e não há terceira possibilidade”), o que poderia ser exemplificado da seguinte forma: “Ou o conhecimento é objetivo ou é subjetivo”. Assim, trata-se de um princípio que define um dilema (ou é objetivo ou é subjetivo) e requer que apenas umas dessas alternativas seja verdadeira. Dessa forma, não admite um terceiro estado no qual **A** possa ser **A** e **não A** ao mesmo tempo, ou seja, não existe um estado de dualidade T para A.

Por outro lado, e no contexto da lógica transdisciplinar, alinhada ao paradigma da complexidade, surge o **Princípio do Terceiro Incluído** em contraponto e como complemento do princípio do terceiro excluído, e não anula, mas, restringe seu campo de validade.

Antes de avançar na explicação cumpre lembrar que, segundo Nicolescu (2015, p. 34), a transdisciplinariedade é “aquilo que está a um só tempo *entre* disciplinas, *transversalmente* às diferentes disciplinas e *além* de todas as disciplinas” e tem a finalidade de compreender o mundo atual.

A lógica transdisciplinar – que foi concebida por Nicolescu – está fundamentada na lógica quântica e se apoia em um tripé, que está constituído por diferentes níveis de realidade; pelo princípio do terceiro incluído e pela complexidade. Nicolescu os denomina – respectivamente – axioma ontológico, axioma lógico e axioma epistemológico.

O autor explica que a abordagem transdisciplinar não é hierárquica e que não há um nível que seja considerado fundamental. Cada nível é caracterizado por sua *incompletude*: as leis que regem um nível são parte de uma totalidade de leis que regem todos os níveis e, mesmo se fosse considerada a totalidade de leis, isso não esgotaria inteiramente a Realidade, posto que há que considerar, também

o Sujeito em sua interação com o Objeto. A unidade dos níveis de Realidade e a sua complementar zona de não resistência constituem aquilo que Nicollescu chama de Objeto transdisciplinar.

O autor esclarece que “a História credits a Stéphane Lupasco a demonstração de que a lógica do terceiro incluído é uma lógica válida, matematicamente formalizada, multivalente (com três valores: A, não A e T) e não contraditória (LUPASCO, 1951)” (LUPASCO, 2015, p. 39).

Para explicar claramente o significado do terceiro incluído, Nicollescu sugere utilizar a imagem de um triângulo:

A fim de obter uma imagem clara do significado do terceiro incluído, permita-nos representar os três termos da nova lógica – A, não A e T – e suas dinâmicas associadas através do triângulo, no qual um dos vértices está situado em um nível de Realidade e os demais em outro. O meio incluído é, na verdade, um terceiro incluído. Caso permaneçamos em um único nível de Realidade, toda manifestação parece um embate entre dois elementos contraditórios. A terceira dinâmica, aquela do estado-T, é exercida em um nível de Realidade distinto, onde aquilo que percebemos como desunido está, de fato, unido; aquilo que parece contraditório é percebido como não contraditório. (NICOLESCU, 2015, p. 39)

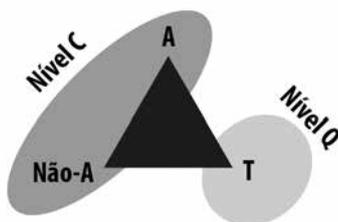


Figura 1

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%B3gica_do_terceiro_inclu%C3%ADdo

Nicollescu esclarece, ainda, que a projeção do estado-T em um mesmo nível de Realidade produz a aparência de pares antagônicos

e mutuamente excludentes (A e não A). Um único nível de Realidade pode apenas criar oposições antagônicas.

Finalmente, o autor explica que “a ação da lógica do terceiro incluído em diferentes níveis de Realidade induz a uma estrutura aberta da unicidade dos níveis de Realidade”. Essa estrutura traz consequências à teoria do conhecimento porque implica a impossibilidade de uma teoria completa em si mesma, já que “o conhecimento está sempre em aberto” (NICOLESCU, 2015, p. 40).

Se agora tentássemos exprimir **A** e **Não A** em uma imagem conforme a lógica binária clássica, em um contexto de Realidade única (C), teríamos uma disjunção, um antagonismo dado por **A** (Subjetividade) e **Não A** (Objetividade):

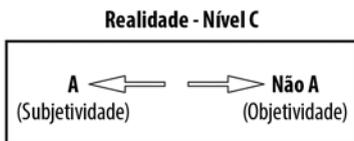


Figura 2
Fonte: autora

Ao fazer uma analogia com o pensamento de Lupasco e Nicolsescu, e ao denominar **A**: Subjetividade; **Não A**: Objetividade e **T** (o terceiro incluído), e se considerarmos – também – os níveis de realidade **C** e **Q**, temos:

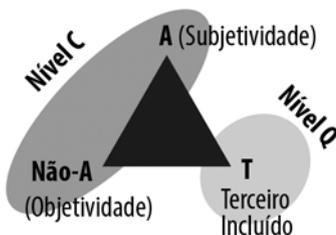


Figura 3
Fonte: Wikipedia, com adaptações da autora

Desse modo, **A** e **Não A**, Subjetividade e Objetividade estão em situação de oposição no Nível de Realidade **C**. Mas, ao considerar o Nível de Realidade **Q**, **A** e **Não A** – Subjetividade e Objetividade – deixam de ser paradoxais, para serem complementares.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo não se propôs a resolver toda a problemática relativa às emoções e sentimentos do pesquisador no trabalho de pesquisa, nem esgotar a análise do papel da objetividade e da subjetividade na ciência. No entanto, buscou conceituar cada um desses elementos e alinhar as interações existentes entre eles, que afetam e condicionam tanto a atuação do pesquisador quanto a validade de suas afirmações e explicações científicas.

Foi possível constatar que quando imersa no paradigma positivista, regido por uma lógica binária que promove a cisão de sujeito e objeto, a ciência se apoia – dentre outros – nesse princípio, para alcançar um conhecimento que possa ser considerado objetivo.

Por outro lado, quando a análise é realizada a partir dos princípios da complexidade, que considera o homem não apenas como sujeito que conhece a partir de sua subjetividade, senão também a partir de sua conexão e sua interação com o objeto, aceitando que essa relação está permeada de emoções típicas e naturais do ser humano, o paradoxo entre objeto e sujeito se desvanece, dando lugar a uma relação enriquecedora de complementariedade.

Desse modo, os positivistas poderão afirmar que há uma impossibilidade de subsistência da objetividade científica em contraponto à paixão do pesquisador.

No entanto, aqueles que se alinham com o paradigma emergente da complexidade, não apenas admitirão, quanto considerarão – como

eu considero – imprescindível, incluir a paixão do pesquisador – bem como tudo o que conforma sua subjetividade – em um convívio harmonioso com a objetividade e com o rigor científico que viabilize uma nova forma de caminhar rumo ao desenvolvimento da ciência.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A psicanálise do fogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BOCCHI, J. H. (Org.). **Monografia para economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CAPRA, F. **O Ponto de mutação**. Trad.- Álvaro Cabral. 22ª Ed.- São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CUPANI, A. **A objetividade científica como problema filosófico**. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, 6 (Número especial): 18-29, jun. 1989. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/issue/view/382>>. Acesso em: 14 set. 2017.

DE VRIES, J. **Dicionário de Filosofia**. Editora Herder, SP, 1969.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1977.

FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. Petrópolis: Vozes, 1990.

KUHN, T. **A Estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 5. ed. ver. ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

LÓGICA DO TERCEIRO INCLUÍDO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=L%C3%B3gica_do_terceiro_inclu%C3%ADdo&oldid=39119542>. Acesso em: 10 out. 2017.

MATURANA, H. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

_____. **Cognição ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. MAGRO, Cristina; PAREDES, Vitor (Orgs.). 2ª reimpressão. Belo Horizonte, UFMG, 2006. Disponível em: <<http://projetosntenoite.pbworks.com/w/file/etch/57862773/Humberto%20Maturana%20-%20Cogni%C3%A7%C3%A3o,%20Ci%C3%Aancia%20e%20Vida%20Cotidiana.pdf>> Acesso em:17 set 2017.

MORIN, E. **Epistemologia da complexidade**. In: SCHNITMAN, D.F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. **O método II: a vida da vida**. Tradução de Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Ninguém sabe o dia que nascerá**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **Ciência com Consciência**. Rio: Bertrand. 2005.

NICOLESCU, B. **Como podemos entrar em diálogo? Metodologia transdisciplinar do diálogo entre pessoas, culturas e espiritualidades**. **Inter-Legere** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Natal-RN, n.16, jan./jun. de 2015. p. 31-46 ISSN 1982-1662 . Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/8966>> Acesso em: 13 out 2017.

NIETZSCHE, F. W. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Trad.: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Disponível em: <<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/Genealogia-da-Moral-Nietzsche.pdf>> Acesso em: 10 set 2017.

OBJETIVIDADE. Origem da palavra: site de etimologia. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/objetividade/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

PAIXÃO. Dicionário Aulete Digital. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/paixa%C3%B5>>. Acesso em: 19 set. 2017.

PAIXÃO. Dicionário Aurélio de Português Online. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/paixao>>. Acesso em: 19 set. 2017.

PAIXÃO. Michaelis. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=laKWv>>. Acesso em: 19 set. 2017.

PAIXÃO (SENTIMENTO). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Paix%C3%A3o_\(sentimento\)&oldid=50531899](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Paix%C3%A3o_(sentimento)&oldid=50531899)>. Acesso em: 19 set. 2017.

PAN, M. et al. **Subjetividade: Um Diálogo Interdisciplinar** - Interação em Psicologia, 2011, 15(n. Esp.), p. 1-13 Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/25365>> Acesso em: 01 out. 2017.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica ‘Laudato si’ do santo padre Francisco** - Sobre o cuidado da casa comum. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclicalaudato-si_po.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

POPPER, K.R. **Conhecimento objetivo**. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, EDUSP, 1975.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SUBJETIVIDADE. Origem da palavra: site de etimologia. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/significado-23/>>. Acesso em: 21 set. 2017.

SUBJETIVO. Significados. Disponível em: <<https://www.significadosbr.com.br/subjetivo>>. Acesso em 21: set. 2017.

ZEN, A. **Imaginário e ciência: novas perspectivas do conhecimento na contemporaneidade**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 17-26, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/23675>>. Acesso em: 04 out. 2017.

O Conhecimento e o pensamento científico

Natália Lázaro Roncador¹

INTRODUÇÃO

Falar que a prática de se fazer ciência é o que tem ajudado ao desenvolvimento do mundo das ideias é praticamente inquestionável até mesmo àqueles que não concordam com o estudo acadêmico tradicional. O pensamento científico é um dos grandes responsáveis pelo avanço teórico por todas as partes do mundo, independe das correntes escolhidas. Saber observar com o olhar de cientista para com o mundo é quase uma vocação, pois o cientista seria aquele que se compromete com a busca de respostas e não mede esforços para encontrá-las. Porém, é esse pensamento de encanto sobre o saber científico que acaba, por vez, o destruindo. Muitas vezes, em busca pela verdade, acaba-se por ignorar outros tipos de pensamentos que podem, em alguns casos, ajudar no processo de busca. A busca pela verdade absoluta pela Ciência acaba por cegar aqueles que ignoram diferentes conhecimentos.

De acordo com Edgar Morin, “Essa ciência elucidativa, enriquecedora, conquistadora e triunfante, apresenta-nos, cada vez mais, problemas graves que se referem ao conhecimento que produz, à ação que determina, à sociedade que transforma” (MORIN, 2005, p. 16). Segundo o autor, uma das possibilidades seria acabar com a divisão entre ciência ‘boa’ e ‘má’, ligando os conhecimentos uns aos outros para dispor de uma complexidade do pensamento e prática científica. É interessante – e necessário – pensar que essa ambivalência de pensamentos acabou por emponderar a ciência elucidativa, a ‘boa ciência’, atribuindo um poder que ela, na realidade, não possui.

¹ Jornalista, Mestranda em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: nataliaroncador@gmail.com

E a grande problemática deste fato é que, se tal pensamento não for repensado, essa ciência acaba por ganhar uma capacidade de manipulação e até destruição da própria ciência. Essa complexidade de pensamento em que ciência destrói a si mesma na medida em que evolui com tal pensamento, foi nomeada como um processo inter-retroativo da ciência por Morin.

Da mesma forma, Boaventura Santos (2009) enxerga essa ideia retrógrada da ciência como um pensamento abissal, cuja principal característica é a impossibilidade de dois tipos de conhecimentos e pensamentos diferentes. Para além do que é validado como conhecimento, há apenas um vácuo com campos ignorados e com questões que não podem ser resolvidas. Estes são considerados pela ciência moderna como conhecimentos alternativos, como a filosofia e a teologia.

O que Boaventura nos faz pensar é, o que leva o pensamento científico assumir uma postura de poder sob os diferentes tipos de conhecimento? De acordo com o teórico, esse emponderamento vem do monopólio que está no centro da disputa epistemológica entre as formas científicas da verdade. Todos os conhecimentos que estão além do universo do verdadeiro e falso são ignorados e tomados como invisíveis, tais como os conhecimentos populares e indígenas, por exemplo. Assim, Boaventura toma o conhecimento científico como abissal por eliminar qualquer uma destas outras realidades formas de conhecimento.

Morin critica não somente a forma em que o pensamento científico tem sido formulado, mas também a maneira que este pensamento é posto em prática. Para ele, a separação do conhecimento por meio de disciplinas – melhor dizendo, a fragmentação do saber – impede que a ciência seja pensada como um todo, gerando uma superespecialização. Na visão do autor, quanto mais se isola os pensamentos, menos eles tendem a ser elaborados de acordo com a complexidade

social necessária para o andamento da ciência. Para ele, essa fragmentação é um dos problemas consequentes à ciência moderna.

Parece que nos aproximamos de uma temível revolução na história do saber, em que ele, deixando de ser pensado, meditado, refletido e discutido por seres humanos, integrado na investigação individual de conhecimento e de sabedoria, se destina cada vez mais a ser acumulado em bancos de dados, para ser, depois, computado por instâncias manipuladoras, o Estado em primeiro lugar. (MORIN, 2005, p. 17)

Ainda de acordo com o pensamento de Morin, vivemos um neo-obscurantismo generalizado nas ciências, consequente das especializações do pensamento. Para o autor, o não-especialista renuncia a possibilidade de se pensar na vida e na sociedade. A partir do momento em que não se pensa em questões fundamentais, a ciência torna-se um pensamento vazio, sem um fator motivador. A problemática é agravada pois, se não se pensa no fazer ciência, o conhecimento científico, conseqüentemente, torna-se um conhecimento desconhecido. As teorias científicas estão tão preocupadas tentando decifrar códigos de verdade que acabam por esquecer de decifrar a si mesmo, perdendo o controle da sua própria estrutura de pensamento. Tantas metodologias foram desenvolvidas em diferentes campos que acabou-se por não dispor de nenhum método para o próprio conhecimento e pensamento científico. Com isso, o que é ciência afinal? Esta parece ser a grande dúvida que os pesquisadores ou não acham respostas ou desistiram de procurar. Visto uma crise na prática acadêmica, neste momento é mais que essencial que os pesquisadores procurem um autoconhecimento do conhecimento científico, se desprendendo de ideologias do poder que encobrem o pensamento das ciências modernas.

A BUSCA PELA VERDADE

No momento em que o cientista estabelece uma relação entre ciência boa e ciência má - como propõe Edgar Morin, acaba-se por ignorar uma série de pensamentos que podem ajudar na manutenção do pensamento científico. O que o próprio autor nos lembra é que, para o surgimento de uma ideia nova, precisa-se de um campo intelectual aberto para debater as teorias e visões de mundo (MORIN, 2005). Morin fala que é preciso se por em crise, descobrir as contradições fundamentais que resultam nas atividades científicas modernas.

A crise intelectual que concerne às idéias simplórias, abstratas, dogmáticas, a crise espiritual e moral de cada um diante de sua responsabilidade, no seu próprio trabalho, são as condições sine qua non do progresso da consciência. (MORIN, 2005, p. 25)

O problema da auto glorificação científica é a certeza de que suas teorias são inquestionáveis. Por isso, Morin fala que um dos empecilhos da auto reflexão do conhecimento é ter a absoluta certeza de que somente sua ideia é o reflexo do real. De acordo com o autor, é “o domínio do domínio da natureza que hoje causa problemas” (MORIN, 2005, p. 36).

As autoglorificações, felicitações, exaltações abafam a tomada de consciência da ambivalência fundamental, ou seja, da complexidade do problema da ciência, e são tão nocivas quanto denegritos e vitupérios. (MORIN, 2005, p. 35)

A autora Linda Zagzebski (2012) nos lembra que foi com Platão que o conhecimento se tornou um estado mais elevado que o comum e, de acordo com a autora, o dualismo entre um espírito elevado do conhecimento para Platão em contradição com uma concepção con-

temporânea mais branda pode-nos fazer questionar a impossibilidade de definir o que é conhecimento. Ainda de acordo com a autora, é interessante questionar se devemos ter como objetivo uma definição real do conhecimento, devido a dificuldade de se refletir sobre o assunto.

De acordo com Morin, é o próprio conflito de ideologias dos pressupostos metafísicos que estimulam a ciência a ir atrás de respostas. Porém, é necessário desmistificar o papel do cientista. Este não é um ser superior, além de ter a mesma propensão ao erro que qualquer outro humano. Dessa forma, é difícil afirmar que o conhecimento é um reflexo do real e que a verdade é a única razão do pensamento científico. Segundo Morin, “a ciência não tem verdade, não existe uma verdade científica, existem verdades provisórias que se sucedem, onde a única verdade é aceitar essa regra e essa investigação” (MORIN, 2005, p. 56). Sendo assim, as teorias científicas resistem não por serem reflexo da verdade, mas por estarem melhor adaptadas aos estados contemporâneos do conhecimento. O que o autor nos sugere é que o pensamento científico deve ser de tal forma que enfrente a complexidade do real e, ao mesmo tempo, faça a ciência refletir sobre si mesma.

Se seguirmos com a afirmativa de que as teorias científicas não são a verdade absolutas das coisas, podemos concluir que nenhuma teoria pode ser mais válida ou mais aceita que outras, já que se tem como consentimento que o pensamento científico não é o reflexo do real. Aliás, nos pensamentos de Morin, o confronto entre diferentes teorias é necessário para que exista numerosos pontos de vista, ou seja, justamente o oposto de segmentar o pensamento científico.

A ciência é impura. A vontade de encontrar uma demarcação nítida e clara da ciência pura, de fazer uma decantação, digamos, do científico e do não científico, é uma idéia errônea e diria também uma idéia maníaca. (MORIN, 2005, p. 59)

Outro erro comum é pensar que a ciência descobre novas realidades. Pelo contrário, ela descobre um real que estava escondido, e não criado por essa. E se a ciência revela realidades já existentes, não se deve ignorar pensamentos diferentes do científico, já que todas as formas do real devem ser levadas em consideração nesse processo. Até mesmo pela não objetividade de uma teoria, ou seja, o fato dela não possuir todas as verdades a ponto de se tornar um consenso entre os pesquisadores, ela sempre estará fadada à falseabilidade.

É notável observar o pensamento de Morin ao afirmar que, muitas vezes, acaba-se por achar que a ciência se auto-afirma ao rejeitar a filosofia. Porém, o pensamento científico, independente de sua área, tem sempre uma origem filosófica, uma pergunta não resolvida que move o pesquisador. Da mesma forma que o mesmo autor nos lembra que a toda ciência contém postulados não científicos, e que é preciso da não-cientificidade para produzir ciência.

Não há um fato puro totalmente isolável; a objetividade não é isolável das crenças, o círculo passa e repassa pela lógica, pela linguagem, pelos paradigmas, pela metafísica, pela teoria, pela cooperação, pela competição, pelas oposições, pelo consenso. (MORIN, 2005, p. 61)

Zagzebki enxerga o conhecimento como uma relação em que, de um lado está o conhecimento por familiaridade, onde o sujeito está em contato direto com a realidade conhecida através da experiência. Do outro está o conhecimento proposicional, em que o sujeito estabelece uma relação indireta com o conhecimento, uma vez que tudo que esse conhece é apenas uma proposição verdadeira sobre o mundo. De acordo com a autora, as proposições podem ser verdadeiras ou falsas, mas somente as verdadeiras têm a capacidade de ligar o sujeito à realidade. Sendo assim, essa forma de conhecimento

é a principal maneira de como a realidade se torna compreensível à mente humana. Dessa forma, a única relação presente entre o sujeito e a preposição é a credibilidade da verdade. Em outras palavras, essa relação é chamada de estado de crença.

Uma vez indiscutível o fato de que conhecer proposicionalmente é, entre outras coisas, tomar uma proposição como verdadeira, e já que assentir uma proposição é apenas tomá-la como verdadeira, conclui-se, a partir da definição Agostiana de crença, que o conhecimento é uma forma de crença. (ZAGZEBKI, 2012, p. 156)

O CONHECIMENTO E O ESTADO DE CRENÇA

Apesar de não querer desviar do tema central deste artigo, quando tratamos de conhecimentos e teorias científicas, o estado de crença torna-se um aliado importante para entendermos o que seriam esses termos, afinal. De acordo com Zagzebki, durante décadas o pensamento científico teve como método principal a análise de condição de verdade. Porém, como vimos no tópico anterior, a credibilidade da verdade do objeto também é chamado de estado de crença. Talvez, a grande dificuldade em afirmar o que é o conhecimento e quão válido é nosso pensamento científico esteja no fato de que estes estão ancorados nas condições de verdade e realidade. Mas, se nem a realidade conseguimos decifrar, como pode o pensamento científico estar coberto de verdade, afinal?

De acordo com os autores Paul MOSER, Dwayne MULDER e J.D TROUT (2008), a crença é uma condição necessária para o conhecimento e, segundo a análise tradicional, se não houver a compreensão do que é crença, não se pode chegar a conclusão do que é conhecimento (MOSER; MULDER; TROUT, 2008). Segundo os mesmos autores, a crença é a forma em que observamos e, consequentemen-

te, nos comportamos no mundo. Assim elas contém informações que podem confirmar se essas podem ser verdadeiras ou falsas.

O tipo de informação contido nas crenças depende, pelo menos em parte, do modo pela qual essas crenças representam o mundo. Se uma crença representa o mundo incorretamente – se o representa mal –, a crença é falsa. Se, por outro lado, ela representa o mundo corretamente, é verdadeira ou factual. (MOSER; MULDER; TROUT, 2008, p. 50)

Dessa forma, as crenças são propositivas, pois exigem um objeto propositivo (o que nos lembra da classificação dos conhecimentos por Zagzebki, reforçando o argumento da crença como um conhecimento). E, assim como afirma Moser, Mulder e Trout, a crença é traduzida, também, nas nossas representações psicológicas e formas de comportamento. De acordo com Zagzebki, as crenças são análogas aos atos, analogia semelhante a de Moser, Mulder e Trout ao assimilar estados de crença com estados de verdade

Crenças são análogas aos atos. Crenças são boas desde que os atos sejam corretos. Crenças corretas têm sido identificadas como crenças justificadas. Portanto, o conhecimento é uma crença verdadeira justificada (ZAGZEBKI, 2012, p. 167)

Porém, a problemática da crença como conhecimento surge a partir do momento em que falamos em atribuições de crenças. Quando atribuímos certas crenças a determinadas pessoas, não podemos ter a garantia de que essas pessoas vão, de fato, torná-las como verdadeiras. Afinal, a crença vem de uma referência psicológica do indivíduo, e que pode ter diferentes sentidos para cada um, de acordo com suas individualidades. Quando presenciamos um intercâmbio cultural, por exemplo, não podemos exigir que essa pessoa faça a atribuição de crenças pois, na sua bagagem, outros estados de crença já foram atribuídos.

Portanto, assim como concluem Moser, Mulder e Trout, ao atribuir crenças a uma pessoa não significa que ela tenha esses significados e, muito menos, quando fazemos a analogia com o Conhecimento, não podemos exigir que essas crenças sejam verdadeiras. “A útil tendência de atribuir crenças como se fossem verdadeiras não nos deve levar a concluir que essas crenças existam na pessoa nem mesmo que são verdadeiras, de” (MOSER; MULDER; TROUT, 2008, p. 52). Em conclusão, como afirma Zagzebki, deve haver uma conexão entre verdade e outras condições de conhecimento, que não somente o estado de verdade do objeto (ZAGZEBKI, 2012).

Em concordância, Moser, Mulder e Trout afirmam que, muitas das crenças incluídas na categoria de conhecimento, não são rigorosamente verdadeiras, e sim aproximadamente verdadeiras. Porém, para eles, seria epistemologicamente irresponsável tratar a ideia que uma afirmação aproximadamente verdadeira não seja realmente verdadeira. Ou seja, em um momento em que a forma de se pensar Ciência passa a ser reconfigurada, a metafísica aparece como uma importante aliada à formulação do conhecimento e pensamento científico. Primeiramente, pelo motivo de que a obsessão na perfeição da ciência é, na realidade, uso desnecessário de tempo, dinheiro e esforço. “Seria irresponsabilidade agir com essa precisão quando em nada ela pode nos ajudar” (MOSER; MULDER; TROUT, 2008, p. 62). Ao mesmo tempo, os teóricos afirmam que são os objetivos teóricos que determinam o grau de apoio necessário para a justificação de uma crença.

Moser, Mulder e Trout nos lembram que os filósofos eliminativistas vêem a crença como estados cerebrais e que, dessa forma, descobriremos, em um futuro, que os estados de crenças de concebemos hoje são, na realidade, algo que simplesmente nunca existiram. Da mesma forma, Zagzebki afirma que, devido a uma série de fatores, não se pode isolar diferentes condições para o conhecimento.

O fato de nosso conhecimento depender do conhecimento e da virtude intelectual de uma grande quantidade de pessoas em nossa comunidade intelectual, bem como de um universo cooperativo, faz com que fique claro que não podemos isolar as condições para o conhecimento em um conjunto de propriedades independentes do conhecedor, muito menos em um conjunto de propriedades sobre as quais o conhecedor tenha controle. (ZAGZEBKI, 2012, p. 183)

De modo igual, Moser, Mulder e Trout questionam os filósofos eliminativistas ao pensar que, se é verdade que um dia confirmaremos que todos nossos estados de crença, na realidade, não existem, onde está uma explicação exata de quando uma teoria pode tomar por completo o lugar de outra? O que nos remete, novamente, à pergunta que nos motivou no início do texto: O que é conhecimento, afinal? E até quando um pensamento científico está plenamente condizente com a verdade? Provando que, na realidade, essas são perguntas fundamentais das ciências que ainda não possuem respostas concretas. Porém, devemos nos apegar ao fato de que, se ainda não se sabe ao certo o que é conhecimento, nada deve ser excluído durante a formulação do pensamento científico. E, da mesma forma que ainda não há uma resposta única para as perguntas, outras diferentes respostas podem se complementar e tentar chegar, juntas, a uma conclusão. Em suma, quando se trata do pensamento científico, nenhuma teoria pode ser totalmente conclusiva, assim como nenhum tipo de conhecimento pode ser descartado. Afinal, se o objetivo final do pesquisador for prover o bem à sociedade, que se respeite o que essa sociedade, de modo geral, tem a dizer e contribuir para a formação desse pensamento.

REFERÊNCIAS

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2005. 344 p.

MOSER, K. Paul; MULDER, H. Dwayne; TROUT, J.D. A crença. In: _____. **A teoria do conhecimento**. Uma introdução temática. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008. p. 47-66.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora Almedina S.A, 2009. p. 23-72.

ZAGZEBSKI, Linda. O que é conhecimento. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (Org.) **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 153-189.

A questão epistemológica do pesquisador que pesquisa dentro da sua organização

Felipe Diemer de Lemos¹

INTRODUÇÃO

Um importante ponto de partida para a discussão desse artigo talvez seja o de compreender como pode agir o pesquisador no relacionamento com seu objeto e, por conseguinte, com o campo a ser pesquisado. A partir dessa inicial consideração, também se faz necessária uma reflexão acerca de como esse relacionamento se dá na medida em que o pesquisador está completamente inserido na organização que se tornou o campo efetivo de investigação.

Essa espécie de problema epistemológico já é discutido de certa forma na pesquisa etnológica na medida em que há um interesse, cada vez maior, de se identificar com o objeto para estudá-lo e compreendê-lo adequadamente. Claude Lévi-Strauss já falava da relação próxima entre objeto e observador, inclusive como elementos da mesma natureza, quando mencionava o fato social e sua identificação e afirmava que:

Que o fato social seja total não significa apenas que tudo o que é observado faz parte da observação; mas também, e sobretudo, que, numa ciência em que o observador é da mesma natureza que seu objeto, o observador é ele próprio uma parte da sua observação. (LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 137)

Na sua obra sobre o metrô em Paris, o antropólogo Marc Augé também discorre sobre o fato de o pesquisador fazer efetivamente parte do

¹ Especialista em Marketing Estratégico e Comunicação Corporativa. Mestrando em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: felipex29@gmail.com

objeto a ser pesquisado. No caso, Augé mesmo pesquisou os usuários do transporte coletivo sendo ele, em primeira instância, um usuário desse transporte e estar amplamente familiarizado com os tipos com os quais manteve contato e que compreendiam o universo pesquisado. O pesquisador enxergava a potencialidade e as possibilidades por já fazer parte do ambiente pesquisado e estar, portanto, de certa forma imerso ali (no caso, o metrô de Paris). Esse mesmo tipo de visão pode ser aplicada aos ambientes que sejam, por exemplo, as organizações onde o pesquisador atua como funcionário remunerado e/ou tem algum tipo de vínculo emocional.

De esta manera al etnólogo que está en el metro (etnólogo de su propia sociedad, aun cuando para él no se trate más que de una etnología de ocasión, de circunstancias, para pasar el tiempo entre dos estaciones) se le impone la necesidad de aprehender toda la individualidade como recapitulación por sí mesma del todo social (aunque sólo sea porque cierto número de signos exteriores, que unicamente cobran sentido dentro de un contexto cultural e histórico preciso, permiten por lo menos imaginar su situación, sus gustos, sus orígenes) y se le impone la necesidad de aplicar a cada individualiad “el proceso ilimitado de objetivación del sujeto” en el que pensaba Lévi-Strauss. (AUGÉ, 1998)

Aqui temos, portanto, a discussão iniciada sobre o pesquisador dentro do seu próprio objeto ou, como aludiu Marc Augé, ao etnólogo de sua própria sociedade, alguém que está dentro do local pesquisado e que vai buscar, de alguma forma, realizar seu intento científico tendo como ponto de partida não a exterioridade do objeto, mas o fato de estar inserido nesse ambiente.

Apesar de fazer parte do objeto - ou para fazer um comparativo com uma pesquisa voltada à comunicação organizacional - estar dentro da própria organização onde se efetua a pesquisa, o pesqui-

sador inevitavelmente terá de se preocupar com a maneira como vai agir para, ao mesmo tempo, obter o máximo do que o objeto permite e se distanciar a ponto de conseguir fazer o exercício de enxergar esse objeto com outros olhares que possibilitem o estudo adequado com os rigores científicos.

Foi proposto pensar, por isso, o tema nesse artigo a partir dos aportes teóricos de Edgar Morin e Claude Lévi-Strauss, que contribuem com bastante propriedade a respeito dessa relação pesquisador-objeto, em diferentes e complementares dimensões, além de outros autores que tratam do assunto em maior ou menor medida, para posteriormente contrastar com a realidade da pesquisa analisada e chegar, por fim, a questionamentos que possam orientar de forma mais adequada a como encarar essa problemática no cotidiano da pesquisa.

SUJEITO (PESQUISADOR)/OBJETO

O Paradigma da Complexidade, formulado e proposto por Edgar Morin, traz inúmeros pensamentos e ricas contribuições a respeito do pensar a ciência e, por conseguinte, a pesquisa científica também. Isso se aplica, portanto, a própria relação entre sujeito e objeto na construção dos saberes. E é mais especificamente nesse aspecto que vamos nos deter ao falar desse paradigma.

Um dos princípios desse paradigma é o rompimento do tradicional dualismo entre sujeito-objeto, ou seja, a dicotomia entre o sujeito enquanto aquele que observa, isola, define, pensa, isto é, pesquisa sobre algo em essência e o objeto, aquilo que efetivamente será delimitado e pesquisado. Morin trabalha com a ideia de que, na ciência, o sujeito e o objeto estão totalmente inter-relacionados e essa simbiose entre os dois pode levar a algo mais além do que tradicionalmente se chama objetividade científica.

Mas, assim, ignorou-se que as teorias científicas não são o puro e simples reflexo das realidades objetivas, mas os coprodutos das estruturas do espírito humano e das condições socioculturais do conhecimento. (MORIN, 2005, p. 137)

Essa forma de pensar coloca a relação entre o sujeito e objeto em um regime de interdependência para que os mesmos elementos existam e, portanto, sejam mesmo identificados a partir disso. Não se trata, nesse caso, de a subjetividade eventualmente interferir no objeto, mas de os dois só fazerem sentido se interligados.

Ainda mais: só existe objeto em relação a um sujeito (que observa, isola, define, pensa) e só há um sujeito em relação a um meio ambiente objetivo (que lhe permite reconhecer-se, definir-se, pensar-se, etc, mas também existir). (MORIN, p. 41)

É bastante coerente compreender, também, que, a partir dessa forma de pensar, a pesquisa científica possa ser encarada como parte de um diálogo estritamente próximo entre sujeito (pesquisador) e o objeto a ser pesquisado (o que inclui evidentemente seu campo de pesquisa). Pode ser vista como uma construção conjunta em que os dois lados se escutam, e por onde flui o processo de criação do conhecimento científico. Para se alcançar observações objetivas há o imprescindível elemento da subjetividade presente que reconhece a capacidade de pensar do sujeito, de raciocinar e, por isso, interferir naquilo que observa, que estuda, que pesquisa e que isso efetivamente quebra antigos paradigmas da exclusão da subjetividade.

Aliás, o princípio do sujeito e objeto interconectados é fundante no pensamento complexo caracterizado pelo diálogo, mesmo entre elementos aparentemente contraditórios, mas que contribuem de maneira igual para entender os fenômenos. Há uma convivência em termos de complementaridade entre termos como o próprio mencionado

binômio sujeito/objeto, mas outros como homem/natureza, ciências naturais/ciências sociais. (MORIN, 2007)

Entendemos que, em uma pesquisa como a que se propõe fazer, o pesquisador, enquanto sujeito, efetivamente deve interagir com o objeto pesquisado em um nível profundo para que a própria pesquisa tenha um significado mais real a partir das próprias percepções e elementos culturais que fazem parte desse pesquisador. E que inevitavelmente influenciarão na maneira como esse objeto será verificado e analisado. O movimento em questão implica não apenas em mudanças no sujeito-pesquisador-observador, embora isso ocorra, mas, também, em relação ao objeto pesquisado na medida em que esse não é inerte, totalmente passivo.

Aquilo que os seres humanos percebem ao observar o mundo é, portanto, produto de uma operação muito complexa, na qual estão envolvidos o sujeito-observador, o objeto observado, os esquemas interpretativos utilizados pelo observador e o contexto em que tal observação se dá e adquire ou encontra sentido. Isso sem falar que, nas ciências sociais (no interior das quais a comunicação se inclui), os objetos observados não são jamais uma coisa inerte, sem vontade própria. Eles podem interagir com o observador e, inclusive, reagir às suas interpretações, pois são sujeitos dotados de capacidade autor-reflexiva e fornecem, ele mesmos, interpretações acerca de suas situações. (BARROS & JUNQUEIRA, p. 34)

Na sequência, no entanto, pode surgir uma questão pertinente: em que nível deve esse pesquisador, que é parte do campo pesquisado, realizar sua aproximação do objeto e em que ponto deve promover um certo afastamento estratégico para exercer um olhar diferenciado? Isso deve ser levado em conta, ainda, como mencionado anteriormente, pelo fato de que no campo da comunicação esse objeto não age de forma passiva, porém responde e reage à maneira como o pesquisador se coloca.

DE PERTO E DE LONGE

A antropologia, sobretudo a que sofreu forte influência dos escritos e pesquisas de Claude Lévi-Strauss, apresenta outras dimensões de pensamento possíveis nessa relação dialógica sujeito/objeto. A expressão *ver de perto para ver de longe*, atribuída ao famoso antropólogo belga, foi tomada de empréstimo de um autor dramático japonês que sintetiza, de certa maneira, uma perspectiva que nos interessa muito para a discussão aqui colocada. O olhar distanciado pressupõe evidentemente uma necessária aproximação a uma determinada cultura (e aqui podemos aplicar a um objeto pesquisado cientificamente de forma geral) para se buscar todos os detalhes e pormenores que o cercam a fim de conseguir apreender o maior conhecimento possível do que se deseja obter. Aliás, esse é um movimento bastante importante porque o sujeito sai de si mesmo para tentar ver com a lente dos outros (SILVA, 2010) e se põe em busca de respostas para fundamentar seus pressupostos a respeito de determinado fenômeno analisado. É essencial a busca na medida em que:

(...) os materiais brutos que o meio ambiente natural oferece à observação e à reflexão são, ao mesmo tempo, tão ricos e tão diversos que, de todas essas possibilidades, o espírito não é capaz de apreender senão uma fração. Ele serve-se deles para elaborar um sistema entre uma infinidade e outros igualmente concebíveis; nada predestina um qualquer de entre eles a um destino privilegiado. (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 152)

O primeiro movimento do pesquisador, levando em conta que é um sujeito envolvido ativamente no campo de observação do objeto, vai no sentido de aproveitar ao máximo o que a proximidade com esse objeto pode proporcionar, ou seja, como afirma Lévi-Strauss, toda essa riqueza e diversidade. É o que se denomina, tam-

bém, como uma fase de entranhamento, ou seja, uma espécie de segunda etapa após o estranhamento ou a colocação de lentes diferentes para ser ver o objeto conforme mencionado anteriormente. Nessa segunda etapa ou fase, como se prefira chamar, uma característica marcante é de um “mergulho no desconhecido” (SILVA, 2010). Seja por um trabalho etnográfico, pela leitura de autores, entra-se nesse mundo específico do objeto para “nadar” efusivamente por ali (aproveitando-se da metáfora do mergulho) e, basicamente, colocar-se no lugar do outro e, assim, compreender as razões do outro, o que vai determinar os rumos da caminhada do pesquisador.

Mas a concepção de olhar distanciado não parece se resumir a ir até o objeto, e sim, conseguir fazer um segundo movimento que é o de se afastar e se distanciar mesmo a ponto de se desentranhar, ou seja, conseguir sair de dentro desse objeto, uma vez imerso nele. Esse movimento é importante porque o pesquisador volta ao seu lugar de fala depois de se estranhar e entranhar e, conseqüentemente, pode dar um passo para se mais longe do objeto. Falando sobre o distanciamento da sociedade em que vivemos, em uma entrevista, Lévi-Strauss aborda sua visão do pesquisador enquanto etnólogo, dizendo que

(...) achei que ele interpretava muito bem a atitude do etnólogo ao observar sua própria sociedade, não como a vê membro dela, mas como veriam outros observadores postados longe dela no tempo e no espaço. (LÉVI-STRAUSS & ERIBON 1990, p. 231)

Essa seria uma sequência mais ou menos lógica, levando em conta a necessidade de o pesquisador-observador, portanto, afastar-se do objeto pesquisado disposto a usar as lentes diferenciadas para tentar enxergar o objeto sob outros prismas. E, depois, seguir para a imersão no objeto e tentar colocar as lentes ou os óculos do outro (ou seja, entrar mais profundamente na relação com o seu objeto de pesquisa)

e, finalmente, voltar a fazer suas análises saindo desse objeto e olhando “de fora” ou “de longe”, evidentemente já com outros olhos, isto é, outro tipo de visão.

E QUANDO O PESQUISADOR ESTÁ DENTRO?

Essa lógica, no entanto, pode sofrer uma espécie de inversão da sequência em uma hipótese específica. No caso da pesquisa realizada por um pesquisador, enquanto membro da organização que faz parte do objeto pesquisado, é preciso refletir acerca de como esses movimentos se darão.

Tem-se, talvez, nesse caso, um ponto de partida diferente do usual. O pesquisador, nesse caso, pode já estar imerso no objeto desde sempre. Tomemos por empréstimo o conceito de “observador-participante”, para fazer referência ao conceito de Malinowski, por natureza. Nesse caso, teríamos, com a devida paráfrase, um real “participante-observador”, com ênfase na participação, pois o mesmo está dentro e não fora da organização. Ele não precisa, por isso, fazer um movimento em direção a conhecer e se aprofundar, ou mesmo colocar as lentes da organização onde o objeto está sendo pesquisado, pois já convive com a mesma e, indubitavelmente, é parte dela, está dentro dela, encontra-se absolutamente familiarizado com ela em relação ao seu discurso, suas manifestações, etc.

É importante compreender, nessa etapa também, o conceito de pesquisa-ação que pode ser bastante útil para se entender o papel e o lugar do pesquisador. Há um elemento importante nesse tipo de pesquisa ao conceituar que o pesquisador está, de certa forma, dentro do campo pesquisado ao desenvolver seu trabalho em um regime de mais inteira cooperação com os pesquisados.

Entre as diversas definições possíveis, daremos a seguinte: a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1986, p. 14)

Evidentemente, aqui não se faz referência direta ao pesquisador enquanto um membro que é partícipe da organização, mas a pesquisa-ação é um recurso metodológico bastante próximo dessa realidade na medida em que o pesquisador pode tirar uma certa vantagem pelo fato de estar mais perto e em plena cooperação com o campo pesquisado e, portanto, isso pode facilitar o desenvolvimento do seu objeto.

Ou seja, o pesquisador está dentro do campo mesmo e o conhece muito bem, não necessitando, por isso, realizar o entranhamento. Isso, ao mesmo tempo, não o livra da necessidade de estranhamento. Com um exercício crítico apurado, terá de passar pelo processo de retirar suas lentes (e, nesse caso, as lentes já são utilizadas por alguém que é membro da própria organização em que o objeto está inserido sujeito a vícios típicos dessa condição).

Por outro lado, insistimos com a ideia de se fazer o processo inverso do que se apresenta normalmente nas pesquisas a partir desses pontos. Ele pode iniciar com o desentranhamento. Uma vez que está imerso já no campo de pesquisa, por ser não um observador-participante, mas um efetivo participante da organização em que está inserido o objeto, o pesquisador terá de, em algum momento, proceder o necessário deslocamento e “sair” de dentro do campo, e evidentemente precisará fazer com a ajuda de autores, da mesma forma que faria um outro pesquisador não inserido no campo. Com a diferença muito mais na fase ou momento em que isso se dá.

Essa “saída”, falando agora da pesquisa proposta, implicará em compreender obviamente que suas análises levarão, em dado momento, a, inclusive, discutir as relações comunicacionais da organização da qual faz parte. Poderá, em última instância, chegar a considerações e/ou conclusões que não serão necessariamente reconhecimentos ou confirmações com vistas a publicitar o que a organização faz, mas efetivamente, como se espera de uma pesquisa científica, a trazer à tona a relevante discussão sobre o objeto pesquisado e, se for o caso, as consequências que isso poderá ter para a própria organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa que nos propomos a fazer para a dissertação, o objeto tem relação com as crises de imagem que afetam a organização conhecida como Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil e a relação desse tipo de crise com a própria formação da identidade da referida organização. Em resumo, trata da própria crise de identidade que pode afetar uma organização, nesse caso, a Igreja.

O problema do artigo surge, por isso, já que o pesquisador, em questão, desde 1994 é membro ativo da organização e, especificamente, desde 2009, assumiu a função de gerente da Assessoria de Comunicação do escritório sul-americano da denominação. Está responsável, entre outras atribuições, pelas coordenação da agência de notícias para divulgação mais interna (entre os fiéis), o relacionamento com a imprensa (coordenação geral da estratégia e coordenação tática junto a outros 60 profissionais que atuam em escritórios regionais, universidades, hospitais e outros projetos de cunho social da organização) e a atuação em situações de risco de abalos ou danos à imagem (gerenciamento de crises).

Diante disso, evidentemente, para efeitos de pesquisa, serão necessários pelo menos três pontos muito claros de relação com a organização adventista e, neles, encontram-se alguns dilemas a serem enfrentados ou encarados.

O primeiro deles é a necessidade da caracterização da organização enquanto a abordagem de sua história e origem para apresentar, então, seu discurso, formado por seus valores (crenças, convicções) na relação com seus públicos, o que será importante para contrapor depois com aspectos de imagem, identidade e o elemento crise. Nessa caracterização, o pesquisador terá de enfrentar o desafio, enquanto apresenta os elementos que definem a organização adventista, pôr-se a divulgar a organização adventista nos moldes mais publicitários, fazendo uma defesa da organização ao invés de uma avaliação no sentido maior de caracterizar esse discurso.

Outro ponto importante, que exigirá do pesquisador fundamental habilidade no trato com a organização adventista, especialmente por é referente a uma análise de alguns episódios negativos de notório impacto sobre a imagem da organização. Essa análise deverá ser voltada efetivamente para exemplificar a discussão teórica justamente da combinação discurso, imagem, a crise e, por fim, as possíveis consequências para a identidade organizacional. Nesse ponto, o pesquisador terá, inevitavelmente, de produzir uma análise desapassionada e não partidária por conta de sua estreita relação com a organização e que seja capaz de extrair os dados necessários para a dissertação.

O artigo, por isso, não se propõe, de maneira definida e irrevogável, a definir caminhos específicos para o pesquisador que é parte de uma organização e se põe a pesquisar um objeto inserido dentro ou relacionado a essa própria organização. Mas algumas considerações gerais podem ser apresentadas após se levantar essa série de dilemas e aspectos referentes à metodologia de pesquisa.

Uma primeira consideração é a de que o pesquisador que faz parte da organização, para o pleno e devido exercício de seu intento na ciência, será impulsionado, pelo fato de pertencer a uma organização ligada ao objeto da pesquisa, a desenvolver com presteza o movimento de afastamento ou distanciamento da organização no sentido de realizar seu trabalho com a maior neutralidade possível e, assim, fazer surgir questionamentos importantes para, inclusive, contribuir com essa própria organização. Sem essa busca maior, ou mais intensa, à neutralidade, poderá deixar de obter os elementos que seriam imprescindíveis para colaborar com a própria organização, pois poderia ser tentado a pesquisar apenas para confirmar seus pressupostos enquanto sujeito.

Outra consideração é a de que, como participante da organização, poderá se valer de um amplo acesso à documentação e, portanto, isso servirá de importante apoio na pesquisa, uma vez que os acessos a esses materiais costumam ser difíceis e complicados, em determinadas organizações, para os que se encontram naturalmente distantes delas. Ao mesmo tempo, terá de lidar com o conflito de não poder, em certas e específicas circunstâncias por conta de políticas de confidencialidade da organização, exibir em sua pesquisa acerca do objeto pesquisado alguns documentos considerados estratégicos de uso eminentemente interno e cujo acesso é franqueado ao pesquisador sob a condição de que seja mantido o sigilo de não reproduzi-lo.

Os caminhos exatos que um pesquisador poderá adotar, a partir disso tudo colocado, só ele mesmo poderá definir. O mais importante, para nós, foi evidenciar que é necessária essa percepção de que a relação entre sujeito (pesquisador) e objeto tem diferentes facetas e que, mesmo diante de uma trabalho em que pesquisador seja participante da organização de onde parte o objeto a ser pesquisado, isso pode não significar necessariamente um obstáculo ou problema epistemológico, nem por outro lado apenas algum tipo de vantagem, porém uma

situação a ser contornada ou manejada e que permite refletir sobre o próprio papel de quem observa um fenômeno e sobre ele se debruça para fazer ciência.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Un ethnologue dans le métro**. París. Hachette. 1987 (traducido al castellano de Alberto Bixio. El viajero subterráneo. Un etnólogo en el metro. «col. EL MAMÍFERO PARLANTE. Serie Menor». 2ª ed. Barcelona. Editorial Gedisa S.A. 1998).

BARROS, Antônio Teixeira e JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A elaboração do projeto de pesquisa In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antônio Teixerira (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo, Atlas, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss In: Mauss, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, [1950], 2003.

_____. **O olhar distanciado**. Lisboa, Edições 70, 1983.

_____ e ERIBON, Didier. **De perto e de longe**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES**. Porto Alegre, Sulina, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de pesquisa-ação**. São Paulo, Cortez, 1986.

2

QUESTÕES
DE MÉTODO

O grupo focal em uma dissertação de mestrado

Dealessandro David Lima de Melo¹

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo analisar a possibilidade de utilizar o Grupo Focal como método empírico na consecução de uma dissertação de mestrado na disciplina Comunicação, algo aparentemente incomum e fora da curva nos dias atuais, haja vista a tenra idade da área em questão. Apresenta uma visão geral do método, bem como de dissertações de mestrado que utilizaram esse formato de estudo em outras áreas além da própria comunicação, tais como a educação, a saúde, administração etc.

Veremos uma abordagem interpretativa, a partir de uma análise de dados coletados no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e de pesquisa bibliográfica exploratória sobre o assunto. Meu objetivo é analisar a possibilidade e a viabilidade do mestrando em comunicação utilizar o procedimento empírico do Grupo Focal como método de estudo no processo inerente a estruturação de sua dissertação como critério de conclusão de curso, ou seja, abrir ou ampliar novos horizontes em uma abordagem estruturalista na formatação de um trabalho.

Almejou-se, ainda, na análise interpretativa deste capítulo, demonstrar como proceder a constituição de um Grupo Focal, bem como identificar exemplos de dissertações nas áreas de Comunicação que utilizaram o método Grupo Focal como forma empírica de auxílio na condução do raciocínio acadêmico para comprovação ou não de uma determinada hipótese levantada pelo mestrando.

² Especialista em Marketing e Relações Públicas. Mestrando em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: dealessandromelo@gmail.com

Esta reflexão metodológica tem como justificativa a necessidade de se identificar as definições, características e procedimentos para empregar o Grupo Focal como forma passível de utilização pela Comunicação em seus estudos, o que já ocorre em áreas como a educação e a saúde. É justificável, ainda, pela pretensa relevância acadêmica que este artigo possa vir a ter para a disciplina, pois em princípio poderia contribuir para abrir novos horizontes dentro de um contexto de pesquisa qualitativa em situações peculiares que permitam tal posicionamento.

O MÉTODO

Segundo Santos (2007), o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal². Perfaz um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são formatadas por meio de caminhos radicais que dividem a realidade social em dois universos diferentes: o universo deste lado do caminho some enquanto realidade, torna-se inexistente, e é sim produzido como não existente. Inexistência significa não existir sobre qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de maneira radical porque permanece estranho ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro. A característica principal do pensamento abissal é a inviabilidade de co-presença dos dois lados do caminho. Este lado do caminho só prevalece na medida em que se esgota o campo da realidade relevan-

² O autor não pretendeu afirmar que o pensamento moderno ocidental seja a única forma de pensamento abissal. “Pelo contrário, é muito provável que existam, ou tenham existido, formas de pensamento abissal fora do Ocidente. Não é meu propósito analisá-las neste texto. Defendo apenas que, abissais ou não, as formas de pensamento não-ocidental têm sido tratadas de um modo abissal pelo pensamento moderno ocidental. Também não trato aqui do pensamento pré-moderno ocidental nem das versões do pensamento moderno ocidental marginalizadas ou suprimidas por se oporem às versões hegemônicas, as únicas de que me ocupo neste ensaio.”

te. Para além dele há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica.

Ao mesmo tempo em que o conceito de inexistência de uma verdade absoluta é atualmente bem consolidado entre os pesquisadores de todas as áreas, nos deparamos com uma visão razoavelmente consagrada entre os pesquisadores de Comunicação de que o experimento é algo praticamente inacessível e inviável para os estudos e pesquisas inerentes à disciplina.

Segundo Morin (1990), a inteligência cega destrói os conjuntos e as totalidades, enclausura todos os seus objetos do seu meio ambiente. Ela não pode contemplar o elo inseparável entre o observador e a coisa observada. A Universidade produz a alta cretinização. A metodologia prevalente produz um obscurantismo acrescido, já que não há mais ligação entre os elementos disjuntos do saber, não há possibilidade de registrá-los e de refleti-los.

A metodologia envolvida em uma pesquisa leva em consideração os conceitos teóricos de abordagem, o arcabouço de técnicas que permitem a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador (MINAYO, 2001).

Segundo Oliveira *et al.* (2007), as pesquisas de origem qualitativa surgem menos como opositoras às pesquisas empíricas do que como uma outra forma de investigação. Nas aproximações qualitativas, o ponto pesquisa ganha novo significado, passando a ser idealizado como uma trajetória circular em volta do que se almeja compreender, não se preocupando exclusivamente com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar à qualidade, aos elementos que sejam importantes para o observador-investigador. Essa "compreensão", dessa forma, não está conectada totalmente ao racional, mas é vista como uma capacidade inerente ao homem, concentrado em um contexto que constrói e do qual é parte ativa. O homem compreende porque indaga as coisas com as quais convive. Isto posto, não haverá neutralida-

de do pesquisador em relação à pesquisa, haja vista o fato dele atribuir significados, selecionar o que do mundo quer conhecer, interagir com o conhecido e se dispor a comunicá-lo. Assim como não haverá “conclusões” e sim uma “construção de resultados”, já que compreensões, não sendo aprisionáveis, nunca serão definitivas.

Gil (1991), classifica as pesquisas em três grupos: estudos exploratórios, descritivos e explicativos. Os estudos exploratórios têm como característica principal colaborar no entendimento de um tema pesquisado, porém, sem terem a pretensão de serem conclusivos. Pretende-se, sobretudo, elevar o conhecimento e a compreensão do problema da pesquisa.

Consta que a pesquisa bibliográfica é a procura de uma problematização de um projeto de pesquisa tendo como ponto de partida referências já publicadas, analisando e debatendo as possíveis colaborações científicas e culturais, permeando uma excelente técnica para proporcionar ao pesquisador a sustentação teórica, de conhecimento, bem como o treinamento científico que viabilizam a produção de trabalhos convenientes e originais.

Ainda segundo Gil (1999), os estudos fenomenológicos têm a característica de não serem dedutivos. Eles partem de princípios considerados verdadeiros; no entanto, não consideram a realidade nem como única nem mesmo como explicável e sim passível de interpretação e de compreensão. Os grupos focais se caracterizam por: 1) são livres, já que o entrevistador concede ao entrevistado falar abertamente sobre o assunto, no entanto quando este foge do tema original, contribui para sua retomada; 2) é um tipo de técnica utilizada em situações experimentais, com a finalidade de explorar com profundidade alguma experiência vivida em condições determinadas; 3) é um método empregado com grupos de pessoas que vivenciaram uma experiência específica, como presenciar um acidente, assistir um filme, etc.; e 4) esta técnica necessita de grande habilidade do pesquisador, devendo

respeitar o foco de interesse no tema sem que, contudo, isso infra conferir-lhe uma estruturação maior.

Visando confirmar a pouca produção bibliográfica referente ao emprego do método Grupo Focal nas dissertações da disciplina comunicação, buscou-se neste capítulo, numa abordagem quantitativa, identificar o número de trabalhos realizados utilizando esse formato e constantes no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), durante o período de 2012 a 2017.

Para o levantamento de dados, adotou-se os seguintes critérios: a) foi realizado um primeiro filtro com as dissertações mais recentes, realizadas no período compreendido entre 2012 e 2017; b) a seleção dos trabalhos que constassem a palavra “Grupo Focal” no corpo do trabalho; e c) foi utilizado o método analítico descritivo para análise dos dados coletados, haja vista que a finalidade foi constatar a frequência em que o tema em questão foi empregado como método nas dissertações.

Das 193 (cento e noventa e três) citações, 73 (setenta e três) eram dissertações que utilizaram o método Grupo Focal, no entanto 2 (duas) foram descartadas por não atenderem o objeto em estudo.

As dissertações que utilizaram o método Grupo Focal foram assim distribuídas: 22 (vinte e duas) eram na área da saúde (17 na saúde pública, 2 na enfermagem, 1 ciências médicas, 1 gerontologia e 1 fonoaudiologia); 16 (dezesesseis) na área da educação; 5 (cinco) na área da comunicação; 4 (quatro) na área da sociologia; 4 (quatro) área da psicologia; 3 (três) na área de educação física; 3 (três) na área da administração; 2 (duas) na área serviço social; 2 (duas) na área de design; 2 (duas) na área agroecossistemas; 2 (duas) na área da engenharia e gestão do conhecimento; 1 (uma) na área da biologia; 1 (uma) na área da arquitetura e urbanismo; 1 (uma) na área do estudos da tradução; 1 (uma) na área da engenharia florestal; 1 (uma) na área da educação científica e tecnológica; e 1 (uma) na área de biotecnologia.

As dissertações inerentes à comunicação abordaram os seguintes temas:

1) TV aberta no Marajó: usos e apropriações pelos moradores da comunidade São Pedro em Breves-Pará-Amazônia. UFPA, 2012.

2) Serviço de valor adicionado para vendas de produtos na TV universitária: proposta de um modelo de negócio complementar. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2015.

3) Métodos de avaliação de experiência do usuário (UX) com eletrodomésticos: um estudo exploratório. UFP, PPGCom, 2014.

4) Uma proposta de imersão no processo da fotografia e na leitura de imagens. UFRS, 2016.

5) “Tem que ler até o fim?”. Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. UFSC, 2016.

Quanto às dissertações que utilizaram o método Grupo Focal, observa-se um reduzido uso da técnica no total de dissertações constantes na CAPES (1648) nos últimos 5 (cinco) anos, bem como que o estudo ficou concentrado na saúde e na educação e o restante bem diluído em várias áreas, com um total de somente 5 (cinco) na comunicação.

GRUPO FOCAL

A entrevista individual e a observação participante em grupos estão entre as técnicas mais utilizadas em pesquisas qualitativas, dessa maneira, pode-se considerar que os grupos focais, como uma entrevista em grupo, seria uma interface que utiliza elementos dessas duas abordagens.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial (II GM), os grupos focais foram empregados para examinar os efeitos persuasivos da propaganda política, avaliar os fatores que influenciavam a produtividade nos

grupos de trabalho, bem como a eficácia do material de treinamento de tropas, etc.. Desde 1980, os grupos focais passaram a ser empregados para entender as atitudes de pessoas doentes, o uso de contraceptivos e para avaliar a interpretação da audiência com relação às mensagens da mídia (Morgan, 1997; Veiga & Gondim, 2001).

Segundo Oliveira e Freitas (1998), os grupos focais possuem destaque na pesquisa qualitativa, haja vista sua capacidade de propiciar flexibilidade e riqueza na apanha de dados, geralmente indisponíveis quando se aplica um instrumento de forma individual, além do ganho em espontaneidade advinda da interação entre os participantes. No entanto, exige considerável preparação do local e resulta em uma menor quantidade de dados/por pessoa do que aquela inerente a entrevista individual.

O método do Grupo Focal possibilita a obtenção de informações de um grupo relevante acerca de um determinado tema, considerando sua interação, sentimentos e ideias, experiências e representações de pequenos grupos acerca de um tema estabelecido. Não almeja o consenso e nem a tomada de decisões, bem como pode ser uma ferramenta propícia para se retro alimentar com informações sobre pontos específicos.

Gaskell (2002), relata que os grupos focais proporcionam uma discussão aberta e acessível em volta de um tema comumente de interesse aos participantes. Uma discussão que se baseia em um debate racional pela qual as diferenças de *status* entre os participantes são desconsideradas. Assim, ele estabelece os grupos focais como uma "esfera pública ideal", tendo como referencial o conceito de esfera pública de Habermas. Esse autor visualiza pelo menos três tradições ligadas com o emprego de grupos focais como técnica de entrevista: 1) a tradição da terapia de grupo (Tavistock Institute); 2) a avaliação da eficácia da comunicação (Merton; Kendall)³; e 3) a tradição da dinâmica de grupo em psicologia social (Lewin).

³ Essa técnica de entrevista grupal – de origem anglo-saxônica – começou a ser utilizada nas pesquisas de marketing e de reação do público à propaganda no período do pós-guerra por pesquisadores como Robert Merton e Patrícia Kendall.

Morgan (1997), cita grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais, utilizando para isso o debate de um tópico especial apresentado pelo pesquisador. Como técnica, perfaz uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade, podendo ser caracterizada ainda como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (VEIGA & GONDIM, 2001).

Segundo Vergara (2004), o uso do grupo focal é especialmente indicado quando a finalidade é explicar como as pessoas consideram uma ideia, uma experiência, ou um evento, já que o debate no decorrer das reuniões é resolutivo em proporcionar informações acerca do que as pessoas sentem ou pensam, também, sobre a forma como agem.

A utilização dos grupos focais está conectada com as premissas e pressupostos do pesquisador. Enquanto uns o empregam como maneira de reunir informações úteis para a decorrente tomada de decisão; outros visualizam como indutores da autorreflexão e da transformação social e, ainda, existem aqueles que os definem como uma técnica para a exploração de um tema pouco conhecido, objetivando o delineamento de pesquisas futuras. Gondim (2003)

Assim,

O objetivo principal dos grupos focais é obter uma visão aprofundada ouvindo um grupo de pessoas do mercado-alvo apropriado para falar sobre problemas que interessam ao pesquisador. O valor da técnica está nos resultados inesperados que frequentemente se obtêm de um grupo de discussão livre. (MALHOTRA, 2006, p. 157)

Diversos conceitos e considerações surgiram levando em consideração essa base inicial, conforme descrição abaixo onde consta os

diversos conceitos ligados à questão dos grupos focais e suas respectivas ênfases.

AUTOR	CONCEITOS
Morgan (1996, p. 130)	Grupo de foco como uma técnica de pesquisa para coletar dados através da interação do grupo sobre um tópico determinado pelo pesquisador.
Oliveira e Freitas (1998, p. 83)	Grupo de foco é um tipo de entrevista em profundidade realizada em grupo, cujas reuniões apresentam características definidas quanto à proposta, tamanho, composição e procedimentos de condução. O foco ou o objetivo de análise é a interação dentro do grupo.
Greenhalg (1997, p. 15)	Os grupos focados caracterizam um método de pesquisa qualitativo, juntamente com outros métodos como a observação passiva, a observação participante e as entrevistas em profundidade.
Parent <i>et al</i> (2000, p. 47)	O grupo de foco pode ser considerado como método de geração de conhecimento já adotado rotineiramente nas organizações há muito tempo, semelhante a muitos outros bastante conhecidos, como o brainstorm, utilizados para que as pessoas que atuam na organização possam exprimir suas ideias.
Leitão (2003, p. 43)	O grupo de foco pode ser visto por administradores e gerentes como um álbum de viagem com anotações. Para aqueles que não puderam estar lá, as imagens captadas oferecem uma ideia da atmosfera, dos melhores momentos e das personalidades envolvidas.
Vergara (2004, p. 56)	Grupos focais é um grupo reduzido de pessoas com as quais o pesquisador discute sobre o problema a ser investigado, de modo a obter mais informações sobre ele, dar-lhe um foco, um afinilamento, bem como uma direção ao conteúdo dos instrumentos de coleta de dados.
Malhotra (2006, p. 157)	É uma entrevista realizada por um moderador treinado, de uma forma não estruturada, e natural, com um pequeno grupo de entrevistados.

Fonte: OLIVEIRA *et al.* (2007).

GRUPO FOCAL: CARACTERÍSTICAS E PROCEDIMENTOS

Morgan (1997), empregou uma visão diferente para classificar os grupos focais onde existem também três modalidades, mas sua tipologia repousa no uso isolado ou concomitante de outras técnicas e métodos de pesquisa. Assim, o autor fala em: 1) grupos autorreferentes, usados como principal fonte de dados; 2) grupos focais como técnica complementar, em que o grupo serve de estudo preliminar na avaliação de programas de intervenção e construção de questionários e escalas; 3) grupo focal como uma proposta multi-métodos qualitativos, que faz parte de seus resultados com os da observação participante e da entrevista em profundidade. Os grupos focais autorreferentes adequam-se com distintas finalidades, tanto para pesquisar novos campos ainda pouco explorados como para melhor elucidar e delinear questões de outras mais habituais, respondendo as indagações de pesquisa e investigando dúvidas de natureza cultural, bem como analisando opiniões, atitudes, experiências vividas e panoramas futuros. O autor cita um exemplo de seu estudo sobre a viuvez em que a indagação de pesquisa era verificar o que contribuía para a manutenção do bem-estar de viúvas. 06 (seis) grupos focais foram executados com mulheres mais velhas, entre seis meses a três anos de perda de seu esposo. Os debates foram promovidos por uma pergunta ampla: Que tipo de coisas vocês têm feito que esteja tornando a viuvez mais fácil ou mais difícil de ser suportada? Morgan chega ao veredito de que os grupos eram eficientes em estabelecer uma discussão por aproximadamente duas horas sem necessidade de coordenação do moderador, mantendo o núcleo central em volta das ações dos outros e dos conflitos delas advindos. Assim, a facilitação ou dificuldade para suportar a situação vivida pela pessoa era advinda do que os outros faziam ou deixavam de fazer. Então uma proposta de teorização explicativa

surgiu daí. Diferente do que se pensava, as experiências e os sentimentos positivos e negativos na vivência parecem estar ligados mais a características interpessoais e grupais do que aos intrapsíquicos da pessoa que perde o ente querido. Neste caso específico, os programas de apoio psicológico deveriam estar focados nos primeiros aspectos.

Por fim, Morgan relata que os grupos focais podem atuar em conjunto com outras técnicas, tais como a entrevista individual e a observação participante. Estas combinações de método dependem dos objetivos da pesquisa. Vide o emprego de grupos focais após as entrevistas individuais, o que facilita a avaliação do embate de opiniões ao se ter maior clareza do que as pessoas isoladamente pensam sobre um tema determinado. Em outro exemplo, a associação dos grupos focais com a observação participante, contribui da mesma forma para comparar o conteúdo produzido no grupo com o cotidiano dos participantes em seu ambiente natural.

O Guião (2008) sugere os seguintes passos quanto a sua constituição e planejamento:

- 1) os grupos focais podem ter entre 7 e 10 participantes. Os grupos funcionam melhor quando há um número de pessoas suficiente para manter uma boa discussão, mas não em excesso, para que as discussões sejam muito longas e as pessoas não tenham a oportunidade de participar.

- 2) Com a intenção de criar um ambiente onde cada participante sinta-se seguro para manifestar sua opinião, ao criar a lista de participantes deve-se considerar a ocupação, situação econômica, idade, posição na comunidade e em alguns casos o gênero das pessoas que serão convidadas. O objetivo é minimizar questões que possam servir como um obstáculo para uma discussão aberta.

- 3) Deve-se proteger a privacidade dos membros do grupo focal.

Outros procedimentos envolvem:

1) a reserva de espaços apropriados, de preferência em território neutro e de fácil acesso aos participantes. O mais coerente é uma sala que abrigue confortavelmente o número planejado de participantes e moderadores e que esteja isolada de ruídos e de interrupções estranhas.

2) Os participantes podem ser distribuídos em torno de uma mesa retangular ou oval, ou dispostos em cadeiras arrumadas em forma circular. É recomendável também disponibilizar água, café e um lanche ligeiro para os participantes.

3) Como apontam alguns autores, espaços privados e comunitários são comumente acionados para realização do grupo focal - residências, escritórios, salões de igreja, sedes de associações de bairro, salas de aula.

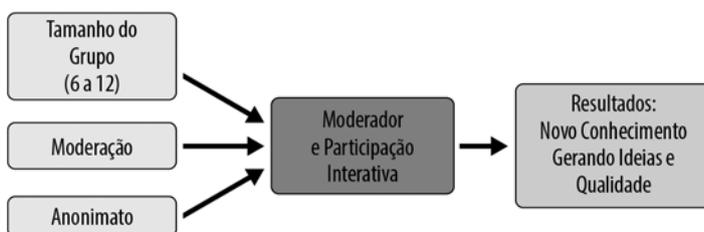
4) Quanto aos equipamentos requeridos, o uso de gravadores (mínimo dois) é considerado imprescindível. Para potencializar a qualidade do áudio na fase de transcrição, a presença de microfones revela-se especialmente útil. Câmaras, microfones e notebooks podem ser considerados recursos adicionais, cujo uso dependerá da utilização pretendida de som e imagem pelos pesquisadores. Vale ressaltar que a utilização de qualquer um destes recursos estará condicionada à expressa permissão dos participantes dos grupos (TRAD, 2009).

Já Oliveira *et al.* (2007), sugere que é de fundamental importância para o pesquisador, no momento da escolha de seu método de coleta de dados, conhecer as características que compõem tal método, a fim de que seu uso seja adequado às necessidades do estudo em evidência. Para tanto, as características dos grupos focais foram resumidas diante da literatura exposta nessa sessão como:

CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS FOCAIS	
Tamanho do grupo	8 a 12 pessoas
Composição do grupo	Homogênea: entrevistados pré-selecionados
Contexto físico	Atmosfera informal, descontraída
Duração	1 a 3 horas
Gravação (registro)	Uso de fitas de áudio e vídeo
Quantidade de sessões	Depende de vários fatores, mas se recomenda a realização de pelo menos duas sessões
Moderador	Habilidades de observação, interpessoais e de Comunicação do moderador.

Fonte: OLIVEIRA *et al.* (2007).

Segundo Leitão (2003), a estrutura da criação do conhecimento nos grupos focais ficaria assim distribuída:



Fonte: LEITÃO (2003).

Observa-se que Oliveira *et al.* (2007) sugere um grupo com um tamanho entre 8 a 12 pessoas e Leitão (2003) de 6 a 12 participantes, contudo, salvo outro juízo, considero mais plausível seguir o Guião (2008) que estabelece entre 7 e 10.

Segundo Costa (2012), na epistemologia essencialista, ao analisar o material empírico derivado de uma discussão de grupos focais, o pesquisador geralmente o categoriza, descreve literalmente o que foi dito pelos participantes, com uma pergunta em mente: “o que os participantes estão falando?”. Wibeck *et al.* (2007) sugerem que

essa questão seja substituída por: "o que eles estão tentando aprender"? Com essa mesma linha de pensamento, Stevens (1996 *apud* WIBECK *et al.*, 2007, p. 173) sugere dozes questões de pesquisa na interação de grupos focais, argumentando que as respostas a essas perguntas acrescentarão dados importantes na dimensão da análise da interação do grupo:

- 1) Com que afinidade o grupo aderiu às questões apresentadas para discussão?
- 2) Por que, como e quando foram trazidos os problemas relacionados acima?
- 3) Que declarações permitiram conflitos?
- 4) Quais foram as contradições na discussão?
- 5) Que experiências comuns foram expressas?
- 6) Formaram-se alianças entre os membros do grupo?
- 7) Houve algum participante cujo ponto de vista foi silenciado?
- 8) Houve uma visão particular dominante?
- 9) Como o grupo resolveu as divergências?
- 10) Que temas produziram consenso?
- 11) Quais interesses estão sendo representados no grupo?
- 12) Como foram tratadas as emoções?

Dessa forma, é possível desenvolver uma análise mais ampla, valorizando não apenas o conteúdo falado pelos participantes, mas também a forma como eles estão falando e de que maneira seus pontos de vista são alterados, ratificados ou não aceitos no processo de interação.

Assim,

Em particular, alguns pesquisadores argumentam que os grupos focais provavelmente envolverão convidar os participantes para a discussão e também enfatizam o papel distintivo do moderador. Embora não haja dúvida de que as entrevistas em grupo variam

ao longo de uma continuidade interacional de mais formalmente estruturada para reuniões mais informais, não acredito que seja possível traçar uma linha entre entrevistas grupais formais e informais de uma forma que define algumas como grupos focais e outras como outra coisa distinta. Em vez disso, acho mais útil pensar que o grau de estrutura formal em um grupo focal é uma decisão que o pesquisador faz de acordo com os objetivos específicos do projeto de pesquisa. Em particular, o uso de uma abordagem mais formal ou menos formal dependerá dos objetivos do pesquisador, da natureza do cenário de pesquisa e da provável reação dos participantes ao tópico de pesquisa. (MORGAN, 1997, p. 6)

GRUPO FOCAL: ETAPAS E ANÁLISE DE DADOS

Etapas bem planejadas e sistematizadas contribuem significativamente para o sucesso do Grupo Focal, para tanto consideraremos as 4 (quatro) etapas sugeridas pelo Guião (2008) abaixo descritas:

1) Introdução (aproximadamente 10 minutos) O facilitador apresenta a visão geral e os objetivos da discussão. Os participantes apresentam-se.

2) Etapa da Construção do Entendimento (aproximadamente 10 minutos) Para iniciar a discussão e a relação entre o grupo o facilitador faz perguntas simples aos participantes.

3) Discussão Profunda (60 – 90 minutos) O facilitador faz perguntas relacionadas ao objetivo principal do grupo focal, que incentive a discussão que revele os pensamentos e opiniões dos participantes. É nesta etapa que a informação mais importante é recolhida.

4) Conclusão (aproximadamente 10 minutos) O facilitador resume a informação ou conclusões discutidas e os participantes esclarecem ou confirmam a informação. O facilitador responde a qualquer pergunta, agradece aos participantes e indica os próximos passos.

A análise dos resultados é o último fator a ser considerado. Ela depende do tipo de relatório que o projeto de pesquisa requer, ou seja, se é um executivo para tomadas de decisão ou um mais minucioso, cuja meta é a produção teórica; de qualquer modo, a análise se inicia com uma codificação dos dados. Menciona-se aqui apenas a dos conteúdos que emergem na conversação empreendida no grupo (BARDIN, 1977; SMITH, 2000 *apud* GONDIM, 2003).

Necessitam ser adotados alguns cuidados durante o processo de interpretação dos resultados, segundo Morgan (1997) faz-se necessário distinguir entre o importante e o interessante, haja vista que o grupo quando discute muito um assunto o acha com certeza interessante, entretanto isto não quer dizer nada quanto à sua importância; por outra ótica, falar pouco de um tema indica ser ele desinteressante, mas não se pode afirmar sua desimportância. O exemplo dado pelo autor é de um grupo que discutia sobre ataques de coração e bastante tempo foi dedicado ao tema do stress em detrimento do cigarro. O pesquisador pode ser levado a crer que não era creditada muita responsabilidade ao cigarro como causador de ataques cardíacos, o que não é necessariamente verdadeiro, já que outros aspectos também contribuem para que apareçam fatores periféricos ao invés dos centrais. A única forma de evitar uma interpretação equivocada é perguntar diretamente ao grupo, razão pela qual o papel do moderador é importante, pois ao seguir o aprofundamento da discussão, ele desenvolve interpretações e constata se elas fazem sentido para o grupo. Tal fato é inerente aos procedimentos de construção no contexto do processo de pesquisa, haja vista que o pesquisador como moderador tem a oportunidade de analisar a plausibilidade de suas explicações e concepções teóricas ante o grupo, o que o levará a retificar ou ratificar sua interpretação, abordando coerentemente em uma perspectiva qualitativa na qual ele está incurso no processo de pesquisa.

Segundo o Guião (2008), analisar os dados de um grupo focal envolve mais do que somente somar o número de pessoas que externaram uma determinada opinião. Estes dados devem ser analisados por tópicos, tendências, opiniões fortes ou que foram mencionadas frequentemente durante as reuniões. A análise destes dados exige capacidade e tempo, haja vista que os grupos focais proporcionam uma grande quantidade de dados qualitativos. Os tópicos abaixo são estratégias para certificar que a análise de dados fornecerá uma informação correta e que poderá ser utilizada em futuras decisões:

1) Juntar Toda a Informação num só Lugar.

Primeiro assegure-se que todos os dados estão num só lugar. Inclua as gravações de todas as sessões do grupo focal, assim como resumos e as anotações do participante e do facilitador.

2) Fazer as Análises logo após o Término da Sessão do Grupo Focal

A análise do grupo focal deve acontecer o mais rápido possível após a conclusão das sessões, já que as lembranças do grupo e o contexto da discussão se perderão com o tempo.

3) Trabalhar em Equipe para Analisar Resultados e Determinar Tópicos

Cada pessoa que revisar os dados do grupo focal terá sua própria interpretação do que foi discutido. Ter mais de uma pessoa envolvida na análise dos dados ajuda a evitar erros. Depois que cada pessoa tenha revisado os dados e identificado os tópicos, deve-se reunir todo o grupo para discutir os dados e chegar num acordo sobre os tópicos mais importantes. Discuta com o grupo explicações ou interpretações alternativas dos dados, para assegurar que os tópicos estejam corretos e baseados em dados.

4) Focar a Análise em Questões Importantes

Leia as respostas de cada questão e tente resumir o que foi discutido. Se vários grupos focais foram realizados, leia as respostas de cada grupo para cada uma das questões ou tópicos e escreva um

resumo, indique quais foram as diferenças entre as opiniões dos diferentes grupos focais. Nem todas as questões devem ser analisadas igualmente. Por exemplo, as primeiras perguntas são designadas para colocar os participantes à vontade ou para prepará-los para as áreas principais de interesse. Respostas para este tipo de perguntas devem ser revisadas, mas a análise deve concentrar-se em áreas mais relevantes. Comparar comentários é uma técnica analítica altamente produtiva para analisar informação de grupos focais. Grupos diferentes tendem a enfatizar diferentes tópicos em suas discussões? Houve um nível de intensidade expressado em alguns aspectos chave, e isto foi compartilhado entre os membros do grupo? Existe uma ampla variação dos pontos de vista entre os participantes de cada grupo focal, e existe algum motivo principal para essa variação? Algum dos participantes mudou de opinião durante as reuniões do grupo focal, e se isto aconteceu, o que provocou a mudança? Houve algum tópico que esperava que surgisse nas discussões, mas que não foi discutido por alguns grupos, e foi importante nas discussões de outros grupos?

5) Considerar o Contexto dos Comentários

É fácil retirar os comentários do contexto ao revisar dados dos grupos focais, especialmente quando retirasse uma citação de um participante para apoiar algum ponto ou tópico. Certifique-se de que está a considerar cada citação e opinião de acordo com o contexto do que foi discutido. O contexto também pode ser definido através da linguagem corporal, gestos, tons de voz notados pelo facilitador ou por quem estava a fazer anotações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo foi escrito como consequência da inquietação deste pesquisador quanto ao reduzido emprego do método Grupo Focal em

dissertações da disciplina Comunicação, o que provavelmente deve-se parcialmente a dificuldade inerente em reunir pessoas para este objetivo. Tal fato, em princípio, é atenuado na área da Saúde e da Educação em virtude do frequente vínculo do pesquisador com instituições hospitalares ou de ensino, proporcionando, assim, uma maior viabilidade de constituição de Grupos Focais. Acrescenta-se, ainda, outros dois motivos: a praticidade do uso de plataformas digitais para o envio de entrevistas, contribuindo ainda mais para um quadro desfavorável ao uso do método objeto de estudo; e a quase inexistente abordagem do emprego do método em questão por autores da área.

O Grupo Focal bem conduzido estimula o pensamento e permite a expressão de opiniões e de atitudes de forma mais profunda, permitindo ao pesquisador trabalhar com a interpretação das realidades sociais nas organizações advindas da comunicação interna, das competências comunicacionais, do interacionismo simbólico etc. É nesse escopo que pretendo usar este método para verificar a influência das emoções nas competências comunicacionais de uma equipe de enfermagem lotada em um pronto atendimento e, portanto, submetida a elevado stress, o que provavelmente reflete na comunicação interna da organização.

Morgan (1997), acrescenta que, na comparação com a observação, os grupos focais mostraram-se mais vantajosos aos interesses dos seus estudos, já que diante da complexidade das questões a serem investigadas, a utilização da primeira demandaria muito tempo. Gaskell (2002), avalia que, para o mesmo número de entrevistados, o grupo focal é mais eficaz, e enumera as seguintes vantagens associadas com o emprego da técnica: 1) fornece critérios sobre o consenso emergente e a maneira como as pessoas lidam com as divergências; 2) em uma sessão grupal, o pesquisador/moderador pode explorar metáforas e imagens e empregar estímulos de tipo projetivo; 3) a partilha e o contraste de experiências constroem um quadro de interesses e preocupações

comuns, em certos casos vivenciados por todos, que são raramente articulados por um único indivíduo.

Segundo Dravet (2017), na pesquisa qualitativa, o Grupo Focal e o emprego de distintas técnicas de pesquisa em um trabalho são factíveis, haja vista a pessoalidade do método a ser empregado. Tal pensamento é sintetizado no pensamento de Calder (1977, p. 12):

A natureza da pesquisa qualitativa não a limita a nenhuma técnica como sendo a melhor. Outras técnicas são tão boas quanto os grupos focais, e devem ser exploradas. A maior ameaça à pesquisa qualitativa não é a falta da capacidade de generalizações, mas a falta de validade. A validade só pode ser atingida a partir do uso de múltiplos métodos.

REFERÊNCIAS

- CALDER, B. **Focus group and the nature of qualitative marketing research**. Journal of Marketing Research, 1977.
- COSTA, Giselda dos Santos. **Grupos focais: um novo olhar sobre o processo de análise das interações verbais**. Revista intercâmbio, v. XXV. São Paulo: LAEL/PUCSP, 2012.
- DRAVET, Florence Marie. **Aulas de método no Programa de Pós Graduação em Comunicação**. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2o semestre de 2017.
- GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GONDIM, Sônia. **Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Universidade Federal da Bahia, 2003.
- GUIÃO DE IMPLEMENTAÇÃO TÉCNICA #1. **Organizar e Conduzir Grupos Focais**. University of Washington Seattle, Washington, 2008.
- LEITÃO, Bárbara Júlia Menezelo. **Grupos de foco: o uso da metodologia de avaliação qualitativa como suporte complementar à avaliação quantitativa realizada pelo sistema de Bibliotecas da USP**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2003.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

MORGAN, D.. **Focus group as qualitative research**. **Qualitative Research Methods Series. 16**. London: Sage Publications, 1997.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990, cap. 1.

OLIVEIRA, Mirian; FREITAS, Henrique M.R. **Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento**. Revista de Administração, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Alysson; FILHO, Carlos; RODRIGUES, Cláudia. **O Processo de Construção dos Grupos Focais na Pesquisa Qualitativa e suas Exigências Metodológicas**. XXXI encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Centro Brasileiro de análise e planejamento, no 79. São Paulo, 2007.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis vol.19, no 3**. Rio de Janeiro, 2009.

VEIGA, L. & Gondim, S.M.G. **A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político**. Opinião Pública, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WIBECK, V. *et al.* **Learning in focus groups: an analytical dimension for enhancing focus group research**. Qualitative Research, v. 7(2): 249-267, 2007.

Método científico: pílula azul, vermelha ou um prisma de cores?

Evandro Léo Koberstein¹

INTRODUÇÃO

Existe relação entre Matrix e o método científico? Essa questão é o prelúdio deste ensaio que pretende estabelecer um diálogo sobre o método científico, a complexidade e os desafios do pesquisador em escolher o caminho de sua investigação. Mais do que respostas fechadas, trazemos indagações acerca dos atuais modelos de ensino e da “formatação” da produção científica. Partimos de uma reflexão sobre o filme Matrix que traz em seu roteiro *insights* filosóficos, mitológicos, religiosos/espiritualistas, sociológicos, ideológicos, tecnológicos e por que não, científicos. Procuramos trazer também dúvidas e incertezas pessoais sobre o projeto de pesquisa para o Mestrado em Comunicação – “*Do cidadão ao cibercidadão: estudo sobre o engajamento dos cidadãos no Facebook durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff*”.

Trabalhamos com a hipótese de que o fazer ciência e produzir conhecimento implica no risco de “saber-pensar”, num percurso cheio de influências internas (do pesquisador) e externas (do mundo – em sentido amplo), um percurso conduzido inicialmente de dentro para fora, que em seguida entranha-se de fora para dentro e novamente é manifesto de dentro para fora. A partir desta lógica, não tão lógica, segue-se o nosso diálogo reflexivo e, principalmente, autorreflexivo. Além de buscar explicações provisórias sobre os fenômenos e teorizar

¹ Graduado em Publicidade e Propaganda. Especialista em Marketing e Gestão Pública. Mestrando em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: evandro.publi@gmail.com.

sobre eles, enxergamos a ciência como um pensamento crítico e político, permeado por valores/interesses econômico-financeiros, vaidades e formas de empoderamento, dominação e libertação.

AS CIÊNCIAS DE MATRIX

O que é Matrix? Inicialmente uma trilogia cinematográfica de ficção científica², “um mundo de sonhos gerado por computador, que, por meio de uma realidade virtual, simula o nosso mundo como é hoje” (IRWIN, 2005). Seu roteiro traz, direta ou indiretamente, uma grande variedade de influências de diversas áreas do saber, de diversas culturas, povos, tecnologias, religiões, filosofia, mitologia, entre outros. Como nossa intenção não é aprofundar demasiadamente no filme, mas sim trazer a essência deste, citaremos apenas alguns exemplos que nos ajudarão a contextualizar o caráter cientificista da obra como contribuição para o debate e entendimento do pensamento complexo, crítico e reflexivo.

No enredo de Matrix estão presentes o messianismo representado, por exemplo, pelo personagem Neo (o Salvador). A mitologia grega com Morpheus (deus dos sonhos, que proporciona o repouso ao homem para, através dos sonhos, libertá-lo de seus pesares) e o “Oráculo” que entrega a Neo a frase “Conhece-te a ti mesmo” (na mitologia – inscrito no Templo de Delfos - “Conhece-te a ti mesmo e conhecerás o Universo e os deuses”). Assim como Sócrates que, na Grécia, também consultou o “Oráculo” e recebeu a mensagem de ser o homem mais sábio do mundo, apesar dele mesmo não achar isso. No filme, todos acham que Neo é o “escolhido”, menos ele.

Passagens bíblicas também são abordadas em Matrix, como a inscrição Mark III nº 11 na nave Nabucodonosor (rei babilônico) que re-

² Matrix no Wikipédia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Matrix>>. Acesso em 10 jun. 2017.

fere-se ao Evangelho de Marcos 3:11 - "E quando os espíritos impuros o viam, se jogavam gritando: Tu és o Filho de Deus". A personagem Trinity (Trindade, em português - Pai, Filho e Espírito Santo) também explora a religiosidade.

A questão ideológica da batalha entre o indivíduo e o Estado tão presente nas obras "1984" de George Orwell (o Estado tenta controlar o cérebro do indivíduo) e "Admirável Mundo Novo" de Aldous Huxley (substituição do lado humano, dos sentimentos e das emoções das pessoas por sensações pré-programadas) são argumento principal da trilogia.

Em um futuro próximo, Thomas Anderson (Keanu Reeves), um jovem programador de computador que mora em um cubículo escuro, é atormentado por estranhos pesadelos nos quais encontra-se conectado por cabos e contra sua vontade, em um imenso sistema de computadores do futuro. Em todas essas ocasiões, acorda gritando no exato momento em que os eletrodos estão para penetrar em seu cérebro. À medida que o sonho se repete, Anderson começa a ter dúvidas sobre a realidade. Por meio do encontro com os misteriosos Morpheus (Laurence Fishburne) e Trinity (Carrie-Anne Moss), Thomas descobre que é, assim como outras pessoas, vítima do Matrix, um sistema inteligente e artificial que manipula a mente das pessoas, criando a ilusão de um mundo real enquanto usa os cérebros e corpos dos indivíduos para produzir energia. Morpheus, entretanto, está convencido de que Thomas é Neo, o aguardado messias capaz de enfrentar o Matrix e conduzir as pessoas de volta à realidade e à liberdade. (Sinopse do filme Matrix – AdoroCinema³)

Um diálogo entre Neo e Morpheus será a base para o nosso debate sobre método científico:

³ AdoroCinema – Matrix. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-19776/>>. Acesso em 10 jun. 2017.

Quadro 1 – Diálogo de Neo e Morpheus no filme Matrix

<i>Morpheus</i>	- Você acredita em destino, Neo?
<i>Neo</i>	- Não.
<i>Morpheus</i>	- Por que não?
<i>Neo</i>	- Não gosto de pensar que não controlo minha vida.
<i>Morpheus</i>	- Você sentiu a vida inteira: há algo errado com o mundo. Você não sabe o que, mas há. - Como um zunido na sua cabeça... te enlouquecendo. - Foi esse sentimento que te trouxe até mim. - Você sabe do que estou falando?
<i>Neo</i>	- Da Matrix?
<i>Morpheus</i>	- Você deseja saber... o que ela é? - A Matrix está em todo lugar. À nossa volta. - Mesmo agora, nesta sala. - Você pode vê-la quando olha pela janela... ou quando liga sua televisão. - Você a sente quando vai para o trabalho... quando vai à igreja... quando paga seus impostos. - É o mundo que foi colocado diante dos seus olhos... para que você não visse a verdade.
<i>Neo</i>	- Que verdade?
<i>Morpheus</i>	- Que você é um escravo, Neo. - Como todo mundo, você nasceu num cativeiro... nasceu numa prisão que não consegue sentir ou tocar. - Uma prisão... para sua mente. - Infelizmente, é impossível... dizer o que é a Matrix. - Você tem de ver por si mesmo. - Esta é sua última chance. - Depois não há como voltar. - Se tomar a pílula azul... a história acaba, e você acordará na sua cama acreditando... no que quiser acreditar. - Se tomar a pílula vermelha... ficará no País das Maravilhas... e eu te mostrarei até onde vai a toca do coelho. - Lembre-se... tudo que ofereço é a verdade. Nada mais.

Fonte: Matrix (WARNER BROS., 1999, DVD).

A METÁFORA DAS PÍLULAS AZUL E VERMELHA E A TEORIA DA COMPLEXIDADE

Quando Morpheus oferece à Neo a opção de tomar a pílula azul para manter-se acreditando no que ele quisesse (em sua própria verdade) ou a pílula vermelha para ir além do que consegue ver (uma verdade mais profunda, ou não) podemos trabalhar uma analogia à teoria da complexidade de Edgard Morin (2007). Para Morin, o pensamento simples (pílula azul) é bastante segmentado e direto, é apenas parte de um pensamento que tenta controlar a informação e se apossar da verdade que não é clara ou simples, utiliza um processo de simplificação que acaba por manipular a verdade. Por outro lado, o pensamento complexo (pílula vermelha) percebe que os fenômenos não são simples, são compostos por emaranhados de informações. Diferente do pensamento simples que busca pela completude para dominar a realidade, o pensamento complexo tenta se aproximar da realidade por meio da articulação entre os mais diversos campos de pesquisas e disciplinas, entende que as ciências precisam conversar entre si.

Demo (2015) aproxima-se deste debate com os conceitos de interdisciplinaridade e de transdisciplinaridade. Em síntese, entende a primeira como a mistura das partes e a segunda como o ir além de cada disciplina. Para ele, trata-se apenas de uma guerra de termos, por isso, não faz distinção. O importante para o professor é a necessidade de “ir além da própria gaveta”. Isso não elimina o especialista porque toda análise aprofundada é especializada. A realidade complexa exige o conhecimento complexo, portanto, exige especialidades agregadas formando uma equipe interdisciplinar ou transdisciplinar, em que cada pesquisador irá desenvolver o melhor em sua área. Morin (2007) entende que é muito pobre pensar a vida unidisciplinar, fragmentada e ordenada, sugerindo que a multidisciplinariedade faz parte do universo, mediante a construção e desconstrução, a organização e desorganização e finalmente o viver e morrer.

A escolha da pílula azul remete a uma explicação ordenada da realidade, o que traz mais tranquilidade ao ser humano, uma sensação de controle. Demo (2005) lembra que as pessoas são “máquinas de crença” (SHERMER, 1997; 1999; 2001) e com as religiões, por exemplo, tentam ordenar a dinâmica da vida e entender o universo por meio de esquemas mentais, comportamentais, estórias e narrativas, pois não suportam viver na incerteza. Buscam assim, a estabilização de suas relações com o mundo e consigo mesmas, já que tudo está previsto por um ou vários deuses. De certa forma, o positivismo científico também busca essa ideia de realidade fixa, tendo como grande trunfo a visão analítica. Demo (2015) lembra que a palavra analisar tem origem grega e significa decompor em partes, talvez por isso, o positivismo trata o entendimento da realidade a partir da decomposição desta em partes. Um exemplo clássico é a dissecação de corpos para o estudo de anatomia ou quando um químico ao analisar um objeto vê um turbilhão de átomos estabilizados. Esse método de partir em pedaços a realidade, consagrado pelas ciências naturais, deu origem às disciplinas (partes de um todo) nas universidades.

Por outro lado, a escolha da pílula vermelha é um ato de contestação à conformidade universal e ao mesmo tempo à realidade fixa. Para ilustrar a complexidade da vida e da própria ciência, Morin (2007) enfatiza que o indivíduo utiliza diversas identidades acompanhadas por papéis sociais ao longo de sua vida. O autor ainda contesta a posição do ser humano perante a “visão tradicional da ciência, onde tudo é determinismo, não há sujeito, não há consciência, não há autonomia” (MORIN, 2007, p. 65). Não seria este o dilema de Neo em Matrix? O pensador francês vê os seres humanos como sujeitos autônomos e dependentes, uma mistura de autonomia, liberdade e heteronomia (MORIN, 2007). Demo (2005) reforça que a realidade que percebemos não é externa e sim interna do cérebro humano, vez que o cérebro não tem contato direto com a realidade externa, portanto trata-se de um ato interpretativo e autorreferente. Para apoiar

seu pensamento ele utiliza o conceito de *autopoiese*⁴ de Maturana e Varela (1994):

A realidade é reconstruída através dos sentidos e do cérebro, que, observando-a como sujeito, estabelece com ela relação hermenêutica. Alguns chamam a isto de construcionismo ou de construtivismo, e em metodologia corresponde ao tema do “objeto construído”: a teoria não trabalha com a realidade como tal, mas com a realidade de que consegue manipular metodologicamente, construindo dela uma espécie de modelo reduzido. (DEMO, 2005, p. 81)

O conceito de “enação” (VARELA/THOMPSON/ROSH, 1997 *apud* DEMO, 2005) traz a busca pelo equilíbrio das relações de autorreferência com os constrangimentos externos, de forma que o observador não apenas observa a realidade, ele tenta descobrir traços que se repetem, construindo em sua mente um modelo de estrutura para que possa interagir com a realidade com maior estabilidade. Aí encaixa-se a necessidade de teorizar, de padronizar, de buscar leis ou regularidades, de encontrar repetições para levar segurança à nossa mente na tentativa de impor ordem ao caos. Porém, trata-se de uma visão individual, em que a teoria seria uma imagem reconstruída interpretativamente. Nesse sentido, Demo (2005) reforça que a mente humana vai além, possuímos uma inteligência criativa capaz de padronizar (dominar objetos, manipular realidades, construir tecnologias) e de despadronizar (inovar, desconstruir paradigmas, ultrapassar desafios).

Morin (2002) e Demo (2005) citam David Hume, filósofo britânico do séc. XVIII, para o qual as evidências empíricas nunca traduzem a verdade. Os autores citam ainda Karl Popper, filósofo austríaco do

⁴ O conceito de autopoiese foi originalmente desenvolvido pelos pesquisadores chilenos Humberto Maturana (1928-) e Francisco Varela (1946-2001), e aparece pela primeira vez em 1972, no ensaio *De Máquinas y Seres Vivos*. Em síntese, a autopoiese surge como uma propriedade dos sistemas de se produzirem continuamente a si mesmos, num processo autorreferente que faz com que todo sistema, vivo, psíquico ou social seja ao mesmo tempo produtor e produto, autônomo e dependente. In: acaocomunicativa.pro.br (CURVELLO, 2010, on-line).

início do séc. XX, que critica o método da indução por acreditar que nunca é possível coletar todos os casos empíricos a fim de generalizar os resultados. Popper desenvolveu o critério da falibilidade das teorias, segundo o qual as teorias valem apenas se forem falíveis, ou seja, se estiverem abertas a serem questionadas. Sendo questionadas e não derrubadas elas continuam valendo provisoriamente. Demo (2015) recorda que do critério da falibilidade surgiu a ‘discutibilidade’, em que o discurso só é científico se for discutido, só é discutível o que pode ser discutido e o que é indiscutível é dogma, não é ciência. A discutibilidade pressupõe um argumento teórico aberto, pronto para ser questionado e, principalmente, autoquestionado, portanto, tem sua validade relativa.

Voltando à Matrix, quando Neo toma a pílula vermelha ele expande sua consciência enxergando uma realidade até então despercebida, os *bits*, os sentinelas, sendo capaz de ultrapassar os limites impostos por seu corpo e por sua mente, a exemplo, de quando pula uma longa distância de um prédio a outro ou quando é capaz de enxergar e desviar das balas atiradas pelo Agente Smith. Ao “abrir sua mente” foram instalados diversos *softwares* de treinamento de artes marciais, o que pode ser entendido como uma metáfora para a abertura da mente para o conhecimento, para a multidisciplinaridade, para outras ciências além daquelas que Neo já dominava. Outro ponto interessante é que o sistema tinha falhas observadas como “*deja vu*” – expressão derivada da língua francesa que significa “já visto”, descreve a reação psicológica da transmissão de ideias de que já se esteve naquele lugar antes, já se viu aquelas pessoas, ou outro elemento externo⁵. O “*deja vu*” poderia também ser comparado com uma luta interna de sua mente recém liberta em buscar os padrões de conformidade e categorizar os elementos para estabilizar o sistema, levando certa segurança e tranquilidade à sua mente. Por outro

⁵ Wikipédia - *Deja vu*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Déjà_vu>. Acesso em 10 jun. 2017.

lado, também pode ser considerado como um critério de falibilidade da própria pílula vermelha, sintoma de que nem mesmo o sistema complexo é perfeito, permitindo o questionamento, o debate entre as duas realidades, a realidade simples (pílula azul) e a realidade complexa (pílula vermelha).

Como contribuição para a teoria da complexidade, Morin (2007) cita a teoria dos sistemas que apresenta o sistema como aberto, com possibilidade de trocas constantes com o exterior, num eterno equilíbrio/desequilíbrio. O pensador enfatiza que sujeitos e objetos são inseparáveis, inconcebíveis um sem o outro. Vai além, “o mundo está no interior de nossa mente, que está no interior do mundo” (MORIN, 2007, p. 43). Em outras palavras, o sujeito deve ser compreendido como um sistema aberto a ele próprio e ao ambiente e, como cientista, essa seria a forma possível de alcançar um conhecimento mais profundo e inusitado que, por sua vez, levaria a um metassistema que nos conduz a algo desconhecido e, por consequência, desperta a curiosidade, traz dúvidas e a necessidade de novas pesquisas. Demo (2015) explica que a teoria dos sistemas (BERTALANFFY, 1937) traz a ideia de que tudo é sistema, uma ideia de totalidade, na qual o ser humano é formado por partes que constituem o todo. Destaca polêmicas em torno da teoria, pois alguns interpretam não haver a possibilidade de sair do todo, ou seja, existe mudança dentro do sistema, mas não existe mudança do sistema. Ele destaca que para Edgard Morin existe sim mudança do sistema e para ilustrar seu entendimento, argumenta: “supondo que em algum tempo não houve vida na natureza, de repente houve vida, então mudou o sistema. Não foi apenas uma mudança interna, houve uma mudança de paradigma” (DEMO, 2015, on-line).

A ideia de sistema aberto conduz Morin (2007) a outro patamar de pensamento, de que o saber completo é inatingível, que o complexo sempre fará parte do universo e que é impossível atingir a totalidade, porque “a totalidade é simultaneamente verdade e não verda-

de” (MORIN, 2007, p. 97). O autor continua sua abordagem sobre a complexidade ao descrever ação como estratégia para prever outras ações a serem alteradas no sistema a partir de novas informações ou reações. “A ação é o reino concreto e às vezes vital da complexidade” (MORIN, 2007, p. 81).

A dialética enriqueceu o debate sobre a ciência ao explorar a ideia de que a realidade é dinâmica, tendo como conceito fundamental a unidade de contrários, em que “cada ser humano é um todo, mas um todo incrivelmente bagunçado, conturbado, que nunca se resolve” (DEMO, 2015). Pedro Demo reforça que existem vários níveis de dinâmicas, quanto mais se aprofunda em alguma coisa, mais se tem do que se tinha antes. É uma ideia de natureza produtiva, na qual a natureza não se repete, evolui em saltos, bifurcações, rizomas. Essa visão contribui para a interpretação do mundo virtual que é fluido, desconstruído, fugaz, não durável.

No mundo virtual, uma das coisa que mais impressiona é que nada dura. Nós temos a tradição do livro, que dura, que guardamos, do manuscrito de mil anos. Uma grande pergunta: onde é que vamos guardar essa coisa virtual? Num pen drive gigante ou irá se perder tudo isso? (DEMO, 2015, on-line).

No filme Matrix, Neo, Morpheus, Trinity e os outros “libertos” agem a todo momento tentando destruir o computador central e libertar a mente das pessoas. Por sua vez, a cada ação realizada há uma reação que provoca mudanças, os ambientes são diversos, as dificuldades são outras, chegando ao ponto de Cypher, um dos membros da equipe de Morpheus, fazer um acordo para entregar seu líder em troca de ser reconectado à Matrix. A sequência de cenas de ação e a mutação do ambiente é constante, quanto mais os “libertos” avaçam, mais aumenta o número de agentes e armas, mais o conflito acontece.

MATRIX E O FAZER CIENTÍFICO

Em primeiro momento, o que seria algo científico? Demo (2015) divide o problema científico em critérios formais e critérios políticos. A ideia clássica de critérios formais perpassa por Aristóteles, a Idade Média, chegando aos dias atuais como um discurso formalizado, matematizado, ordenado, como disse Foucault (1970) “A ordem do discurso”. O grande problema é que o discurso é ordenado com a obrigação de captar uma realidade que não é ordenada, isso de certa forma artificializa a realidade, o que Morin (2007) chama de “Ditadura do método”. Então, para Demo (2015) os critérios formais mais usuais seriam: coerência, consistência, alguma originalidade, um texto objetivante, isto é, que tenha ao menos a intenção de captar a realidade e não de querer deturpá-la (compromisso metodológico de respeitar a realidade), sabendo que sobre esta incide a autorreferência do pesquisador e é captada por um processo interpretativo. Já os critérios políticos são entendidos como critérios internos, pois o conhecimento é um fenômeno político e uma grande fonte de poder, “eu acho que o poder não vem de fora e entra na casa do conhecimento, ele já mora lá dentro” (DEMO, 2015, on-line). Paulo Freire (1987) argumenta que o conhecimento é libertador do oprimido. Na história da humanidade, o conhecimento sempre se mostrou uma dinâmica de poder, cercado de controle e na pós-modernidade ganhou ainda mais força com a “sociedade do conhecimento”. O efeito ruim disto foi tornar a ciência uma autoridade indiscutível.

No pós-modernismo, toda crítica só é crítica se for antes autocrítica. O gesto principal do conhecimento sempre é o questionamento. Não é afirmar ou confirmar, isso é fácil. Difícil é questionar, desconstruir, reconstruir (DEMO, 2015, on-line).

Desconstruir é o primeiro gesto do pensamento disruptivo, começa com o questionar, não reproduzir o que já existe, mas reconstruir.

Questionar para desvelar o que está por trás, o que se esconde, o que se impõe e se adultera. Reconstruir seria contrapor, contra-argumentar em uma atividade dialética realizada com respeito. É argumentar sem calar o outro, provocando-o a participar, a questionar para inovar o conhecimento, é convencer, sem vencer (Demo, 2005). Nesta linha de pensamento, Freire (1987) propôs a teoria dialógica cuja colaboração nasce do diálogo, do esforço para entender e respeitar a si e ao outro em suas diferenças e cultura.

Boaventura Santos (2007) revela que o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal que impossibilita a copresença entre o Velho e o Novo Mundo, por meio de um processo que produz e radicaliza distinções, em que o conhecimento e o direito modernos criam subsistemas de divisões visíveis e invisíveis. Como um monopólio do saber, o conhecimento europeizado (ciência) se impõe às outras formas de saber, ditando regras sociais, econômicas, invadindo a soberania das nações “colonizadas”.

Em Matrix é possível identificar a “ditadura do método” e a imposição de um pensamento hegemônico para controlar a sociedade e manter o *status-quo*.

Quadro 2 – Diálogos no filme Matrix

Controle pelos padrões da sociedade	
<i>Chefe do Neo</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Você não aceita autoridade, Sr. Anderson. - Obviamente, está enganado. - Esta é uma das maiores empresas de software do mundo... - porque cada funcionário entende que faz parte de um todo. - Logo, se um funcionário tem problema, a empresa tem problema. - Chegou a hora de fazer uma escolha, Sr. Anderson. - Ou você escolhe estar na sua mesa no horário a partir de hoje... - ou você escolhe achar outro emprego.

Controle Estatal e Vigilância contínua	
<i>Agente Smith</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Como pode ver, estamos te observando já há algum tempo, Sr. Anderson. - Parece que você tem levado... uma vida dupla. - Nós queremos apagar tudo isto... te dar um novo começo. - Tudo que pedimos em troca é a sua colaboração... para levar um conhecido terrorista à Justiça.

Estado de direito existe?	
<i>Neo</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Parece um trato muito bom. - Mas acho que tenho um melhor. - Que tal... eu te mostrar o dedo... e você me dar o meu telefonema? - Não vai me assustar com essa coisa nazista. - Conheço meus direitos. - Eu quero o meu telefonema.

Autoritarismo: princípio da Supremacia do Interesse Público?	
<i>Agente Smith</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Diga-me, Sr. Anderson... de que adianta um telefonema... se você não consegue falar? - Você vai nos ajudar, Sr. Anderson... quer você queira... ou não.

Fonte: Matrix (WARNER BROS., 1999, DVD) com apontamentos do autor.

Juremir Machado da Silva (2011) participa deste debate com importantes contribuições para a pesquisa em Comunicação. Conforme o professor, o excesso de metodologia e a sedução do positivismo são perigosos para a saúde do pensamento. Fazer pesquisa é trazer à luz o que está encoberto pela familiaridade. Sua abordagem é dialógica, divide o processo de pesquisa em três fases: estranhamento (abstração de valores, pré-conceitos, mergulho no universo do outro); entranhamento (voltar a si, aos seus valores, mas afetado pelo objeto); e desentranhamento (narração de sua experiência, influenciado pelo eu e também pelo outro). Ao final, o pesquisador deve ser

capaz de responder o caminho descoberto. Para isso, deve atentar-se para a relação entre as palavras, entre as palavras e as coisas e entre as coisas e as coisas. Em síntese, a boa metodologia descobre o que estava encoberto. Contrastando com o pensamento predominante, ele valoriza os mitos da sociedade como forma de alimentar o imaginário, acredita que estes ajudam a emergir o que não está claro à primeira vista.

Silva (2011) reforça que boas pesquisas partem de um bom problema, isto é, um problema que é fácil de ser explicado e entendido. Quanto às hipóteses, o autor as divide em quatro categorias: hipóteses de confirmação; hipóteses de exploração; hipóteses de refutação; e hipóteses de inversão. Essas hipóteses tendem a confirmar ou refutar o senso comum, confirmar um conhecimento científico preexistente ou subverter o que era dito e pensado.

Ao retornarmos à Matrix é possível estabelecer analogias do filme com esse processo sugerido por Silva. O Sr. Anderson (Neo) antes de optar pela pílula vermelha não sabia ao certo o que era a Matrix. Essa pode ser, forçosamente, uma fase de estranhamento, visto que, ele já tinha valores e ideologias pré-concebidos, desconfiava que o “mundo real” não era aquele onde vivia, assim como um pesquisador que ao escolher seu projeto de pesquisa já demonstra interesse, tem suas ideologias, crenças, valores, pré-conceitos que são intrínsecos ao ser humano, ele pensa e fala de um lugar próprio, de uma região, de uma classe social, de uma família, de uma Universidade.

A fase de entranhamento acontece quando Neo acorda após tomar a pílula e vê por si mesmo a existência e o funcionamento de Matrix, quando descobre seus potenciais, antes aprisionados por sua mente manipulada (ou manipuladora). As entradas e saídas de Neo pelos aparelhos telefônicos poderiam representar esse estranhamento, entranhamento sugerido por Silva (2011), mas a fase de desentranhamento no filme nunca acontece, porque como alertou Morpheus,

ao optar pela pílula vermelha Neo ficaria no País das Maravilhas. Ficaria, pois não mais conseguiria sair de lá, a realidade vista e vivida alteraria a sua forma de pensar, de ver e interagir com o mundo e com aquela realidade. Assim também acontece com o pesquisador, ao interagir com o objeto de estudo, seu olhar, seu pensamento, não são mais os mesmos, aliás, nem o objeto de estudo é o mesmo. Não se trata de querer ou não querer ter preconceitos. Como pessoa, eles já existem e são tão ou mais expressivos quando se trata de pesquisa científica porque deixam de ter um caráter individual e passam a incorporar valores da classe, das instituições que representa e com as quais se relaciona, dos orientadores etc. É preciso seguir ritos, normas, fazer citações, portar-se com um pesquisador. Afinal, pensando por este ponto de vista, qual seria o mundo real? E qual seria o País das Maravilhas?

A questão da multidisciplinariedade, transdisciplinaridade ou interdisciplinaridade, tão enfatizada por Pedro Demo e Edgard Morin, quando aparece em *Matrix*, são *softwares* de aprendizado instalados no cérebro de Neo, são várias habilidades e “especializações” em um único homem. Muita semelhança à “vida real” das pesquisas acadêmicas. Raros são os casos de pesquisas que envolvam profissionais de diferentes áreas do saber em um trabalho conjunto. A praxe, pelo menos nas pesquisas de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, é um trabalho solitário do pesquisador. Neste caso, todos esses conceitos “multi”, “trans”, “inter” são internos, ou seja, acontecem pela busca do pesquisador em leituras de outras áreas. Não que isso seja ruim, mas acaba reforçando a “ditadura das citações”, pois como não é especialista de uma área, buscam-se autores mais referenciados para não errar no “gosto” de seus avaliadores.

O poder econômico, enfatizado por Demo (2015) e Santos (2007), é um grave problema ético das pesquisas. Para explicitar esse ponto contarei, brevemente, uma conversa que tive com um amigo. Ele é

um médico de destaque em sua cidade, no nordeste brasileiro, sendo reconhecido como um profissional bem sucedido pela sociedade. Por essa razão, foi convidado por um laboratório multinacional para participar de um congresso em Punta Cana (Caribe) com tudo pago: passagem aérea, hospedagem, traslado, alimentação etc. Assim como ele, dezenas de outros médicos de diversos países foram ao evento nas mesmas condições.

Em Punta Cana, o sol escaldante, o mar azul caribenho e o hotel luxuoso tornaram-se fortes concorrentes das palestras do evento. Já sabendo que isso aconteceria, o laboratório contratou diversos seguranças para acompanhar a movimentação dos médicos pelos ambientes, relatando os casos de desinteresse à equipe de coordenação. A primeira ação tomada pelos seguranças era avisar, convocar os médicos dispersos para a palestra que estava ocorrendo ou que iria ocorrer. Caso persistisse o desinteresse, os seguranças eram autorizados a oferecer cartões com crédito de US\$ 2.000,00 (dois mil dólares) em troca da atenção às palestras. Adivinhe quantos se interessaram em assistir às palestras que aconteciam apenas no horário matutino? Por que tamanho investimento dos laboratórios? Será que os laboratórios estavam mesmo preocupados em apresentar resultados de pesquisa ou recrutar fiéis vendedores de medicamentos? Esta é uma prática ética?

Pensando bem, qual realmente é a pílula azul e qual é a pílula vermelha? Qual é a realidade manipulada e qual é o País das Maravilhas? Como é possível saber que você está pensando por uma ou por outra realidade?

É certo que algumas características diferenciadoras nos dão pistas, como no caso do pensamento simples que decompõe o todo em partes, analisa uma parte e generaliza para o todo, enquanto no pensamento complexo juntam-se as partes para compor um todo que nunca será todo. Sob esta perspectiva, como saber que foram jun-

tadas partes suficientes para compor um todo provisório, mas representativo da realidade? Como analisar ou resolver a questão da autorreferência e interpretação individual? Se a pesquisa acontece em um sistema aberto, realizada por um pesquisador que também é um sistema aberto, ambos em constante “mutação”, essa pesquisa é única? Quer dizer, como verificá-la? É possível realizar essa pesquisa novamente? Dúvidas como essas surgem como combustível para o saber-pensar ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na sociedade - impulsionadas pelas tecnologias, pela internet, pelos desafios ambientais, pela interligação dos mercados de capitais - implicam em mudanças estruturais nas sociedades, nas culturas, nos meios de comunicação, nas ciências e no próprio pensar do ser humano. Surge uma nova realidade que precisa ser abordada de forma também diferente. Com a dinâmica das mudanças em ritmo acelerado, realizar ciência com métodos do passado é como dirigir rumo ao futuro olhando pelo retrovisor, principalmente, quando se trata de ciências humanas. A revolução promovida pelas tecnologias de informação e comunicação alteram preponderantemente as relações pessoais, a organização social, o significado em torno do que as pessoas fazem, inclusive no que acreditam (CASTELLS, 2000). A trilogia Matrix apresenta-se como uma boa metáfora reflexiva sobre esse momento tecnológico pelo qual passamos, não só tecnológico, como também científico e filosófico.

São inegáveis as contribuições de Edgard Morin, Pedro Demo, Paulo Freire e Juremir Machado Santos para abrir novos horizontes de pensamento. As concepções de verdade provisória e contestável, de discutibilidade, dos critérios formais e políticos que permeiam as

pesquisas acadêmicas e do processo autorreferencial e interpretativo da realidade pelo pesquisador são essenciais para se realizar pesquisas sérias e científicas. As teorias dos sistemas e da complexidade também representam um marco, uma quebra de paradigmas para o saber-fazer-científico. Entretanto, a academia e as instituições de apoio à pesquisa precisam acompanhar as mudanças propostas pelas novas teorias (não tão novas), não apenas nas publicações e em suas bibliotecas, mas na estrutura de seus cursos, promovendo verdadeiramente a “inter-trans-multidisciplinaridade” além do discurso, na prática. A proposta de Santos (2011) do estranhamento-entranhamento-desentranhamento é bastante válida em seu propósito de reduzir ao mínimo possível a influência do valores internos do observador sobre o objeto observado. A questão crucial é que não apenas valores internos influenciam, muitas vezes, forças externas agem de forma preponderante e são incontroláveis pelo pesquisador. Mas a visão crítica e autocrítica deste será sempre balizadora de uma boa ou má pesquisa.

Sobre a nossa pesquisa, destaca-se como contribuições decisivas a importância que se deve dar ao contexto que envolve o sujeito e o objeto, é preciso descrever esse ambiente físico e social com profundidade, é preciso situar o interlocutor no tempo, no espaço e sobre os valores/ideologias que abastecem a mente do pesquisador como ser humano, de forma a deixar claro o lugar de onde se fala. Para exemplificar, afirmo (em primeira pessoa do singular) que realmente procuro seguir os passos sugeridos por Santos (2011), tentei ao máximo me libertar de preconceitos antes de ter contato com o objeto de estudos (comunidades digitais favoráveis e contrárias ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff). Em autoanálise penso ter obtido resultados satisfatórios, levando em consideração que quando se vive em Brasília/DF, não só as notícias da crise política chegam mais rápidas como a energia do ambiente pode contaminar aquele

que está mais vulnerável. Aliás, se tivesse feito a pesquisa em tempo real (durante o processo de *impeachment*), certamente os resultados seriam outros, por um lado poderiam ser mais ricos em termos vivenciais, por outro, naquele momento o “eu – sujeito” superava o “eu – pesquisador”, a emoção dominava a razão e isso certamente influenciaria a condução e os resultados da pesquisa.

Em relação ao método ou métodos científicos a serem seguidos, percebo que eles fluem e são conduzidos pelo próprio problema de pesquisa e por seu objeto de estudo. Isso não quer dizer que seja um método frágil, mas é um método apropriado a esta investigação específica e cabe à minha consciência de pesquisador e ser humano segui-lo com rigor científico. No início deparei-me com vários métodos já estabilizados e consagrados na academia por autores reconhecidos na área de cibercultura, mas ao estudar e analisar com mais profundidade tais métodos, percebi que não se encaixavam perfeitamente ao objeto de estudo e não responderiam satisfatoriamente o problema de pesquisa.

Portanto, considero válido o estudo de outros métodos e metodologias, mas por esta experiência pessoal, constatei que a construção do método acontece na interação do observador com o objeto observado em resposta ao problema de pesquisa, de modo que, definir de antemão o método, a partir de outras referências é um caminho arriscado, pois como um sistema aberto, essa interação entre sujeito-objeto é um constante influenciar-se. Concluímos assim, que o método científico não é único nem determinista, mas o respeito ao método é determinante para a realização de uma pesquisa responsável, oferece uma chance maior de se realizar uma pesquisa científica com qualidade. Agora, se a pílula é azul, vermelha ou um prisma de cores, a escolha é sua.

REFERÊNCIAS

- CURVELO, João J. A. **Afinal, o que é autopoiese?** In: acaocomunicativa. pro.br. Disponível em: < goo.gl/uvSmLw>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- DEMO, Pedro. **Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade.** In: Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 17, ed. Paralelo 15, n. 2, p. 349-373, jul./dez., 2002. Disponível em: <goo.gl/kz72fK>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- _____. **Teoria – para quê?** In: Revista eletrônica de gestão organizacional - Gestão.Org, Recife, v.3, UFPE-PROPAG, n. 1, jan./abr., 2005. Disponível em: <goo.gl/7xTw44>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- IRWIN, Willian. *et al.* (Org.) **Matrix: bem-vindo ao deserto do real.** 3. ed. São Paulo: Editora, 2016.
- MORIN, Edgard. **Ciência com consciência.** Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. - Ed. revista e modificada pelo autor – 8. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. **Introdução ao pensamento complexo.** 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- SANTOS, Boaventura S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: Revista Novos estudos, São Paulo, Cebrap, v. 79, p. 71-94, novembro, 2007. Disponível em: <goo.gl/Fv56ax>. Acesso em: 20 abril 2017.
- SILVA, Juremir M. **O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da Capes.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SILVA, Edima Aranha. **Evolução histórica do método científico desafios e paradigmas para o século XXI.** In: Revista Economia & Pesquisa, Araçatuba, FAC-CEA, v.3, n.3, p. 109-118, mar. 2001. Disponível em: <goo.gl/wuiGyf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PIMENTA, Ananda C. **Resenha: introdução ao pensamento complexo de Edgar Morin**. In: Revista Científica da FHO – UNIARARAS, Araraquara, v. 1, n. 2/ 2013. Disponível em: <goo.gl/WHNY2E>. Acesso em: 10 jun. 2017.

Sites na internet

ADOROCINEMA. **Matrix**. Disponível em: <goo.gl/fPDJH4>. Acesso em: 10 jun. 2017.

WIKIPEDIA. **Matrix**. In: Wikipédia. Disponível em: <goo.gl/U9W3uF>. Acesso em: 10 jun. 2017.

Filmes

MATRIX. Direção e Roteiro: Lana Wachowski, Andy Wachowski. Produção: Joel Silver. Intérpretes: Keanu Reeves; Laurence Fishburne; Carrie-Anne Moss; Hugo Weaving; Joe Pantoliano; Gloria Foster; Matt Doran; Anthony Ray Parker e outros. Roteiro: Lana Wachowski e Lilly Wachowski. Los Angeles: Warner Brothers, 1999. 1 DVD (136 MIN), Color. Produzido por Warner Bros.

DEMO, Pedro. **METODOLOGIA do conhecimento científico**. In: YouTube. 43'18". Disponível em: <goo.gl/Pl1Tgx>. Acesso em: 10 jun. 2017.

Um olhar sobre o método científico no campo comunicacional

Carlos Roberto Gomes dos Santos¹

1. O MÉTODO (CAMINHO)

As ideias de universo determinista, baseado na ordem das coisas, na legislação universal, que refletiria a busca do homem racional por dominar a realidade, não podem hoje servir como parâmetro para a definição de método científico no campo comunicacional e, talvez, em nenhum outro campo. A visão simplificadora das ciências não considera o imponderável, o humano, o singular. Vê, segundo Morin (2001), a parte e o todo, mas não consegue ver que a parte contém o todo, que, por sua vez, contém as partes num movimento de circularidade construtiva “da explicação do todo pelas partes e das partes pelo todo” (MORIN, 2001, p. 259).

Morin (2001, p. 15-16) não nega a importância da ciência e o progresso técnico possibilitado por meio do desenvolvimento dessa ciência, segundo ele, elucidativa, enriquecedora e triunfante, mas que, embora libertadora, traz, cada vez mais, “possibilidades terríveis de subjugação”, pois também produz possibilidade de aniquilamento da humanidade. E, assim, defende um pensamento capaz de produzir e compreender a complexidade em que se encontra inserida a ciência.

O pensamento complexo surge, no início do século XX, em meio às novas abordagens surgidas nas ciências naturais e matemáticas. Coloca em dúvida a visão de mundo baseada na ordem das coisas, na sistematização do real, no pensamento simplificador, no qual o real é decifrado por meio de regras pré-estabelecidas, aplicadas em uma

¹ Licenciado em Letras – inglês/português e respectivas literaturas. Curso Superior em Administração de Marketing e Criação Publicitária. Especialista em Gestão de Recursos Humanos. Especialista em Revisão de Textos. Mestrando em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: roberto35.santos@gmail.com

investigação científica com a finalidade de alcançar resultados válidos e seguros.

Na contemporaneidade de uma realidade social complexa, permeada pela virtualidade e em que certezas ontológicas, ancoradas em linguagens, rituais e representações, têm suas estruturas cada vez mais abaladas, o método científico é algo mais subjetivo e não pode ser pensado como um conjunto de regras acerca das ações a serem adotadas.

Butterfield (1965 *apud* FEYERABEND, 2003, p. 31-32) afirma que a história está cheia de “acidentes e conjunturas e curiosas justaposições de eventos”, e demonstra-nos a “complexidade da mudança humana e o caráter imprevisível das consequências últimas de qualquer ato ou decisão dos homens” e, nesse sentido, questiona se devemos acreditar que as regras ingênuas e simplórias que os metodólogos tomam como guia são capazes de explicar tal “labirinto de interações”.

A ideia de um método que contenha princípios firmes, imutáveis e absolutamente obrigatórios para conduzir os negócios da ciência depara com consideráveis dificuldades quando confrontada com os resultados da pesquisa histórica. Descobrimos, então, que não há uma única regra, ainda que plausível e solidamente fundada na epistemologia, que não seja violada em algum momento. Fica evidente que tais violações não são eventos acidentais, não são o resultado de conhecimento insuficiente ou de desatenção que poderia ter sido evitada. Pelo contrário, vemos que são necessárias para o progresso. Com efeito, um dos aspectos mais notáveis das recentes discussões na história e na filosofia da ciência é a compreensão de que eventos e desenvolvimentos como a invenção do atomismo na Antiguidade, a Revolução Copernicana, o surgimento do atomismo moderno [...] ocorreram apenas porque alguns pensadores *decidiram* não se deixar limitar por certas regras metodológicas “óbvias”, ou porque as *violaram inadvertidamente*. (FEYERABEND, 2003, p. 37)

Um dos sentidos do termo método trazido por dicionários é o de que, derivado do grego *methodos* (caminho ou via), pode ser definido como caminho para se chegar a um fim ou uma meta. Se assim o entendermos, o pesquisador é o caminhante em um trajeto em busca de uma meta: revelar aquilo que está encoberto no mundo da vida, aquilo que está presente nas sutilezas do cotidiano e que por ser sutil não está à vista. O pesquisador/caminhante nesse caso teria uma atitude similar à do cronista (SILVA, 2010), que nos acontecimentos cotidianos vê o que ninguém vê e que está além da realidade permeada pela linguagem e imaginários culturais. No mesmo sentido, Vizer, ao discorrer sobre a construção da realidade, afirma:

Os homens e as sociedades vivem e constroem suas realidades mediando-as pelas crenças, os imaginários instituídos pela cultura, a linguagem, a observação, a subjetividade e a própria ação sobre o real. Esse “magma” indefinível [...] é a verdadeira “matéria ontológica” com a qual todos nós, os seres humanos, construímos nossas certezas: sobre o que é “real” e o que não é, sobre as realidades passadas ou sobre as realidades ideais, futuras ou idealizadas.” (VIZER, 2011, p. 18)

Braga (2011) descreve esse processo de descobrimento da seguinte maneira:

Trata-se mesmo de enfrentar a resistência da realidade, cercá-la com nossa problematização e ser capaz de perceber alguma coisa ali que, por mais modesta e singular, antes não era claramente percebida, agora encontra um esclarecimento produzido por nosso trabalho investigativo, de observação sistemática, de questionamento, de articulação adequada entre os fundamentos teóricos acionados e as dúvidas postas pela construção do objeto. (BRAGA, 2011, p. 6)

No entanto, essa revelação é conquistada ao trilhar um caminho escolhido, um método. Caminhos direcionam o caminhar, indicam o sentido. Métodos e teorias criam/permitem visões de mundo. O método/caminho escolhido pelo pesquisador o levará a desvendar a realidade de um determinado ponto de vista, de uma certa e específica perspectiva. Segundo Duarte (2007), modelos e seus conjuntos epistemológicos norteiam o sentido da emergência do problema e, conseqüentemente, a forma de pensar a investigação, assim como as suas possibilidades de leitura e interpretação.

Nesse sentido, não é possível assumir abordagens prévias e fechadas, diferentes pesquisas solicitam diferentes caminhos a serem percorridos, metodologias devem ser ajustadas ao objeto e ao desenho da investigação.

Um meio complexo, contendo desenvolvimentos surpreendentes e imprevistos, demanda procedimentos complexos e desafia uma análise baseada em regras que tenham sido estabelecidas de antemão e sem levar em consideração as condições sempre cambiantes da história. (FEYERABEND, 2003, p. 33)

Esse caminho leva a diferentes revelações quando percorrido por diferentes caminhantes, pois o pesquisador, sujeito em seu caminhar, se depara com desafios, obstáculos e opções, os quais deverá decidir como superar. Muitas vezes, terá que voltar trajetos já percorridos e refazê-los com outros olhares; outras, deverá desviar, percorrer diferentes paisagens e voltar ao seu percurso original, mais capacitado a superar os desafios da pesquisa. De acordo com Braga (2011), serão sempre, durante todo o desenvolvimento do percurso/desenvolvimento da pesquisa, desde as hipóteses até os resultados finais, necessárias ações concretas e refletidas.

[...] “metodologia” se relaciona a toda uma diversidade de ações de encaminhamento, assim como a uma variedade de instâncias

de reflexões; e que as tomadas de decisão, passo a passo, implicam a necessidade de fazer distinções entre níveis e dentro de cada nível de elaboração. (BRAGA, 2011, p. 8)

Assim, o sujeito caminhante é o senhor de suas escolhas e decisões e não está subjugado ao caminho que escolheu.

2. DA RELAÇÃO SUJEITO-RECORTE DO MUNDO DA VIDA (O PESQUISADOR SUJEITO EM SEU CAMINHAR)

No ambiente contemporâneo de profundas transformações, num contexto de complexidade, não cremos adequado nominar objeto ao recorte estudado, pois também sujeito sob o ponto de vista do olhar do outro. Trata-se, ao nosso ver, de um recorte do mundo da vida. Assim, o caminhante/pesquisador faz um recorte do mundo da vida e caminha para desvendá-lo. Ao observá-lo, também é observado. Trata-se de sujeito analisando sujeitos e/ou sujeitos analisando sujeito.

Nesse sentido, Cesar (2012, p. 19) afirma:

As produções simbólicas que expressam a natureza do mundo sócio histórico não podem ser consideradas como um campo-objeto, que pode ser observado objetivamente, mas como um campo sujeito, pois são elaboradas a partir de um processo contínuo de reflexão do sujeito sobre a realidade construída por ele mesmo, ao buscar compreender a si próprio por meio dela. Thompson (1995) considera que tanto os analistas como os sujeitos envolvidos (...) agem motivados pela reflexão e avaliação da realidade circundante.

As diferentes manifestações do mundo da vida dificilmente podem ser apreendidas em sua totalidade. Na tentativa de desvendar tais

manifestações, recorreremos ao recorte – que, pensado no paradigma da complexidade, é parte do todo, contido nele, mas que também o contém, numa ação retroativa e circular - para que se torne possível capturar o não visto que está além dos imaginários culturais mediados pela comunicação, e, assim, iluminar nossa visão desse corpo maior, o mundo da vida.

Carmelo (2000, *apud* HEBERLÊ, 2006, p. 18) afirma haver um esforço contínuo e ilimitado de observar e interpretar redes de significados a partir das expressões que circulam no ambiente, que pode ser considerado o próprio do ato de viver. Esse processo seria então tão habitual, transparente e quase instantâneo que não nos proporcionaria uma fácil distinção entre “por um lado, a imaterialidade da massa de conteúdos interpretados e, por outro lado, a amálgama de expressões ou suportes materiais (seja qual for a sua natureza) que nos possibilitem a aquisição daqueles”.

No campo comunicacional, ainda que mediadas por tecnologias, as interações comunicativas estarão presentes em toda e qualquer abordagem científica que se pretenda, o humano é indissociável das ciências sociais e de seus estudos. “No campo específico da Comunicação [...] os diferentes objetivos e objetos do humano e do social é que seriam percebidos pelo ângulo prioritário da comunicação que os organiza e que deles decorre” (BRAGA, 2011, p. 67).

O pesquisador/sujeito, ao analisar o recorte e conhecer, já não é mais o mesmo, pois transformado pelo que começa a conhecer. O recorte analisado, por sua vez, também já não é igual, pois visto por um outro olhar, que começa a ser ampliado. Ao “ler” aquele contexto, o pesquisador é envolvido por ele, é a interação entre eles que constitui a análise.

O caminhante/pesquisador é certamente sujeito e consigo traz seu lugar de fala, sua posição no campo da comunicação, campo de disputas políticas e afirmações da ciência, mas também pessoais. Seu lugar

de fala é ainda sua origem geográfica, seu lugar social, mas, mais além do que isso, em sua fala/seu olhar, estão inseridas sua história, infância e ideologias. Impossível é ao pesquisador a posição de homem puramente racional, dominador das realidades, reduzindo-as às suas dimensões mensuráveis. As realidades, segundo Curvello e Scroferneker (2008), sempre foram complexas, carregadas de componentes inexplicáveis, não interpretáveis, da ordem e do caos.

A visão de mundo do pesquisador, sua experiência de vida, reflete invariavelmente em seu trabalho, bem como nos pressupostos teóricos e metodológicos que o orientam. O homem conhece a partir de suas impressões sensoriais, “só existe o que meus sentidos percebem” (HOBBS, 1983, p. 9 *apud* FERREIRA, 2015, p. 176). Dante (2005, p. 76) afirma que “A realidade é reconstruída através dos sentidos e do cérebro, que, observando-a como sujeito, estabelece com ela relação hermenêutica.”

A ciência está inserida na realidade social e é por ela em certa proporção condicionada; assim, o pesquisador, como ator político, influencia e é influenciado pelo meio social no qual inserido, tendo, portanto, sua subjetividade como característica.

Para Morin (2001), uma comunidade/sociedade desenvolve um processo crítico, num jogo em que assume plenamente as regras, e denomina ao resultado objetividade. O que nos faz ver alguma coisa como objetiva é na verdade um consenso de pesquisadores.

Se a objetividade se baseia numa dinâmica complexa, então, efetivamente, vocês podem compreender uma coisa muito importante, na qual Propper insistiu muito: se a objetividade científica fosse fundamentada na imparcialidade ou na objetividade do sábio individualmente, então deveríamos desistir dela. A objetividade não é uma qualidade própria das mentes científicas superiores. Além disso, vocês sabem muito bem que fora dos seus laboratórios as grandes cabeças, os prêmios Nobel, os sá-

bios eminentes se comportam como seres passionais, pulsionais, ao emitirem suas opiniões sobre a sociedade e sobre a política, opiniões tão lastimáveis quanto as de qualquer outro cidadão e mais deploráveis ainda por causa do prestígio de que gozam e dos erros que propagam. (MORIN, 2001, p. 42)

Nesse sentido, nenhuma neutralidade é possível, haja vista não haver desinteresse em ciência. Em sentido lato, todo pesquisador é implicado. Implicado no sentido de que ou quem está envolvido, comprometido em relação a alguém, a algo ou a algum fato, ou, ainda, confusamente misturado, implexo, entrelaçado, tornando inválidos os mecanismos defendidos pelas comunidades epistêmicas como capazes de controlar a implicação.

A história da ciência, afinal de contas, não consiste simplesmente em fatos e conclusões extraídas de fatos. Também contém ideias, interpretações de fatos, problemas criados por interpretações conflitantes, erros e assim por diante. Em uma análise mais detalhada, até mesmo descobrimos que a ciência não conhece, de modo algum, “fatos nus”, mas que todos os “fatos” de que tomamos conhecimento já são vistos de certo modo e são, portanto, essencialmente ideacionais. Se é assim, a história da ciência será tão complexa, caótica, repleta de enganos e interessante quanto as ideias que encerra, e essas ideias serão tão complexas, caóticas, repletas de enganos e interessante quanto a mente daqueles que as inventaram. (FEYERABEND, 2003, p. 33)

Habermas (*apud* MORIN, 2001, p. 47) afirma que a ciência dissimula os interesses fundamentais aos quais ela deve não só os impulsos que a estimulam, mas também as condições de toda objetividade possível, quando busca atingir essa mesma objetividade.

Assim, nos cabe perguntar como, então, realizar o trabalho de observação de forma a permitir que o sutil se revele? Como descobrir,

evidenciar algo, o real, uma verdade – muitas vezes esquivada e quase impenetrável - num fazer científico ciente de sua impossibilidade de total pureza, neutralidade e objetividade?

Morin (2001) diz que a realidade pesquisada pela ciência não é uma realidade trivial, não são verdades evidentes. O real é algo escondido, velado, surpreendente e temporário. Permanece incerto, pode ser ultrapassado enquanto certeza absoluta. Propper (*apud* MORIN, 2001, p. 56) chama a isto de falibilismo, que está ligado ao progresso. No entanto, o descoberto precisa ter relevância e contribuir para o conhecimento. A aproximação com o objeto, que aqui denominamos recorte do mundo da vida, necessita certo rigor.

Silva (2010) propõe três passos para o que denomina de “antimetodologia positivista” na busca do descobrimento tanto numa pesquisa de campo quanto na interpretação de qualquer objeto simbólico, quais sejam:

“estranhamento” (o procedimento antropológico de saída de si por meio do qual o pesquisador tenta abstrair os seus valores, trocar de lente ou simplesmente colocar de lado os seus pré-conceitos) , “entranhamento” (procedimento compreensivo e fenomenológico de empatia por meio do qual o pesquisador mergulha no universo do outro para sentir aquilo que lhe escapa, viver uma experiência que não é sua, praticar a diferença como repetição de uma vivência) e, por fim, “desentranhamento” (procedimento por meio do qual o pesquisador sai do outro, volta a si, retoma os seus valores, afetado pelo objeto, e numa abordagem dialógica busca narrar o vivido como cronista do eu/outro). (SILVA, 2010, p. 14)

Assim, o processo se daria da seguinte forma: O pesquisador tenta abstrair-se de seus valores e ideologias para, em um segundo estágio, mergulhar no universo do outro, ver com o olhar do outro, para, então, voltar a si, modificado por aquele recorte do mundo da vida, e analisar/narrar o vivido.

Com o intuito de contribuir na busca por trazer à luz o que está encoberto por alguma sombra, como define Silva (2010), entendemos, em um esforço por pensar com o autor, por reestruturar esse trajeto, no sentido de redefinir o primeiro passo, “estranhamento”, manter os conceitos e passos do “entranhamento” e “desentranhamento” e incluir aquele primeiro passo sugerido por Silva numa quarta etapa desse processo, ou seja, um quarto passo: um segundo “estranhamento”.

Parece-nos que Silva (2010) usa o termo “estranhamento” no sentido de distanciamento, utilizado no meio teatral, difundido por Bertolt Brecht, em que o efeito de “estranhamento” se realiza mediante a adoção de procedimentos cênicos, utilizando determinados recursos, que façam com que haja rompimento do envolvimento do espectador com o drama encenado, fazendo com que o habitual seja estranhado e, assim, não se veja nele o que estamos acostumados a presenciar e vivenciar em nosso dia a dia.

O habitual só nos será estranho se deixarmos de lado certos valores que nos foram incutidos por instrumentos ideológicos: Estado, família, escola, sociedade. Ou seja, “estranhamento”, nesse sentido, é aquela capacidade de ver o incomum no comum, olhar com novos olhares. O que só é possível se o pesquisador for capaz de abster-se de si mesmo, de seus condicionamentos, ou parte deles.

Montagnari (2010) afirma que o efeito de estranhamento ou de distância (*verfremdung*) faz com que o habitual seja estranhado para que nele não se veja, mais uma vez, o que estamos acostumados a presenciar e vivenciar em nosso dia a dia, conceito chave do teatro brechtiniano.

Procurou-se achar uma forma de apresentação por intermédio da qual o familiar se convertesse em surpreendente e o habitual em assombro. Aquilo com que nos deparamos todos os dias deve produzir um efeito peculiar, [...] para produzir o efeito de distância, o ator tem que colocar de lado tudo o que aprendeu para

provocar no público um estado de empatia. (BRECHT, 1972, p. 51 *apud* MONTAGNARI, 2010, p. 16)

Ou seja, “estranhamento”, aqui, é um distanciamento de si mesmo, que permite novos olhares.

Em nossa proposta, para aquele primeiro passo indicado por Silva (2010), usaríamos também o termo “estranhamento”, mas em seu sentido mais usual: admiração, espanto, pasmo, desconforto. Acreditamos que o pesquisador não tenha, de início, aquele olhar distanciado, de assombro em relação ao habitual. Num primeiro momento, há, sim, algo no mundo da vida que o incomoda, provoca questionamentos, o que lhe causa um certo estranhamento, um certo efeito, e faz com que crie hipóteses no intuito de organizar essas percepções.

É esse sentimento que o impulsiona a querer conhecer mais e o leva ao segundo passo, que em nossa proposta é similar ao de Silva, o “entranhamento”, só que aqui o pesquisador entranha com toda a sua subjetividade: pré-conceitos, ideologias, condicionamentos, emoções inerentes a todos nós. Vive aquela experiência, que até então não era sua, com todas as suas emoções, para, em uma terceira fase desse trajeto, desentranhar-se para analisar o vivido. Momento em que volta absolutamente afetado pelo objeto (recorte do mundo da vida). Somente nesse momento, em nossa proposta, o pesquisador fará, aquele que seria o primeiro passo na proposta de Silva (2010), o estranhamento brechtiniano, no sentido de abstrair-se de si para olhar sem ideologias, ver com espanto o que é tido por comum.

Para olhar todo o vivido, sentido e observado nesse trajeto, nessa quarta fase, o pesquisador tem a difícil tarefa de desentranhar-se de si mesmo, de olhar-se por fora, de se ver de forma mais realista, resignificar-se na medida do possível. Não no sentido de procura de uma objetividade em seu olhar, mas no fortalecimento de sua subjetividade, agora mais consciente, mais empoderada, de um sujeito menos subju-

gado pelas ideologias e valores condicionados ao longo de sua história, para, aí sim, realizar a análise do todo de sua pesquisa. Cremos assim estarmos mais próximos da realidade, que, como definida anteriormente nesse texto, é, muitas vezes, esquiva e quase impenetrável.

3. CONSIDERAÇÕES (O OLHAR SOBRE O CAMINHO PERCORRIDO)

Considerações, e não considerações finais, pois não há espaço para ponto final nesse ou em qualquer outro trabalho acadêmico, haja vista não ser esse o objetivo, mas sim provocar, levantar possibilidades, possíveis visões de um relance do real. Novas argumentações, críticas, somas, talvez sejam a verdadeira contribuição esperada de parceiros desse caminho.

Trata-se de olhar o que foi feito, o trajeto percorrido pelo autor, os seus posicionamentos, vindos de suas leituras, de seu caminhar, de seu lugar de fala. Certamente, há aqui, nesse caminho expresso em texto, também outros dizeres, de outros autores mais experientes, com vastas estradas percorridas e caminhos solidificados. Polifônico, portanto, como qualquer texto.

Nesse trajeto, questionou-se o formalismo e as metodologias que se colocam como guias, aproximou-se da complexidade e comparou-se o método a um caminho, a ser definido e trilhado pelo pesquisador, senhor do caminho e de seu caminhar. Questionou-se a realidade encontrada, pois mirada pelo ângulo dado pelo caminho escolhido. Destacou-se o fato de o pesquisador afetar e ser afetado pelo recorte do mundo da vida estudado. Observou-se a dificuldade de se obter uma verdade, efêmera, mas que, no entanto, deve ter um mínimo de consistência para que seja considerada teoria científica. Por fim, destacou-se a subjetividade e a impossibilidade de neutralidade como inerentes ao fazer científico no campo comunicacional, haja vista ser o pesquisador

presente e implicado como ator político, que influencia e é influenciado pelo meio social no qual inserido.

O caminho foi expresso pelo discurso. A teoria, caminho percorrido pelo pesquisador, assim como esse texto, é expressa pelo discurso, pela palavra, detalhando, argumentando, afirmando, guiando. Teorizar é expressar, é redigir, é tomar posição. Demo (2005) defende a importância da teorização como expediente fundamental de explicação da realidade. Para ele, construir conhecimento implica a habilidade de tecer teorias.

Teoria científica é esta estrutura discursiva, que oferece coerência e consistência para se compreender a realidade.

“Afinal, um texto é um ‘tecido’, feito de urdiduras teóricas bem tramadas. Teoria supõe, como regra, ideias arrumadas, habilidade explicativa para além da descritiva, labor sistemático sobre sistemas teóricos, tessitura lógica não contraditória, capacidade eminente de argumentação e contra argumentação”. (DEMO, 2005, p. 75)

No trajeto percorrido neste texto, assim como acontece nas pesquisas científicas, o autor fez escolhas, tomou decisões. Fez, refez, deletou, reescreveu, caminhou por diferentes percursos. Esse caminho percorrido jamais se daria da mesma maneira por um outro caminhante. Esse caminho específico pertence àquele que o caminhou, que o construiu à sua semelhança. O caminho e o caminhante estão amalgamados, entretecidos, assim como o método e o pesquisador. Impossível dissociá-los. Assim, em certo sentido, o caminhante é o caminho e, da mesma forma, o pesquisador é o método.

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v.14, n.1, p. 1-33, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/665/503>>. Acesso em: 12 maio 2017.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, RS, v.25, n.58, p. 62-77, jan/abr. 2011. Disponível em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/issue/view/106>>. Acesso em: 14 maio 2017.

CÉSAR, Regina Célia Escudeiro. **A Comunicação Pública como Práxis no Processo de Mediação e Mobilização da Sociedade Civil na Esfera Pública**. Tese (Doutorado em Comunicação)- Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

CURVELLO, João José Azevedo; SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade. A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, São Paulo, v.11, n.3, maio/jun. 2008. Disponível em:< <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/307>>. Acesso em: 20 maio 2017.

DEMO, Pedro. Teoria: para quê. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v.3, n.2, maio/ago. 2005. Disponível em: < <http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/139/121>>. Acesso em: 03 maio 2017.

DUARTE, Eduardo. A formação dos campos de saber científico – o caso do campo comunicacional. In: DRAVET, Florence Marie; CASTRO, Gustavo de;

CURVELLO, João José Azevedo (Org.). **Os saberes da comunicação**: dos fundamentos aos processos. Brasília: Casa das Musas, 2007. 252 p.

FERREIRA, Dina Maria Martins. Linguagem das selfies: cibercultura e interação social, **Revista Linguística**: revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 175-192, dezembro de 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/4508/3279>>. Acesso em: 25 maio 2017.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011. 373 p. Tradução de Cezar Augusto Mortari

HEBERLÊ, Antônio Luiz Oliveira. **Significações**: os sentidos da ciência no mundo atual. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2006. 159 p.

MONTAGNARI, Eduardo Fernando. Brecht: estranhamento e aprendizagem. **Revista de literatura, artes e educação – JIOP**, Maringá, PR, v.1, 2010. Disponível em: <http://www.dle.uem.br/revista_jiop_1/artigos/montagnari.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 350 p. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer**: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES. Porto Alegre: Sulina, 2010. 95 p.

VIZER, Eduardo Andrés. **A trama (in) visível da vida social**: comunicação, sentido e realidade. Porto Alegre: Sulina, 2011. 286 p.

A comunicação sob um olhar interdisciplinar

Guilherme Moreira de Carvalho¹

INTRODUÇÃO

A administração e a comunicação são duas distintas vertentes do conhecimento social. Porém, atuam conjuntamente quando se trata de abordagem corporativas e burocráticas. Na perspectiva das relações sociais, também há que se falar no intercâmbio entre as disciplinas.

É imprescindível reconhecer a autonomia da cada um dos saberes. Tanto a administração quanto a comunicação possuem arcabouço teórico, dispõem de reconhecimento disciplinar como estudos científicos e aceitação social como disciplinas vitais para o desenvolvimento de instituições.

Assim, a interdisciplinaridade é um conceito fundamental para compreensão e difusão de saberes que se complementam e promovem revoluções em ambientes acadêmicos e organizacionais. As trocas de experiências, de conceitos e de fundamentos são importantes para a dinâmica de conhecimentos.

Portanto, a proposta deste curto ensaio é discutir a importância dos estudos da administração e da comunicação, como ciências autônomas e interdependentes, as quais dispõem de embasamento teórico fundamental para aplicação em organizações.

Precisamos, portanto, para promover uma nova transdisciplinaridade, de um paradigma que, decerto, permite distinguir, separar, opor, e, portanto, dividir relativamente esses domínios científicos, mas que possa fazê-los se comunicarem sem operar

¹ Graduado em Administração. Especialista em Gestão Pública. Mestrando em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: guilhermalmsteen@gmail.com.

a redução. O paradigma que denomino simplificação (redução/separação) é insuficiente e mutilante. É preciso um paradigma de complexidade, que, ao mesmo tempo, separe e associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais. (MORIN, 1982, p. 138)

CONCEITOS E ABORDAGENS DISCIPLINARES

A administração é conhecida como o campo do saber social voltado para a gestão de organizações, empreendimentos e atividades. Suas funções essenciais são o planejamento, a organização, o controle e a coordenação que, conjuntamente, devem propiciar o alcance de metas, a fim de alcançar um resultado proposto.

O estudo da ciência administrativa é salutar no que diz respeito à diversidade de situações as quais instituições se deparam. Há questões de ordem social, financeira, tecnológica, mercadológica e política, que carecem da aplicação de conhecimentos da administração para a sua harmonia.

Embora seja uma arte ou prática antiga, a administração tem uma história recente como corpo organizado de conhecimentos. Desde a mais remota antiguidade chegam ao presente os registros das tentativas de formular princípios de administração. Nos dois últimos séculos, tornou-se necessário profissionalizar a formação de gerentes, para aprimorar o processo administrativo e tornar as organizações de gerentes, para aprimorar o processo administrativo e tornar as organizações mais eficazes. Surgiram livros, escolas, pesquisadores e consultores de administração. O processo de administrar organizações transformou-se em disciplina. A administração é objeto de estudo sistemático, que produz um corpo de conhecimentos organizados, chamados teorias. (MAXIMIANO, 2000, p. 28)

Nas palavras de Antônio Maximiano (2000, pg. 29), *“em resumo, todos administram nas mais variadas escalas de utilização de recursos para atingir objetivos. Portanto, as habilidades administrativas são importantes para qualquer pessoa que tome decisões sobre a utilização de recursos para realizar objetivos, ou que esteja em ambientes onde essas decisões são tomadas”*.

Não obstante, cumpre destacar que o processo decisório, o planejamento estratégico, a organização de estruturas administrativas, a gestão de equipes e a administração de recursos dependem de um elemento em comum: a comunicação.

Assim, a comunicação, na perspectiva instrumental, propicia às organizações a dinâmica interativa, fomentando a busca pelas melhores práticas administrativas. É por meio da comunicação interna que existem as relações formais e informais, cuja influência repercute consideravelmente em desempenhos institucionais.

Dessa maneira, para a disciplina da administração, a comunicação significa o elo vital no que tange à implementação de ações e mudanças em âmbito organizacional. Portanto, essa ação subsidia o processo administrativo.

Numa organização, as diversas tarefas e unidades de trabalho especializadas precisam integrar-se porque elas são interdependentes – para realizar uma, é preciso realizar outra. Interdependência é a palavra-chave no processo de coordenação, que procura fazer as peças especializadas se encaixarem uma nas outras, de modo que o conjunto consiga cumprir sua finalidade. Uma das principais responsabilidades da administração é coordenar as diferentes unidades de trabalho da organização. Para cuidar dessa responsabilidade, a administração precisa montar e fazer funcionar o sistema de comunicações da estrutura organizacional. Comunicação é o processo de transferir e receber informações. Informações são dados organizados que possibilitam a análise de situações e tomada de decisões.

É por meio da comunicação que as partes da organização articulam suas atividades para funcionar com um conjunto. A comunicação entre as unidades de trabalho (ocupantes de cargos e departamentos) pode processar-se segundo diferentes padrões de interação: um a um, dois a dois, de um para um grupo, e vice-versa, de todos para todos, e assim por diante. Para se comunicar, as partes da estrutura organizacional usam meios de comunicação, que transmitem informação para cima, para baixo e para os lados. (MAXIMIANO, 2000, p. 282)

Como ferramenta indispensável para o seu processo, a gestão administrativa se vale da comunicação para promover o processo decisório, estabelecendo relações sociais e elaborando instrumentos estratégicos. Assim, a comunicação interna é o elo dinâmico que fomenta as mudanças organizacionais.

Entretanto, convém destacar que o estudo da comunicação vai muito além da sua presença em ambientes corporativos.

A comunicação, do ponto de vista científico, é um campo do saber, com autonomia e possibilidades amplas. É uma disciplina social que propicia o conhecimento das interações entre indivíduos e das interpretações desses com ambientes, símbolos e objetos. Em suma síntese, são imensuráveis as vertentes da ação comunicativa nas organizações.

Dessa maneira, o estudo da comunicação em consonância com os conceitos da administração deve se reportar à amplitude de possibilidades que essa interação permite. E do ponto de vista acadêmico, o pensamento transdisciplinar dos campos é fundamental para o desenvolvimento científico.

Sabemos cada vez mais que as disciplinas se fecham e não se comunicam umas com as outras. Os fenômenos são cada vez mais fragmentados, e não se consegue conceber a sua unidade. É por isso que se diz cada vez mais: "Façamos interdisciplinaridade." Mas a interdisciplinaridade controla tanto as disciplinas como a

ONU controla as nações. Cada disciplina pretende primeiro fazer reconhecer sua soberania territorial, e, à custa de algumas magras trocas, as fronteiras confirmam-se em vez de se desmoronar. Portanto, é preciso ir além, e aqui aparece o termo "transdisciplinaridade. (MORIN, 1982, p. 135)

Nesse raciocínio, convém mencionar, inclusive, que a complexidade disciplinar é um fundamento primordial no estudo de saberes diversos. Para a compreensão do alcance comunicacional dentro dos ambientes administrativos, é necessária uma percepção múltipla quanto às suas possibilidades, fato que permite dimensionar a valiosa contribuição interdisciplinar entre as ciências.

Não há que se falar, portanto, em visão "restrita e instrumental" da comunicação em âmbito da administração. É pertinente reconhecer a sua contribuição científica, como campo responsável pelos estudos das dinâmicas sociais das organizações. Portanto, pode-se dizer que os fluxos e as interações entre os indivíduos que ocorrem nos ambientes coletivos são manifestações comunicacionais desde a sua origem.

CONTEXTUALIZAÇÕES

As organizações públicas e privadas convivem com os ambientes burocráticos, e utilizam a comunicação para promover suas decisões.

Para Idalberto Chiavenato (2012, p. 224), o comportamento organizacional é "interdisciplinar". Assim, o compartilhamento de informações, experiências e conhecimentos por meio da comunicação promove uma efetiva integração nas organizações.

Ainda para o autor, as organizações constituem-se de manifestações especializadas, formais e interdependentes. São agrupa-

mentos sociais complexos, com plenas capacidades. Portanto, as instituições necessitam da comunicação para gerir seus fluxos e administrar processos.

Nas instituições públicas, as estruturas administrativas se valem da comunicação para estabelecerem laços com as missões e demandas sociais. Por exemplo, organizações gestoras de políticas educacionais gerenciam programas e projetos por meio de comunicações sistêmicas, internas e externas. Portanto, a comunicação organizacional em consonância com a administração se apresenta como um fator transdisciplinar determinante para o cumprimento de estratégias pré-estabelecidas.

Por sua vez, as empresas privadas, por terem como premissas essenciais a atividade lucrativa, lidam com a comunicação estratégica como questão dinâmica e provedora de decisões. Ao gerenciar variáveis tais como tempo, recursos, investimentos e pessoal, essas organizações se deparam com a administração e com a comunicação como elementos decisivos e essenciais para o seu sucesso.

Portanto, o que se nota é que tanto instituições públicas quanto privadas têm como fundamento estratégico a interdisciplinaridade entre a comunicação e a administração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos trazidos pelos estudiosos da comunicação e da administração são de suma importância para a compreensão do ambiente organizacional. Do ponto de vista profissional e acadêmico, pode-se dizer que as disciplinas se complementam e se combinam. Posto isso, nenhum dos campos deve sobrepor ao outro.

É sabido que o ambiente organizacional é complexo, dinâmico, enérgico e, sobretudo, social. Portanto, é basilar a interdependência

entre princípios da comunicação organizacional e das estratégias administrativas.

Objetivos e recursos são as palavras-chave na definição de administração e também de organização. Uma organização é uma combinação de recursos que procura deliberadamente realizar algum tipo de objetivo (ou conjunto de objetivos).

(...)

As pessoas são o principal recurso que as organizações utilizam para realizar seus objetivos. De fato, as organizações são principalmente grupos de pessoas que utilizam recursos. Além das pessoas, as organizações empregam dinheiro, tempo, espaço e recursos materiais, como instalações, máquinas, móveis e equipamentos. Eficiência é a palavra usada para indicar que a organização utiliza corretamente seus recursos. (MAXIMIANO, p. 91-92)

A mudança nos meios de comunicação é um dos mais importantes aspectos da evolução tecnológica. Das pinturas nas cavernas até o telégrafo e o telefone e destes para os satélites, a tecnologia à disposição das organizações tem aumentado de maneira fenomenal. Essencialmente, há duas formas de comunicação: a falada e a escrita. Essas formas podem ser intermediadas por diferentes tecnologias, veículos e sistemas. (MAXIMIANO, 2000, p. 282-283)

Assim, a comunicação pode ser compreendida como um fenômeno natural e imprescindível para a organização. Inclusive, pode-se inferir que as instituições devem controlar seus fluxos comunicacionais, atentando-se para os retornos desses processos como fatores determinantes para a sua efetividade.

Por outro lado, a gestão interdisciplinar da comunicação é proveedora no sentido de que as organizações se deparam com situações distintas. A comunicação, por sua vez, exerce o papel central na intermediação entre relações formais e informais. A sua ocorrência propicia a construção de elos sociais sólidos, permitindo o compartilhamento de culturas, de ideais e de objetivos.

A noção de um sistema social também considera a comunicação como um pilar essencial. A comunicação é o condutor dos fluxos e das trocas que ocorrem nos ambientes coletivos. Sem essa dinâmica, as interações nas organizações se obscurecem.

Por sua vez, as relações sociais nas organizações devem buscar um elo em comum, permitindo que a sua estrutura sistêmica favoreça o auto-conhecimento de suas particularidades. Portanto, as práticas administrativas e as comunicacionais resultam em um só processo dentro das organizações.

Ademais, como contribuição acadêmica renovadora de conceitos, a comunicação com viés instrumental deu lugar ao imensurável campo do saber, dotado de autonomia e oportunidades. As literaturas disponíveis permitem (e permitiram) a construção de um novo olhar, permitindo o contato com uma disciplina que estuda o fator social presentes nos ambientes coletivos, e em especial aqueles que carecem das ações administrativas.

Dessa maneira, a comunicação torna-se um fundamento conceitual e corriqueiro das instituições humanas. E essa interação é a gênese das ações e dos relacionamentos interpessoais entre equipes de trabalho.

REFERÊNCIAS

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. Editora Atlas São Paulo. 2000.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Editora Betrand Brasil. 2005.

KUNSCH, Margaria Maria Krohling (Organizadora). **A comunicação como fator de humanização das organizações**. Difusão Editora. 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. Editora Manole Ltda. 2012.

Debate realizado na Universidade Católica de Brasília – UCB em 16/05/2017 com a professor Luiz Carlos Assis Iasbeck sobre o tema “comunicação organizacional”.

Submissão de um projeto envolvendo humanos ao comitê de ética em pesquisa: relato de uma experiência

Marlene da Silva Bomfim¹

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é descrever a experiência adquirida por uma pesquisadora, quanto ao processo de submissão de um projeto de pesquisa envolvendo seres humanos ao Comitê de Ética em Pesquisa, em cumprimento ao que determina a legislação emanada do Ministério da Saúde, por meio do Conselho Nacional de Saúde.

Embora a ética seja um tema que se encontra em pauta desde a Antiguidade, principalmente entre os filósofos gregos, de maneira geral, a aplicação de seus princípios e valores passa por crises desde então, a depender da época, como um efeito do próprio processo de desenvolvimento. Isso porque a ética – que etimologicamente vem do grego *ethos* se refere àquilo que pertence aos bons costumes, à boa conduta – acompanha a evolução da sociedade, tendo um papel norteador na manutenção do respeito à dignidade e aos direitos humanos, entre outros. As boas condutas visam a esse respeito, uma vez que a vida da pessoa humana em sua plenitude constitui, concretamente, a finalidade de tudo.

Um exemplo de como o processo de desenvolvimento pode ter efeitos sobre a sociedade são as transformações pelas quais o mundo vem passando desde o pós-Segunda Guerra mundial, destacando-se os anos 70 e os subsequentes, principalmente com o novo paradigma trazido pela evolução da tecnologia da informação. Tais transformações alcançam todas as áreas da vida da sociedade, como se pode ver

¹ Especialista em Gestão da Comunicação nas Organizações. Mestra em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: marlenebomfim2@gmail.com

na Medicina, na qual os avanços são ininterruptos e, de certa forma, incalculáveis: cura de várias doenças, melhorias e otimização em diversos tipos de tratamento e outros.

De modo geral, foram exatamente as pesquisas realizadas nessa área que trouxeram a grande preocupação ética. Segundo Kottow (2017, p. 5), no século XX, os avanços tecnocientíficos alcançaram tal ponto que os métodos científicos não podiam desconsiderar a relação entre benefícios e riscos, o que se destacou principalmente nas pesquisas biomédicas, já que “o estudo com seres vivos poderia produzir danos irreversíveis ou até a morte.” Conforme defende esse autor:

os seres humanos são essencialmente vulneráveis [...], e essa vulnerabilidade recebeu proteção básica do Estado, expressa sob a forma de direitos universais que todos os cidadãos deveriam aproveitar. [...] Os cidadãos recebem proteção contra sua vulnerabilidade biológica por meio de um direito real à saúde [cuidado], que é mais uma atitude de proteção do que um programa específico. (KOTTOW, 2003, p. 1)

Também foi nos anos 70 que surgiu o termo “bioética”, cunhado por Van Rensselaer Potter, para se referir a uma ponte que se estabeleceu entre a ética e as ciências biológicas. Essa ponte liga os termos *bios* (vida) e *ethos* (ética), respectivamente significando o conhecimento biológico/ciência dos sistemas vivos e o conhecimento dos valores humanos. A base defendida nesse sentido é a de que a sobrevivência decente e sustentável da espécie humana depende de um sistema ético (PESSINI, 2013).

Nessa concepção, a Bioética vai além das ciências biomédicas, alcançando todas as áreas e questões que envolvem a pessoa humana, vista como uma unidade, representada pelo corpo e pelo espírito. Sgreccia (1996) se refere à pessoa humana como uma unitotalidade,

considerando-a totalidade porque ela é composta de várias dimensões: física, psíquica, espiritual, social e moral. É essa compreensão que serve de referência à Bioética em seus estudos e decisões. E de acordo com Xavier (2012, p. 226), nesta sociedade pós-moderna, o grande desafio bioético é ressignificar o reconhecimento do ser humano como pessoa, entre outros, sendo necessário, para tal, que não se dissocie o corpo do “ser” dessa pessoa; “corpo e *anima* devem pertencer a um só indivíduo, a uma só pessoa.”

Assim, diante de um processo de desenvolvimento irreversível, que influencia pensamentos e modifica condutas, os princípios da Bioética se estenderam a todas as áreas que se ocupam da saúde das pessoas, entendendo-se saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças” (OMS, 1946, p. 1). Já os princípios da Bioética são: beneficência/não maleficência – significando, respectivamente “fazer o bem” e “evitar o mal” (relacionado, principalmente, à saúde das pessoas); autonomia – ou capacidade de determinação da pessoa de gerenciar sua vontade, sem influência de outras pessoas, para o que duas condições são fundamentais: informação e liberdade; justiça – ou igualdade de tratamento para todas as pessoas (JUNQUEIRA, 2011). A aplicação dos princípios da Bioética diuturnamente pode ser vista como uma ética prática (ou ética aplicada), porque envolve formas de conduta e de julgamento moral, com métodos de análise próprios (CASTILHO; KALIL, 2005).

Especialmente associada à vida do homem contemporâneo e às questões surgidas das relações sociais entre grupos humanos, além das pesquisas em humanos (área biomédica), a Bioética envolve pesquisas com seres humanos (outras áreas), tratando o assunto de forma interdisciplinar e sistemática (STIGAR, 2008).

2. A ÉTICA NA PESQUISA COM SERES HUMANOS

Estudos que envolvem seres humanos podem ser caracterizados como “pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais” (BRASIL, 1996, p. 2). Para Bettini-Pereira *et al.* (2015, p. 1):

A importância das pesquisas realizadas com seres humanos na conquista de conhecimentos [...] pode ser considerada relevante. De forma paralela ao avanço científico, podemos também observar historicamente, o crescimento dos questionamentos éticos implícitos a estes estudos, já que as pesquisas com seres humanos, sejam elas de caráter experimental ou observacional, têm maior potencial para causar algum tipo de dano a seus participantes.

Desse contexto, infere-se que conflitos podem surgir, não só diretamente relacionados à saúde em uma visão integral (unitotalidade), como associados a questões de moral ou de privacidade o que, indiretamente, pode reduzir o bem-estar total que caracteriza a saúde, seja no plano psicológico, emocional ou outro.

Muitos desses conflitos possíveis podem representar dilemas éticos, na medida em que, em um caso específico, os limites morais entre as decisões a serem proferidas ou quanto ao que é mais correto naquele momento podem não ser vislumbrados. Impasses éticos existem, mas não podem obstaculizar processos que visem ao desenvolvimento da humanidade e a sua melhoria de vida. O problema, então, é tentar solucioná-los não a qualquer custo ou de qualquer forma, mas com base no respeito à dignidade dos envolvidos. Nesse sentido, vale lembrar a advertência de Kottow quanto à vulnerabilidade dos seres humanos, sejam eles os pesquisadores (ao se exporem em suas intenções)

ou os pesquisados (que podem ser expostos em seus pontos de vista) no caso em foco.

É aí que a teoria principialista da Bioética (ética aplicada) pode representar um instrumento que norteia soluções, possibilitando argumentações em torno das pesquisas, quanto à forma de realizá-la, por exemplo, dizem Bettini-Pereira *et al.* (2015). Nesses casos, a aplicação dos princípios bioéticos traz à luz seus referenciais, principalmente o princípio da autonomia, cujo respeito implica os direitos de liberdade, de privacidade, de escolha e de vontade. Isso vale tanto para o pesquisador (ao delinear seu foco e configurar sua metodologia de trabalho) como para os sujeitos objeto da pesquisa (ao aceitarem ou não participar de estudos). Esses devem ser tratados sempre com dignidade e respeitados em seu ponto de vista e liberdade de aceitação. Castilho e Kalil (2005, p. 345) explicam que a pesquisa envolvendo humanos inclui as seguintes regras a serem respeitadas pelo pesquisador:

1) dizer a verdade; 2) respeitar a privacidade dos outros; 3) proteger informações confidenciais; 4) obter consentimento para intervenções (junto) aos pacientes (ou outros sujeitos); 5) quando solicitado, ajudar os outros a tomar decisões importantes. Portanto, a pesquisa envolvendo seres humanos deve sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade.

No contexto do processo de desenvolvimento anteriormente referido e considerando a necessidade de aplicação da ética à prática cotidiana, no Brasil, em 1996, a Resolução nº 196, do Conselho Nacional da Saúde (CNS), incorporou os citados princípios bioéticos (beneficência/não-maleficência, autonomia e justiça) à perspectiva da realização de pesquisas, tanto com indivíduos como com coletividades, visando a “assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.”

Essa Resolução determinou: “toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética [...]”. Também conceituou termos que, a partir dela, se tornaram obrigatórios para esse tipo de pesquisa, como o consentimento livre e esclarecido do participante, expressado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou documento no qual se explicita “o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita” e contendo todas as informações necessárias referentes à participação da pessoa, “em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar” (BRASIL, 1996, p. 9, 3).

Por fim, a Resolução nº 196/1996 ainda estabeleceu a necessidade da constante revisão de seus termos, em face das considerações que vão surgindo nas diversas áreas de pesquisa. “[...] cada área temática de investigação e cada modalidade de pesquisa, além de respeitar os princípios emanados deste texto, deve cumprir com as exigências setoriais e regulamentações específicas” (BRASIL, 1996, p. 1).

Assim, em 2012, a Resolução nº 466, do mesmo CNS, com base em vários documentos internacionais, inclusive na Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, de 2004, acrescentou exigências à realização de pesquisas empíricas com seres humanos, citando-se como exemplo daquelas: adequação aos princípios científicos; fundamentação em fatos científicos; realização, somente, quando não se puder obter o conhecimento buscado por outros meios; obtenção do consentimento livre e esclarecido do participante da pesquisa e/ou seu representante legal; capacidade do pesquisador para desenvolver a pesquisa; disposição de recursos humanos e materiais necessários à garantia do bem-estar do participante da pesquisa; disposição de procedimentos que visem a assegurar a confidencialidade e a privacidade da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa; respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, como

também aos hábitos e costumes dos envolvidos; verificação de benefícios e de riscos que a pesquisa possa trazer (BRASIL, 2012).

Esse documento se reportou às instituições envolvidas na pesquisa empírica, definindo: instituição de origem como a instituição proponente de pesquisa, ou seja, uma “organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada, à qual o pesquisador responsável está vinculado”; instituição coparticipante (quando for o caso), como a “organização, pública ou privada, legitimamente constituída e habilitada, na qual alguma das fases ou etapas da pesquisa se desenvolve” (BRASIL, 2012, p. 2).

Em 2016, a Resolução nº 510, também do CNS, entre suas razões, considerou “a importância de se construir um marco normativo claro, preciso e plenamente compreensível por todos os envolvidos nas atividades de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.” Além de manter termos definidos nas Resoluções anteriores (citadas), referiu-se às normas relativas às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (art.1º) que visem à utilização de dados obtidos diretamente de pessoas humanas ou que acarretem risco a essas. Elencou, no parágrafo único desse artigo, os tipos de pesquisas que não devem ser registradas nem avaliadas pelo sistema formado pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) (BRASIL, 2016, p. 1-2). Especificamente, essa Resolução define:

Art. 25. A avaliação a ser feita pelo Sistema CEP/CONEP incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa.

§1º. A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos a essa Resolução compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si.

§ 2º. A avaliação a ser realizada pelo Sistema CEP/CONEP incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos participantes. (BRASIL, 2016, p. 9)

eticamente, infere-se que as exigências dessas três Resoluções já constituem restrições a abusos em pesquisas com humanos e podem ser relacionadas à resignificação da pessoa humana buscada pela Bioética.

Na aplicação dos referenciais/princípios da Bioética à pesquisa empírica a ser realizada está o papel dos comitês de ética de cada instituição, os quais são denominados Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) (já referido acima). Mas quando são aplicados a casos concretos, muitas vezes esses princípios entram em conflito entre si. Por isso, não devem ser vistos como “válidos absolutamente”, porque pode haver casos em que são admitidas exceções. É nessa perspectiva que a atividade específica dos CEPs é:

saber realizar julgamentos ponderados e críticos de cada caso específico, adaptando o modelo dos quatro princípios aos contextos particulares. Em outros termos, o profissional deve estar preparado para lidar com novas situações e, quando necessário, tentar analisar de forma crítica e imparcial as razões subjacentes às várias tomadas de posição moral, inclusive mudando (ou pelo menos "suspendendo") suas crenças pessoais quando confrontado com boas razões. (PALÁCIOS *et al.*, 2001, p. 3)

Como se vê, o Estado brasileiro, com essas Resoluções, vem buscando revestir a realização de pesquisas empíricas com humanos não só de cientificidade (por meio das condições de sua realização, como exemplificado), mas de uma ética aplicada (por meio dos princípios bioéticos), de modo a salvaguardar a saúde da pessoa em suas dimensões e sua dignidade. E é justamente no desempenho da avaliação desses aspectos que reside a importância dos CEPs, que recebem os

projetos de pesquisa por meio dos respectivos registros em plataforma eletrônica.

3. A PLATAFORMA BRASIL

Em 15 de janeiro de 2012, anteriormente à Resolução nº 466, de dezembro desse mesmo ano, o registro de pesquisas envolvendo humanos deixou de ser feito por meio do Sistema Nacional de Ética em Pesquisa (SISNEP), passando a ser utilizada, para tal, a Plataforma Brasil. Trata-se de “uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos” para todo o sistema da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

A Plataforma Brasil permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus vários estágios de apreciação, ou seja, desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP/CONEP, quando necessário, inclusive

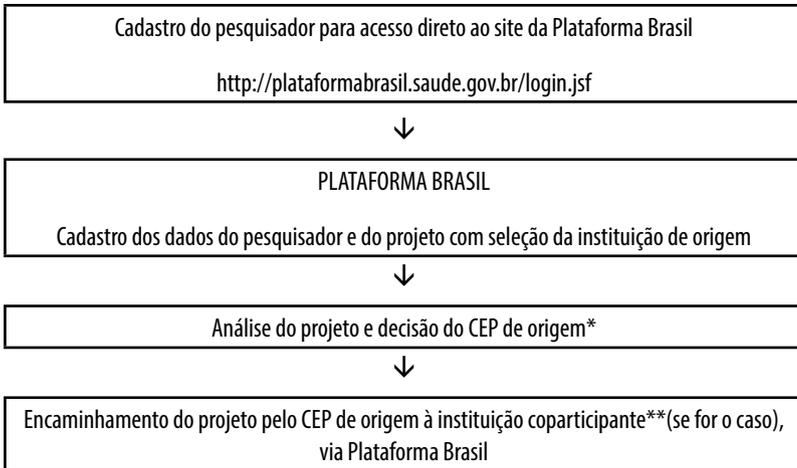
possibilitando inclusive o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas (quando concluídas).[...] a apresentação de documentos também em meio digital, propiciando ainda à sociedade o acesso aos dados públicos de todas as pesquisas aprovadas. Pela Internet é possível a todos os envolvidos o acesso, por meio de um ambiente compartilhado, às informações em conjunto, diminuindo de forma significativa o tempo de trâmite dos projetos em todo o sistema CEP/CONEP. (BRASIL/Ministério da Saúde, 2012, p. 2)

Desde 2012, as instituições de pesquisa de todo o país devem acessar essa Plataforma para recepção dos projetos submetidos aos respectivos CEPs, projetos esses que devem estar em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do CNS para a área da saúde e a nova Resolução CNS nº 510/16 para as áreas social e humana.

De forma sintética, o registro dos projetos na Plataforma Brasil segue os seguintes trâmites (fluxograma 1):

Fluxograma 1

PLATAFORMA BRASIL



Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados da Plataforma Brasil.

Obs.: *Descrito no levantamento do fluxograma 2; **descrito no fluxograma 3.

4. CONTEXTO DA PESQUISA EMPÍRICA REALIZADA: BREVE DESCRIÇÃO DO CASO CONCRETO

A pesquisadora, então aluna do Curso de Mestrado em Comunicação de uma instituição privada de ensino superior, observou as normas institucionais vigentes, a fim de submeter seu projeto de pesquisa ao CEP dessa instituição, local de origem do projeto.

Tratava-se de uma pesquisa feita por meio de um estudo de caso, com observação livre em campo e coleta de dados envolvendo humanos. A pesquisa foi delimitada à fase do planejamento do evento pesquisado, realizado por outra instituição pública de ensino superior, em cujas reuniões foram discutidas todas as ações e a operacionalização

de cada momento de realização do evento. Os dados foram coletados com a utilização de um gravador e foram feitas anotações, pela pesquisadora, de outros dados não captáveis por esse aparelho, a fim de adicioná-los às transcrições, de modo que o gesto ou som aparecessem concomitantemente às falas.

A configuração dessa coleta de dados atendeu os requisitos estabelecidos nas Resoluções nº 196, de 1996; nº 466, de 2012, e nº 510, de 2016, no que se refere aos aspectos éticos e formais. Portanto, o projeto deveria ser submetido à apreciação do CEP da instituição proponente.

Anteriormente ao cadastro do projeto na Plataforma Brasil, porém, a pesquisadora agendou reunião com a coordenação do CEP da instituição proponente, a fim de sanar dúvidas e assegurar agilidade no processo de submissão do projeto a esse CEP, no que foi atendida.

Uma informação imprescindível à concatenação de datas entre a submissão do projeto ao CEP e a respectiva apreciação é conhecer o calendário das reuniões do CEP, as quais geralmente se realizam a cada 30 dias. A pauta dessas reuniões é a análise e a decisão dos projetos submetidos a ele, via Plataforma Brasil, e que estejam com a documentação completa. A submissão deve ocorrer com, no mínimo, 15 dias de antecedência.

As informações disponibilizadas no site da instituição de origem do projeto abrangiam orientações sobre o cadastro *on-line* a ser feito pelo pesquisador, incluindo orientações sobre o preenchimento dos formulários com os dados do projeto e acompanhamento da submissão da pesquisa até sua aprovação pelo CEP, via site da Plataforma Brasil (<http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>).

Consciente dessa necessidade, a pesquisadora se cadastrou na Plataforma Brasil, registrou seu projeto e anexou todos os documentos exigidos para o tipo de pesquisa a ser realizado, inclusive a minuta no TCLE a ser distribuído entre as pessoas convidadas a participar, e deu prosseguimento ao registro de seu projeto.

Os trâmites previstos no CEP da instituição de origem para apreciação do projeto são os seguintes (descritos brevemente no fluxograma seguinte):

Fluxograma 2

Trâmites previstos no CEP da instituição de origem

Submissão do projeto pelo pesquisador à instituição de origem, via Plataforma Brasil



1ª Etapa – Aceitação do projeto e respectivo protocolo

- recepção do projeto;
- distribuição do projeto com indicação de relatoria;
- elaboração do relatório e do parecer do relator;
- submissão e edição do parecer do colegiado;
- submissão e avaliação do parecer do colegiado ao CEP, com aceitação ou não da análise do projeto.



2ª Etapa – Análise do projeto

- recepção do projeto;
- distribuição do projeto com indicação de relatoria;
- elaboração do relatório e do parecer do relator;
- submissão do parecer ao colegiado;
- parecer final do colegiado com aprovação ou não do projeto para início da realização da pesquisa;
- encaminhamento do projeto à instituição coparticipante, se for o caso.

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos dados dispostos na Plataforma Brasil sobre seu projeto.

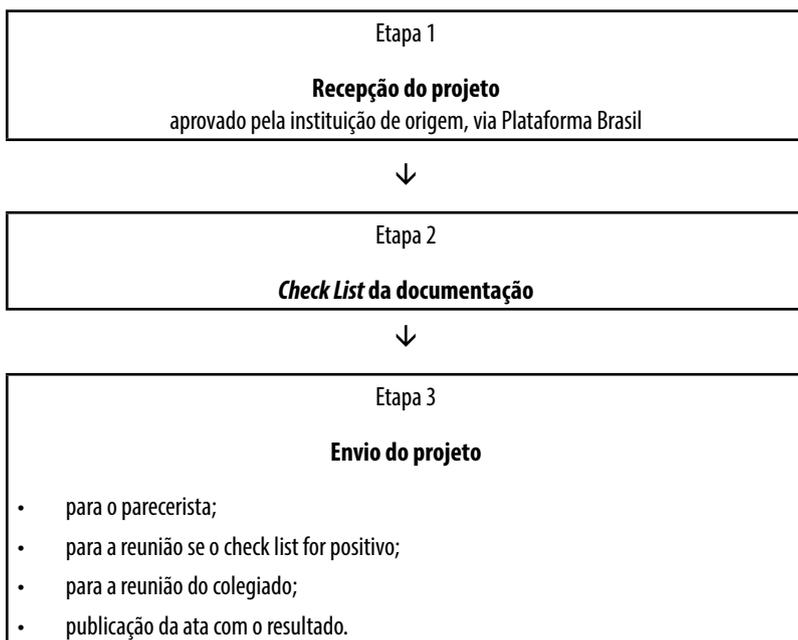
Obs: O pesquisador é informado do resultado ao final de cada etapa via Plataforma Brasil. Para tanto, ele deve acessar essa Plataforma para o acompanhamento do processo. Para maiores detalhes, verificar quadro 1 anexo.

Como os dados a serem coletados empiricamente tinham como meio um evento realizado por outra instituição, houve necessidade de,

após a apreciação e decisão do CEP da instituição de origem, o projeto ser submetido ao CEP da instituição promotora desse evento, a qual seria, então, coparticipante. A análise do projeto na instituição coparticipante prevê os trâmites brevemente delineados neste fluxograma.

Fluxograma 3

Trâmites previstos no CEP da instituição coparticipante



Fonte: página do CEP da instituição coparticipante, sintetizado pela pesquisadora.

Obs: O pesquisador é informado do resultado ao final de cada etapa, via Plataforma Brasil. Para tanto, o pesquisador deve acessar a Plataforma Brasil para o acompanhamento do processo. Para maior detalhamento dos trâmites, ver quadro 2 anexo).

Apesar do empenho da pesquisadora quanto ao cumprimento dos requisitos para registro do projeto e para sua submissão em tempo hábil, os trâmites da respectiva apreciação não fluíram, nas duas instituições, como pretendido, conforme demonstrado nos fluxogramas a seguir:

Fluxograma 4

Trâmite do projeto da pesquisadora na instituição de origem

Em 18/01/2017: Submissão do projeto à instituição de origem via Plataforma Brasil



Em 23/01/2017: o projeto foi indeferido com solicitação dos seguintes ajustes:

- 1) anexar nova folha de rosto carimbada, pois na que foi enviada a assinatura do coordenador do curso estava ilegível;
- 2) ajustar o preenchimento do TCLE, com melhor explicitação dos benefícios (da pesquisa) dos riscos (aos voluntários) e da forma de minimização dos eventuais riscos, conforme Resolução 466/12;
- 3) incluir na etapa 5 da Plataforma Brasil (submissão do seu projeto) o CEP da instituição coparticipante da pesquisa;
- 4) atualizar o cronograma apresentado.



Em 27/01/2017: os ajustes foram apresentados em formato de carta resposta, via Plataforma Brasil.



Em 2/2/2017: recepção do projeto pelo CEP, distribuição e indicação de relatoria (cfe. fluxograma 2)

Em 22/2/2018: parecer explicando que o projeto atendia, em parte, as exigências da Res. CNS 466, apresentando as seguintes pendências:

- 1) descrição dos critérios de inclusão e de exclusão;
- 2) apresentação dos riscos da pesquisa e benefícios para os sujeitos participantes;
- 3) indicação de detalhes da entrevista com coordenadores do evento (número de participantes e roteiro de entrevista);
- 4) atualização do cronograma;
- 5) inclusão do TCLE para os participantes da entrevista;
- 6) vinculação do projeto ao CEP da instituição coparticipante no formulário de informações básicas do projeto.



Em 16/3/2017: nova submissão do projeto ao CEP da instituição de origem com os ajustes solicitados, no formato de carta resposta.

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base nos trâmites constantes da Plataforma Brasil.

Obs. Os dados detalhados relativos a essa etapa do processo se encontram no quadro 1, anexo.

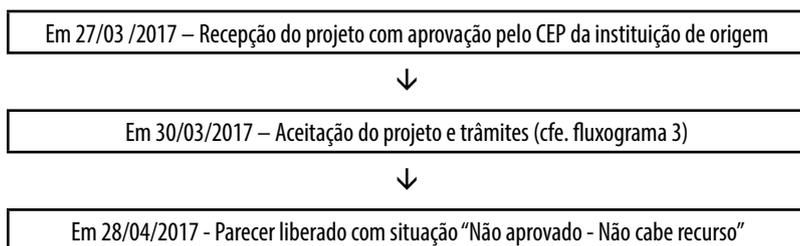
Alguns esclarecimentos devem ser feitos quanto à solicitação do CEP de origem: tendo em vista que a instituição coparticipante tem vários comitês de ética de áreas distintas (Ciências da Saúde, Ciências Exatas, Humanas e Sociais, etc), a pesquisadora teve dificuldade de contatar o CEP responsável por sua área de pesquisa, a Comunicação (item 6). A solicitação de atualização do cronograma (item 4) deve-se ao fato de que as datas a serem informadas devem estar alinhadas com uma possível data de aprovação do projeto, condição para início da realização da pesquisa, dado que foge ao controle da pesquisadora.

Para realizar os ajustes, a pesquisadora teve a precaução de agendar uma segunda reunião com a coordenação do CEP antes de enviá-las via sistema. Isso porque se as pendências não tivessem sido atendidas a contento, o projeto não seria aprovado. Segundo o CEP, não há “pendência da pendência”. Por esse motivo, a carta resposta foi enviada somente dia 16/3/2017.

Reapresentado o projeto para nova apreciação do CEP da instituição de origem, deu-se sua aprovação e concomitante submissão ao CEP da instituição coparticipante, cujos trâmites foram (fluxograma 5):

Fluxograma 5

Submissão do projeto de pesquisa à instituição coparticipante



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no fluxo apresentado na Plataforma Brasil.

Obs: O quadro 2, anexo, detalha todo o trâmite.

Ocorreu que, apesar do diagnóstico final com tal situação, a pesquisadora recebeu um comunicado desse CEP naquela mesma data,

explicando que o projeto de pesquisa estava adequado às exigências das Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016 e complementares, mas que três questões necessitavam de ajustes: 1) acrescentar o nome do CEP (da área correspondente ao projeto da instituição coparticipante) em todos os documentos de apresentação obrigatória: carta de encaminhamento, carta de aceite institucional e TCLE. Especificamente do TCLE, deveria constar os contatos do CEP (e-mail e telefone) para o caso de os participantes da pesquisa precisarem contatá-lo; 2) anexar, além do roteiro de entrevista a ser realizada com a coordenadora do evento (pesquisado), o roteiro de entrevista ou questionário a ser realizada/o com os demais participantes da pesquisa; 3) manter o cronograma atualizado.

Diante disso, a pesquisadora agendou uma reunião com a secretária do CEP da instituição coparticipante, a fim de se obter esclarecimentos sobre possíveis falhas do sistema que registrou o parecer como não aprovado e sem direito a recurso, travando o projeto nesse sistema, embora tenha solicitado ajustes. A orientação recebida da secretária foi de que a pesquisadora entrasse em contato com os responsáveis pelo sistema Plataforma Brasil. Isso porque, conforme esclarecimento da coordenação (do CEP coparticipante), mesmo o projeto sendo parcialmente aprovado, na Plataforma, havia apenas as opções aprovar ou não aprovar os protocolos de pesquisa. O contato foi feito via e-mail, e a resposta foi a seguinte:

Se o CEP da coparticipante tiver emitido um parecer de não aprovado ou rejeitado emitir parecer numa versão anterior, esse CEP não mais receberá qualquer emenda aprovada no CEP coordenador (e CONEP caso necessário). Caso a coparticipante rejeite o projeto de forma equivocada na versão atual da plataforma, o CEP deverá contatar diretamente a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) (conep@saude.gov.br) solicitando orientação quanto à melhor forma de resolver o problema, uma

vez que o sistema funciona de acordo com o estabelecido pela CONEP” (PLATAFORMA BRASIL, 2017).

Após a coordenação do CEP da instituição coparticipante tomar conhecimento das orientações da Plataforma Brasil, enviou e-mail à pesquisadora, em 10/5/2017, com as seguintes justificativas e orientações: como se tratava de um projeto que já havia sido avaliado e aprovado por outro CEP (da instituição de origem), não havia possibilidade de ele (CEP coparticipante) emitir parecer “com pendências”, mas apenas “aprovado” ou “não aprovado”. Em seguida, orientou que a pesquisadora submetesse novamente o projeto ao CEP de origem, esclarecendo que, apesar de o projeto já ter sido aprovado nessa instância (CEP de origem), foi necessário sanar pendências de lacunas identificadas pelo segundo CEP (coparticipante). Assim, o primeiro CEP emitiria um novo parecer de aprovação, o que possibilitaria o encaminhamento do projeto, com a documentação devidamente ajustada, ao segundo CEP.

No mesmo dia, 10/5/2017, o processo foi submetido pela segunda vez ao CEP da instituição proponente e, em 11/5/2017, o projeto foi devolvido à pesquisadora, solicitando enviar o documento “Resposta às Pendências” identificadas pelo CEP da instituição coparticipante, no formato de documento Word, pois a coordenação não conseguia confeccionar o parecer com o documento bloqueado.

A pesquisadora seguiu as referidas orientações, e toda documentação do processo, juntamente com a carta “Resposta às pendências”, foi enviada via e-mail para conhecimento da coordenadora do CEP da instituição coparticipante.

Feito isso, em 18/5/2017, pela segunda vez, o projeto foi aprovado pelo CEP da instituição de origem. Porém, essa tramitação não possibilitou reverter a situação do parecer “Não aprovado – não cabe

recurso” dado pelo CEP coparticipante. Em decorrência disso, a pesquisadora foi orientada, pela secretária desse CEP, a abrir um novo protocolo na Plataforma Brasil e recadastrar o projeto, sendo agora submetido diretamente a ele (CEP coparticipante).

Assim foi feito e, em 25/5/2017, o projeto foi encaminhado a esse CEP, que iniciou o novo processo de apreciação em 28/5/2017, emitindo a decisão final de aprovação em 31/5/2017.

Em resumo, das dez reuniões planejadas para a fase de produção do evento (meio de coleta de dados) por sua Coordenação, a serem realizadas entre 3 de maio e 3 de agosto de 2017, a pesquisadora apenas pôde iniciar sua pesquisa após a aprovação de seu projeto pelo CEP coparticipante, ou seja, em 31/5/2017, quando já tinham sido realizadas três reuniões.

O processo total de submissão do projeto aos respectivos CEPs ensejou a observação crítica de alguns pontos.

5. ASPECTOS CRÍTICOS DO PROCESSO

No decorrer do processo de apreciação do projeto da pesquisadora, foram solicitados ajustes que não teriam sido necessários, caso os respectivos esclarecimentos tivessem sido feitos. Além disso, outros foram observados e merecem um destaque crítico:

Na Plataforma Brasil

- A inexistência do dado “aprovado/sujeito a ajustes” ou “aprovado parcialmente” (por exemplo) no campo “situação da pesquisa” pode induzir ao registro equivocado do resultado da apreciação, como ocorreu com a pesquisadora.

Na instituição de origem da pesquisa

- Independente da presença de um campo para se caracterizar o CEP específico para apreciação do projeto, por ser um dado estratégico (vincula as instituições em relação ao referido projeto), essa instituição não destacou esse aspecto nas orientações ao pesquisador que vai necessitar de um coparticipante, nem explicou sobre a importância de sua inserção na Plataforma. A instituição de origem poderia dobrar as orientações nesse sentido, visando a minimizar os prejuízos que causa ao pesquisador e ao processo em sua ausência dessa informação;
- Não houve orientação à pesquisadora quanto a ela procurar conhecer o tutorial de apresentação dos documentos da instituição coparticipante, para evitar a solicitação de ajustes ao pesquisador, como é o caso da necessidade de aposição do nome do CEP coparticipante em todos os documentos a ele enviados, não somente no formulário;
- De modo geral, ainda por ocasião do desenvolvimento do projeto, observou-se ausência de esclarecimentos aos pesquisadores que vão realizar estudos envolvendo humanos, quanto à exigência legal e ética de submissão do projeto ao CEP da instituição de origem e, se for o caso, também ao CEP da instituição coparticipante (se a pesquisa empírica for em outra instituição). Em princípio, há uma noção equivocada de que somente pesquisas com humanos na área das ciências biomédicas devem ser submetidas aos Comitês de Ética. Porém, as Resoluções nº 196/1996 e nº 466/2012 não são restritivas nesse sentido, e a Resolução nº 510/2016 se volta especialmente para esse tipo de pesquisa na área das Ciências Humanas e Sociais. Em outras palavras, dúvidas e desconhecimento do assunto são justificativas que não cabem mais. Em se tratando de um

aspecto tão fundamental para as instituições e para a formação do pesquisador, a informação dessa necessidade deveria ser bastante disseminada no ambiente acadêmico entre os alunos pesquisadores. As instituições de ensino são também formadoras de pesquisadores, e não se pode conceber a ausência dessa preocupação no caso de pesquisas com humanos;

- Os documentos da instituição de origem não têm referência à Resolução nº 510, de 2016, a mais atual.

Na instituição coparticipante

- A incongruência entre a situação final do projeto “não aprovado/não sujeito a recurso”, postado na Plataforma Brasil como resultado da apreciação, e a concomitante informação de que o projeto atendia, parcialmente, os requisitos das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 e que necessitava de ajustes causou transtornos à pesquisadora. Pela descrição dos fatos, houve lapso no registro do resultado na Plataforma Brasil por parte do CEP coparticipante, apesar das justificativas em contrário. Inclusive, a própria resposta ao contato feito pela pesquisadora com os administradores da Plataforma se refere a isso, quando orienta: “Caso a coparticipante **rejeite o projeto de forma equivocada** na versão atual da plataforma, o CEP[...]” (g.n.); e
- Ora, se conforme o comunicado desse CEP à pesquisadora o projeto atendia, em parte, as exigências das Resoluções, e não consta da Plataforma Brasil um campo específico para tal registro, o projeto deveria ter sido registrado como aprovado e complementado com a comunicação à pesquisadora informando sobre as pendências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição do processo de submissão e de apreciação do projeto de estudo envolvendo humanos da pesquisadora deixou claro que os acertos, de primeira, não dependem apenas do pesquisador, mas também de informações/esclarecimentos a serem fornecidos pela instituição. No caso específico, pode-se dizer que houve, desde o início, uma lacuna sobre a necessidade de submissão do projeto ao CEP, o que tornou o processo ainda mais complexo, pois além de tentar conhecer a legislação, ela já tinha de agilizar a referida submissão. Não havia nenhuma familiaridade com o assunto. Aliás, a pesquisadora só entendeu a necessidade de submeter seu projeto ao CEP quando leu, ocasionalmente, uma publicação sobre o assunto.

Nesse sentido, sugere-se que constem das aulas da disciplina Metodologia da Pesquisa essa necessidade de submissão de projetos ao CEP, bem como a leitura das Resoluções que tratam do assunto.

REFERÊNCIAS

BETTINI-PEREIRA, Rita; NUNES, Rui; BLASCOVI-ASSIS, Silvana. Princípios de autonomia e beneficência presentes em pesquisas realizadas com cuidadores de pessoas com deficiências. *Millenium*, 2015, 49:173-194. Disponível em: <www.ipv.pt> Acesso em: 1 fev 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 196/1996**, de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e normas regulamentadoras sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br>>. Acesso: 26 dez 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466**, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br>>. Acesso: 26 dez 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510**, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos envolvam dados coletados diretamente de participantes. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br>>. Acesso: 26 dez 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plataforma Brasil**. Datasus. 2012. Disponível em: <<http://portal2.saude.gov.br/sisnep>> Acesso em: 20 dez 2017.

CASTILHO, Euclides Ayres de; KALIL, Jorge. Ética e pesquisa médica: princípios, diretrizes e regulamentações. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. 2005, 38(4): 344-347.

CORREIA, Francisco de A. Alguns desafios atuais da Bioética. In: PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian P. (Org.) **Fundamentos da Bioética**. São Paulo: Paulus, 2002.

JUNQUEIRA, Cilene R. **Bioética: conceito, fundamentação e princípios**. Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde. 2011. Disponível em: <www.usa.sus.unifesp.br> Acesso em: 31 jan 2018.

KOTTOW, Miguel. **História da ética em pesquisa com seres humanos**. Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. 2017. Disponível em: <[www.ufgd.edu.br/arquivos/ arquivos/](http://www.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/)> Acesso em: 31 dez 2017.

KOTTOW, Miguel. The vulnerable and the susceptible. *Bioethics*. 2003, 17(5-6):460-71. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov>> Acesso em: 2 fev 2018.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Constituição – 1946**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/>> Acesso em: 2 fev 2018.

PALÁCIOS, Marisa; REGO, Sérgio. SCHRAMM, Fermin Roland. **A eticidade da pesquisa em seres humanos**. 2001. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br>> Acesso em: 1 fev 2018.

PESSINI, Leo. As origens da bioética: do credo bioético de Potter ao imperativo bioético de Fritz Jahr. **Revista Bioética**. 2013; 21 (1): 9-19. Disponível em : <www.scielo.br> Acesso em: 2 fev 2018.

PLATAFORMA BRASIL. **Parecer**. <<http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>>. Maio, 2017

SGRECCIA, Elio. **Manual de Bioética: fundamentos e ética biomédica**. São Paulo: Loyola, 1996, v. 1.

STIGAR, Robson. **A Bioética na saúde**. 2008. Disponível em:<<https://www.webartigos.com>> Acesso em: 2 fev 2018.

XAVIER, Elton D. A Bioética e o conceito de pessoa: a re-significação do ser enquanto pessoa. **Revista Bioética**. 2012; 8(2):217-228. Disponível em:<<http://revistabioetica.cfm.org.br/>> Acesso em: 1º fev 2018.

ANEXOS

Quadros

Quadro 1 - Histórico de trâmites de apreciação do projeto/Instituição Proponente

APRECIÇÃO	DATA/HORA	TIPO/TRÂMITE	VERSÃO	PERFIL	ORIGEM	DESTINO	INFORMAÇÕES
PO	27/03/2017 14:24:10	Parecer liberado	2	Coordenador	Instituição Proponente	PESQUISADOR	
PO	27/03/2017 14:23:55	Parecer do Colegiado Editado	2	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
PO	21/03/2017 15:46:05	Parecer do colegiado emitido	2	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
PO	21/03/2017 15:45:45	Parecer do relator emitido	2	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
PO	21/03/2017 15:24:23	Aceitação de Elaboração de Relatoria	2	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
PO	21/03/2017 15:24:08	Confirmação de Indicação de Relatoria	2	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
PO	21/03/2017 15:23:51	Indicação de Relatoria	2	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
PO	21/03/2017 15:23:29	Aceitação do PP	2	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
PO	16/03/2017 18:19:37	Submetido para avaliação do CEP	2	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Instituição Proponente	
PO	22/02/2017 18:13:12	Parecer liberado	1	Coordenador	Instituição Proponente	PESQUISADOR	
PO	21/02/2017 15:15:24	Parecer do colegiado emitido	1	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	

APRECIACÃO	DATA/HORA	TIPO/TRAMITE	VERSÃO	PERFIL	ORIGEM	DESTINO	INFORMAÇÕES
PO	17/02/2017 16:39:37	Parecer do relator emitido	1	Membro do CEP	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
PO	13/02/2017 10:02:42	Aceitação de Elaboração de Relatoria	1	Membro do CEP	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
PO	10/02/2017 19:48:31	Confirmação de Indicação de Relatoria	1	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
PO	10/02/2017 19:36:01	Indicação de Relatoria	1	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
PO	09/02/2017 12:21:50	Aceitação do PP	1	Secretária	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
PO	02/02/2017 12:25:19	Submetido para avaliação do CEP	1	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Universidade Católica de Brasília-UCB	
PO	02/02/2017 12:08:31	Rejeição do PP	1	Secretária	Instituição Proponente	PESQUISADOR	DEVOLVIDO POR SOLICITAÇÃO DA PESQUISADORA
PO	27/01/2017 11:22:01	Submetido para avaliação do CEP	1	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Instituição Proponente	
PO	23/01/2017 16:24:24	Rejeição do PP	1	Secretária	Instituição Proponente	PESQUISADOR	Prezado (a) pesquisador (a), para que seu projeto...ler mais
PO	19/01/2017 12:45:37	Submetido pela CONEP para avaliação do CEP	1	Assessor	CONEP	Instituição Proponente	
PO	18/01/2017 20:33:25	Submetido para avaliação do CEP	1	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	CONEP	

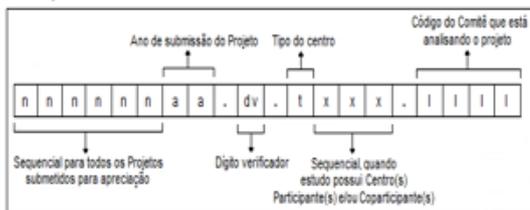
Fonte: <http://plataformabrasil.saude.gov.br> (datas em ordem decrescente)

LEGENDA:

(*) Tipo

P = Projeto de Centro Coordenador Pp = Projeto de Centro Participante Pc = Projeto de Centro Coparticipante

() Formação do CAAE**



(*) Origem / Última Apreciação

PO = Projeto Original de Centro Coordenador	POp = Projeto Original de Centro Participante	POc = Projeto Original de Centro Coparticipante
E = Emenda de Centro Coordenador	Ep = Emenda de Centro Participante	Ec = Emenda de Centro Coparticipante
N = Notificação de Centro Coordenador	Np = Notificação de Centro Participante	Nc = Notificação de Centro Coparticipante

(*) Lista de Projetos de Pesquisa

-A exibição da ação **E** indica que existem uma ou mais emendas em fila, ou seja, que aguardam apreciação.

Quadro 2 – Histórico de trâmites de apreciação do projeto /Instituição Coparticipante

APRECIÇÃO	PESQUISADOR RESPONSÁVEL	VERSÃO	SUBMISSÃO	MODIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	ORIGEM	AÇÕES
POc	MARLENE DA SILVA BOMFIM	1	27/03/2017	28/04/2017	Não Aprovado - Não Cabe Recurso	PO	

HISTÓRICO DE TRÂMITES

APRECIÇÃO	DATA/HORA	TIPO/TRÂMITE	VERSÃO	PERFIL	ORIGEM	DESTINO	INFORMAÇÕES
POc	28/04/2017 17:03:20	Parecer liberado	1	Coordenador	Instituição Coparticipante	PESQUISADOR	
POc	28/04/2017 17:00:34	Parecer do colegiado emitido	1	Coordenador	Instituição Coparticipante	Instituição Coparticipante	
POc	25/04/2017 22:20:57	Parecer do relator emitido	1	Coordenador	Instituição Coparticipante	Instituição Coparticipante	

POc	25/04/2017 22:13:39	Aceitação de Elaboração de Relatoria	1	Coordenador	Instituição Coparticipante	Instituição Coparticipante	
POc	24/04/2017 16:07:12	Confirmação de Indicação de Relatoria	1	Coordenador	Instituição Coparticipante	Instituição Coparticipante	
POc	06/04/2017 14:31:42	Indicação de Relatoria	1	Secretária	Instituição Coparticipante	Instituição Coparticipante	
POc	30/03/2017 15:52:44	Aceitação do PP	1	Secretária	Instituição Coparticipante	Instituição Coparticipante	
POc	27/03/2017 14:24:11	Submetido para avaliação do CEP	1	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Coparticipante	

Fonte: <http://plataformabrasil.saude.gov.br> (datas em ordem decrescente)

Quadro 3 - Histórico de trâmite da segunda submissão e aprovação do projeto ao CEP da instituição proponente

APRECIÇÃO	DATA/HORA	TIPO/TRÂMITE	VERSÃO	PERFIL	ORIGEM	DESTINO	
E1	18/05/2017 16:09:21	Parecer liberado	3	Coordenador	Instituição Proponente	PESQUISADOR	
E1	18/05/2017 15:11:42	Parecer do colegiado emitido	3	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
E1	18/05/2017 15:10:46	Parecer do relator emitido	3	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
E1	18/05/2017 15:02:28	Aceitação de Elaboração de Relatoria	3	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
E1	18/05/2017 15:02:05	Confirmação de Indicação de Relatoria	3	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
E1	18/05/2017 15:01:47	Indicação de Relatoria	3	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	
E1	18/05/2017 15:01:19	Aceitação do PP	3	Coordenador	Instituição Proponente	Instituição Proponente	

E1	11/05/2017 17:09:19	Submetido para avaliação do CEP	3	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Instituição Proponente	
E1	11/05/2017 15:05:24	Rejeição do PP	3	Secretária	Instituição Proponente	PESQUISADOR	
E1	10/05/2017 19:01:31	Submetido para avaliação do CEP	3	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Instituição Proponente	

Fonte: <http://plataformabrasil.saude.gov.br> (datas em ordem decrescente)

Quadro 4 - Histórico de trâmite de cadastramento do projeto no CEP da Instituição Coparticipante

APRECIACÃO	DATA/HORA	TIPO/TRÂMITE	VERSÃO	PERFIL	ORIGEM	DESTINO	INFORMAÇÕES
PO	31/05/2017 10:14:10	Parecer liberado	1	Coordenador	Instituição Coparticipante	PESQUISADOR	
PO	31/05/2017 10:12:54	Parecer do colegiado emitido	1	Coordenador	Instituição Coparticipante	Instituição Coparticipante	
PO	31/05/2017 10:12:26	Parecer do relator emitido	1	Coordenador	Instituição Coparticipante	Instituição Coparticipante	
PO	31/05/2017 10:03:18	Aceitação de Elaboração de Relatoria	1	Coordenador	Instituição Coparticipante	Instituição Coparticipante	
PO	30/05/2017 16:12:19	Confirmação de Indicação de Relatoria	1	Coordenador	Instituição Coparticipante	Instituição Coparticipante	
PO	26/05/2017 14:30:48	Indicação de Relatoria	1	Secretária	Instituição Coparticipante	Instituição Coparticipante	
PO	26/05/2017 14:30:12	Aceitação do PP	1	Secretária	Instituição Coparticipante	Instituição Coparticipante	
PO	25/05/2017 11:04:07	Submetido para avaliação do CEP	1	Coordenador	PESQUISADOR	Instituição Coparticipante	

Fonte: <http://plataformabrasil.saude.gov.br> (datas em ordem decrescente)

Quadro 5 - Parecer final dos dois comitês

Lista de Projetos de Pesquisa:

TIPO	CAAE	VERSÃO	PESQUISADOR RESPONSÁVEL	COMITÊ DE ÉTICA	INSTITUIÇÃO	ORIGEM	ÚLTIMA APRECIAÇÃO	SITUAÇÃO	AÇÃO
P	64589317.1.0000.0029	3	MARLENE DA SILVA BOMFIM	Instituição Proponente		PO	E1	Aprovado 27/3/2017	
P	68895417.0.0000.5540	1	MARLENE DA SILVA BOMFIM	Instituição Coparticipante		PO	PO	Aprovado 31/5/2017	
Pc	64589317.1.3001.5540	1	MARLENE DA SILVA BOMFIM	Instituição Coparticipante		PO	POc	Não Aprovado - Não Cabe Recurso 28/4/2017	

Fonte: <http://plataformabrasil.saude.gov.br> (datas em ordem decrescente, por instituição)

Mas o que é mesmo a opinião pública? Como a teoria das representações sociais pode auxiliar os estudos em comunicação em um melhor entendimento sobre opinião pública

Paulo Petitinga Junior¹

INTRODUÇÃO

Foi manchete dos principais jornais no último ano: 73% dos brasileiros consideram o governo do presidente Michel Temer ruim ou péssimo, a pior avaliação de um presidente desde a redemocratização². Mas, pelo visto, essa má fase não vai durar muito tempo — ou pelo menos é assim que espera o marqueteiro do presidente, Elsinho Mouco, que anunciou, dias após a divulgação da pesquisa, um plano audacioso: elevar a popularidade do Chefe do Executivo de 3% para 50% em apenas 6 meses³.

A má fase com a população — ou pelos menos com aqueles selecionados para a coleta de dados, considerando a margem de erro dessas pesquisas de opinião — não tem afetado somente Michel Temer. O prefeito de São Paulo, João Dória, e, até poucos meses, a grande aposta de muitos para a próxima eleição presidencial, viu a porcentagem de quem acha sua gestão ruim ou péssima dobrar de 13% para 26%. E o

¹ Publicitário, especialista em Marketing Político e Relações Institucionais, com histórico de construção de estratégias de comunicação para clientes como Presidência da República, Empresa de Correios e Telégrafos, Governos de Brasília, Pernambuco e da Bahia, além de diversas empresas privadas. Mestrando em Comunicação na Universidade Católica de Brasília. E-mail: paulo@opinioao.tv

² G1. Governo Temer tem aprovação de 5% e reprovação de 73%, diz Datafolha. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-tem-aprovacao-de-5-e-reprovacao-de-73-diz-datafolha.ghtml>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

³ Congresso em Foco. Marqueteiro de Temer quer elevar sua popularidade de 3% para 50% em seis meses. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/marqueteiro-de-temer-quer-elevar-sua-popularidade-de-3-para-50-em-seis-meses/>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

pior: o número de pessoas que afirmam que nunca votariam nele para presidente subir de 42% para 55%.

A preocupação com a proximidade da divulgação de uma nova pesquisa de opinião não tem incomodado somente os políticos brasileiros. Donald Trump, Mauricio Macri, Teresa May e até um dos mais recentes presidentes eleitos, o francês Emmanuel Macron, outro político que chegou ao poder com a imagem de outsider⁴ — mesmo que ninguém saiba ao certo o que é isso — sofrem com tais números. Em especial, o presidente francês vê sua popularidade despencar mês após mês: foram 22% em apenas 3 meses à frente do Palácio do Eliseu.

O que poderia ser encarado como uma vitória da população frente aos poderosos políticos coagidos pelos resultados das pesquisas de opinião e que buscarão dar respostas àqueles que os elegeram, na realidade esconde uma verdade incômoda: não sabemos de fato o que é essa opinião pública. E mais, estamos reféns das porcentagens que — pelo menos pela ideia que a mídia busca nos passar — tem a incrível capacidade de definir padrões de consumo, decisões de voto ou mesmo atitudes ditas democráticas. Tudo isso em números que muitas vezes não fazem sentido para a maioria da população, exceto para os cientistas políticos por trás da elaboração ou análise de tais pesquisas de opinião.

É claro que não dá para reduzir a discussão sobre a opinião pública simplesmente à pesquisa de opinião. Com isso, cometeria o mesmo erro da imprensa. O que proponho neste texto é compreender a noção de opinião pública — de forma mais breve, considerando as poucas linhas que tenho à disposição — e apresentar a teoria das representações sociais, ramo da psicologia social baseado nos estudos do romeno

⁴ Não estou falando do termo em si, a ideia de forasteiro ou aquele que é "de fora", numa tradução livre para o português. O que costumo usar para analisar tais casos é o emprego do termo na Teoria do Desvio, de Howard S. Becker — aquele que o grupo identifica como quem não segue as regras, logo, um desviante —, mas creio que é esta noção que tem sido adotada por analistas políticos e pela imprensa quando falam dessa nova espécie de político.

Serge Moscovici, como uma possibilidade de ferramenta para estudos em opinião pública.

Agora, retomemos nosso caminho rumo ao entendimento sobre opinião pública. Posteriormente, apresentarei os principais conceitos relacionados à teoria das representações sociais e, por fim, convido o leitor a uma breve visita aos estudos de comunicação que fizeram uso dessa teoria para entendermos como esse ramo da psicologia social pode tornar-se um aliado dos estudos em comunicação.

1. "A OPINIÃO PÚBLICA NÃO EXISTE"

Sobre a frase acima, preciso fazer dois comentários. O primeiro é que a frase não é minha, mas, sim, do francês Pierre Bourdieu que a cunhou no início dos anos 1970. O momento político era único, com a passagem recente do movimento do Maio de 68. Quem viveu aquela época, independentemente de ter morado na França ou não, ficou marcado pelas imagens do Quartier Latin — região de Paris conhecida pela concentração de universidades — com carros queimados e estudantes atacando policiais com os paralelepípedos arrancados das ruas na revolta contra as reformas educacionais propostas pelo então presidente Charles de Gaulle.

O meu segundo comentário é: a frase não é bem sobre o que o leitor imagina. O que Bourdieu buscava criticar é a maneira como as pesquisas de opinião eram feitas naquela época (não que, estando vivo nos dias atuais, ele não continuaria firme em sua postura crítica). Bourdieu (2003, p. 233) foca sua crítica especificamente em três pontos que ele acredita serem falhos na elaboração de pesquisas de opinião: (1) estas supõem que a produção de uma opinião está ao alcance de todos; (2) que todas as opiniões valem o mesmo; (3) e, quando se usa a mesma questão para todos, cria-se uma hipótese errônea que

existe um consenso sobre as questões que merecem ser postas. São pontos com fronteiras difusas e muitas áreas em comum, mas buscarei ilustrar cada uma em separado com o apoio não apenas de Bourdieu como de outros teóricos que versaram sobre o tema.

Começando pela noção de opinião pública como um fenômeno ao alcance de todos. Exceto por raros casos clínicos, todos nós somos capazes de emitir opiniões. Mas não é isso que discutirei aqui. O que importa neste ponto em específico é: nem todo mundo está preparado, ou mesmo interessado, para opinar sobre tudo. Walter Lippmann (2010) diferenciou opiniões públicas de cada indivíduo da Opinião Pública dos grupos. Com isso, esclareceu a construção de uma opinião pública ser multinível, visto que há conceitos e ideias estabelecidas individualmente, e aquelas, em consenso com o grupo. Mas ainda não chegarei nesse ponto, o que importa agora é: será que todos têm opinião pública sobre todos os temas ou sobre todos os aspectos de um tema?

Ana Lucia Romero Novelli (2007, p. 75), quando cita a explicação de Jürgen Habermas sobre a evolução da noção de opinião pública, ressalta que a opinião passa a ser "[...] uma reflexão privada sobre os *public affairs* e a discussão pública deles". E a imagem de uma pessoa fazendo uma reflexão privada pode funcionar bem para avaliarmos a proximidade das pesquisas de opinião operadas no Brasil — e cujos resultados acompanhamos quase diariamente — com a cabeça dos brasileiros. Como será que o brasileiro médio⁵ se questiona sobre a eficiência da gestão de Michel Temer à frente da Presidência da República? Será que ele usa os mesmos critérios de avaliação definidos pelos cientistas políticos que montaram os instrumentos de pesquisa de opinião? E mais: será que ele usa seu tempo livre para se questionar

⁵ Não é uma expressão que gosto de usar, mas fez-se necessária neste ponto. Se considerarmos o PNAD 2015, o brasileiro médio tem entre 40 e 59 anos, não completou o ensino fundamental e, apesar da queda da renda, está ocupado.

sobre isso ou é surpreendido pelo ineditismo da questão quando interpelado na rua por um entrevistador?

Uma prática comum na divulgação de pesquisas de opinião sobre intenção de votos é que se apresente o período de realização da coleta de dados e o número de entrevistas (fora outros dados, entre os quais a controversa margem de erro)⁶. O que pode dar a falsa impressão de que apenas o destino separou o cidadão que assiste à divulgação dos resultados da oportunidade de fazer parte da amostra desta pesquisa de opinião em si. É assim que inicio nosso questionamento sobre a ideia se todas opiniões valem o mesmo.

Bourdieu (2003, p. 242) expõe claramente que uma de suas maiores inquietações em relação às pesquisas de opinião pública, em especial com fins eleitorais, seria o fato de ela tratar a opinião pública "[...] como uma simples soma de opiniões individuais, recolhidas numa situação que é no fundo a da cabine de voto, onde o indivíduo furtivamente exprime em estado de isolamento uma opinião isolada". Qualquer um que vá até a padaria comprar pão, use o metrô para ir ao trabalho ou mesmo frequente um estádio de futebol para torcer pelo seu time sabe muito bem que está em uma constante batalha pela afirmação de suas opiniões pessoais frente àquelas de terceiros. E que, independentemente se alcancemos um consenso, este não excluirá as opiniões individuais daqueles que se opuseram à opinião hegemônica.

Não só Bourdieu (2003), como também Lippmann (2010), defendem a ideia de uma opinião pública que se diferencia da simples soma das opiniões individuais. É nesse contexto que precisamos compreender a noção de opiniões que acabam recebendo valores diferentes por parte da sociedade. Bourdieu (2003, p. 242) nos orienta por este caminho quando afirma que, fora do ambiente controlado

⁶ O que não é uma boa prática pura e simplesmente dos institutos de pesquisa brasileiros, mas sim uma imposição legal estabelecida pela Resolução 23.453/2015 do Tribunal Superior Eleitoral.

das pesquisas de opinião, "[...] as opiniões são forças, e as relações de opiniões são conflitos de força entre grupos". Se pensarmos assim, não seriam as pesquisas de opinião — associadas a suas posteriores exposições na mídia — apenas uma elaborada arma usada nesse conflito?

Como forma de esclarecer essa questão, gostaria de retornar mais uma vez ao elucidativo trabalho de Novelli (2007, p. 77) sobre comunicação e opinião pública, quando ilustra a evolução do conceito de opinião pública. O invento da publicação escrita e a posterior criação da imprensa se estabelecem como ponto de bifurcação para a ideia de opinião pública até então conhecida. Pois, agora, "[...] a opinião pública passa a ser a confrontação pública das opiniões dos mais sábios e dos mais competentes".

Resumindo: vale a soma ou a média de opiniões, dentro de uma lógica positivista de pesquisas de opinião onde não conhecemos quem as emitiu e nem onde a fez. Mas, no conflito cotidiano, as coisas são diferentes, e as — e, principalmente a mídia — buscam ouvir pessoas com legitimidade para a construção das Opiniões Públicas (LIPPMANN, 2010) sobre os mais variados temas. É com isso em mente que me encaminho para a última questão estabelecida por Bourdieu e abraçada por mim nessa caminhada rumo à compreensão dessa desconhecida opinião pública: quando se usa a mesma questão para todos, cria-se uma hipótese errônea que existe um consenso sobre as questões que merecem ser postas.

Caso o leitor tenha estranhado o sentido da oração construída por Bourdieu não há problema. O fato de a obra ter sido originalmente uma fala do francês e estar sendo usada por mim em sua versão portuguesa, pode ter causado esta construção mais complicada da oração. Fora, é claro, a própria dificuldade da escrita do autor, conhecido por "falar difícil". Enfim, tentarei tornar a oração mais simples: perguntas de pesquisa de opinião não facilitam a associação

dos entrevistados àquilo que eles pensam ou fazem em seus cotidianos. Como esclarece o próprio Bourdieu:

Na realidade, o inquérito de opinião estaria sem dúvida mais perto daquilo que se passa na realidade se, transgredindo completamente as regras da "objetividade", desse às pessoas meios de se situarem como realmente se situam na prática real, quer dizer relativamente a opiniões já formuladas. (BOURDIEU, 2003, p. 241)

Mas, como isso funciona? E, principalmente, por que um instituto de pesquisa faria essa "confusão"? O primeiro exemplo que me vem à cabeça são as pesquisas de opinião sobre intenção de voto com levantamento espontâneo. Uma espécie *sui generis* de pesquisa que, após tantos anos acompanhando seus resultados na imprensa, cheguei à conclusão que só tem duas funções: ocupar o hiato entre eleições e assim diminuir a ansiedade de políticos e imprensa; e servir de "quebra de braço" entre os pré-candidatos para ver quem tem mais "poder de fogo" no próximo pleito.

Enfim, voltemos a nossa questão: quando se pergunta a alguém para quem votaria na próxima eleição — sem dar opções, a fim de não sugerir nomes que ainda não podem ser citados como candidatos — o instituto de pesquisa busca a objetividade, mas, na verdade, está abrindo precedente para que os resultados sejam enviesados. Sobre objetividade, não há nada mais perigoso que uma mentira contada via números verdadeiros. Ou, como afirmou Bourdieu (2003, p. 235), "[...] não há nada mais inadequado para representar o estado da opinião que uma percentagem".

Fica claro o grande problema na elaboração desse tipo de pesquisa, que está relacionado ao fato de que, quem está em exposição na mídia na semana ou no mês nos quais a coleta de dados ocorreu, terá maior possibilidade de ser lembrado que outros possíveis candidatos. E, como vivemos em um país onde concessão de rádio e televisão (apesar

de serem concessões públicas) serem benefícios para poucas famílias ou grupos religiosos, e, por isso, só ter espaço na mídia quem é "amigo do dono". Como afirma Bourdieu, a pesquisa de opinião acaba reproduzindo um discurso que legitima a força de quem exerce o poder.

Sabe-se que todo o exercício da força é acompanhado de um discurso visando legitimar a força daquele que o exerce; pode até mesmo dizer-se que é próprio de toda relação de força é só ter toda sua força na medida em que se dissimula como tal. Em suma, falarmos simplesmente, o homem político é aquele que diz: "Deus está conosco". O equivalente de "Deus está conosco" é hoje "a opinião pública está conosco". *Tal é o efeito fundamental do inquérito de opinião: constituir a ideia de que existe uma opinião pública unânime, e portanto legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível* (grifo nosso). (BOURDIEU, 2003, p. 235)

Estou me aproximando do fim da minha tentativa de compreensão da ideia de opinião pública e gostaria de, por fim, ressaltar mais uma vez que minha crítica é direta aos métodos de pesquisa de opinião pública que, por prática, têm se posicionado, frente à população, como opinião pública em si. É claro que opinião pública — ou Opinião Pública, se retomarmos a ideia de Lippmann (2010) — é muito mais ampla que os resultados auferidos por tais pesquisas. Inclusive, apesar da compreensível descrença de Bourdieu a um possível consenso em opinião pública, é baseado nessa ideia que a democracia se mantém viva.

Sandra Jovchelovitch ilustra como Hannah Arendt⁷ compreende o termo público por dois fenômenos interligados, mas não idênticos: o que tem máxima publicidade, por ser visto e escutado por todos; e o que é comum a todas as pessoas, diferenciando-se de seus espaços

⁷ Filósofa alemã, considerada uma das influentes do século XX.

privados. Como resultado dessa ideia de espaço público, Jovchelovitch (2013, p. 58) cita que Arendt compreenderia que "[...] então seria a opinião pública, considerada como um consenso adquirido através do livre debate sobre a vida em comum".

É com esse embate entre a subjetividade do consenso versus a objetividade dos números que encerro essa parte sobre opinião pública. Passarei agora para a apresentação da teoria das representações sociais e seus principais conceitos. Como você verá, muitos se relacionam com aspectos expostos nessa nossa explicação inicial sobre opinião pública. O que facilitará minha hipótese de que seria a teoria das representações sociais uma ótima ferramenta para entendimento da opinião pública.

2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CIÊNCIA E SENSO-COMUM

Caso pudéssemos resumir a teoria das representações sociais a uma frase, certamente a mais adequada seria “tornar comum o incomum”. Pois, sem dúvida, boa parcela da explicação sobre essa teoria passa pelo embate entre o que existe de estranho a nós no mundo e o que fazemos para garantir que tudo isso se torne familiar. Independentemente do que estamos encarando, pode ser a chegada de um estrangeiro em nossa vizinhança, uma nova doença que tem ameaçado a população de nosso país ou mesmo o desenvolvimento de um novo ramo da ciência, como a termofísica ou a psicanálise. Foi exatamente a popularização da psicanálise entre os franceses nos anos 1950, e sua repercussão pela mídia local, que motivou o romeno Serge Moscovici a compreender como as representações sociais desse novo ramo da psicologia estavam sendo construídas entre os franceses.

Não me estenderei na explicação de como foi o estudo de Moscovici sobre a representação social da psicanálise na sociedade francesa

- seu trabalho conclusão de doutorado na École des Hautes Études que serviu como embrião para a teoria das representações sociais. Peço a compreensão do leitor, pois esse não é o foco deste texto e há outros textos que o fazem de maneira mais dedicada do que este o faria. O que gostaria de chamar a atenção sobre esse estudo é o fato de que, entre tudo que foi observado, estava a maneira como a mídia francesa comunicava à população sobre essa desconhecida ciência que desembarcava no país. O que tem bastante relevância para nossa discussão sobre as fronteiras entre a teoria das representações sociais e os estudos em comunicação.

Como aponta Ida Galli (2012), a pesquisa foi dividida em duas fases, sendo a primeira a aplicação de mais de dois mil questionários a entrevistados divididos em seis grupos: uma amostra probabilística da população de Paris; cidadãos de classe média; profissionais liberais; operários; universitários; e estudantes das escolas técnicas, entre 18 e 22 anos. Fora isso, houve entrevistas com dois pequenos grupos de residentes na cidade de Genebra, na Suíça, e Lyon, na França. Os questionários semi-estruturados foram adaptados às diferenças entre os grupos.

Caso encerrasse seu trabalho empírico por aí, Moscovici talvez não compreendesse as representações sociais em sua totalidade complexa, que são produto e produtora de práticas sociais. Como afirma Oliveira (2004, p. 180) Moscovici "[...] preocupou-se em compreender como o tripé grupos/atos/ideias constitui e transforma a sociedade". É por isso que seu trabalho com fontes secundárias, em um momento posterior da pesquisa empírica, é tão importante para o que conhecemos por representações sociais. Como relata Galli (2012), Moscovici submeteu à análise de conteúdo 1.640 artigos sobre psicanálise, publicado por quase 200 periódicos franceses, entre janeiro de 1952 e março de 1953. Os periódicos foram divididos por tiragem e orientação ético-política. Entre os pontos analisados pelo pesquisador estavam o tamanho do

artigo, a modalidade em que a psicanálise era descrita, a atitude em relação à psicanálise e em que aspecto da psicanálise chamava a atenção dos leitores. Com isso, buscou-se extrair os padrões de mensagem que representavam a conexão lógico-simbólica relativa à psicanálise nessas publicações.

Eu não sei se Bourdieu e Moscovici se conheciam ou mesmo debatiam ideais entre si, mas uma coisa é certa: ambos, sendo contemporâneos, tinham pensamentos próximos — ou mesmo complementares — sobre como as opiniões públicas de cada indivíduo se relacionam com as Opiniões Públicas dos grupos ou sociedades. Bourdieu (2003) estabeleceu a ideia de conflito de forças, ao passo que Moscovici foi a campo para observar como nós buscamos compreender o novo (o incomum, o estranho ou o não familiar) em construções que são individuais mas também coletivas. Ou, nas palavras de Denise Jodelet:

Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, *no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva* (grifo nosso). (JODELET, 2001, p. 17)

Como forma de introdução à teoria das representações sociais, a ideia de "tornar comum o incomum" ou "tornar familiar o estranho" funciona muito bem, mas é preciso dar um passo à frente nas reflexões teóricas. Começando pela compreensão de quando existe, de fato, uma representação social. Portanto, posso dizer que as representações sociais só existem se houver um grupo social que as usam para compreender determinados objetos. É como uma relação causal linear, onde é preciso ter um sujeito, um objeto e, principalmente, um estranhamento (com relevância) entre eles. Ou, como ilustra muito bem Celso Pereira Sá (1998, p. 45), ao citar como resolveu um proble-

ma encaminhado a ele sobre haver representação social em questões cotidianas como uma mosca ou um presidente da república (naquele momento, José Sarney), quando foi enfático ao afirmar que “[...] para gerar representações sociais o objeto deveria ter suficiente relevância cultural ou espessura social”.

Ainda sobre a questão da relevância cultural apresentada por Sá (1998), Moscovici (2010, p. 59) orienta que ao estudar uma representação social, precisamos descobrir aquilo não comum que a motivou, que esta absorveu, mas que “[...] é particularmente importante que o desenvolvimento de tal característica seja observada (sic) no momento exato em que ela emerge na esfera social”. É daí que surge a relevância de uma representação social como fenômeno legítimo: sua capacidade de retratação daquele momento em si, de como as pessoas, em um certo espaço, tornam comuns coisas que, até pouco tempo atrás, eram incomuns a elas. Por isso a importância, por exemplo, de tantos estudos sobre a representação social da Aids: uma doença devastadora que, desconhecida pela grande maioria da população e com elevado índice de fatalidade, ganhou relevância cultural no fim dos anos 1980 (vide suas alcunhas como câncer gay ou peste gay, que somente depois de tantos anos foram desconstruídas).

Com a concepção do que seria uma representação social e, por exclusão, o que não seria, gostaria de trazer dois conceitos que são fundamentais para compreendermos o deslocamento entre o espaço do incomum (ou estranho) para o comum (ou familiar): universo consensual e universo reificado. Para entendê-los, é preciso compreender as diferenças que Moscovici (2010) vê entre o pensamento primitivo — se é possível ainda usar o termo, talvez o mais comum ultimamente seria senso-comum — e o pensamento científico. O senso-comum é visto como ação sobre a realidade, onde o objeto é uma réplica do pensamento e os desejos se tornam a realidade em si. O pensamento científico é o oposto, é visto como uma reação à realidade; o pensamento é

uma réplica do objeto e o pensar passa a ser e transformar a realidade e, principalmente, despersonalizar nossos desejos.

Fomos acostumados a conhecer o mundo pelos olhos do pensamento científico. O que começou com a terra esférica de Pitágoras, passou pelo heliocentrismo de Copérnico e alcançou o século XX com o teorema do calor de Nernst. Com o tempo, esse universo reificado — que conhecemos como o mundo científico, ou como a ciência — "[...] estabelece um mapa das forças, dos objetos e acontecimentos que são independentes de nossos desejos e fora de nossa consciência e aos quais nós devemos reagir de modo imparcial e submisso" Moscovici (2010, p. 52). Pois, como descreve Rosana Nantes Pavarino (2004), esse universo reificado tem categorias estabelecidas de acordo com contextos previamente determinados e há apenas certo e errado, verdadeiro e falso, autorizado e não autorizado, qualificado e não qualificado.

O universo consensual é espaço para o conhecimento espontâneo, não cobra um discurso de autoridade de quem se atreve a comentar sobre os mais variados temas: quem será o próximo presidência da república, quem é o melhor jogador de futebol do mundo ou se é correta a política externa americana. Não se faz necessário nenhum conhecimento além daquele compartilhado pelas pessoas em espaços públicos como as escolas, os elevadores dos prédios comerciais, as cafeterias ou mesmo pela mídia de massa. Como cita Pavarino (2004) é um universo em constante movimento que transforma os indivíduos em cúmplices e torna possível a vida em sociedade. Ou, numa explicação mais detalhada de Moscovici:

O que eu quero dizer é que os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. [...] Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a

prévios encontros e paradigmas. Como resultado disso, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a "realidade". Aceitar e compreender o que é familiar, crescer acostumado a isso e construir um hábito a partir disso, é uma coisa; mas é outra coisa completamente diferente preferir isso como um padrão de referência e medir tudo o que acontece e tudo o que é percebido, em relação a isso. Pois, nesse caso, nós simplesmente não registramos o que tipifica um parisiense, uma pessoa "respeitável", uma mãe, um Complexo de Édipo etc., mas essa consciência é usada também como um critério para avaliar o que é incomum, anormal e assim por diante. Ou, em outras palavras, o que é não familiar. (MOSCOVICI, 2010, p. 54)

Não há certo ou errado quando estamos diante dos universos reificado e consensual. E ambos universos coexistem em harmonia. Como comenta Jodelet (2001, p. 29) quando afirma que as representações sociais "trata-se de um conhecimento 'outro' diferente da ciência, mas que é adaptado à ação sobre o mundo e mesmo corroborado por ela". Moscovici (2010, p. 52) também faz questão de marcar essa diferença não-excludente quando afirma que "[...] as ciências são os meios pelos quais nós compreendemos o universo reificado, enquanto as representações sociais tratam com o universo consensual".

Não estaria errado afirmar que quanto maior a popularização do conhecimento científico, maior a possibilidade de "nos estranharmos" com maior facilidade com as coisas do mundo e, conseqüentemente, maior será o trabalho do senso-comum sendo criado e recriado nas sociedades. Moscovici (2010, p. 60) complementa afirmando que a ciência "[...] era antes baseada no senso comum e fazia o senso comum menos comum; mas agora senso comum é a ciência tornada comum".

3. COMO É CONSTRUÍDA UMA REPRESENTAÇÃO SOCIAL?

Como vimos anteriormente, só há representação social quando um sujeito (ou um grupo) estranha-se com um objeto e, para tanto, precisa construir uma representação social que o torne familiar. Mas como isso ocorre? Quais são os mecanismos que operam essa construção da representação social? Moscovici (2010) identificou dois processos distintos, porém com fronteiras difusas, ocorrendo quase que simultaneamente: a ancoragem e a objetivação.

É importante que se diga que ambos os processos são involuntários, sendo uma resposta de nosso sistema cognitivo àquela novidade que, tomando espaço em nosso cotidiano, demanda de nós uma ação visando evitá-la. Por isso, começamos com o processo de ancoragem a fim de torná-la familiar e integrá-la ao nosso universo consensual. Como aponta Jodelet (20001, p. 35), isso acrescenta "[...] à função cognitiva uma função de proteção e de legitimação". Pode-se dizer que a ancoragem é o processo compulsório de categorização — pois, sem o mesmo, seria impossível tornar coisas e pessoas comum a nós — onde não necessariamente aquilo que é classificado ocorre de maneira coerente, sendo adequado às categorias que temos pré-definidas. Isso explica porque uma pessoa sem muito conhecimento em idiomas estrangeiros pode achar que qualquer idioma muito diferente ao português "parece grego". Compreende-se: o grego tornou-se a categoria de "idiomas complicados" que essa pessoa tem como referência para si.

Não estaria errado afirmar que ancorar é amarrar coisas não familiares àquilo que nos é familiar. Como no exemplo dos idiomas estrangeiros que "parecem grego" ou em tantos outros casos que evitamos o estranhamento ao associarmos a situações passadas. Como aqueles sintomas de doenças que se assemelham àquelas que tivemos no passado e, por associação, compreendemos ser uma virose que "passa com descanso". Ou problemas burocráticos que parentes próximos enfren-

taram e, mais uma vez por associação, sabemos que se resolvem "com uma ida ao cartório". Inclusive, como aponta Márcio S. B. S. de Oliveira (2004, p. 181), essa ideia de amarração é uma primeira nomenclatura para o conceito de ancoragem: "[...] então denominado *amarração* — amarrar um barco a um porto seguro, conceito que logo evoluiu para sua congênera ancoragem [...]". E, por si só, explica bastante essa noção de deixar próximas coisas que nos passem segurança.

Quando estamos diante do fenômeno da ancoragem, uma questão importante precisa ser posta: a impossibilidade de classificarmos sem darmos nomes. Moscovici (2010) critica a natureza quase solene no ato de nomear as coisas em nossa sociedade. Porém, reconhece que ao nomeá-los o libertamos de um anonimato perturbador, o incluímos na matriz de identidade de nossa cultura e, em outro momento afirma que "coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras" Moscovici (2010, p. 61). Quando comparamos uma coisa ao paradigma de uma categoria, ela automaticamente adquire as características comuns aos componentes dessa respectiva categoria, mesmo que originalmente não as tenham. Por isso que o romeno, um idioma tão próximo do português⁸, passa a "parecer grego" para um brasileiro que não o entende assim como não entende o próprio grego. Moscovici (2010, p. 65) esclarece sobre a importância da generalização na ancoragem e, por consequência, na construção das representações sociais.

Generalizando, nós reduzimos as distâncias. Nós selecionamos uma característica aleatoriamente e a usamos como uma categoria; judeu, doente mental, novela, nação agressiva, etc. A característica se torna, como se realmente fosse, coextensiva a todos os membros dessa categoria. Quando é positiva, nós registramos nossa aceitação; quando é negativa, nossa rejeição. Particula-

⁸ Português e romeno são línguas românicas, inclusive com centenas de palavras idênticas.

rizando, nós mantemos a distância e mantemos o objeto sob análise, como algo divergente do protótipo. Ao mesmo tempo, tentamos descobrir que característica, motivação ou atitude o torna distinto. [...] De fato, a tendência para classificar, seja pela generalização, ou pela particularização, não é, de nenhum modo, uma escolha puramente intelectual, mas reflete uma atitude específica para com o objeto, um desejo de defini-lo como normal ou aberrante. (MOSCOVICI, 2010, p. 65)

Se ancorar é amarrar o estranho àquelas categorias familiares, a objetivação é o "[...] processo pelo qual indivíduos ou grupos acoplam imagens reais, concretas e compreensíveis, retiradas de seu cotidiano, aos novos esquemas conceituais que se apresentam e com os quais têm de lidar" (OLIVEIRA, 2004, p. 181). Com a ancoragem, o estranho é incorporado ao ambiente da pessoa ou grupo, é interpretado. Mas assim como as coisas demandam nome para evitar o anonimato perturbador, é importante que também tenham forma e, como cita Jodellet (2001, p. 39): "[...] a estrutura imagética da representação se torna guia de leitura e, por generalização funcional, teoria de referência para compreender a realidade".

Um exercício: peça que imagine um mafioso.

Com certeza muitos imaginaram um personagem próximo ao Al Capone, outros buscaram uma imagem relacionada à máfia japonesa e talvez houve aqueles que resgataram a imagem de máfias do leste europeu, como os russos. Eu gostaria de fazer dois comentários sobre isso: (1) a não ser que você já tenha sido vítima de uma dessas máfias, certamente sua representação sobre elas foi construídas baseada no cinema americano ou, no máximo, nos filmes do Guy Ritchie⁹; e (2) o que fizemos foi um exercício de objetivação. Pois, objetivar é fazer uma espécie de retrato falado daquela representação social que está

⁹ Cineasta britânico conhecido pelos seus filmes onde retrata o submundo do crime em Londres.

impressa em sua memória. Ou, como esclarece Moscovici (2010, p. 72), objetivar é "[...] descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância".

Por fim, há uma especificidade no processo da objetivação que, pela sua importância para os estudos das representações sociais, mereceu a atenção de Jodelet (2001). Diz respeito a quando a reconstrução do objeto em uma representação social provoca uma defasagem em relação a seu referente. O que pode ocorrer por intervenção de valores, implicações pessoais ou envolvimento sociais dos indivíduos. Por consequência, geraria três efeitos nas representações: distorções, suplementações e subtrações. Em caso de distorção, "[...] todos os atributos do objeto representado estão presentes, porém acentuados ou atenuados, de modo específico" (JODELET, 2001, p. 36). Os casos de suplementação consistem em "[...] conferir atributos e conotações que não lhe são próprias ao objeto representado, resulta de um acréscimo de significações devido ao investimento do sujeito naquilo e a seu imaginário" (JODELET, 2001, p. 36). Já os casos de subtração "[...] corresponde[m] à supressão de atributos pertencentes ao objeto: na maior parte dos casos, resulta do efeito repressivo das normas sociais".

E porque é importante você saber que existem tais categorias de objetivação, e as conhecer? É essencial confrontarmos a noção de objetivação (e o peso da sua raiz, objetivo) com a noção de subjetividade, visto que estamos falando de processos que antes de serem sociais também são individuais. Pode ser tentadora a possibilidade de associação de ideias tão abstratas a imagens tão concretas como uma espécie de atalho para nosso entendimento de mundo e, com isso, ter menos trabalho para nosso cérebro (acredite, é exatamente para isso que ancoragem e objetivação servem). Porém, o risco dessas operações gerarem representações sociais enviesadas é elevado. Isso pelo fato de que, antes de tudo, as representações são sociais e sofrem influ-

ência do entorno onde o indivíduo está inserido. Logo, suas categorias ou os objetos com os quais ele relaciona ideias são fruto também dessa relação com grupos, família e meios de comunicação de massa. Um mafioso pode ser um italiano que anda de terno nas ruas no Bronx. Porém, um italiano andando de terno no Bronx poderá ser taxado de mafioso, mas ser apenas um imigrante a caminho de uma entrevista de emprego. Aí está o problema da generalização.

Há outros diversos conceitos relevantes para o entendimento das representações sociais, mas infelizmente não conseguirei abordar todos neste texto. Por ora, em relação à discussão sobre a influência dos discursos históricos e culturais nas construções das representações sociais, gostaria de introduzir o conceito de *themata*. Georges Vignaux (2010) descreve *themata* como as profundas relações entre a cognição e a comunicação que explicam de maneira não redutiva, tanto a formação e a evolução do conhecimento popular, mas também sua função social. Resumindo, seriam as ideias que ultrapassam as gerações e tem papel fundamental tanto na manutenção de representações sociais já existentes como no surgimento daquelas novas.

Não dá para discutirmos *themata* sem nos debruçarmos sobre a noção de antinomias, que seriam as contradições entre ideias que convivem em um mesmo contexto, em dialogicidade. É a justiça que combate a justiça. Ou a opressão que dizima a liberdade. Ou uma antinomia tão recorrente no Brasil atualmente é a direita que disputa espaço com a esquerda (e vice-versa). E tais antinomias podem se tornar base para representações sociais, como conceitua Ivana Marková.

As antinomias no pensamento de senso comum se tornam *themata* se, no curso de certos eventos sociais e históricos, isto é, políticos, econômicos, religiosos, etc., elas se transformam em problemas e se tornam o foco da atenção social e a fonte de tensão e conflito. É durante tais eventos que as antinomias no pensamento são transformadas em *themata*: *elas entram no discurso*

público, se tornam problematizadas e ainda mais thematizadas (grifo nosso). (MARKOVÁ, 2006, p. 253)

Mas é importante não confundir antinomias com *thematas*. Antinomias são mecanismos que nos auxiliam na compreensão das coisas, estabelecendo mesmo parâmetros mais simples, como claro contra escuro ou estreito contra largo. Mas nem todas antinomias são, necessariamente, *thematas* que precisam ter uma relação de tensão de conflito mais latente, ou melhor, não carregam um discurso em sua construção. Fora os casos que citei no começo da explicação sobre *themata*, há outros bons exemplos de antinomias, que são também *thematas*, como nativos contra imigrantes e masculino contra feminino.

Espero que as explicações sobre o que é uma representação social (e o que não é), universo consensual e universo reificado, ancoragem e objetivação e, por fim, *themata* tenham sido suficientemente claras para podermos adentrar agora em um breve debate sobre como a teoria das representações sociais e os estudos em comunicação podem cooperar entre si a fim de compreender com melhor clareza o fenômeno da opinião pública.

4. COOPERAÇÃO EM BUSCA DE ENTENDIMENTO SOBRE A OPINIÃO PÚBLICA

Não há dúvida que, se há diferenças entre as representações sociais que circulam nos dias atuais e aquelas compartilhadas por nossos pais, avós ou bisavós, muito disso passa pela importância dos meios de comunicação de massa em sua construção. Como vimos anteriormente, representações sociais só existem quando há relevância cultural e, são também os meios como a televisão ou os jornais que garantem que aquilo outrora estranho torne-se familiar tão facilmente, mesmo que ao custo de construções distorcidas que passem à frente um discurso

de consolidação de poder. Isso, por si só, demonstra como um dos principais *corpus* dos estudos em comunicação (os meios de comunicação de massa) é também relevante para os estudos da teoria das representações sociais.

Quero estabelecer uma relação de cooperação entre essas duas áreas de estudo baseado em três premissas: ambas são estudos multívetos, compreendendo não apenas o impacto dos fenômenos na sociedade como também entre os indivíduos; por consequência, são estudos que buscam entender como são construídos os discursos no seio das sociedades, e como esses discursos têm impacto nas mesmas; e, por fim, compreendem a importância da linguagem, imagem e símbolos nessas construções. Para isso, abordarei cada ponto em separado, trazendo textos de teóricos que versam sobre cada um e, na medida do possível, expondo estudos que ilustraram como a teoria das representações sociais e os estudos em comunicação se relacionam nessas questões em específico.

A maioria dos teóricos anteriores à Segunda Guerra Mundial diferenciavam os fenômenos entre aqueles que ocorrem no nível do individual e aqueles outros que podem ser observados no nível do coletivo ou da sociedade (FARR, 2013). Incluindo nesse rol Durkheim, apontado pelo próprio Moscovici como uma espécie de antecessor da teoria das representações sociais, com sua distinção entre representações individuais (estudo que seria domínio da psicologia) e as representações coletivas (estas abordadas pela sociologia). E qual seria o motivo para essa cisão? Robert M. Farr (2013, p. 30) responde apontando que a principal razão "[...] era uma crença, da parte do teórico, que as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram diferentes do tipo de leis que explicavam os fenômenos em nível de indivíduo".

É aqui que a teoria das representações sociais mostra-se capaz de conciliar esses dois ramos de estudos tão afins, mas distantes por paradigmas epistemológicos: a psicologia e a sociologia. Essa abertura é

capaz de compreender que outras áreas de conhecimento podem agregar explicações aos fenômenos de construção, modificação e extinção das representações sociais. Como os estudos da comunicação, que considerando suas abordagens interindividuais, institucionais e midiáticas, aparecem como condição de possibilidade das representações sociais (JODELET, 2001).

Numa fronteira difusa entre a ideia de teoria das representações sociais como um estudo multinível e sua compreensão sobre a construção de discursos no seio da sociedade, uma ilustração que posso trazer para o leitor. Moscovici (2010) deixa claro que a teoria das representações sociais é um poderoso instrumento para compreensão do fenômeno da recepção em comunicação, pois, antes de tudo, é um estudo sobre como as pessoas compreendem a sociedade. Portanto, como vimos anteriormente, o fazemos (o estudo) pelo processo de ancoragem, em que "[...] nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser compreendido, nem decodificado" (MOSCOVICI, 2010, p. 34). Coincidentemente, essa noção é muito similar à ideia de pseudoambiente de Lippmann (2010, p. 30), quando o conceitua como uma resposta aos estímulos do ambiente:

Em todas estas instâncias devemos observar particularmente um fator comum. É a inserção entre os seres humanos e seu ambiente de um pseudoambiente. *A este pseudoambiente é que seu comportamento é uma resposta.* Mas porque é um comportamento, as consequências, se eles são fatos, operam não no pseudoambiente onde o comportamento é estimulado, mas no ambiente real onde as ações acontecem (grifo nosso). (LIPPMANN, 2010, p. 30)

A proximidade entre as noções de recepção em Moscovici e Lippmann me deixa à vontade para me debruçar ainda mais nessa relação entre a hipótese do agendamento (e sua capacidade de explicar

a formação da opinião pública) e a teoria das representações sociais. Pavarino (2004) aponta o comum interesse entre ambas em compreender o papel dos meios de comunicação de massa como organizador social, apesar de suas análises diferenciadas sobre esses meios: a hipótese do agendamento tratando-os como prioridade ao passo que a teoria das representações sociais os vê como um elemento influenciador, porém não sendo sua prioridade de estudo.

O que há em comum no interesse da hipótese do agendamento e da teoria das representações sociais é compreender como os meios de comunicação de massa usam sua relevância para construir discursos que, como aponta Bourdieu (2003), legitimam o poder de quem os exerce, assim como o faz as pesquisas de opinião. Por isso, a importância da compreensão do conceito de *themata*, fundamental nessa relação entre representações sociais e opinião pública, pois, como esclarece Vignaux (2010, p. 216) "[...] são, sobretudo, o objeto de um permanente trabalho social, no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode sempre ser reincorporado dentro de modelos explicativos e justificativos que são familiares e, conseqüentemente, aceitáveis". Em resumo: *themata* constrói discursos que fomentam novas *thematas*, num ciclo recursivo que opera no seio das sociedades, sendo essencial para comunicação das ideias.

Cabe a essa cooperação entre estudos em comunicação e teoria das representações sociais compreender como os discursos, historicamente construídos e mantidos, estabelecem as representações sociais presentes nos dias atuais em nossas sociedades. Vignaux (2010, p. 242) aponta que "[...] nossos discursos, nossas crenças, nossas representações provêm de muitos outros discursos e muitas outras representações elaboradas antes de nós e derivadas delas". Aponta ainda para nossa incapacidade em dominar completamente a concepção dessas *themata* ao longo do tempo. Outra contribuição importante para a questão da construção de discursos na sociedade foi o resgate do con-

ceito de gêneros de comunicação, estabelecido pelo filósofo soviético Bakhtin, por Marková (2006, p. 271) visando explicar como as representações sociais são thematizadas.

Alguns gêneros de comunicação são semelhantes aos monólogos com uma voz dominante, isto é, cerimônias religiosas, políticas, sociais ou outras. Outros gêneros são baseados na "thematização", envolvendo representações e reciclagem do que já é conhecido. Por exemplo, a propaganda usa estratégias de repetição, reafirmação e regurgitação de informações. Tais gêneros têm, muitas vezes, objetivos específicos, como mudanças políticas ou ideologias religiosas em representações sociais. Já outros gêneros thematizam tópicos que os interlocutores vêem como problemáticos. A thematização pode surgir espontaneamente no discurso público. A thematização, neste caso, expressa o esforço que um interlocutor faz para entender e apropriar o significado que está no centro da questão. (MARKOVÁ, 2006, p. 271)

Em resumo, o fenômeno da comunicação tem importância em si por trazer consigo discurso que constrói e mantém *themas* e representações sociais e, com isso, garante a manutenção ou mudança controlada de poder. Então, creio ser complicado se falar de representações sociais sem um olhar mais atento aos processos de estabelecimento de forças proposto pelos meios de comunicação de massa. Ou, como esclarece Jovchelovitch (2013, p. 67) "[...] eu quero propor que os processos que engendram representações sociais estão embebidos na comunicação e nas práticas sociais - diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, em suma, cultura".

Por fim, as representações sociais são transmitidas por meio de linguagem, símbolos e imagens. Portanto, os estudos em comunicação sobre tais fenômenos são fundamentais para uma melhor compreensão de como as representações sociais se manifestam. Quanto a isso, não podemos deixar de pontuar a natureza icônica das re-

apresentações sociais, tão claramente identificada em estudos sobre o processo de objetivação. Moscovici (2010, p. 74), em sua análise sobre esse processo, indica que a distinção entre imagem e realidade deixa de existir e o conceito deixa de ser apenas um signo para tornar-se a própria réplica da realidade. Com isso, passa a ter autoridade de um fenômeno natural.

Isso acontece na medida em que a distinção entre imagem e realidade é esquecida. A imagem do conceito deixa de ser um signo e torna-se a réplica da realidade, um simulacro, no verdadeiro sentido da palavra. A noção, pois, ou a entidade da qual ela provêio perde seu caráter abstrato, arbitrário e adquire uma existência quase física, independente. Ela passa a possuir a autoridade de um fenômeno natural para os que a usam. (MOSCOVICI, 2010, p. 74)

Sem dúvida, as representações sociais são simbólicas. Jovchelovitch (2013, p. 60) enfatiza que "[...] a Teoria das Representações Sociais se constrói sobre uma teoria dos símbolos". Complementa questionando-nos sobre quais substâncias compõem as representações sociais, além de carga afetiva e símbolos? Moscovici (2010, p. 79) também versou sobre a importância do simbólico para as representações sociais ao afirmar que estas "[...] se baseiam no dito: 'Não existe fumaça sem fogo'. Quando nós ouvimos ou vemos algo nós, instintivamente, supomos que isso não é casual, mas que este algo deve ter uma causa e um efeito".

As representações sociais são simbólicas. Mas também são frutos das operações de linguagem entre os membros daquele grupo que constrói aquela determinada representação. "Nas sociedades modernas a linguagem é, provavelmente, quase que a única importante fonte de representações coletivas", afirma Farr (2013, p. 36). Ao passo que Jodelet (2001, p. 34) imputa à comunicação importância primordial

nos fenômenos representativos principalmente por sua capacidade de ser vetor de linguagem.

Partilhar uma ideia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social e uma identidade. Não faltam exemplos de que essa função é evidente, quanto mais não fosse na esfera religiosa ou política. A partilha serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e o reforço do vínculo social. (JODELET, 2001, p. 34)

O desafio dos estudos em teoria das representações sociais está na compreensão de como indivíduo e coletivo negociam a construção de sentidos. Como aponta Jovchelovitch (2013, p. 68), a análise das representações sociais pode se concentrar nos processos de comunicação e sua robustez para compreender o mundo em suas perspectivas diferentes.

Assim, a análise das representações sociais deve concentrar-se naqueles processos de comunicação e vida que não somente as engendram, mas que também lhe conferem uma estrutura peculiar. Esses processos, eu acredito, são processos de mediação social. Comunicação é mediação entre um mundo de perspectivas diferentes, trabalho é mediação entre necessidades humanas e o material bruto da natureza, ritos, mitos e símbolos são mediações entre a alteridade de um mundo frequentemente misterioso e o mundo da intersubjetividade humana: todos revelam numa ou noutra medida a procura de sentido e significado que marca a existência humana no mundo. (JOVCHELOVITCH, 2013, p. 68)

Por fim, ainda sobre a ideia da comunicação na construção das representações sociais, o estudo de Annamaria Silvana de Rosa (2005) sobre como a importância das imagens — criadas ou gravadas, compartilhadas e recebidas — na consolidação de uma memória coletiva

sobre o atentado às torres gêmeas em 2001 e, posteriormente, sobre a Guerra do Iraque, é de imensa relevância para a compreensão de como as representações estão intimamente relacionadas aos conteúdos que somos capazes de gerar e memorizar. Portanto, cada vez mais um novo desafio se impõe aos estudos em teoria das representações sociais, visto que os meios de comunicação de massa deixam de ser os únicos influenciadores culturalmente relevantes, ou como cita a autora:

Acontecimentos são sociais não somente porque dizem respeito à vida da coletividade, mas também porque eles são socialmente elaborados através da orquestração mais ou menos polifônica não somente de textos, mas também de imagens transmitidas por muitos canais de mídia (imprensa, televisão, internet, cinematografia, etc.) e, por conseguinte, sugerem uma partilha social (mútua) possível. A partilha da mídia não constitui em si uma condição suficiente para que as memórias de acontecimentos, transmitidos simultaneamente a milhares de pessoas, se enraízem na memória coletiva. (ROSA, 2005, p. 131)

CONCLUSÃO

Foram diversos os desafios enfrentados na construção deste trabalho que finalizo agora. A busca por uma definição para opinião pública; a compreensão sobre a teoria das representações sociais, incluindo suas mais variadas noções como universos reificado e consensual, ancoragem, objetivação e *themata*; e o estabelecimento de parâmetros que possibilitem a cooperação entre os estudos em representações sociais e aqueles que acontecem na área da comunicação. Talvez esse último desafio tenha sido aquele mais delicado de ser proposto, visto que ainda pouco existe sobre isso na literatura acadêmica brasileira.

O que trouxe para o leitor foi o resultado de minha pouca experiência com os estudos em teoria das representações sociais, mas posso garantir que foi um trabalho de intensa pesquisa bibliográfica a fim de compreender como essa área da psicologia social pode ser útil à investigação sobre opinião pública e, principalmente, o que há em comum em entre os estudos iniciados por Serge Moscovici nos anos de 1960 e os estudos em comunicação. O mesmo esforço posso afirmar que o fiz em minha investigação à procura das melhores referências em relação à noção de opinião pública. Espero que as concepções apresentadas aqui tenham sido de grande valia para o leitor.

Finalizo, deixando claro que este trabalho não pretende ser definitivo sobre a relação entre teoria das representações sociais e estudos em comunicação. Pensar assim seria tão absurdo quanto desnecessário a ambos os campos de estudo. O que busco é, antes de tudo, a integração de ambas (e não sou o primeiro a propor isso). Espero que este trabalho incentive outros tantos a questionar-se sobre como a teoria das representações sociais e os estudos em comunicação podem se relacionar de maneira a construir um retrato mais claro não apenas da opinião pública, como de toda a realidade de uma sociedade cada vez mais dinâmica.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: _____. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 233-245.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 27-51.

GALLI, Ida. A teoria das representações sociais: do nascimento ao seu desenvolvimento mais recente. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. [on-line]. Rio de Janeiro, mai./jul. 2014, vol. 11, n. 24, p. 05-20. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewFile/900/498>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 53-72.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução e Prefácio: Jacques A. Wainberg. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MOSCOVICI, Serge. O Fenômeno das Representações Sociais. In: _____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 29-109.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. Comunicação e opinião pública. In: DUARTE,

Jorge (org.). **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2007. p. 72-83.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [on-line]. São Paulo, jun. 2004, vol.19, n. 55, p. 180-186. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000200014>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

PAVARINO, Rosana Nantes. Teoria das representações sociais – pertinência para as pesquisas em comunicação de massa. **Comunicação e Espaço Público**, v. 7, n. 1/2, 2004. Disponível em: <http://www.unb.br/fac/posgraduacao/revista2004/14_rosana.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

ROSA, Annamaria Silvana de. O impacto das imagens e a partilha de emoções na construção da memória social: uma chocante memória flash de massa do 1 de setembro até a guerra do Iraque. In: SÁ, Celso Pereira de (Org.). **Memória, Imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 121-162.

SÁ, Celso Pereira. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

VIGNAUX, Georges. O Conceito de Themata. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 215-250.

3

ENSAIOS
METODOLÓGICOS

O método na análise sobre guerra midiática entre movimentos sociais e ruralistas no âmbito da pauta da reforma agrária - desenvolvimento de métodos e metodologia para analisar as estratégias, táticas e práticas dos grupos antagônicos em busca de influenciar a opinião pública

Reginaldo Marcos Félix de Aguiar¹

1 - INTRODUÇÃO

Artigo de abordagem interpretativa, a partir de uma análise crítica dos aspectos da pauta da reforma agrária como tensão entre movimentos sociais e ruralistas, com uso de comunicação em veículos da grande mídia.

O objetivo é analisar e promover uma reflexão/interpretação dos discursos e das práticas sobre a democratização de acesso à terra no Brasil, em conteúdos divulgados em veículos da grande mídia, utilizando os métodos e metodologias escolhidas para tanto.

Buscou-se ainda na análise crítico/interpretativa do artigo identificar/mensurar as falhas de avaliação e de posicionamento existentes na imprensa brasileira, quando veicula matérias relacionadas à questão agrário-fundiária, notadamente sobre a reforma agrária e pessoas, órgãos e entidades que a defendem ou rejeitam.

A base de método e metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo é o Materialismo Histórico Dialético, por ser considerado o mais adequado na análise dos aspectos materiais e sociais implicados nas realidades abordadas. O Materialismo Histórico Dialético aponta

¹ Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo. Especialista em Comunicação Institucional. Mestrando em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília.
E-mail: reginaldoaguiar@hotmail.com

que as condições concretas materiais são suficientes para explicar todos os fenômenos mentais, sociais, históricos. Isso, porque aponta que o modo de produção da vida material condiciona o conjunto de todos os processos da vida social, política e espiritual. Ele utiliza o método dialético que se baseia das teorias de luta de classes e do relacionamento entre o capital e o trabalho. Também se vai utilizar elementos e pensamentos desenvolvidos pela Teoria Crítica, elaborados pelos integrantes da chamada Escola de Frankfurt, de base Marxista.

2 - HISTÓRIA DAS DISPUTAS POR TERRAS

Em termos econômicos a terra é o ativo mais básico e ao mesmo tempo valioso do planeta, pois é nela onde se planta e produz comida, cria animais e seus derivados (mel, carne, laticínios, couro, penas, etc), faz extração de minérios, retira água. Também é na terra onde boa parte de seus donos se enxerguem também como “proprietários” das pessoas que nelas trabalham, na condição de funcionários, parceiros, meeiros, etc, já que historicamente há um grande poder de mando sobre essa população, de certa maneira subjugada. Em fim, além do domínio material da terra, alguns também dominam pessoas e mentes, pois estas estão a seus serviços e ordens a qualquer dia e horário.

Por ser há milênios o ativo mais valioso do planeta, a terra é também objeto de disputa e que, invariavelmente, por todo local foi também motivo de confrontos menores entre “autodeclarados donos” e mesmo guerras entre povos, regiões e nações.

Na história registrada dos mais diversos povos há relatos de confrontos por terras dentro e fora de seus limites territoriais. Portanto, se disputava a posse e uso de áreas com agrupamentos populacionais internos e externos àquela cultura. Diante deste fato, neste artigo não

se pode deixar de fora métodos e metodologias que consigam minimamente abranger um resgate histórico dessas disputas e confrontos.

Para poder abranger os aspectos da realidade objeto de análise deste artigo vai se utilizar do materialismo histórico dialético, na concepção desenvolvida originalmente pelo o pensador alemão Karl Marx, segundo o qual essa é uma ciência que estuda as transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção. Esse materialismo dialético (do grego, dois logos) pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou o corpo teórico que pensa a ciência da história.

São quatro os princípios fundamentais do materialismo dialético: (1) a história da filosofia (sucessão de doutrinas filosóficas contraditórias, enfrentando o princípio idealista e o princípio materialista); (2) o ser determina a consciência e não o contrário; (3) toda a matéria é essencialmente dialética (contrário da metafísica); (4) a dialética é o estudo da contradição na essência mesma das coisas (ALVES, 2010, p. 1).

No entanto, as abordagens históricas devem ser feitas sempre com alguma precaução, pois como se está abordando fatos ou pseudofatos (já que não se sabe com certeza se realmente aconteceu algo relevante ou mesmo as circunstâncias que levou a tais acontecimentos). Outra precaução é com a descrição tradicional dos fatos históricos como uma sequência contínua de eventos importantes. Segundo Foucault, a história tradicional transforma os fatos em uma massa de elementos isolados:

(...) a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (FOUCAULT, 2008, p. 8)

3 - MOVIMENTOS SOCIAIS NO MUNDO

Para o desenvolvimento deste artigo – utilizando se os métodos e metodologias citadas -, é necessário primeiro se entender este fenômeno social caracterizado pela disputa por terras no mundo e compreender como se desenvolveu historicamente o que se chama atualmente de “movimentos sociais”, “greve”, “reforma agrária”.

Historicamente o termo “movimentos sociais” vem sido atribuído a atividades/ações coletivas de segmentos da sociedade ou organizações sociais na promoção ou defesa de pontos de vista compartilhados por determinado grupo. Podem ser de variados aspectos, passando de temas morais, éticos, legais, sistemas normativos, políticos, econômicos, ambientais, sexuais, étnicos, religiosos, culturais, operário, estudantil. Normalmente estão ancorados em argumentos e embasamentos teóricos/ideológicos densos, a exemplo do marxismo.

De acordo com o sociólogo francês Alain Touraine – autor de várias obras que abordam a temática -, “movimentos sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (TOURAINÉ, 1997).

Para Touraine, a definição do movimento social ocorre por meio de três princípios: identidade: é a autodefinição consciente do ator social de pertencer a um grupo ou classe social; oposição: organização a partir da definição do adversário, surgido por conta de conflito; totalidade: questionamento à orientação geral do sistema e buscando controle da historicidade, que são modelos de conduta da sociedade. Esse argumento de Touraine é explicitado na obra *Épistémologie de la sociologie*, por Geoffrey Pleyers:

Alain Touraine ne réduit ainsi les mouvements sociaux ni à de simples actions stratégiques ni à des processus de formation d'identité. Analytiquement, Touraine distingue trois principes

des mouvements sociaux: l'identité, l'opposition et la totalité. Le principe d'identité renvoie à la définition de l'acteur par lui-même. Un mouvement social ne peut s'organiser que si cette définition est consciente, mais la formation du mouvement précède largement cette conscience. C'est le conflit qui constitue et organise l'acteur. Le principe d'opposition se réfère à cette capacité du mouvement à nommer son adversaire. (PLEYERS, 2008, p. 74)

4 - PRIMEIRAS GREVES

Para além da história de inúmeros conflitos entre os agrupamentos de povos da espécie humana nos últimos milhares de anos, os registros mais antigos que existem sobre movimentos reivindicatórios dentro de uma mesma nação — o que se diferencia de confrontos com populações diferentes, em cultura e geografia —, estão uma espécie de greve no Egito antigo e no Império Romano.

No Egito antigo, durante o reinado do faraó Ramsés III, considerado o último dos grandes governantes egípcios, no ano de 1.155 a.C. ocorreu a primeira greve de que se tem registro na história da humanidade. Especialistas explicam que o monarca teve que direcionar os recursos financeiros e humanos do Estado para usar em batalhas que defenderam o país de invasões estrangeiras, bem como tinha dificuldade em manter suas posses imperiais no Levante (Palestina, Líbano e Síria), além da Líbia e na Núbia (atual Sudão). Aquele era ainda um período da transição da Era do Bronze para a Era do Ferro. Por toda a região do Norte e Leste da África, bem como do Oriente Próximo e no Mediterrâneo havia desmantelamento de rotas comerciais, enfraquecendo os Estados com perdas de suprimentos de mantimentos e outros produtos. No Egito, é o começo da queda do Império — um momento em que a luta de classes ficou evidente. Apesar da precarização das relações de trabalho naquela época, havia um tipo de pagamento

pelos trabalhos prestados, como explica o historiador pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e especialista em Egito Antigo, Thomas de Toledo:

“A arqueologia aponta (baseada em documentos, escavações de tumbas e estudos baseados em materialidade) é que a relação social de produção predominante no Antigo Egito era de assalariamento. Mas o sistema não era como o de hoje, no qual se paga com dinheiro. Naquele contexto, pagava-se com os produtos mais comuns, como rações de trigo e cevada, que eram matérias-primas para pão, cerveja, bolos e sopas”²

A crise no Egito se agravou, levando à falta de regularidade de pagamentos aos trabalhadores da aldeia de Deir el-Medina que construíam a tumba de Ramsés III. Eles alegavam falta de trigo e até de óleos para o corpo. Pedreiros, cinzeladores, pintores, carpinteiros, marceneiros, mumificadores, guardas, artesãos de todos os tipos, todos eram pagos mensalmente com cereais, mas após um mês ou dois nada receberam.

Assim, os trabalhadores cruzaram os braços, mesmo com apelos das autoridades para que voltassem ao trabalho. A falta de solução nos três dias que se seguiram, levou os trabalhadores a invadir o Ramesseum, que era o templo funerário do faraó Ramsés II. A ocupação foi ordeira e só foi resolvida momentaneamente após os operários solicitarem a intervenção do próprio faraó e do vizir, como destaca o texto do Papiro Harris:

“Apesar de disciplinados, os operários declararam: ‘Viemos até aqui (no Ramesseum) porque temos fome, porque não temos roupa, nem peixe, nem óleo, nem verduras. Contai isto ao faraó,

² - <https://portalctb.org.br/site/noticias/internacional/como-os-operarios-do-egito-antigo-fizeram-a-primeira-greve-da-historia> (acessado em 20.11.2017)

nosso Bom Senhor, e ao Vizir, nosso Chefe. Fazei com que possamos viver”³

Nos dois meses seguintes ocorreram novos protestos, que cessaram apenas com o pagamento dos atrasados e da regularização da entrega de mantimentos.

5 - GREVE ROMANA

Os plebeus do Império Romano eram normalmente trabalhadores livres que não estavam atrelados ao poder e à proteção dos proprietários de terra. Era uma classe que sofria forte marginalização das instituições e cultura romana. Atuavam no comércio, artesanato e trabalho livre.

Mesmo com o surgimento da República, os plebeus continuavam uma classe desprovida de direitos políticos, pois nos órgãos governamentais só havia membros da aristocracia romana. Mas o aumento da economia de Roma fez com que parte da classe plebéia enriquecesse com o comércio. Muitos plebeus rejeitavam as punições e exigências de um sistema governamental onde não tinham nenhuma representatividade.

Uma série de revoltas plebéias ocorreu na cidade de Roma, a partir do século V, antes de Cristo. Os plebeus exigiram a reforma das instituições políticas romanas. Composto uma população bastante numerosa, os plebeus representavam uma grande ameaça aos interesses dos patrícios. Ao longo de três séculos, ocorreram algumas revoltas plebéias que conseguiram reorganizar o cenário político romano. A primeira dessas revoltas é destacada abaixo:

³ - <https://cpantiguidade.wordpress.com/2009/11/13/ramses-iii-e-a-primeira-greve-mencionada-pela-historia/> (acessado em 20.11.2017)

Em 494 a.C., centenas de plebeus rebelados se retiraram para o Monte Sagrado (o monte Avelino) e ameaçaram fundar outra cidade, caso suas reivindicações não fossem atendidas. Entre diversas exigências, as camadas populares alcançaram o direito de eleger seus próprios magistrados, os tribunos da plebe. Sua pessoa era inviolável e dispunham de poder de veto (...). (MOTA, 1997, p. 49)

Já no ano de 450 a.C., ocorreu mais uma importante conquista dos plebeus, fruto das reivindicações do grupo social. Foi feita publicação de leis escritas garantindo igualdade jurídica entre patrícios e plebeus. Essas normas ficaram conhecidas como as Leis das Doze Tábuas. Cinco anos depois, outra revolta exigiu a permissão do casamento entre plebeus e patrícios — o que ocorreu com a Lei da Canuléia. Em 367 a.C., uma nova lei foi estabelecida mediante revoltas plebéias, liberando plebeus (pequenos proprietários rurais) tornados escravos por se endividarem fruto de concorrência econômica dos patrícios — donos de vastas áreas de terras. Já em 287 a.C. ocorre uma das últimas grandes revoltas plebéias, quando eles garantiram a validade jurídica das leis formuladas pelos Tribunos da Plebe, de forma que tivessem validade para toda extensão dos domínios romanos.

No último século da República, quando o conflito social voltou a ascender, apresentou os traços perturbadoramente modernos de um confronto entre despossuídos e privilegiados, entre sem-terra e os latifundiários, entre a multidão de escravos e os que exploravam o seu trabalho no campo e nas cidades. (MOTA, 1997, p. 50)

Evidentemente que por todo o mundo ocorram disputas e confrontos por terras entre trabalhadores rurais das mais diversas modalidades e as elites privilegiadas autodeclaradas donas de grandes áreas, tornando sua fiel retratação neste artigo algo impossível de ser feito —

tanto pelo seu objetivo de ser apenas um ensaio a cerca do tema acesso à terra, quanto pelo restrito espaço a este destinado.

Desta forma, em vez de colocar mais exemplos cronológicos, sequenciais destas disputas e conflitos por terras — que certamente ocorreram no Oriente Médio, Índia, China e continente Americano, com Incas, Astecas e Maias —, vai se explicitar, aos saltos temporais e históricos, alguns destes momentos, principalmente os que têm riqueza de registros documentais, como é o caso dos confrontos na Europa Medieval.

Com a queda do Império Romano a Europa entrou na fase chamada de Idade Média — que foi um período caracterizado pelo fenômeno de depressão econômica, cultural e tecnológica ocorrida na região, pois nos outros continentes a vida pulsava normalmente.

Como é de conhecimento geral, inclusive por meio de infinidade de documentos e teses de especialistas, na Idade Média europeia houve uma eclipsação das pessoas e de suas atividades diversas, restringindo-as aos burgos e feudos — principalmente, já que haviam uns poucos lugares com mais atividade, a exemplo da Península Ibérica, sob domínio dos mouros.

A servidão era um tipo de relação comum entre donos de terras e camponeses durante a Idade Média europeia, nas áreas correspondentes aos feudos, sendo que havia coerção às pessoas e cobranças de tributos pelo uso dos espaços cultiváveis, de pastoreio e florestas, bem como de equipamentos.

O modo feudal de produção tinha como estrutura básica de seu desenvolvimento a propriedade do senhor sobre a terra (os feudos) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês servo (servidão). Através dessa propriedade limitada do senhor sobre a pessoa do camponês servo foi edificada a coerção feudal. Ela permitia que o senhor pudesse exigir os tributos e as prestações pessoais. (OLIVEIRA, 2007, p. 13)

Após Idade Média européia, veio o chamado Renascimento — isso porque em comparação à depressão cultural do período anterior, este era muito mais efervescente em termos de inovações do pensamento, tecnologia, artes, comportamento, etc. No Renascimento houve intensa revalorização das referências da Antiguidade Clássica e diminuindo a influência do dogmatismo religioso e do misticismo sobre a cultura e a sociedade. A valorização da racionalidade, da ciência e da natureza são outras características marcantes. O ser humano ganha mais dignidade e é colocado no centro da Criação, levando que a principal corrente de pensamento do período a chamar-se humanismo. Iniciado na Itália, o movimento espalhou-se por todos os países da Europa Ocidental, impulsionado pelo desenvolvimento da imprensa e pela circulação de artistas e obras.

O Renascimento deu à Europa — e a boa parte de seus seguidores da chamada alta cultura por todo o mundo —, novas referências de pensamento, estética e comportamento social. Essas inovações também trazem a semente de uma mudança de visão do ser humano, inclusive enquanto trabalhador no campo e cidade, que iriam eclodir mais adiante na chamada Revolução Francesa.

Neste período do Renascimento ocorre uma revolução na forma de trabalho intelectual, na busca pelo conhecimento científico. Isso, porque em 1637 foi publicado pelo filósofo, físico e matemático francês, René Descartes, o livro *Discurso do Método*. Essa obra foi revolucionária por colocar em dúvida todo o conhecimento que Descartes ele herdou de seus mestres jesuítas fundamento da filosofia escolástica. Descartes decide demolir toda essa base herdada para produzir uma nova construção, mais sólida. Assim, Descartes propõe as seguintes etapas para o seu novo método:

O primeiro era de nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse como tal (...) e não incluir em meus juízos

nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

O segundo, dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para poder resolvê-las.

O terceiro, conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos (...).

E o último, fazer em tudo enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir. (DESCARTES, 1996, p. 23)

O pensamento de Descartes foi revolucionário naquela época de sociedade feudalista, com forte influência da Igreja e sem tradição de produção de conhecimento científico. É considerado um precursor do racionalismo. Ao longo dos séculos foi considerado um dos pensadores mais importantes e influentes da História do Pensamento Ocidental, inspirando contra e a favor gerações de filósofos e matemáticos, a exemplo do movimento filosófico que seria o seu oposto, o empirismo.

Essa mudança de visão de mundo pela ciência contribuiu para fomentar a ideia de que as coisas não são estáticas, divinizadas, mas que podem ser alteradas no benefício da população e dos trabalhadores. E isso foi aplicado na Revolução Francesa, que mudou totalmente as relações de trabalho e servidão feudalista em boa parte da Europa.

6 - REVOLUÇÃO FRANCESA

Em termos históricos, a ideia de lutar por direitos sociais é revigorada com a inovadora concepção que põe o homem no centro das transformações - e não mais o divino. Essa concepção surge com os iluministas do Renascimento, que valorizam a razão, em contraposição à emoção.

Essas ideias influenciaram na França grupos políticos radicais, das massas nas ruas e de camponeses na região rural, a derrubarem antigos ideais da tradição e da hierarquia de monarcas, aristocratas e da Igreja Católica. Isso tudo foi substituído pelos novos princípios de *Liberté, Égalité, Fraternité*, inovando em termos de discurso que empoderava as massas, como relata o historiador Eric Hobsbawm:

A Revolução Francesa pode não ter sido um fenômeno isolado, mas foi muito mais fundamental do que os outros fenômenos contemporâneos e suas conseqüências foram, portanto, mais profundas. Em primeiro lugar, ela se deu no mais populoso e poderoso Estado da Europa (não considerando a Rússia). Em 1789, cerca de um em cada cinco europeus era francês. Em segundo lugar, ela foi, diferentemente de todas as revoluções que a precederam e a seguiram, uma revolução social de massa, e incomensuravelmente mais radical do que qualquer levante comparável. (HOBSBAWM, 1977, p. 72)

Durante a Revolução Francesa (1789-1799) houve um período de intensa agitação política e social na França. Claro que as causas foram diversas, com destaque para envolvimento da França em várias guerras, os altos gastos da Corte de Luís XVI, o antigo regime francês, a ascensão da burguesia, a manutenção do mercantilismo e os ideais do Iluminismo. Essa má gestão virou fermento para inflamar as massas na França e influenciou levantes revolucionários por todo o mundo,

nos séculos seguintes, como relata Hobsbawm: “Veremos as massas indo além dos objetivos dos moderados rumo a suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se em um grupo conservador (...)” (HOBSBAWM, 1977, p. 80).

A má gestão da corte francesa ficou evidente com a crise de desabastecimento provocada por algumas causas ambientais/etereológicas, a exemplo de uma série de fracassos na agricultura que causou uma falta de grãos e elevando o preço do pão. Isso, porque dois anos anteriores à revolução colheitas ruins e invernos rigorosos – por conta de um forte ciclo de *El Niño*, a erupção do vulcão Laki (na Islândia, em 1783), e uma pequena idade do gelo –, afetaram a produção da agricultura na Europa. Assim, muitos europeus adotaram a batata como um alimento básico, mas os franceses a recusaram por considerar comida suja. Com isso veio a fome, as revoltas populares e a Revolução Francesa. E entre as reivindicações estava a de democratização de acesso à terra, que se tornou uma pauta essencial dos diversos movimentos revolucionários subsequentes, como aponta Hobsbawm:

A revolução da propriedade de terras foi o aspecto político do rompimento da tradicional sociedade agrária; sua invasão pela nova economia rural e pelo mercado mundial, o aspecto econômico. No período de 1787 a 1848, essa transformação econômica foi ainda imperfeita, como se pode medir pelas modestíssimas taxas de emigração. As ferrovias e os navios a vapor mal tinham começado a criar um único mercado mundial agrícola quando da grande depressão agrária do final do século XIX. A agricultura local era, portanto, grandemente protegida da competição internacional ou até mesmo interprovincial. A competição industrial pouco efeito produzia sobre os inúmeros ofícios de aldeia ou manufaturas domésticas, exceto talvez o de direcioná-los para a produção para mercados maiores. (HOBSBAWM, 1977, p. 183)

O século XVIII ficaria conhecido como o século das revoluções não apenas pela revolução dos movimentos da França, mas pela onda de revoltas que se espalham pelo mundo.

A Primavera dos povos ou Revoluções de 1848 é assim chamada à série de atividades revolucionárias que ocorreram na Europa Central e Oriental, em retaliação aos regimes governamentais autocráticos, de crises econômicas, falta de representação política das classes médias e do nacionalismo. Essas revoluções, de caráter nacionalista, liberal e democrático, tiveram início com uma crise econômica na França e foi a onda revolucionária mais abrangente da Europa. Segundo Hobsbawm, a rebelião era uma das únicas alternativas do povo pobre da Europa:

A alternativa da fuga ou da derrota era a rebelião. A situação dos trabalhadores pobres, e especialmente do proletariado industrial que formava seu núcleo, era tal que a rebelião era não somente possível, mas virtualmente compulsória. Nada foi mais inevitável na primeira metade do século XIX do que o aparecimento dos movimentos trabalhista e socialista, assim como a intransigente revolução das massas. A revolução de 1848 foi sua consequência direta. Entre 1815 e 1848, nenhum observador consciente podia negar que a situação dos trabalhadores pobres era assustadora. E já em 1840 esses observadores eram muitos e advertiam que tal situação piorava cada vez mais. (HOBSBAWM, 1977, p. 226)

Eis que no ano de 1867, o pensador alemão Karl Marx publica “O Capital” um dos livros básicos de fundamentação do método Materialismo Histórico Dialético, trazendo uma abordagem filosófica do mundo, na qual crítica a sociedade capitalista, surgida com efetivação da burguesia e a implantação do capitalismo industrial. Segundo Marx este desenvolvimento do capitalismo vai levá-lo à destruição pelas próprias forças:

Ao atingir certo nível de desenvolvimento, ele engendra os meios materiais de sua própria destruição. A partir desse momento, agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem travadas por esse modo de produção. Ele tem de ser destruído, e é destruído. Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, por conseguinte, a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto, a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital. (MARX, 1867, p. 1011)

A exploração das forças produtivas pela burguesia, para extrair delas e da venda da produção um maior lucro ou “mais valia”, é a base da crítica do pensador ao sistema capitalista. Esse pensamento vai “contaminar” toda uma linha de raciocínios contemporâneos de Marx e posteriores — a exemplo dos integrantes da Escola de Frankfurt (como se pode ver mais adiante).

Marx defende que o Capitalismo traz em si a semente da própria destruição, pois os métodos de exploração e predação que utiliza são tão vorazes que por fim vão criar uma autofagia do sistema. Segundo ele, como o objetivo do Capitalismo é concentrar capital, com a ampliação da expropriação e diminuição da concorrência, cada capitalista que ganhar mais recursos vai suplantando os outros capitalistas num processo constante:

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruí-

da, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (MARX, 1867, p. 1013)

Ao se transpor esse pensamento de Marx para a realidade brasileira de disputa por terras entre poderosos e os milhões de sem terra é possível inferir que o resultado pode ser muito ruim. Isso, porque com a ampliação da concentração de capital/terras nas mãos dos mais ricos e poderosos, bem como a consequente expulsão de milhões de camponeses das áreas rurais, têm criado uma grande quantidade de áreas periféricas nas capitais e regiões metropolitanas por todo o país.

Este processo de expulsão de camponeses e aumento da favelização nas grandes cidades tem trazido conseqüências danosas para a sociedade e o futuro das novas gerações. Nas cidades cresce enormemente os níveis de violência e criminalidade, bem como a precarização do trabalho e do trabalhador. Há achatamento dos salários. Aumentam os preços de gêneros alimentícios e cai sua qualidade.

No caso específico do meio rural brasileiro a exploração predatória do homem pelo homem, dentro da lógica capitalista pregada por Marx, traz o germe da destruição da própria sociedade do campo e da cidade. E isso é presente nas análises sobre qualidade de vida, cidadania, violência, educação, alimentação. Uma alternativa a esta exploração é a Reforma Agrária.

7 - BRASIL NA CONTRAMÃO DO MUNDO

Desde 1500, com a chegada oficial dos colonizadores portugueses no Brasil, que os recursos naturais, minerais e humanos são explorados — resultando em destruição e morte, ou mesmo genocídio de agrupamentos inteiros de nativos. A publicação *Brasil: 500 anos de povoamento*, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, estima que a população naquele momento era de 2,4 milhões de índios. Já o censo populacional de 2010, do mesmo IBGE, indica que este número estava em torno de 890 mil pessoas — distribuídos em aproximadamente 300 etnias.

A Lei de Terras — como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 —, se configurou como a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil.

Em 1899, com a instauração da República — um ano e meio após a libertação dos escravos —, em quase nada melhorou o perfil da distribuição de terras no Brasil.

Durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas e nas vésperas do fim da Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) criou as “Ligas Camponesas”, estabelecidas em vários municípios do país, composto majoritariamente por trabalhadores rurais. Depois de mudança de governos e muita repressão, as Ligas Camponesas praticamente desapareceram.

Após o Golpe Militar de 1964, ressurgiram no Nordeste Brasileiro as Ligas Camponesas, que foram duramente combatidas pelo governo. No entanto, como forma de abafar o movimento em favor da democratização de acesso à terra no Brasil, o regime militar deu o primeiro passo para a realização da reforma agrária no País. Assim, o Estatuto da Terra é editado (Lei nº 4.504, de 1964) e em 1970 é criado o Inca - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

8 - REFORMA AGRÁRIA

Entende-se por Reforma Agrária a transferência de domínio de terras dos latifundiários para famílias que historicamente tiveram relação com o meio rural, mas não têm posse dessas áreas importantes para a produção de gêneros de primeira necessidade.

De acordo com o pesquisador e especialista em Reforma Agrária, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no âmbito do capitalismo, essa política aparece como necessidade do capital resolver a questão social advinda da concentração das terras:

Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações. Quando o Estado bancou as mesmas com o pagamento em dinheiro e à vista, ele apenas teve a função de criar as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra. É neste ponto que reside historicamente a questão central das reformas agrárias sob o capitalismo. Como o Estado não tem garantido o processo dentro da lógica capitalista, as reformas agrárias têm sido movimentos conjunturais para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração da terra. Logo, a luta pela terra não se pode restringir apenas e especificamente, à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 67)

Em termos técnicos, a reforma agrária é um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas com objetivo de mudar a estrutura fundiária de uma determinada região ou país. Ela ocorre pela mudança na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda, com objetivo de garantir melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território.

9 - MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

São chamados de movimentos sociais do campo as entidades e grupos que reúnem trabalhadores rurais, das mais diversas atividades, e cujas pautas centrais/principais bandeiras de luta estão: a reforma agrária, a melhoria das condições de trabalho e o combate ao processo de substituição do homem pela máquina.

Atualmente há centenas de agremiações que representam trabalhadores rurais no Brasil, embora historicamente as dificuldades para criar e manter atuante tais instituições tenham sido muito grandes. Mas como os problemas agrários e fundiários do Brasil sempre foram enormes, os trabalhadores continuam se organizando, mesmo sofrendo as mais diversas pressões, censuras e até assassinatos.

Exemplo de momento marcante do processo de organização da luta e dos movimentos sociais foi quando em plena ditadura militar brasileira, ocorreu, em maio de 1979, o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. O evento contou com a presença de cerca de 1.600 dirigentes sindicais, representantes de todo o país. As bases do discurso e defesa dos movimentos sociais até hoje estão nas reivindicações apresentadas no evento, como destaca Leonilde Sérvo de Medeiros:

No que diz respeito ao conteúdo das reivindicações, a reforma agrária permanecia como a grande bandeira do movimento sindical. A demanda resultante do encontro era de uma reforma agrária ampla (realizada em todo o território nacional), massiva (deveria beneficiar a grande maioria das famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra), imediata (com fixação de prazo para o assentamento das famílias beneficiadas) e com a participação dos trabalhadores em todas as suas etapas e níveis, desde as decisões a nível nacional até o acompanhamento dos projetos, sua execução e fiscalização. Pedia-se, ainda, a redistribuição imediata das terras que se encontravam em áreas priori-

tárias e em áreas já desapropriadas, a discriminação e titulação das terras públicas, com entrega ao legítimo trabalhador rural e a não destinação de áreas às grandes empresas. (MEDEIROS, 1989, p. 116)

Os problemas agrários do Brasil e as disputas por terras e suas consequências preocupam os mais diversos segmentos da população, incluindo os literatos. Exemplo disso é o poeta e diplomata pernambucano João Cabral de Melo Neto, que em 1956 publica seu poema “Morte e Vida Severina”, retratando a luta por terras no interior do Nordeste brasileiro:

— Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a cota menor
que tiraste em vida.

— é de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
neste latifúndio.

— Não é cova grande.
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.

— é uma cova grande
para teu pouco defunto,
mas estarás mais ancho
que estavas no mundo.
(MELO NETO, 2017, p. 12)

10 - MÉTODO, PENSADORES E MOVIMENTOS SOCIAIS

De acordo com Foucault, a evolução do pensamento pelos milênios fez com que se compreendesse que a história da ciência não seja um lugar estático, mas altamente dinâmico, com descontinuidades e avanços:

Se a história do pensamento pudesse permanecer como o lugar das continuidades ininterruptas, se ela unisse, continuamente, encadeamentos que nenhuma análise poderia desfazer sem abstração, se ela tramasse, em torno do que os homens dizem e fazem, obscuras sínteses que a isso se antecipam, o preparam e o conduzem, indefinidamente, para seu futuro, ela seria, para a soberania da consciência, um abrigo privilegiado. (FOUCAULT, 2008, p. 14)

E isso, evidentemente, se reflete no mundo acadêmico, que tem sua própria dinâmica, como muitos sabem. No entanto, seu descompasso com o que anseia as ruas, grupos de despossuídos e pessoas desamparadas, reunidos/representados, formal ou informalmente, por movimentos sociais é algo de se estranhar. Isso, porque a ideia tradicional que o senso comum faz do intelectual, do pensador é de que este ser seja especial, que esteja à frente de seu tempo e contemporâneos médios, que seja vanguardista.

Só que nem sempre o pensador consegue se desatrelar de suas origens aristocráticas, de elite econômica, social e cultural. E isso prejudica a produção de conteúdos, teorias, postulados, etc que abordem as problemáticas que afligem os despossuídos. Muitas vezes as pautas, as prioridades dos movimentos sociais e pensadores são completamente diferentes.

Segundo Bourdieu, ao abordar, na obra “Os Usos Sociais da Ciência”, o descompasso entre a produção de pensamento científico e

as demandas dos movimentos sociais afirma que há uma desconexão, inclusive de representatividade da opinião pública e da capacidade de elaborar problemas a serem objetos de análise da ciência:

Mas, ao mesmo tempo, nós sabemos mediante numerosos trabalhos científicos, pela análise das não-respostas principalmente nas pesquisas, que o poder de produzir uma opinião explícita e muito desigualmente repartido. Platão dizia "Opinar e falar". Ora, nada e mais desigualmente repartido do que essa capacidade, e essa constatação choca a boa consciência democrática: todas as pessoas são iguais, e o dogma. Ora, dizer que todas as pessoas são iguais diante da questão da opinião e um erro, e um erro político. Nem todo mundo tem os instrumentos de produção da opinião pessoal. A opinião pessoal é um luxo. Há pessoas, no mundo social, que "são faladas", por quem se fala, porque elas não falam, para as quais se produzem problemas porque elas não os produzem. E, hoje, chega se mesmo, no grande jogo da mistificação democrática, até a dar oportunidade para que respondam a problemas que não seriam capazes de produzir. (BOURDIEU, 2004, p. 83)

A desconexão entre as pautas, os interesses de pensadores e movimentos sociais contribui também para a quantidade e qualidade da produção científica sobre temas afetos às massas de despossuídos. Além da falta de interesse de boa parte dos pensadores sobre essa temática, a quantidade e qualidade desta produção está necessariamente relacionada ao método e metodologia aplicados às pesquisas de assuntos ligados às reivindicações dos movimentos sociais e às massas por eles representados. De acordo com Bourdieu as divergências entre o que pensa e busca o conhecimento do senso comum e o pensamento científico amplia as disparidades entre os setores.

Evidentemente que o senso comum tem suas peculiaridades, caracterizadas pelo prático e pragmático; "reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa cor-

respondência se afirma fiável e securizante” (SANTOS, 2008, p. 89). O pensador português Boa Ventura Santos vê com bons olhos a relação senso comum × ciência pós-moderna, mesmo com a divergências da superficialidade do primeiro e da metodologia do segundo:

A ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida. É esta que assinala os marcos da prudência à nossa aventura científica. A prudência é a insegurança assumida e controlada. (SANTOS, 2008, p. 91)

Certamente que senso comum e ciência são duas instâncias/abordagens de apreensão da realidade, do conhecimento que disputam primazia, por seus públicos – populares e acadêmicos. Isso caracteriza-se por um tipo de contradição nos discursos e práticas, pois tanto um quanto outro devem não podem se afastar do real, nem ser praticado sem análise. Para Foucault, a ideia de “contradição é a ilusão de uma unidade que se oculta ou que é ocultada: só tem seu lugar na defasagem existente entre a consciência e o inconsciente, o pensamento e o texto” (FOUCAULT, 2008, p. 170):

A história das idéias reconhece, pois, dois níveis de contradições: o das aparências, que se resolve na unidade profunda do discurso, e o dos fundamentos, que dá lugar ao próprio discurso. Em relação ao primeiro nível de contradição, o discurso é a figura ideal que se deve separar de sua presença acidental, de seu corpo demasiado visível; em relação ao segundo, o discurso é a figura empírica que as contradições podem assumir, e cuja aparente coesão devemos destruir para reencontrá-las, afinal, em sua irrupção e violência. (FOUCAULT, 2008, p. 170)

Segundo Foucault, “analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições” (FOUCAULT, 2008, p. 171), sendo algo essencial para o desenvolvimento do pensamento e progresso e evolução da cultura e sociedade.

11 - DONOS DA MÍDIA E CENSURA

O projeto “Donos da Mídia” realizou um levantamento no qual reuniu dados públicos e informações para montar um panorama completo da mídia no Brasil e chegou à conclusão, ainda em 2008, que 271 político eram sócios ou diretores de empresas de radiodifusão no Brasil. Os números não contabilizam aqueles que têm relações informais ou indiretas, como por exemplo, por meio de parentes ou “laranjas”.

O “Donos da Mídia” é projeto desenvolvido pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom), que mapeou os políticos que são proprietários de empresas de mídia, por meio do cruzamento de dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) com a lista de parlamentares do país.

Do outro lado do balcão da mídia estão os movimentos sociais do campo e que se queixam de serem boicotados pela imprensa. Uma comprovação de censura foi feita pela pesquisa realizada pelo Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social (que é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil, formado por ativistas e profissionais com formação e atuação nas áreas de comunicação social, direito, arquitetura, artes e outras, distribuídos em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal), em relação à cobertura da imprensa sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), durante o período da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de 2010 que o investigou.

O resultado está no relatório “Vozes silenciadas”⁴ e aponta uso de termos negativos, pouca relevância dada às bandeiras do MST e a sua exclusão como fonte – isso após análise de cerca de 300 matérias jornalísticas em TV, jornal impresso e revista.

Cerca de 60% das matérias utilizaram termos negativos para se referir ao movimento e suas ações. Atos violentos são citados na maioria dos textos, relacionando diretamente movimento e a violência.

12 - DISPUTAS NO ESPAÇO PÚBLICO E NO ESPAÇO MIDIÁTICO

Para piorar a situação dos movimentos sociais defensores da democratização de acesso à terra no Brasil, os veículos da grande imprensa no Brasil praticam cotidianamente (principalmente nos seus programas jornalísticos e de entrevista) ataques às suas bandeiras, organização, lideranças e ações.

Por outro lado, estes mesmos veículos fazem estranhos elogios à agricultura patronal. O argumento que é a “Linha Editorial” do veículo de imprensa que destaca/valoriza setores que promovem o desenvolvimento do Brasil não tem sido suficiente para sustentar essa postura, que é vista como um desrespeito pela posição do outro.

O desleixo com o outro ator da relação fere regras morais intrínsecas há gerações na cultura da civilização ocidental. Regras essas, cuja engenharia interna são detalhadas por um dos principais pensadores críticos da atualidade, Jürgen Habermas: “Regras morais operam fazendo referências a si mesmas. Sua capacidade de coordenar as ações comprova-se em dois níveis de interação, acoplados de modo retroativo entre si” (HABERMAS, 2002, p. 12).

Ainda no aspecto inclusão do outro, Habermas destaca o problema da relação entre grupos de cultura majoritária e as minorias “inatas”

⁴ - <http://www.intervozes.org.br/arquivos/interliv003vozmst.pdf> (acessado em 20.11.2017)

- que são apontadas como grupos populacionais excluídos tanto dos processos de decisão política majoritários e debates públicos subjacentes, quanto dos padrões culturais compartilhados:

O problema também surge em sociedades democráticas, quando uma cultura majoritária no exercício do poder político impinge às minorias sua forma de vida, negando assim aos cidadãos de origem cultural diversa uma efetiva igualdade de direitos. Isso tange questões políticas, que tocam o auto-entendimento ético e a identidade dos cidadãos. Nessas matérias, as minorias não devem ser submetidas sem mais nem menos às regras da maioria. (HABERMAS, 2002, p. 164)

No escopo de análise deste artigo identifica-se que entre os grupos populacionais socialmente minoritários — a exemplo dos citados por Habermas -, estão os movimentos sociais defensores da Reforma Agrária. Já entre os majoritários, estão os ruralistas — que são os grandes proprietários de imóveis rurais, com íntima relação com a mídia, forças coercitivas judiciais/policiais e políticos. Por terem poder econômico, político, coercitivo judicial/policial e midiático, o grupo dos ruralistas dita as regras na maioria dos setores importantes do Brasil. E nestas regras, está a estratégica, tática e operacional de minimizar a importância, atos e discursos dos sem terras, assentados e quilombolas atendidos pelo Incra. Este processo de eclipsação/apagamento inclui a comunicação — destacadamente a não veiculação de atividades valorosas relacionadas a tal público.

Os grupos econômicos e políticos que controlam a mídia — direcionando os discursos e ideologias apresentadas de forma explícita e subliminarmente nos conteúdos divulgados —, fatalmente têm algum nível de controle, de manipulação das mentes e consciências dos públicos que consomem os produtos comunicativos. Isso ocorre tão amplamente, independentemente de região ou nação do mundo

que especialistas diversos buscam se dedicar ao estudo do tema, a exemplo do também pensador frankfurtiano Herbert Marcuse:

[Objetam-nos] que superestimamos grandemente o poder de doutrinação dos meios de informação e de que as pessoas sentiriam e satisfariam por si as necessidades que lhes são agora impostas. A objeção foge ao âmago da questão. O condicionamento [para tanto] não começa com a produção em massa de rádio e televisão e com a concentração de seu controle. As criaturas entram nessa fase já sendo de há muito receptáculos condicionados; a diferença decisiva [em relação a ele] está no aplanamento do contraste (ou conflito) entre as necessidades dadas e as possíveis, entre as satisfeitas e as insatisfeitas [por nossa atual sociedade]. (MARCUSE *apud* HOHLFELDT, MARTINO e FRANÇA, 2015, p. 143)

13 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração as análises críticas dos pensadores aqui expostas, é possível inferir que existe um forte direcionamento nas coberturas jornalísticas em que se dá destaque, marginaliza ou simplesmente omite certos aspectos e temas relacionados aos movimentos sociais do campo e da política de social de Reforma Agrária.

No caso da imagem dos movimentos sociais defensores da democratização de acesso à terra no Brasil se pode afirmar que há certo direcionamento dos meios de comunicação no sentido de não valorizar seus feitos e conquistas. Este eclipsamento tem por objetivo não haver registro, debate, discussão por parte da população de qualquer atividade valorosa em relação ao órgão, a política que promove e os agrupamentos sociais reivindicatórios relacionados ao tema reforma agrária.

Assim, considera-se haver uma verdadeira incoerência em termos de cobertura, espaço e imparcialidade nas produções jornalísticas da

imprensa brasileira quando se trata da questão agrária e fundiária. As experiências e projetos agropecuários de larga escala – caracterizado por grandes áreas, poucos donos, pequena mão-de-obra, alta mecanização, monocultura, exportação, desrespeito com o meio ambiente, etc -, são supervalorizados pela mídia do país que os apresenta como a solução para os conflitos agrários e a pobreza do meio rural brasileiro.

Após esta análise, fica-se com a impressão de existir uma rejeição pela lógica do debate, do contraditório, das diversas versões de um mesmo caso - alguns componentes do bom jornalismo –, o que mostra uma face parcial de um setor da sociedade considerado por muitos vanguardista. Os posicionamentos tomados parecem uma ‘simbiose’ de interesses financeiros, ideologia política, oligarquia de uma dos mais antigos apegos da humanidade – a materialidade de poder, por meio da ostentação de grandes propriedades, mesmo que estas sejam subutilizadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 3ª . Ed. 2016.

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento - Fragmentos Filosóficos**, 1947, edição eletrônica: <http://antivalor.vilabol.uol.com.br>

ALVES, Alvaro Marcel, **O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade**; Revista de Psicologia da UNESP, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, SP, , 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição.1998.

_____, Pierre. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP. 2004.

_____, Pierre. CHAMBOREDON, Jean-claude. PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na Sociologia**.6ª ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2007.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo. Martins Fontes Editora. 1996

FOUCAULT, Michel, **A arqueologia do saber** 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do Outro – Estudos de Teoria Política**. São Paulo: Loyola, 2002

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. Editora Paz e Terra S.A. Rio de Janeiro, RJ: 1977

HOHFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz, FRANÇA, Vera (orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

JACQUEMAIN, Marc; FRÈRE, Bruno. **Épistémologie de la sociologie: Paradigmes pour le XXI^e siècle**. Bruxelles, Belgique. Éditions de Boeck Université. 2008 (PLEYERS Geoffrey: *Épistémologie de la sociologie. Sociologie de l'action et enjeux sociétaux chez Alain Touraine*" p. 74),

MAGALHÃES, Manuel Vilela de. **Produção e Difusão da Notícia**. São Paulo: Editora Atlas, 1979.

MARX, Karl. **O Capital – crítica da economia política**. (Livro 1 – o processo de produção do capital), São Paulo: Boitempo Editorial, Edição eletrônica, 2013.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**. Livro eletrônico - http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/joao_cabral.pdf - acessado em 20.11.2017

MOTA, Myriam Becho. BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao Terceiro Milênio**. 1^a edição, São Paulo, Editora Moderna, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez Editora, 5^a edição, 2008.

TOURAINÉ, Alan. **Poderemos Viver Juntos? iguais e diferentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Tamboralidade¹ na construção da identidade

Augusto Alfredo Lourenço²

Mas o que há assim de tão perigoso por as pessoas falarem, qual o perigo dos discursos se multiplicarem indefinidamente? Onde está o perigo?

Michel Foucault³

MUNDO DA TAMBORLIDADE

Nas noites de luar, o tambor africano convoca a comunidade para cantar e dançar, num gesto de exaltação à vida. Tambor é fala, poesia, comunicação e o palpitar da vida. Vitalidade. Chamamento. Linguagem, ícone. O sagrado e o profano. O despertar. O anúncio. A história. Não há tambor sem canto. Daí a tamboralidade enquanto ritmo que marca o compasso do frenesim da dança, das vozes, enfim, fôlego da vida.

O tambor foi o alfabeto primitivo e no seu estado de cognição desenvolvida, tornou-se ‘tambor falante’(...) Produto de ciência e arte, fusão de tensão com onda sonora, o Tambor proporcionou o primeiro paradigma para a forma de articulação artística presidindo, como de fato presidiu, em ocasiões rituais e cerimoniais, voz de padre, de contador de histórias, cantor e coro, útero mnemônico de contato comunitário e de mediação estética. (OSOFI-SAN, 2016, VOL. IV p. 2202).

¹ Tamboralidade (Tambor+ Oralidade) método epistemológico criado pelo autor através do qual propõe construção das identidades centradas no mundo do tambor e da oralidade típicas das sociedades tradicionais.

² Mestrando em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: augustoalfredo@hotmail.com.

³ A Ordem do Discurso, de Michel Foucault

Tamboralidade é participação. Cada dançarino alternadamente entra na roda e canta o seu canto exibindo no saracotear o seu jeito de dançar. Tamboralidade é coração. Compasso. Centro. Útero. Canal uterino. Umbigo. Cordão umbilical que une o aldeão a sua raiz cultural. O rastilho para a festa do signo. Na tamboralidade, a coletividade constrói uma narrativa tecida na coesão entre a realidade e o seu imaginário numa perspectiva de rever seus anseios e lamentar percalços do destino. A Tamboralidade é omnipresente na densidade das culturas assentes na oralidade. Tambor incita paixões e ódios! Tambor é guerra! A tamboralidade é o discurso individual e coletivo que se condensam na sonoridade das manifestações intrínsecas à cultura africana.

Qualquer tambor africano também foi e continua sendo, essencialmente, um ícone; uma reunião sensorial de espaço e gestos, de dança, imagem e música, de aspirações individuais e comunitárias, símbolo e som, expressa no relacionamento entre o molde fluído e plástico do cilindro (ou hemisfério) de madeira do tambor, as variáveis de tensão definidas pelas cordas elásticas, seu imenso movimento espacial resolvido em ondas de desenhos curvilíneo, juntamente com sua quantidade de possibilidades fonêmicas. (ibid., p. 2202-2203)

A África negra não tinha o domínio da escrita, sendo que o mais antigo manuscrito de que se tem notícia no Reino do Congo data de 1492 (VANSINA, 2011, p. 624), por isso, todo o conhecimento acumulado, ao longo de gerações consecutivas, era transmitido pelo discurso oral. Se acrescentarmos as danças, a escultura, os jogos e a música, fica completo o patrimônio cultural negro-africano. A oralidade, e conseqüentemente a improvisação, constituem características fundamentais da cultura destes povos.

A palavra expressa a dimensão de toda a cultura banto, assumin-

do caráter vital, pois ela empenha e compromete o indivíduo e a comunidade. Por seu intermédio, exterioriza-se as emoções e os sentimentos; apela-se à benção, à maldição, e ao juramento. O curandeiro recorre a ela para acalmar os deuses, enquanto que o feiticeiro incita a fúria dos espíritos. Ela encerra um valor mítico incomensurável, tornando-se simultaneamente criadora e perigosa. Por isso os idosos das aldeias alertam aos jovens com frequência: “Onde passa a enxada volta a nascer capim, mas onde uma enxada passa a gente não esquece nunca⁴”. Assim, como uma palavra pronunciada cristiza o destino, a identificação do feiticeiro pelo “desenfeitiçador” é uma necessidade para conter enfim sua força. O mal é assim delimitado (BRETON, 2016, p. 191).

Assim, percebemos a exigência de responsabilidade, experiência e sobretudo sabedoria no uso do discurso oral, sob o risco de se atingir gravemente a felicidade e segurança da família e da comunidade. Tal fato justifica o prestígio e o respeito reservado aos idosos, pois eles são conhecedores de toda a tradição, da dimensão do sagrado e do profano. Com sua experiência, o idoso exerce influência sobre o destino de toda a tribo, transformando-se em depositário de toda a tradição. Com a sua morte, era um arquivo que se destruía; eram conhecimentos que se perdiam e como consequência, a tribo tornava-se vulnerável.

O Tambor sintetizava todos os sentidos tecendo na sua corporalidade todos os mitos, ritos, provérbios, fábulas, narrativas históricas e toda a manifestação artística e cultural da comunidade. É através da tamboralidade que se expressam os sentidos da alma.

Os sentidos não são “janelas” sobre o mundo, “espelhos” oferecidos ao registro das coisas em total indiferença com as culturas ou com as sensibilidades; eles são filtros que só retêm em sua peneira o que o indivíduo aprendeu a colocar nela, ou o que ele

⁴ Provérbio Quimbundo

justamente busca identificar mobilizando seus recursos. As coisas não existem em si, elas são investidas de um olhar, de um valor que as torna dignas de ser percebidas. A configuração e o limite do desdobramento dos sentidos pertencem ao traçado da simbólica social. (BRETON, 2016, p. 15)

MUNDO DOS SEM-TAMBOR

Na descoberta do caminho marítimo para as Índias, onde se comercializava ouro, pimenta, canela e outras especiarias raras no velho continente, os portugueses, comandados por Diogo Cão; chegaram à foz do rio Zaire, em 1482. Dois anos mais tarde, Diogo Cão voltou acompanhado de comerciantes, missionários, pedreiros, carpinteiros e outros artífices especializados. Através do comércio, a África recebia tecidos, pedaços de espelhos, colares de missanga, bebidas e outros artigos manufaturados. Em troca levavam principalmente ouro e marfim. A maioria da população foi convertida ao cristianismo e o rei Congo Nzinga Mbemba, batizado como Afonso, em 1491. Todavia, o altruísmo e a preocupação de criar um estado cristão foram se esmorecendo dando primazia ao comércio de escravos, incitado pela grande procura de mão-de-obra no Brasil, sobretudo pela fortuna que a sua prática proporcionava.

A conferência de Berlim, realizada de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, representou marco histórico importante na partilha do continente africano entre as potências ocidentais, dando início ao longo e paulatino processo de implementação dos seus interesses coloniais, devastando a cultura tradicional. Para atingir esse objetivo, a administração colonial foi instalada e o controle político consolidado. Simultaneamente registrou-se a criação de centros urbanos para se alojarem as famílias portuguesas, a construção de estradas e caminhos de ferro para o escoamento dos minerais.

A tensão entre apropriação e violência é particularmente complexa devido à sua relação direta com a extração de valor: tráfico de escravos e trabalho forçado, uso manipulador do direito e das autoridades tradicionais através do governo indireto (*indirect rule*), pilhagem de recursos naturais, deslocação maciça de populações, guerras e tratados desiguais, diferentes formas de *apartheid* e assimilação forçada, etc. (SANTOS, 2010, p. 30)

A urbanização fez surgir importantes cidades como Luanda, Nova Lisboa e Benguela. Enquanto isso, transformações se operavam no campo, onde grandes companhias estrangeiras, sob forma de monopólios, se instalaram incentivando o desenvolvimento económico à custa da expropriação e exploração da população nativa. Paulatinamente foi-se transformando o habitat natural e as povoações foram tendo maior contato com os valores da cultura ocidental, transmitidas em nome da nobre missão civilizadora. Parte da população nativa, despojada de sua língua, usos e costumes, abandona suas manifestações culturais. Silencia-se a Tamboralidade: Conforme Agostinho Neto, toda a nossa cultura foi transformada num motivo diferente, uma variedade folclórica, um contraste colorido para embelezar as frases e as ideias. Era o idealismo vazio e um realismo snobe (NETO, 1985, p. 30).

A ideia central é, como já referimos, que o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas. (*ibid.*, p. 13)

RESGATE DA TAMBORALIDADE

Na década de 1950, se inicia o processo de criação de organizações nacionalistas, cujo objetivo é a luta contra o colonialismo e a

conquista da independência de Angola. Ao apelo dos nativos o governo de Portugal respondeu com repressão, prisões e assassinatos em massa. Diante da relutância colonial em atender ao sentimento dos nacionalistas angolanos, na madrugada de 4 de fevereiro de 1961, grupos munidos de facões, paus e outros meios contundentes atacaram as cadeias e quartéis portugueses. O objetivo principal dos atacantes era libertar os presos políticos e alertar a comunidade internacional sobre a real situação que se vivia no território angolano.

O 4 de Fevereiro de 1961, entra para os anais da história de Angola, como a data do início da luta Armada de libertação Nacional, que contou com a participação de angolanos sob a bandeira de três movimentos: MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), liderado pelo Presidente Agostinho Neto, FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), de Holden Roberto, e da UNITA (União Nacional para a independência Total de Angola), liderada por Jonas Malheiro Savimbi.

A luta de libertação representou a mobilização dos nativos em busca, não só da conquista da liberdade e independência política e económica, mas também do resgate de seu espaço cultural e identitário cerceados pela dominação colonial. A guerra dura 14 anos. Na sequência do derrube do governo português de Salazar e Caetano, ocorrida através de um golpe de estado a 25 de Abril de 1974, é rubricado o Acordo de paz de Alvor. Os três movimentos de libertação sentam-se à mesma mesa com representantes de Portugal e estabelecem as premissas para a proclamação da independência de Angola apazada para 11 de novembro de 1975.

Na véspera da independência, em outubro de 1975, os três Movimentos de Libertação que reivindicavam a independência de Angola do colonialismo português, entraram em confronto e cada um deles convocou seus apoios no interior e no exterior para proclamar a independência.

Tal como no passado, após a chegada dos portugueses, a maioria da população rural foge para a periferia das vilas e cidades. Na debandada para salvar a vida, deixam para trás o batuque ou tambor levando consigo poucos haveres entre panelas, canecas, roupas, bacias. Nada mais, senão a esperança de continuar vivo.

A violência da guerra corta a circulação rodoviária. Registra-se uma fratura entre o mundo rural e o urbano. Entre o real e o imaginário. Entre eles se constrói perspectivas diferentes quanto a relação que se estabelece com a sua cultura. Cultura dos que detém o tambor e o que estão desprovidos dele. Duas perspectivas diferentes na construção de suas identidades e caminhos díspares a percorrer para se chegar a modernidade: Ou seja, copiar modelos ou seguir caminho pelos seus próprios impulsos cognitivos assente na sua cultura. “O poder da penetração do som transporta sua energia transformadora ao coração do sujeito ou do acontecimento” (BRETON, 2016, p. 188).

Os primeiros terão na Tamboralidade a força centrípeta e todo o seu imaginário cultural e histórico será construído sobre a mítica do Tambor e da oralidade. As narrativas que irão ser construídas terão como perspectiva primária a preservação das raízes de sua identidade. É aí que reside a sua vitalidade, enquanto projeto socio-político, económico e cultural que visa a construção da modernidade. Ou seja, ajustar as políticas de desenvolvimento à dimensão cultural do povo. Logo o discurso da modernidade terá aí sua fonte de inspiração, sua raiz principal que irrigará com sua ceiva toda a criação material e espiritual da sociedade. A dimensão cultural do desenvolvimento representa o apego à raiz, garantia para o fortalecimento do projeto que atenda melhor aos anseios da população. O primeiro presidente de Angola, António Agostinho Neto reconheceu que:

A cultura do povo angolano, é hoje constituída por pedaços que vão das áreas urbanas assimiladas as áreas rurais apenas levemente tocadas pela assimilação cultural europeia. E porque as capitais como a nossa, agigantadas pela burocracia exercem um efeito mágico sobre a maior parte do País, existe a tendência para a imitação, claramente visível no aspecto cultural. (NETO, 1985, p. 44)

“A ideia de que para sermos modernos temos que imitar os outros⁵”, no mesmo diapasão pronunciou-se o escritor moçambicano Mía Couto, durante uma aula de sapiência, na qual analisava os desafios do continente africano para a entrada na modernidade. Segundo o escritor, para África atingir a modernidade terá de descalçar na soleira pelo menos sete sapatos sujos: “Falo da dificuldade de nós pensarmos como sujeitos históricos, como lugar de partida e como destino de um sonho”:

Todos os dias recebemos estranhas visitas em nossa casa. Entram por uma caixa mágica chamada televisão. Criam uma relação de virtual familiaridade. Aos poucos passamos a ser nós quem acredita estar vivendo fora, dançando nos braços de Janet Jackson. O que os vídeos e toda a subindústria televisiva nos vem dizer não é apenas “comprem”. Há todo um outro convite que é este: “sejam como nós”. Este apelo à imitação cai como ouro sobre azul: a vergonha em sermos quem somos é um trampolim para vestirmos esta outra máscara. (COUTO, 2005)

TAMBORALIDADE - CONHECIMENTO

Tambor congrega todos os sentidos e sentires da alma. Por isso, “(...) A oralidade da literatura tradicional deve estender-se à pro-

⁵ <http://www.pordentrodafrica.com/cultura/mia-couto-a-porta-da-modernidade-ha-sete-sapatos-sujos-que-necessitamos-descalcar>.

priedade iconômica do tambor” (ibid., 2016, p. 2205). A narração de contos e provérbios é uma prática que perpassa os vários grupos populacionais pertencentes à etnia banta⁶, que povoam o território hoje denominado por Angola⁷. É através da oralidade; que contempla no seu corpus elevada densidade sígnica expressa através da voz, do gesto, da mímica e da corporalidade do narrador; que o indivíduo e a comunidade procuram cristalizar o saber de seus ancestrais, fundamento para a construção de sua identidade na relação de alteridade que estabelece com o outro. Nos mitos, os rituais, jogos, parábolas, anedotas e fábulas as comunidades exteriorizam a sua cosmovisão do mundo e estabelecem normas comportamentais que regulam as relações interpessoais. Na cultura oral “Dizer é fazer; porque a palavra é dotada de força. A palavra determina. É performática” (DRAVET, 2014, p. 62).

O repertório histórico e cultural que constitui a tradição das populações que desconheciam a escrita tem na oralidade o seu fiel depositário, pois é através do discurso oral que as sociedades tradicionais transmitem de geração para geração os conhecimentos indispensáveis para a sua sobrevivência e afirmação como povo. A oralidade tem traços que a distinguem do registro escrito: é presencial, dinâmica, imprevisível, informal, mas nem por isso ela deixa de constituir um veio importante na coesão das sociedades.

Quem fala tem presente seu interlocutor, numa interação face a face em que pode observar as reações dele. Em função disso, pode dosar a densidade das informações, repetir quando necessário para a boa compreensão; interromper frases e até abandonar fragmentos delas, quando perceber que o entendimento pelo ouvinte já se deu; usar variações entoadas, mudar o ritmo de fala, ges-

⁶ Banto são populações da África Sub saariana, cuja língua, possui uma raiz linguística comum.

⁷ A República de Angola, país situado na costa ocidental da África, possui uma superfície de 1.246.700 Quilômetros quadrados. Dividida em 18 províncias, é habitado por povos de origem banto. Assim designados por pertencerem ao um grupo que possui uma raiz linguística comum, cuja comunicação repousa sobretudo na tradição oral.

ricular para reforçar a expressão do pensamento etc. Por outras palavras, a língua falada é contextualizada (PRETI, 1991, p. 233).

A palavra expressa a dimensão de toda a cultura tradicional assumindo um caráter vital, empenhando e comprometendo a existência e a transcendência do indivíduo e a sua comunidade, estabelecendo por isso uma relação com o sagrado. Como refere o escritor moçambicano Mía Couto, citado por Bráulio Tavares:

As pessoas podem discutir as coisas mais sagradas e mais sérias do mundo, economia por exemplo, mas o fazem contando isso com histórias, com pequenos casos, com provérbios, com aquilo que são os conceitos da oralidade. (...) a oralidade não é a ausência do saber da escrita, a oralidade é outro saber, uma maneira de olhar o mundo⁸.

Ao debruçarmo-nos sobre a oralidade e sequeamente sobre os usos e costumes dos povos banto, estamos buscando nas raízes “a fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 2005, p. 2); os traços identitários da sua matriz cultural constituídos pela língua comum, mitos, rituais manifestações transversais à vida desde a atividade produtiva e reprodutiva, eventos tidos como vitais para a sobrevivência do indivíduo e da comunidade nos espaços geográficos por si ocupados ao longo dos tempos. Portanto:

(...) toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparelhos de poder e revelações de cunho religioso (CASTELLS, M, 2001, p. 4).

⁸ <http://coletiva.net/artigos/2016/01/a-cultura-oral/>

Contrariamente ao pensamento teleológico e desenvolvimentista eurocêntricos⁹ defendido pela quase maioria dos pesquisadores ocidentais da Grécia de Platão e Aristóteles aos nossos dias, o continente africano e suas populações possuem conhecimento próprio e que atendem ao grau de desenvolvimento da sociedade e da visão que possuem do mundo circundante. Como advoga o nacionalista C.L.R. James, citado por Toyin Falola (FALOLA, 2016, p. 111):

Ao longo de várias centenas de anos, na verdade quase (mas não totalmente) desde o início do contato entre a civilização ocidental e a África, tem sido a prática quase universal tratar realizações, descobertas e criações africanas como se a civilização ocidental fosse a regra e os povos africanos passassem os anos imitando, tentando alcançar ou, pior ainda, se necessário passando pelos estágios primitivos do mundo ocidental.

Por seu turno, Zuleide Duarte, corroborando com o historiador, ensaísta e jornalista de Trindad e Tobago, Cyril Lionel Robert James (1901-1989) enfatiza a importância crucial que encerra a oralidade para a comunicação entre os membros das comunidades tradicionais.

Neste aspecto, a tradição oral é fonte preciosa, oferecendo dados de um registro de memória, livre de peias da oficialidade que tenta impedir que se faça história, atribuindo-lhe o papel indigno de mero compêndio de instruções, tentando sufocar o espírito crítico que norteia a investigação histórica. O texto oral afigura-se como um relicário em que uma das mais genuínas expressões do povo encontra guarida. Assim, o maravilhoso *missa-*

⁹ Segundo o autor “O pensamento teleológico é uma influência muito forte na ciência ocidental. Os estudiosos mais influentes da época clássica da ciência social ocidental, especialmente Spencer, Tönnies, Maine, Conte, Durkheim, Weber e Karl Marx eram pensadores teleológicos. Sua teleologia estava vinculada a uma análise desenvolvimentista ou historicista da sociedade. Eles consideravam que a sociedade passava por duas ou mais etapas, de uma etapa menos desejável de ser para outra mais desejável (idem, 44).

*bus*¹⁰, as canções dos mi-imbus¹¹ e as adivinhas dosji-nongonongo dos contos tradicionais de Angola (conforme classificação colhida por Héli Châtelain), são transmitidos através da contação de histórias exercidas pelos mais velhos das aldeias e pelos gritos. (DUARTE, s/d, p. 183)¹²

Partindo desse paradigma, durante muito tempo a maioria de estudiosos ocidentais olhava com desdém e abordava de forma estereotipada todo o conhecimento que não replicasse sua epistemologia. Por essa via é que o conhecimento africano foi desqualificado e taxado de não ciência. O acadêmico ganense Kwesi Yankah, ao refletir sobre a relação entre a globalização e os pesquisadores do continente africano considera que:

A desqualificação do discurso acadêmico de África como sendo não acadêmico, um tanto descritivo, insuficientemente imparcial e superficial demais para fins acadêmicos, parece ser um subproduto da percepção eurocêntrica de que a mente africana “primitiva” costuma ser incapaz de pensamento abstrato e expressão e que lida mais com o concreto. Isto por inferência, se estende ao plano do discurso acadêmico, onde se diz que os africanos se dedicam mais à descrição concreta do que à abstração. (YANKAH, 2016, p. 143)

E Yankah, na sequência do seu raciocínio, depois de criticar a visão legada pela obra República de Platão onde o mundo percebido pelo sujeito através dos sentidos se separa do objeto para ser melhor estudado ou descrito (143), considera que “se a oralidade for rejeitada a priori como sendo não intelectual, isso significa que a forma de vida de um povo pode ser usada como base para a segregação intelectual

¹⁰ Contos e adivinhas

¹¹ Canções tradicionais

¹² <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/viewFile/156/86>

(ibid., 143-144)”, representando a rendição e servilismo diante do discurso estranho à cultura local. “Repetir os aspectos importados de cultura, é um ato que ninguém certamente aprova. (...) tudo quanto fosse expresso pelos agentes mais capazes da cultura angolana, representasse o desejo e as formas de expressão do povo” (NETO, 1985).

A perspectiva do debate é ver reconhecida outras formas de conhecimentos que não sejam unicamente o definido de forma “abissal”, que conforme Boaventura de Sousa Santos acaba dividindo o mundo¹³ em realidades conflitantes, sendo incapazes de coexistirem num mesmo espaço epistemológico. “Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. (...) A sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma destas formas de conhecer” (SANTOS, 2010, p. 24-25).

Portanto num contexto de crescente globalização e expansão avassaladora das novas tecnologias, importa valorizar os recursos oferecidos pela tamboralidade como ferramenta de comunicação mais completa para atender os desafios do “Mundo Líquido¹⁴” marcado pela rapidez das mutações, complexidade e incerteza. Mundo de,

(...) culturas poéticas onde a palavra possui uma força motriz que exerce através do homem visto que a linguagem é atributo humano, mas que é inseparável do resto da natureza: o corpo do homem e os corpos dos objetos e realidades nomeadas, a própria natureza”. (DRAVET, 2014, p. 70)

¹³ “A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da Co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante” (SANTOS, 2010, p. 24)

¹⁴ Título da obra do académico Zygmunt Baumann, que considera a modernidade como sendo “líquida”, devido ao grau de incertezas com que o mesmo se confronta no seu dia-a-dia. “(...) a passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida” – ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições sociais que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma desorganizadas, para que se estabeleçam” (BAUMAN, 2007, p. 7)

Portanto como bem recomenda Agostinho Neto, no seu discurso sobre a cultura nacional angolana proferido a 8 de janeiro de 1978, importa, no ponto de vista cultural, desenvolver a sociedade sem, no entanto, perder de vista a realidade local e o potencial imaginativo e criador das populações.

“Na nossa primeira fase, e do ponto de vista cultural, há que analisar. Não adaptar mecanicamente. Há que analisar profundamente a realidade e utilizar os benefícios da técnica estranha, só quando estivermos de posse do património cultural angolano. Desenvolver a cultura não significa submetê-la a outras”.

Num contexto das novas tecnologias e da globalização, que alargam seu espectro para todos os domínios da vida e da sociedade gerando, incertezas e inseguranças, a tamboralidade, pode se apresentar como ferramenta teórica e metodológica na cosmovisão em torno da definição de desafios para as nações subdesenvolvidas ansiosas de encontrar caminhos para a modernidade sem, no entanto, perder a dignidade e a personalidade. “(...) De agora em diante, temos de distinguir o oral não apenas em termos de variações verbais, de dispositivos retóricos, mas também, e de maneira mais importante, em termos de propriedades do tambor ...” (H. LAUER e K. ANYIDOHO, 2016, p. 2205).

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro, ZAHAR; 2007.

BRETON, David Le. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, 2016.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. II. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; 2003.

COUTO, Mia. **À porta da modernidade, há sete sapatos sujos que precisamos descalçar**. Vertical. N° 781, 782 e 783 de março 2005.

DRAVET, Florence Marie. **Crítica da Razão Metafórica: magia, mito e poesia na cultura contemporânea**. Casa das Musas, Brasília; 2014.

DUARTE, Zuleide. **A tradição oral na África. Estudos de Sociologia**. Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. v. 15. n. 2, p. 183.

FALOLA, Toyn. Nacionalizando a África, culturalizando o Ocidente e reformulando as humanidades na África. In: ANYIDOHO, Helen Lauer (Org.). **O Resgate das Ciências e das Humanidades Através de Perspectivas Africanas**. Vol. I. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2016.

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA. ÁFRICA DO SÉCULO XII AO XVI. 3. Ed., Vol. IV, CORTEZ Editora. Brasília; 2011.

LAUER, Helen, ANYIDOHO, Kofi (Orgs). **O Resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através de Perspectivas Africanas**. Vol. IV, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília; 2016.

----- **O Resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através de Perspectivas Africanas**. Vol. I. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília; 2016.

NETO, Agostinho. **Ainda o meu sonho**. Luanda, UEA; 1985.

NOVAES, ADAUTO (Org). **Rede Imaginária. Televisão e Democracia**. 2 Ed., Companhia das Letras; 1991.

OSOFISAN, Femi. O tambor nostálgico: Literatura oral e as possibilidades da poesia moderna. In: **O Resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através de Perspectivas Africanas**. Vol. IV. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília; 2016.

PRETI, Dino. **A linguagem da TV. O impasse entre o falado e o escrito**. In: INÁCIO, Araújo *et al.* **Rede Imaginária**: Companhia das letras. São Paulo. Alegre: Mirassol, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. 2ª Edição, Almedina, Coimbra; 2010.

TAVARES, Bráulio. A cultura oral. <http://coletiva.net/artigos/2016/01/a-cultura-oral/> acessado em junho de 2017.

VANSINA, Jan. **A África Equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados**. In: História Geral da África. A África do Século XII ao XVI. Cortez Editora: São Paulo, 2011.

YANKAH, Kwesi. **A Globalização e o Acadêmico Africano**. In: ANYIDOHO, Hele (Org.). **O Resgate das Ciências Humanas e das Humanidades Através de Perspectivas Africanas**. Vol. I. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília; 2016.

O processo de transferência de emoções Do mundo imaginário da televisão para o indivíduo real

Roberto da Silveira Lemos¹

INTRODUÇÃO

Desde o século XX, mais precisamente a partir da década de 1930, houve uma mudança na forma de produção e consumo de cultura. O modelo até então vigente era, ainda que não se resumisse a isso, de uma cultura popular baseada em festas, rituais populares, danças e crenças, entre outros, em oposição à cultura de elite, com modalidades artísticas consideradas mais refinadas, como a pintura, a música dita clássica, a escultura, os salões literários, entre outros. A produção cultural e a distribuição em escala ampliada passou a considerar o atingimento do maior número possível de pessoas, a chamada cultura de massa. Essa revolução teve impactos não apenas nas relações de lazer, mas também nas de trabalho e nas familiares. Para Edgar Morin, isso provocou vazios afetivos nos indivíduos, que foi “recompensado” em suas carências pelos produtos culturais.

Com o aparecimento da fotografia, e logo a seguir da imagem em movimento, os conteúdos produzidos passaram a pautar os debates entre os indivíduos. Começou ali uma confusão entre a vida que se vive e a imaginária, proveniente de uma película cinematográfica, por exemplo. O espectador passou a se identificar com personagens e atores que nunca viu, com quem nunca conviveu.

Aristóteles, em sua obra *Retórica e arte poética*, já havia apresentado o que é importante na construção de uma obra. Morin demonstrou essa estrutura e como isso intensificou a construção do imaginário po-

¹ Especialista em Gestão da Comunicação nas Organizações. Mestrando em Comunicação pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: robertolemos281@gmail.com

pular, provocando emoção e catarse. Abordou também a relação de projeção-identificação do espectador com a obra e seu enredo, bem como os diversos fatores que levaram à essa identificação.

Este estudo visa problematizar a questão relacionada à relação imaginada de projeção-identificação a partir das emoções provocadas por uma obra audiovisual.

Para isso, foi dividido em três capítulos. O primeiro, denominado “Elementos cinematográficos de construção do imaginário” apresenta, sob as perspectivas de Aristóteles e de Edgar Morin, os elementos presentes numa obra que contribuem para torná-la percebida pelo público e facilitar a identificação.

O segundo capítulo aborda o *Happy End*, um formato no qual as histórias procuram atender a uma expectativa primordial da audiência: a partir da projeção obtida do espectador com a obra, busca-se retribuir as expectativas com a sensação da felicidade. É um rompimento com uma tradição, até então milenar, da tragédia. A história caminha para um final que proporcione a alegria, o regozijo do espectador. O principal autor tratado neste capítulo é, novamente, Edgar Morin.

O terceiro capítulo trata dos fenômenos da emoção e da empatia. Busca compreender a emoção enquanto fenômeno e sua conceitualização. Considerando que a emoção é um catalisador das transformações humanas, é um movimento que muda o estado de uma pessoa, trazendo as reflexões filosóficas de Didi-Huberman sobre o assunto, num “diálogo” com os etólogos Boris Cyrulnik e Frans de Waal.

Ao final, o capítulo sobre “A emoção como elemento transformador do espectador” problematiza o que será abordado na dissertação.

Os principais desafios deste trabalho deverão se dar pela subjetividade e transdisciplinaridade do tema. O assunto emoção já foi tratado pela filosofia, pela psicologia, pela etnologia, pela antropologia, pela sociologia. Enfim, diferentes áreas do conhecimento que buscam lançar luz sobre a questão.

Uma das principais dificuldades para a obtenção de êxito neste trabalho é justamente “tensionar” essas diferentes perspectivas para promover um “diálogo” produtor sobre o assunto e correlacioná-los com a pesquisa desejada que pretende, como objeto de estudo, obras audiovisuais de narrativa complexa.

ELEMENTOS CINEMATOGRÁFICOS DE CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO

Ainda que o romance-folhetim e o conto tenham sido introduzidos no jornal no século XIX, é no século XX que vemos a formação de uma cultura de massa, que promoveu mudanças na maneira como as pessoas se relacionavam com a cultura e com a própria comunidade. Surgiu uma imprensa eminentemente romanesca, com contos policiais, melodramas. A partir dos anos 1930, o cinema assumiu sua vertente de massa e passou a habitar fortemente o imaginário do espectador. Começou nos Estados Unidos e teve sua expansão para os países ocidentais após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Até mesmo o rádio se transformou, tornando-se um veículo para a música. Aqueles ambientes que pareciam destinados à informação foram tomados pelos conteúdos que irrigavam o imaginário popular.

O consumo da cultura de massa se tornou o centro do lazer, evidenciando uma ruptura com os tempos das festas, comum ao modo antigo de vida.

Para Morin (1969), ocorreu uma mudança na estrutura e no comportamento familiar. A preocupação com a transmissão de uma herança cultural familiar diminuiu e a cultura se estendeu a essa zona abandonada, bem como às das festas e até do trabalho.

“...essa participação embrionária no consumo significa que o lazer não é mais apenas o vazio do repouso e da recuperação física

e nervosa; não é mais a participação coletiva na festa, não é tanto a participação nas atividades familiares produtivas ou acumulativas, é também, progressivamente, a possibilidade de ter uma vida consumidora”. (MORIN, 1969, p. 68-69)

A partir da segunda metade do século XX, surgiu o espectador moderno, devoto da televisão. Ele via tudo de um ângulo aproximado, diferente, por exemplo, do teatro. Os atores estavam mais próximos, bem focalizados, pegando cada expressão de seu rosto.

Houve uma sensação de proximidade, de fazer parte da história que se desenrolava na tela. Mudaram-se os assuntos e os diálogos entre as pessoas, até no ambiente familiar. As trocas afetivas passaram a ter como tema os filmes, as estrelas midiáticas da televisão. Falava-se de coisas e pessoas que não se conhecia além do plano da televisão. Passou a ser uma relação com o imaginário. Para Morin (1969, p. 77) o espectador “entra num universo imaginário que, de fato, passa a ter vida para ele, mas ao mesmo tempo, por maior que seja a participação, ele sabe que lê um romance, que vê um filme”.

A diferença entre o que é real e o que é imaginário se confunde para o espectador. Ele mistura os universos e se identifica com personagens e situações vividas por eles. “Há um desdobramento do leitor (ou espectador) sobre os personagens, uma interiorização dos personagens (...), simultâneas e complementares, segundo transferências incessantes e variáveis” (MORIN, 1969, p. 78).

A cultura de massa tornou-se a primeira a ser também puramente estética. Foi por esse caminho, pelo estético, pelo sensível, que ocorreram as transferências entre o real e o imaginário. O espaço para isso foi o das artes, os espetáculos, os romances.

Aristóteles (1967, versão *on-line*) já havia demonstrado, ainda na antiguidade grega, no coração da tragédia, o mecanismo catártico, imaginário. Para Aristóteles (versão *on-line*), uma tragédia, que era o

gênero preferido por ele, deveria oferecer uma mudança da felicidade para o infortúnio e vice-versa. Estaria nesse movimento o que ele chamou de belo nas artes.

“Independentemente do espetáculo oferecido aos olhos, a fábula deve ser composta de tal maneira que o público, ao ouvir os fatos que vão passando, sinta arrepios ou compaixão”. (ARISTÓTELES, 1967, versão *on-line*)

O que estabelece o limite de uma ação deve ser o quão agradável ela consegue ser sem perda de clareza. Sendo assim, a ação deve durar de tal forma que, “no decorrer dos acontecimentos produzidos de acordo com a verossimilhança e a necessidade, faça esse movimento entre o infortúnio e a felicidade da personagem principal” (ARISTÓTELES, 1967, versão *on-line*).

Ainda que isso ocorra em uma imitação do real, o espectador fará uma projeção que levará a se identificar com o que ele vê na tela. Ele se identifica com alguns “personagens que, no entanto, lhe são estranhos, e se sente vivendo experiências que, contudo, não pratica” (MORIN, 1969, p. 81).

São muitos os fatores que levam à identificação. Um dos centrais para esse efeito é que haja verossimilhança e veracidade com a realidade vivida.

Aristóteles também tratou dessa questão afirmando que os acontecimentos deveriam ser produzidos de acordo com a verossimilhança e a necessidade da história. Para isso, os personagens deveriam apresentar, ao longo de suas ações, coerência com a realidade apresentada ao espectador. E se acaso algum personagem tivesse como uma de suas características a incoerência, era necessário que ele a mantivesse do início ao fim.

Tanto Aristóteles quanto Morin trataram também de outro ponto fundamental ao estético: a ficção não retrata a realidade. Para Aristóteles (1967, versão *on-line*) um poeta não deve narrar a realidade.

Esse papel estaria reservado ao historiador. O poeta deve narrar o que poderia ter acontecido. Ele precisa fabricar fábulas. Seu papel é o de imitar ações.

De todas as qualidades de um espetáculo, a principal dela está na fábula em si, conforme enfatizou Aristóteles (1967). É a organização dos fatos, ou seja, a representação da ação. Em segundo lugar vêm os personagens. Mas é a ação que faz o personagem ter um sentido e não o contrário.

“A imitação de uma ação é o mito (fábula); chamo fábula a combinação dos atos; chamo caráter (ou costumes) o que nos permite qualificar as personagens que agem; enfim, o pensamento é tudo o que nas palavras pronunciadas expõe o que quer que seja ou exprime uma sentença”. (ARISTÓTELES, 1967, versão *on-line*)

Para Morin, essa fábula, como chamava Aristóteles, precisa apresentar situações que correspondam a interesses da audiência. Tem que tratar de questões que sejam reais para os espectadores. Ainda que se trate de uma imitação, o espectador precisa sentir que aquilo que se desenrola à sua frente poderia ser real.

Morin (1969, p. 82) diz que que os personagens devem participar da vida cotidiana relativa à estória que se desenvolve, mas é preciso que “o imaginário se eleve alguns degraus acima da vida cotidiana”. Há que se elevar o grau de intensidade. O amor deve ser ressaltado, a riqueza, o afeto, também, enfim, tudo precisa estar acima da média dos mortais.

Ismail Xavier, em seu livro “A Experiência do Cinema”, resgata os estudos de Hugo Mauerhofer, um psicoterapeuta que estudou os efeitos do cinema no espectador ainda em seus primeiros momentos. Ele reproduz o artigo do pesquisador intitulado “A Psicologia da Experiência Cinematográfica”, que foi publicado pela primeira vez em 1966.

No texto, o autor alemão nos diz...

“Salvo exceções, é simplesmente insuportável acompanhar na tela o desenvolvimento de uma estória cuja ação segue o ritmo normal dos acontecimentos na vida real: isto não satisfaz o espectador. Subjetivamente, ele deseja uma narrativa mais concentrada. Espera uma continuidade intensificada da ação. Insatisfeito esse seu desejo psicologicamente motivado, a sensação de tédio, até então adormecida, será inevitavelmente desperta. Em outras palavras, o filme em questão será vivido como tedioso”. (MAUERHOFER *apud* XAVIER, 2003, p. 377)

Para Munsterberg (*apud* XAVIER, 2003, p. 46), também presente no já citado livro de Xavier, segurar a atenção do espectador é uma tarefa na qual só se obtém êxito por meio da ação. O significado da estória e a unidade da mesma possuem uma relação de dependência com as emoções. No cinema isso fica ainda mais evidente. Os personagens são “sujeitos de experiências emocionais: a alegria e dor, esperança e o medo, o amor e o ódio, a gratidão e a inveja, a solidariedade e a malícia, conferem ao filme significado e valor” (MUNSTERBERG *apud* XAVIER, 2003, p. 46).

A identificação prescinde da qualidade do ator. Para Aristóteles, a primeiro ponto a ser verificado em relação ao ator é sua qualidade para a imitação, para interpretar as ações descritas no texto.

“...é preciso, enfim, que os heróis sejam dotados de qualidades eminentemente simpáticas. Atingindo esse ótimo, as personagens suscitam apego, amor, ternura; já se tornam não tanto os oficiais de um mistério sagrado, como na tragédia, mas uns alter ego idealizados do leitor ou espectador, que realizam do melhor modo possível o que este sente em si de possível. Mais do que isso, esses heróis de romance ou de cinema podem vir a ser exemplos, modelos: a identificação bovarysta suscita um desejo de imitação

que pode desembocar na vida, determinar mimetismos de detalhes (imitação dos penteados, vestimentas, maquiagens, mímicas, etc., dos heróis de filmes) ou orientar condutas essenciais, como a busca do amor e da felicidade”. (MORIN, 1969, p. 82-83)

E aí também reside a capacidade de uma estória ampliar sua audiência e atingir as massas de público. Quanto mais ela permite a relação de projeção-identificação, mais universal ela será.

Para Alves (2011, p. 131) o filme é um dispositivo de comunicação que lida com sentimentos do espectador no processo de contar uma estória. Essas reações ocorrem a partir de um elaborado processo discursivo, enunciativo e argumentativo. O desafio da equipe de produção de um filme ou qualquer outro produto audiovisual é saber como estimular essas emoções, ainda que não haja garantias de que os espectadores as manifestem. Ao longo da transmissão da estória, no desenrolar da narrativa, o espectador receberá diferentes estímulos e irá se posicionar perante a mesma. “E isso poderá refletir também no nível situacional, quando o indivíduo transporta a experiência fílmica para o próprio cotidiano, em decisões, escolhas ou comportamentos inspirados em cenas e personagens” (ALVES, 2011, p. 131).

Ocorre, neste caso, um processo mental complexo. Há uma relação entre o que é visto e a mente do espectador. É um processo de sugestão.

“As sugestões, assim como as reminiscências e as fantasias, são controladas pelo jogo de associações. Existe, porém, uma diferença fundamental: para todas as outras ideias associativas, as impressões externas representam apenas um ponto de partida. Vemos uma paisagem no palco ou na tela ou na vida; esta percepção visual é uma deixa que suscita na memória ou na imaginação ideias afins, cuja escolha, todavia, é totalmente controlada pelo interesse, pela atitude e pelas experiências anteriores”. (MUNSTERBERG *apud* XAVIER, 2003, p. 42)

A sugestão é uma imposição, uma influência que controla nossa mente por meio da ideia associada a qual temos que nos submeter. Um caso extremo, como nos lembra Munsterberg (*apud* XAVIER, 2003) seria o hipnotizador que impõe uma realidade imaginada à mente do interlocutor.

O fascínio de um produto audiovisual é levar o espectador a acreditar que aquela fantasia, por mais ficcional que possa parecer, é real, está ocorrendo de fato, levando-nos à emoção sugerida pela narrativa. “Tanto o teatro como o cinema sugerem à mente do espectador que, mais do que uma mera dramatização, é a vida que ele está presenciando” (MUNSTERBERG *apud* XAVIER, 2003, p. 44).

O “HAPPY END”

Nas décadas de 1930 e 1940, primeiramente nos Estados Unidos, ocorreu uma revolução nas artes da imitação. Houve um aprimoramento nas técnicas que promoviam a identificação entre espectador e personagem.

“As intrigas se registram dentro de quadros plausíveis” (MORIN, 1969, p. 91). A atividade de representação ia ganhando cada vez mais autenticidade. O ator executava seu ofício de maneira “natural”. O herói se tornava cada vez mais amável para o espectador.

A tragédia deu lugar ao final feliz, que ocupou espaço cada vez maior nas artes cinematográficas. O chamado “happy end” proclamou uma era onde o espectador se regozijava por meio da estória. Ele tinha que sair do cinema com a sensação de felicidade. O “happy end”..

“...rompe com uma tradição milenar, proveniente da tragédia grega, que prossegue com o teatro espanhol do Século de Ouro, o drama elizabetano, a tragédia clássica francesa, o romance de Bal-

zac, Stendhal, Zola, Daudet, o melodrama, o romance naturalista e o romance popular de Eugène Sue a Ponson du Terrail, enfim, o cinema melodramático da época muda. O happy end rompe com uma tradição não só ocidental, mas universal, que, aliás, ainda se mantém em parte nos filmes latino-americanos e, em maior escala, nos filmes indianos e egípcios”. (MORIN, 1969, p. 92)

Essa tradição contemporânea de filmes onde o herói consegue aquilo que deseja, a partir das premissas que lhe são apresentadas no início da estória, vai ser uma marca registrada na cultura de massa, especialmente no cinema e na televisão.

O cinema de massa busca o final feliz, mesmo que ele esteja distante do final desejado pela audiência. Em *Casablanca* (*Casablanca*, 1942), dirigido por Michael Curtiz, o herói salva sua amada e sobrevive, ainda que não fiquem junto no final. A estória mostra a evolução pessoal do personagem principal. Uma estória de amor e redenção pessoal.

As Pontes do Rio Kwai (*The Bridge on the River Kwai*, 1957), dirigido por David Lean, teve o final alterado em relação ao livro que inspirou o filme. Ainda que o roteiro para o cinema tenha sido escrito por Pierre Boulle, o mesmo autor do livro, o final trouxe mudanças para atender a essa necessidade do *happy end*. No livro, as incursões dos aliados fracassam em derrubar a ponte do título do filme, uma metáfora para o fracasso de empreendimentos humanos nas guerras. Mas no filme, a ponte foi destruída. A audiência não poderia sair do cinema frustrada.

No *happy end*, o herói deve sofrer com o mal, passar por dificuldades físicas, psíquicas ou morais, mas deve terminar a estória atingindo seu objetivo. E quanto maior as dificuldades, melhor. Quanto maior a dor, maior a glória, maior a redenção.

“O happy end não é reparação ou apaziguamento, mas irrupção da felicidade. Há vários graus no happy end, desde a felicidade

total (amor, dinheiro, prestígio), até à esperança da felicidade, onde o casal parte corajosamente pela estrada ao encontro da vida. Raros e marginais são os filmes que acabam com a morte ou, pior ainda (pois a morte sempre tem virtudes tônicas), com o fracasso do herói”. (MORIN, 1969, p. 93)

Essa tradição pelo *happy end* nas obras voltadas ao grande público só vem a ser quebrada em *Chinatown* (*Chinatown*, 1974), dirigido por Roman Polanski. O filme traz atores populares à época, mas com um final feito para desagradar a quem acompanha os empreendimentos do detetive contratado para esclarecer um assassinato. O mal triunfa, como em muitos casos da vida real.

A afetividade proporcionada na cultura de massa substituiu a familiar. Para Morin (1969, p. 93), “a ideia da felicidade é o núcleo afetivo do novo imaginário”.

A relação afetiva decorre do elo sentimental gerado pela projeção-identificação. O espectador se “enxerga” no herói, faz dele seu alter ego e correlaciona as dificuldades que ele vive na tela com o seu cotidiano. A dor de um é a dor do outro.

Essa projeção ocorre mesmo no cinema de ficção científica, onde o cenário em nada se parece com o mundo real. Mas as dores, os desejos, precisam ser universais para que a identificação ocorra. O medo da tenente Ripley em *Alien - O Oitavo Passageiro* (*Alien*, 1979), dirigido por Ridley Scott, é o mesmo sentimento que o espectador sente no dia-a-dia, como quando se teme o ataque de um animal, por exemplo.

A felicidade pela liberdade que Andy Dufresne sente em *Um Sonho de Liberdade* (*The Shawshank Redemption*, 1994), dirigido por Frank Darabont, já foi sentido em diferentes situações cotidianas pelo espectador. Ninguém precisou estar preso para se identificar com a felicidade representada pelo ator Tim Robbins.

O *happy end*, oferecido em abundância na cultura de massa, chega mesmo a ser um substituto para a crença na salvação religiosa. A

expectativa do espectador é a satisfação de seus desejos, a felicidade eternizada, ainda que no plano real ele saiba que isso é inatingível. Mas naquele momento de identificação com seu alter ego, essa esperança é renovada.

Retomando Mauerhofer, em seu artigo reproduzido por Xavier (2003, p. 380), ele nos diz que, já em sua época, o cinema apresentava uma função que chegava a ser psicoterapêutica. Ele ajuda a tornar suportável a vida de milhões de pessoas. O cinema funciona como um catalizador de emoções e serve de compensação para os espectadores, com suas vidas já sem muita substância.

“O cinema nos faz ficar tristes e nos faz ficar alegres. Incita-nos à reflexão e nos livra das preocupações. Alivia o fardo da vida cotidiana e serve de alimento à nossa imaginação empobrecida. É um amplo reservatório contra o tédio e uma rede indestrutível para os sonhos. A cada dia milhões de pessoas buscam seu isolamento, seu grato anonimato, a neutralidade do seu apelo ao ego, a estória narrada de forma compacta, o colorido jogo de emoção, força e amor que risca a tela. Depois, transitoriamente mudadas, saem à luz do dia ou para a noite; cada qual agora seu próprio filme, cada qual possuída do ‘brilhante reflexo’ da vida - ou, pelo menos, da imagem desse reflexo - até que a realidade inexorável as recupere para sua característica aspereza”. (MAUERHOFER *apud* XAVIER, 2003, p. 380)

Morin defende que o cinema responde a algumas necessidades humanas, que deixaram de ser satisfeitas pela família, pelo trabalho, pelas festas sociais, a partir da disseminação da cultura em massa.

“...o cinema não deixa de responder a necessidades. Essas necessidades já nós as sentimos: são as necessidades de todo o imaginário, de todo o devaneio, de toda a magia, de toda a estética: aquelas que a vida prática não pode satisfazer. Necessidade

de fugirmos a nós próprios, isto é, de nos perdermos algures, de esquecermos os nossos limites, de melhor participarmos no mundo, ou seja, no fim de contas fugirmo-nos para nos reencontrarmos”. (MORIN, 2003, p. 170)

A cultura de massa se esforça para dar um sentido à vida para além do sofrimento. Para Morin (1969, p. 96), o “*happy end* é postulado pelo otimismo da felicidade, o otimismo da rentabilidade do esforço (é preciso que todo empreendimento nobre e heroico tenha sua recompensa aqui na Terra)”.

No filme *A Vida É Bela* (*La vita è bella*, 1997), dirigido por Roberto Benigni, o personagem principal Guido é morto num campo de concentração, mas não antes de salvar a vida de seu filho. O final traz a cena da criança vendo um tanque de guerra, como se o recebesse de presente, ainda que isso não passasse de um jogo imaginário criado pelo pai, que visava evitar do sofrimento psicológico ao qual a criança estaria sujeita se conhecesse a verdade.

Essas necessidades são universais. Encontramos estórias que buscam satisfazer essas necessidades nas mais diferentes culturas. O filme japonês *Os Sete Samurais* (*Shichinin no samurai*, 1954), dirigido por Akira Kurosawa, também mostra um empreendimento humano heroico. Mudam-se os personagens, muda-se o contexto, mas a redenção está lá. Neste caso, a estória mostra um grupo de samurais que se engajam numa luta contra tiranos que subjugarão o povo de uma vila.

EMOÇÃO E EMPATIA

Para Didi-Huberman (2013, p. 21), o “fenômeno da emoção está ligado ao *páthos*, quer dizer, à *paixão*, à passividade, ou à impossibilidade de agir”. Essa palavra foi de grande importância para autores trá-

gicos da Grécia antiga, como Ésquilo, Sófocles e Eurípedes. Trazia em si tanta importância quanto a palavra *logos* para filósofos como Platão e Aristóteles, que exploraram a razão.

Os filósofos clássicos atribuem à palavra emoção um sentido de fraqueza. Seria também o oposto da razão, sendo este um atributo melhor na opinião de muitos filósofos. Para Kant, a emoção é o “defeito da razão”.

Didi-Huberman mostra que Hegel e Nietzsche retomaram a proposição de valor do *pathos*. Para Hegel, sem o impasse, sem essa impossibilidade de agir, sequer saberíamos o que é uma passagem. Passagem de um estado a outro.

Pathos, ou seu derivado *patético*, é um termo utilizado no sentido da transferência emocional. Apesar de ser de difícil definição, Didi-Huberman se esforça no sentido de conceituá-lo.

“...a emoção é um ‘movimento para fora de si’: ao mesmo tempo ‘em mim’ (mas sendo algo tão profundo que foge à razão) e ‘fora de mim’ (sendo algo que me atravessa completamente para, depois, se perder de novo). É um movimento afetivo que nos ‘possui’ mas que nós não ‘possuímos’ por inteiro, uma vez que ele é, em grande parte, desconhecido por nós”. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 28, grifos do autor)

Sigmund Freud, o pai da psicanálise — área de estudos que assenta suas bases sobre o poder do inconsciente —, diz, citado por Didi-Huberman, que, por vezes, sentimos uma emoção que não sabemos explicar o que é ou como nos acometeu. “Ela age sobre mim mas, ao mesmo tempo, está além de mim. Ela está em *mim*, mas fora de *mim*” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 26, grifos do autor).

Isso pode acontecer em casos onde a pessoa se sente muito mal, em crises de loucura ou histeria. Para o autor, cineastas como Alfred Hitchcock e David Lynch sabem representar bem esse estado. No filme

Psicose (*Psycho*, 1960), dirigido por Alfred Hitchcock, o personagem Norman Bates apresenta mudanças de personalidade e de humores ao longo da estória. Mais uma vez, vemos a mudança, a passagem. Emoção tem a ver com isso, com transformação.

Didi-Huberman concorda com o filósofo Gilles Deleuze, para quem a emoção não é em primeira pessoa, não diz “eu”. Afinal, o inconsciente é maior em mim. Além disso, a sociedade é muito maior e sobrepõe o pequeno universo do eu de cada um. Além disso, as emoções expõem o indivíduo. É, em muitas ocasiões, possível indicar o estado emocional em que determinado indivíduo se encontra. Isso ocorre pela linguagem corporal.

Alguns gestos humanos vêm de muito tempo e os repetimos sem nos dar conta disso. Sua história é tão longa quanto inconsciente. Darwin chegou a afirmar que as emoções são gestos primitivos.

Mesmo nos animais é possível verificar esse fenômeno ocorrendo. Boris Cyrulnik (1993, p. 9) evidencia que o estado emocional leva a gestos, que leva a atitudes de outros membros da sociedade para com ele. Estudos feitos dentro do ambiente natural do macaco *rhesus* acompanhou um membro do grupo que foi acometido por paralisia facial. A doença suprimiu suas expressões e, em menos de duas semanas, esse indivíduo viu deteriorar suas relações sociais. Os demais animais passaram a evitá-lo e ele se tornou submisso. O que se viu a seguir foi ele decair na hierarquia do grupo. “A identificação corporal é comum nos animais”, como nos lembra De Waal (2007, versão on-line).

Os etnólogos e sociólogos observam as emoções a partir de uma *história cultural*. Para Marcel Mauss, existe uma *expressão obrigatória dos sentimentos*. Em sendo obrigatória, entende-se não ser uma emoção real. Mas, na realidade, a emoção sentida é verdadeira. No entanto, ela precisa de alguns sinais para se tornar evidente dentro do grupo social. A emoção precisa ser demonstrada.

“Mais do que simplesmente manifestar nossos sentimentos, nós os manifestamos para os outros e por conta dos outros. Nós os manifestamos para nós mesmos ao exprimi-los para os outros e por conta dos outros. Trata-se essencialmente de uma simbologia”. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 33)

Para Comparato (2009, p. 20), um roteiro de cinema precisa abordar três aspectos: o *logos*, o *pathos* e o *ethos*. *Logos* trata da estruturação do roteiro, *ethos* é a razão pela qual se escreve, o motivo, a ética e as questões políticas que envolvem a estória. Já o *pathos* é o foco no lado dramático da história humana.

“É, portanto, a vida, a ação, o conflito, cotidiano que vai gerando acontecimentos. O *pathos* afeta as pessoas que, arrastadas pela sua própria história, quase não são responsáveis pelo que lhes acontece - o seu drama -, nem pelo que as destrói - a sua tragédia -, convertendo-se inclusive em motivo de divertimento - a sua comédia - para os outros”. (COMPARATO, 2009, p. 20)

O termo *pathos*, ou *perturbatio*, *adfectus* ou *motus anime* estão relacionados a um estímulo exterior. Ocorre não a partir da vontade do espectador, mas a partir da emoção provocada por uma causa que está fora do seu controle.

Para De Waal (2007), o ser humano é estruturado para se conectar com aqueles que o cercam. O processo de sintonia ocorre, inclusive, no campo emocional e se dá de modo inconsciente, automático e não requer linguagem.

“Quando nos pedem que vejamos fotografias de expressões faciais, involuntariamente copiamos as expressões que vemos. E o fazemos até se a foto for exibida no nível subliminar, ou seja, por apenas alguns milésimos de segundo. Nossos músculos faciais reproduzem a expressão, mesmo quando não a percebemos. Como imitação e empatia não requerem linguagem nem cons-

ciência, não nos deveria surpreender que formas simples de relacionar-se uns com os outros existam em todos os tipos de animais”. (DE WAAL, 2007, versão on-line)

Emoções são transformações, são movimentos. Essa transformação ocorre em alguém, por meio de algo. Esse algo que motiva à emoção, essa fonte da transformação, pode ser múltipla. Ela varia consoante o sexo, mas não é este o único ou sequer o principal fator. Cada indivíduo reage diferente conforme a representação que tem das coisas. As palavras podem suscitar emoções distintas dependendo do indivíduo que as ouve. Imagens também têm esse efeito. “Os atos da vida só provocam em nós emoção que já está presente no nosso imaginário”, afirma Cyrulnik (1993, p. 97).

Estudos feitos com animais, especialmente primatas, mostrou que...

“...emoções tendem a suscitar emoções equivalentes, sejam provenientes de riso e alegria, sejam do conhecido fenômeno da sala cheia de bebês chorando. Hoje sabemos que o contágio emocional reside em partes do cérebro tão primitivas que as temos em comum com os mais diversos animais: ratos, cães, elefantes, macacos etc.” (DE WAAL, 2007, versão on-line)

Os neurônios-espelho têm uma função importante nessa transferência de emoção. Em estudos com primatas, pesquisadores perceberam que um macaco se coça ao ver outro se coçar. Basta mostrar um vídeo com um macaco bocejando para ativar essa mesma função no receptor da mensagem. Os humanos também seguem esse comportamento. O bocejo é uma maneira simples de demonstrar o poder da transferência, da empatia.

Pesquisadores da Universidade de Parma, na Itália, foram ainda mais longe. Primeiro, mapearam as partes do cérebro de um macaco que se ativavam quando este pegava um objeto. Em seguida, esse mes-

mo macaco continuou sendo monitorado, mas sem acesso ao objeto. Ele apenas tinha, em seu campo de visão, outro macaco que pegava o mesmo objeto. A mesma área do cérebro foi ativada mediante apenas a visualização.

As imagens têm grande poder de levar a uma mudança por meio da emoção. As imagens “transmitem, e ao mesmo tempo transformam, os gestos emotivos mais imemoriais” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 35). Imagens mexem com as emoções, que são transformadoras do ser. Levam de um estado a outro: da alegria para a tristeza, da tristeza para o contentamento, do contentamento para a apreensão, da apreensão para o alívio, e por aí segue.

“Transformar-se é passar de um estado a outro: continuamos firmes na nossa ideia de que a emoção não pode ser definida como um estado de pura e simples passividade. Inclusive, é por meio das emoções que podemos, eventualmente, transformar nosso mundo, desde que, é claro, elas mesmas se transformem em pensamentos e ações”. (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 38)

Para De Waal (2007, versão *on-line*), a esse fenômeno damos o nome de empatia (*empathy*, em inglês), cuja origem está no alemão *Einfühlung*, que significa “sentir em”. Trata-se da “capacidade de ser afetado pelo estado de outra pessoa”. É o fenômeno referente à transferência de um sentimento, que ocorre por meio de expressão corporal ou da linguagem.

A empatia transfere a emoção de uma pessoa a outra, levando a reações. De Waal (2007) cita os trabalhos de Carolyn Zahn-Waxler com crianças. Suas pesquisas demonstraram que crianças com pouco mais de um ano já possuem essa função ativa de modo a reagir diante da emoção dos seus semelhantes. Elas já consolam outras pessoas diante de estados de sofrimento, por exemplo, ou sentem alegria diante de estados semelhantes de outras pessoas.

“Vários cientistas veem a linguagem como fonte, e não produto, da inteligência humana. Como o comportamento de uma criança de um ano sem dúvida suplanta suas habilidades verbais, a pesquisa de Carolyn mostrou que a empatia se desenvolve antes da linguagem”. (DE WAAL, 2007, versão on-line)

Animais, como cães e gatos, perturbam-se com estados emocionais humanos tanto quanto crianças. A empatia, ao que indicam as pesquisas, é um fator que antecede a linguagem e está presente em animais superiores, em especial nos primatas. Trata-se de um componente inconsciente, automático e inato aos seres humanos saudáveis. Pesquisas com pessoas autistas mostram que não há reação de transferência de emoções. Crianças autistas não reagiram às imagens de bocejos, como ocorre à maioria dos humanos ou demais primatas que não apresentam essa síndrome.

A EMOÇÃO COMO ELEMENTO TRANSFORMADOR DO ESPECTADOR

Considerando o poder das imagens para transferir emoções, é natural que ocorra essa transferência de sentimentos no cinema, na televisão ou em outros espaços midiáticos, em especial naqueles com o recurso da imagem.

“Nós nos desesperamos ao vê-los se afogarem no naufrágio do transatlântico, exultamos quando fitam os olhos da pessoa amada finalmente reencontrada. Todos ficamos de olhos marejados, embora estejamos apenas sentados olhando para uma tela. Todos conhecemos a empatia, no entanto demorou muito para que ela fosse levada a sério como objeto de estudo. Atributo meigo demais para os empedernidos cientistas, a empatia era classificada junto com a telepatia e outros fenômenos sobrenaturais”. (DE WAAL, 2007, versão on-line)

Retomando Aristóteles, um espetáculo deve oferecer uma mudança: da felicidade para o infortúnio ou vice-versa. A fábula deve provocar reações, mudanças, onde o público sinta arrepios ou compaixão. Um movimento, uma passagem, que é feito pelas emoções, afinal, são elas os motores da transformação. “As emoções têm um poder — ou são um poder — de transformação. Transformação da memória em desejo, do passado em futuro, ou então da tristeza em alegria” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 44).

O que pretendo com o meu trabalho de dissertação é identificar estrutura e ou elementos que contribuam para provocar empatia, transportando emoções das telas para os espectadores.

Para isso, buscarei selecionar uma ou mais obras para um estudo nesse sentido. Essa, ou essas obras, devem ter três características fundamentais.

- Ser uma obra de audiovisual de narrativa complexa. Essa escolha se dá por um interesse particular que tenho nessa modalidade. Entre as características da narrativa complexa, está a presença de arcos narrativos mais longos e complexos, que se podem se transferir de um episódio para outro dentro da mesma obra.

As telenovelas brasileiras, por exemplo, são obras de narrativa complexa em diversos aspectos. Há referência claras nesse sentido, como nas obras *O Bem Amado* (1973) e *Roque Santeiro* (1985), ambas de Dias Gomes, ou *Irmãos Coragem* (1970) e *Selva de Pedra* (1973), de Janete Clair, ou ainda *O Casarão* (1976), escrita por Lauro César Muniz. Diversas séries dos EUA seguem essa mesma linha. De acordo com Jason Mittel, a narrativa complexa se insere no mercado estadunidense a partir de 2004, com a série *Lost*, criada por Jeffrey Lieber, Damon Lindelof e J.J. Abrams.

- Ser uma obra universal

As proposições da estória devem ser aderentes ao humano, independente da cultura em que ele esteja inserido. Deve ser também de fácil assimilação pelo público médio.

- Ser uma obra da cultura de massa

Deve ter obtido sucesso junto à massa de público nos mercados onde foi exibido.

O estudo abordará assuntos como o fenômeno do imaginário no cinema, a relação de projeção-identificação, os recursos cinematográficos, os tipos de emoções e os processos biológicos da empatia.

O percurso que pretendo seguir para atingir o objetivo passa pela análise da estrutura narrativa, dos esforços para gerar projeção e identificação com o espectador e, uma vez atingido esse objetivo, identificar os esforços para provocar empatia, transferindo as emoções das telas para o público e transformando o estado emotivo desse espectador.

Considerando que é possível identificar o estado emocional em que um indivíduo se encontra e que as emoções podem ser transferidas de um personagem imaginário para uma pessoa real, o estudo pretende identificar o processo como isso se dá. Primeiro, irá identificar, a partir da linguagem corporal, o estado emocional das pessoas centrais na cena e, em seguida, como isso pode transformar o estado emocional em que se encontra o espectador.

Em síntese, a pergunta problema pode ser formulada nos seguintes termos: Como se dá o processo de transferência das emoções do mundo imaginário da tela da TV para o indivíduo real?

Para estudar o poder do imaginário e as relações de identificação com o espectador, estudarei, principalmente, o autor Edgar Morin, em

especial por meio das obras *O Cinema ou o Homem Imaginário e Cultura de massas no século XX: Neurose (Volume 1)*.

Para estudar os recursos cinematográficos, pretendo fazer um estudo com diferentes autores, a começar com Aristóteles e sua obra *A Poética*, passando por Vladimir Propp e seus estudos sobre a morfologia do conto, até estudiosos mais recentes, como Jason Mittell, Robert McKee e Syd Field.

Para estudar emoções e empatia, meu trabalho deve contemplar autores como Carl Jung, o filósofo Didi-Huberman e os etólogos Boris Cyrulnik e Frans de Waal.

Esse arcabouço teórico abrangente trará em si a dificuldade de promover o “tensionamento” entre os conceitos e o objeto da pesquisa, especialmente pelo tipo de narrativa complexa que as mesmas apresentam. Mesmo diante da dificuldade ora percebida, meu entendimento é que as percepções trazidas pela pesquisa podem contribuir para o entendimento de obras audiovisuais sob a perspectiva da emoção, algo pouco explorado até o momento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carolina Assunção. **Dimensões argumentativas do discurso fílmico: projeções retóricas na tela do cinema**. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) – Faculdade de Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, p. 249. 2011.

ARISTÓTELES. **Retórica e arte poética**. Tradução do original francês Art Rhétorique, 1967. Versão *on-line*. Disponível em:

COMPARATO, Doc. **Da criação ao roteiro: teoria e prática**. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

CYRULNIK, Boris. **Memória de macaco e palavras de homem**. Lisboa, Instituto Piaget, 1993.

DE WAAL, Frans. **Eu, primata: por que somos como somos**. Editora Companhia das Letras, 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?** São Paulo, Editora, v. 34, p. 2016, 2013.

MORIN, Edgar; SARDINHA, Maura Ribeiro. **Cultura de massas no século XX**. 1969.

XAVIER, Ismail. **A experiência do cinema: Antologia**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. FILMES CITADOS, 2003.

Este livro foi produzido na cidade de Brasília/DF pelo
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) em
Comunicação (PPGSSCOM) da Universidade Católica de Brasília.

Florence Dravet e Dealessandro Melo
(Orgs.)

Susana Beatriz Alvis Etcheverry

Natália Lázaro Roncador

Felipe Diemer de Lemos

Dealessandro David Lima de Melo

Evandro Léo Koberstein

Carlos Roberto Gomes dos Santos

Guilherme Moreira de Carvalho

Marlene da Silva Bomfim

Paulo Petitinga Júnior

Reginaldo Marcos Félix de Aguiar

Augusto Alfredo Lourenço

Roberto da Silveira Lemos

ISBN 978-85-60485-79-6



9 788560 485796 >